



36

ISSN 1980-4466

revista cpc

2º semestre de 2023  
São Paulo, SP

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Revista CPC. São Paulo: CPC-USP, v. 18, n. 36, 2. semestre 2023.

Semestral  
ISSN 1980-4466

1. Patrimônio cultural. 2. Preservação e conservação de acervos. I. Universidade de São Paulo. Centro de Preservação Cultural. II. Título: Revista CPC.

CDD 025.8

---

### **Editora**

Flávia Brito do Nascimento – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

### **Comissão editorial**

Beatriz Mugayar Kühl – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil  
Diana Gonçalves Vidal – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil  
Gabriel de Andrade Fernandes – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil  
Simone Scifoni – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

### **Conselho consultivo**

Adilson Avansi de Abreu – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil  
Ascensión Hernández Martínez – Universidad de Zaragoza, Zaragoza, Espanha  
Beatriz Coelho – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil  
Gabriela Lee Alardín – Universidad Iberoamericana Ciudad de México, Cidade do México, México  
Leonardo Castriota – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil  
Maria Beatriz Borba Florenzano – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil  
Maria Inez Turazzi – Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, Distrito Federal, Brasil  
Marta Catarino Lourenço – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal  
Regina Andrade Tirello – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil  
Rosina Trevisan M. Ribeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Silvia Ferreira Santos Wolff – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, São Paulo, Brasil  
Walter Pires – Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo, São Paulo, Brasil

### **Editora executiva**

Ana Célia de Moura

### **Revisão de texto**

Tupigraphia

### **Diagramação**

Acará Estúdio Gráfico

### **Projeto gráfico**

HAY Arquitetura e Design

### **Universidade de São Paulo**

Carlos Gilberto Carlotti Junior, Reitor  
Maria Arminda do Nascimento Arruda, Vice-Reitora

### **Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária**

Marli Quadros Leite, Pró-Reitora  
Hussam El Dine Zaher, Pró-Reitor Adjunto

### **Centro de Preservação Cultural**

Flávia Brito do Nascimento, Diretora  
Simone Scifoni, Vice-Diretora

### **Endereço**

Rua Major Diogo, 353, Bela Vista  
01324-001 - São Paulo, SP, Brasil  
Tel + 55 11 2648 1511/1501  
revistacpc@usp.br  
<https://www.revistas.usp.br/cpc>  
<https://www.facebook.com/revistacpc/>  
[www.usp.br/cpc](http://www.usp.br/cpc)

## **REVISTA CPC**

Volume 18

Número 36

2. semestre/2023

São Paulo

ISSN 1980-4466

### **EDIÇÃO 36 (2023)**

A Revista CPC é uma publicação do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo. De caráter científico, configura-se como um veículo de discussão e reflexão dedicado às questões afeitas ao patrimônio cultural em seus múltiplos aspectos. A revista é arbitrada, tem periodicidade semestral, é editada em formato eletrônico e está organizada em: artigos originais; resenhas; relatos e depoimentos; e dossiês temáticos. A Revista CPC conta com Comissão Editorial e Conselho Consultivo, composto por especialistas provenientes de universidades públicas estaduais paulistas e de universidades federais, dos órgãos oficiais de preservação do patrimônio cultural e de instituições nacionais e internacionais que desenvolvem trabalhos em áreas afins, bem como pareceristas *ad hoc*. Integrante da rede colaborativa LatinRev – Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades (FLACSO Argentina).

#### **Fontes de indexação**

Journals for Free – Diretório de periódicos de acesso livre. Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. LivRe – Revistas de livre acesso (CNEN-MCTIC). Periódicos CAPES – Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-MEC). REDIB – Rede Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico. EBSCO – Sociology Source Ultimate.

# EDIÇÃO 36 (2023)

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

EDITORIAL 5-7

NOMINATA DE PARECERISTAS 8-9

### ARTIGOS

CENTROS DE IDENTIDADE E PAISAGENS CULTURAIS: PERSPECTIVAS PARA O PATRIMÔNIO URBANÍSTICO NO BRASIL, CABO VERDE E MOÇAMBIQUE 10-40  
MARCELA MACIEL SANTANA

PRESERVAÇÃO DE TERRITÓRIOS CULTURAIS: OS ASILOS-COLÔNIA SANTO ÂNGELO (MOGI DAS CRUZES) E AIMORÉS (BAURU) E AS CIDADES PAULISTAS 41-72  
BIANCA MARIA BATISTA JANOTTI, MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI

A PRESERVAÇÃO DO SABER-FAZER: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE RESTAURO DAS FACHADAS E ESQUADRIAS DO FORTIM DOS EMBOABAS 73-105  
LIZIANE PERES MANGILI, ANA LAURA FERREIRA AVELAR, BIA FERRAREZI

ENTRE O ESQUECIMENTO E A RESISTÊNCIA: A LUTA PELA PRESERVAÇÃO DAS RUÍNAS DA IGREJA DE SÃO JOSÉ DO QUEIMADO 106-126  
HENRIQUE SEPULCHRO FURTADO

CONSERVAÇÃO, ELEIÇÃO E PROJETAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO EM PRAÇAS HISTÓRICAS DO RIO GRANDE DO SUL 127-152  
ADRIANA ECKERT MIRANDA

PATRIMÔNIO EDIFICADO E ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL EXTERNA: O CASO DO CONVENTO DA PENHA, VILA VELHA, ESPÍRITO SANTO 153-186  
REBECA WRIGHT TORRES, CLÁUDIA MARIA ARCIPRESTE, TITO FLÁVIO RODRIGUES DE AGUIAR

INSPEÇÃO PREDIAL COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DE SINISTROS EM EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS 187-209  
ELIZA HASSELMANN, ROSEANE NORAT

MUSEU NACIONAL: ENTRE A RUÍNA E O RESTAURO 210-238  
RENAN DA SILVA SANTANA, HELIO HERBST

### RESENHA

PATRIMÔNIO CULTURAL: REALIDADE VIVA. MARTINS, GABRIEL D'OLIVEIRA. LISBOA: FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS, 2020. 124P. 239-249  
PAULO OTÁVIO DE LAIA, CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA

### RELATOS E DEPOIMENTOS

PATRIMÔNIO CULTURAL: AÇÕES EDUCATIVAS NO CENTRO HISTÓRICO DE IGUAPE 250-271  
MARINA GAZZOLI PIO, RODRIGO AUGUSTO DAS NEVES

TEATRO DE GRUPO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 272-280  
CAIO SÉRGIO DE CASTRO ARMADA FLORET FRANZOLIN, SIMONE SCIFONI

## **EDITORIAL**

### **POR OUTRAS VALORAÇÕES DA MATERIALIDADE**

DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i36p5-7>

A nova edição da Revista CPC reúne um conjunto de artigos que se voltam para a materialidade do patrimônio. A partir de diversos estudos de caso, objetos, lugares e abordagens teóricas, a edição reúne um significativo conjunto de reflexões sobre os conceitos do patrimônio urbano e edificado que cercam e tensionam os fazeres patrimoniais no presente, seja como restauro, seja como valoração, seja como objeto de intervenções.

Como é amplamente conhecido, a Constituição Federal de 1989 colocou em lei os preceitos e as transformações do patrimônio cultural brasileiro, incluindo expressões que extrapolam o excepcional e abrangem toda sorte de temas da cultura. O patrimônio foi legalmente transformado, priorizando os valores que as pessoas atribuem a ele. A Política Nacional do Patrimônio Imaterial, desenvolvida pelo Iphan desde a promulgação do Decreto 3551, instituiu nas práticas patrimoniais os processos de escuta, valoração e apropriação pelos detentores que levaram a mudanças conceituais consistentes. Mudanças essas que extrapolaram a dimensão da chamada “imaterialidade”, colaborando para, também, repensarmos nossas práticas no campo do patrimônio edificado. Veem-se, aqui, algumas dimensões deste debate em artigos que colaboram com a consideração das apropriações simbólicas, dos significados culturais e sociais de centros e espaços urbanos, edifícios, objetos e lugares. Gestão, intervenção e salvaguarda não podem deixar de considerar a multiplicidade de fatores de significado cultural.

Os artigos reunidos nesta edição têm como mote o patrimônio construído. O texto de abertura, de Marcela Santana, se dedica a um patrimônio urbano luso-brasileiro pouco explorado, mas de interesse crescente. Olhando para casos no Brasil, Cabo Verde e Moçambique, defende o conceito de “centros de identidade” e de paisagens culturais

para lhes dar sentido, na complexidade do conjunto heterogêneo, disperso, mas potencialmente unido por uma identidade marcada pela colonização portuguesa. As identidades no patrimônio são a chave de compreensão também do texto de Henrique Furtado sobre o caso da Igreja de São José do Queimado. O autor explora os significados e resistências da comunidade negra do Queimado, no Espírito Santo, e de que forma a patrimonialização foi um instrumento de luta social. Dos valores aos saberes tradicionais, as autoras Liziane Mangili, Ana Laura Avelar e Bia Ferrarezi exploram o tema dos saberes e fazeres da construção e seu papel nas políticas de preservação. A partir do projeto de restauração do Fortim dos Emboabas, refletem sobre a importância dos saberes construtivos e como eles são uma dimensão importante da associação material-imaterial.

Os novos objetos de interesse do patrimônio ligados a histórias de dor ou de luta são tema, também, do artigo de Bianca Janotti e Cristina Schichi, que se debruça sobre a preservação de asilos-colônia para tratamento de hanseníase no estado de São Paulo. A história destes espaços em funcionamento e o seu legado como memórias de traumas, mas também de reparações, colocam o patrimônio em um importante papel político e social. Dor, apagamento e restauração são abordados, ainda, no artigo de Renan Santana e Helio Herbst sobre o concurso de projetos para a restauração do Museu Nacional. A ruína resultante do incêndio é objeto dos projetos concorrentes, debatida num importante panorama sobre restauro e suas práticas no Brasil.

Os dois artigos finais tratam do patrimônio urbano e do mobiliário de praças nas áreas protegidas e das questões que envolvem a iluminação de monumentos. Partindo de projetos para áreas e edificações tombadas – praças históricas no Rio Grande do Sul de Adriana Miranda e o Convento da Penha em Vila Velha no Espírito Santo de Rebeca Torres, Claudia Acipreste e Tito Flávio Aguiar –, debatem criticamente sobre os procedimentos, conceitos e técnicas envolvidos na salvaguarda de bens culturais.

A edição fica completa com dois relatos de projetos desenvolvidos pelo Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá. O primeiro é o “Plano de Salvaguarda de Teatros de Grupo como patrimônio

imaterial do Município de São Paulo”, realizado em parceria com diversos grupos de teatro no município e instituições variadas, com processos de participação e escuta social. O produto final foi um documento com indicação de ações que tornem o registro um instrumento efetivo de preservação. O outro projeto do CPC-USP relatado é a realização da atividade da Unidade Móvel da USP, a partir da seleção por Edital da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. O projeto “Patrimônio Cultural: ações educativas no Centro Histórico de Iguape” realizou atividades de educação patrimonial no Centro Histórico de Iguape.

Um quadro bastante amplo em termos geográficos – com bens culturais de diversas partes do país – e de temas do patrimônio, promove o debate sobre a salvaguarda do patrimônio nas suas relações conceituais, técnicas e práticas, trazendo novas entradas para a reflexão e compreensão. Boa leitura!

*Flávia Brito do Nascimento*

Editora

## **NOMINATA DE PARECERISTAS**

Ana Cristina Csepcsényi, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Ana Maria Gadelha Albano Amora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Antonio Soukef Júnior, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Cláudia Carvalho Leme Nóbrega, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Carla Maria Teixeira Coelho, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Eliane Aparecida Del Lama, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Eneida de Almeida, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, São Paulo, Brasil

Flaviana Lira, Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil

Iana Ludermir Bernardino, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

Marcelo de Andrade Roméro, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Maria Angela Borges Salvador, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Maria Lucia Bressan Pinheiro, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Michele Marta Rossi, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Mônica Bahia Schlee, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Monica dos Santos Dolce Uzum, Universidade Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil

Natália Miranda Vieira-de-Araújo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

Nivaldo Andrade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

Renato Gama Rosa, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Roberta Consentino Kronka Mülfarth, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Rodrigo Almeida Bastos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Vera Regina Tangari, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

# CENTROS DE IDENTIDADE E PAISAGENS CULTURAIS:

PERSPECTIVAS PARA O PATRIMÔNIO URBANÍSTICO  
NO BRASIL, CABO VERDE E MOÇAMBIQUE

**MARCELA MACIEL SANTANA**, CHAIRE EDUARDO LOURENÇO, AIX-MARSEILLE UNIVERSITÉ, AIX-EN-PROVENCE, FRANÇA

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Viçosa, mestre em arquitetura e urbanismo pela mesma universidade. É doutora em Patrimônios de Influência Portuguesa pela Universidade de Coimbra (Portugal), com período de cotutela na Universidade Federal Fluminense. Docente do Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Aix-Marseille Université (França) e pesquisadora da Cátedra Eduardo Lourenço (Instituto Camões) e o Programa European Civic University (CIVIS).

Orcid : <https://orcid.org/0009-0004-5758-4489>

E-mail: [marcelasantana@gmail.com](mailto:marcelasantana@gmail.com)

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i36p10-40>

**RECEBIDO**

24/03/2023

**APROVADO**

01/11/2023

# **CENTROS DE IDENTIDADE E PAISAGENS CULTURAIS: PERSPECTIVAS PARA O PATRIMÔNIO URBANÍSTICO NO BRASIL, CABO VERDE E MOÇAMBIQUE**

MARCELA MACIEL SANTANA

## **RESUMO**

Este artigo pretende discutir os desafios no campo da patrimonialização de áreas urbanas em cidades com patrimônios de influência portuguesa no Brasil, em Cabo Verde e em Moçambique, tendo em conta as suas particularidades, seus potenciais e as suas sinergias. Esta discussão tem como foco o patrimônio urbanístico de cinco cidades que representam diferentes fenômenos urbanos e processos de patrimonialização nesses países: Ilha de Moçambique e Maputo, em Moçambique; Mindelo, em Cabo Verde; Ouro Preto e Rio de Janeiro, no Brasil. Propõe-se problematizar a forma como as referidas áreas urbanas têm sido patrimonializadas, sobretudo no que diz respeito à utilização da noção de “centro histórico” recorrente nesses processos. Busca-se, ainda, verificar a viabilidade de outras abordagens e conceitos que possam traduzir melhor os valores culturais do patrimônio urbanístico em questão, como o de “centro de identidade” e o de “paisagem cultural”. Por fim, espera-se que o contributo desta discussão incida em novas perspectivas sobre o tema a partir de um debate internacional Sul-Sul, de modo a cruzar experiências e lições aprendidas nesses contextos.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Centros históricos. Identidade cultural. Paisagem urbana.

# **CENTERS OF IDENTITY AND CULTURAL LANDSCAPES: PERSPECTIVES FOR URBANISTIC HERITAGE IN BRAZIL, CAPE VERDE, AND MOZAMBIQUE**

MARCELA MACIEL SANTANA

## **ABSTRACT**

This paper intends to discuss the existing challenges in the field of patrimonialization of urban areas in cities with heritages of Portuguese influence in Brazil, Cabo Verde and Mozambique, taking into account their particularities, their potentials and their synergies. This discussion focuses on the urbanistic heritage of five cities that represent different urban phenomena and heritage processes in these countries: Island of Mozambique and Maputo, in Mozambique; Mindelo, in Cabo Verde; Ouro Preto and Rio de Janeiro, in Brazil. It is proposed to question the way in which these urban areas have been protected, especially with regard to the use of the notion of “historic center” that is recurrent in these processes. This paper also intends to verify the viability of other approaches and concepts that can better translate the cultural values of the urbanistic heritage, such as “center of identity” and “cultural landscape”. Finally, it is expected that the contribution of this discussion lies, mainly, on new perspectives on the subject, based on an international south-south debate, in order to share experiences and lessons learned in these contexts.

## **KEYWORDS**

Historic centers. Cultural identity. Urban landscapes.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discutir os desafios presentes no campo da patrimonialização de áreas urbanas em cidades com patrimônios de influência portuguesa no Brasil, em Cabo Verde e em Moçambique, considerando as suas particularidades, seus potenciais e as suas sinergias. A partir de um debate “em língua portuguesa”, pretende-se fazer uma discussão conceitual sobre os atuais processos de proteção das áreas urbanas de interesse patrimonial, de modo a propor direcionamentos para abordagens mais integradas e sustentáveis. Espera-se que o contributo desta discussão esteja, sobretudo, na emergência de novas perspectivas sobre o tema a partir de um debate internacional voltado para o “sul-global”.<sup>1</sup>

Cabe ressaltar que o foco sobre as cidades com patrimônios de influência portuguesa surge a partir do reconhecimento da existência de um contexto cultural, e não geográfico, que conecta territorialidades da África, América, Ásia e Europa por seus patrimônios materiais e imateriais que representam discursos, valores e fatos históricos. Além da língua e de uma

1. A discussão que será apresentada tem base na coleta de dados e nas análises desenvolvidas no âmbito da tese de doutorado da autora, intitulada *Cidades de influência portuguesa: patrimonialização e gestão*, desenvolvida no Programa de Doutorado em Patrimônios de Influência Portuguesa da Universidade de Coimbra, em cotutela com o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, defendida em 2022 (SANTANA, 2022).

cultura urbanística comum que une as cidades deste universo (ROSSA, 2015; PESSÔA, 2000), os países que correspondem às antigas colônias portuguesas – especialmente na África e na América Latina – possuem inúmeras convergências que os conectam em um debate pertinente sobre os desafios no campo do patrimônio cultural e do desenvolvimento urbano.

Vale citar, por exemplo, o fato de serem países tropicais, com sociedades multiculturais e multiétnicas, marcadas por históricas desigualdades sociais, territoriais e econômicas. Soma-se a essas questões o fato de possuírem economias voláteis, democracias recentes e frágeis, territórios urbanos segregados e marcados pela informalidade. Parte-se do entendimento de que os patrimônios de influência portuguesa aqui tratados são construções de vários povos e culturas e não uma mera herança colonial.

Por razões de ordem metodológica e operacional, esta discussão terá como foco cinco cidades que representam diferentes fenômenos urbanos e processos de patrimonialização no referido universo, considerando as diferenças de contexto, porte e dimensão como oportunidades para uma análise mais rica e não como obstáculos. São elas:

- Ilha de Moçambique, Moçambique: localizada na porção norte do país, a cidade apresenta o menor porte dentre os casos de estudo, tratando-se de um núcleo urbano encerrado em um pequeno espaço insular, cercado por um ambiente natural exuberante. A cidade possui exemplares arquitetônicos e urbanísticos do século XVI ao XX, que remontam à convivência entre diversas culturas – de influência portuguesa, swahili, bantu, indiana e árabe. Desde o período colonial, a Ilha protagoniza os processos de patrimonialização em Moçambique, representando a única inscrição do país na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco. Sua inscrição, em 1991, foi pioneira em toda a África Lusófona;
- Maputo, Moçambique: além de reunir as principais funções administrativas como capital de Moçambique, a cidade de Maputo e sua região metropolitana também concentram seu principal polo econômico e industrial. Maputo é importante para ilustrar esta discussão por sua significância no contexto africano e por seu interessante acervo arquitetônico e urbanístico representativo dos séculos XIX e XX. Estudar o patrimônio de Maputo, majoritariamente moderno,

- é desafiador em razão da associação deste a um passado recente de opressão e de segregação racial, e das novas dinâmicas que vêm transformando a paisagem da cidade nas últimas décadas;
- Mindelo, Cabo Verde: localizada na ilha de São Vicente, a cidade é relevante por seu rico e razoavelmente preservado núcleo urbano originário dos séculos XIX e XX, classificado como patrimônio nacional desde 2012. Ainda que o patrimônio em questão não se destaque como protagonista das políticas de patrimonialização em Cabo Verde (centrado na Cidade Velha), Mindelo representa um caso de cidade que é capital cultural do país, notabilizada por sua vitalidade cultural. Mesmo não tendo escala metropolitana, a cidade enfrenta os desafios urbanos de um polo econômico importante de Cabo Verde, sendo sua segunda cidade mais populosa;
  - Ouro Preto, Brasil: cidade do interior de Minas Gerais, Ouro Preto apresenta um notável acervo artístico, arquitetônico e urbanístico que remonta ao Ciclo do Ouro brasileiro, cujo apogeu ocorreu no século XVIII. A cidade representa um emblemático processo de patrimonialização no Brasil desde seu início, na década de 1930, quando toda extensão de sua malha urbana foi classificada como patrimônio nacional. Em consequência dessa notoriedade em âmbito nacional, o sítio em questão foi o primeiro bem brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, em 1980;
  - Rio de Janeiro, Brasil: a segunda maior metrópole do mundo lusófono, capital brasileira até 1960, foi selecionada, entre outras razões, por ser uma cidade de dimensões metropolitanas. Trata-se de um caso paradigmático pelo processo de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, em 2012: uma paisagem cultural que compreende o cenário urbano e os elementos naturais que moldaram e condicionaram o seu desenvolvimento urbano e cultural. A cidade conta ainda com o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em 2017, por sua importância simbólica como um marco de memória da diáspora africana no território brasileiro.

É importante enfatizar que esta discussão está focada no patrimônio urbanístico, ou seja, no sistema patrimonial que incorpora traçados, espaços públicos, edifícios, conjuntos, elementos naturais, dentre outros aspectos

que condicionam a estrutura, a forma e a imagem das cidades (ROSSA, 2015; 2020). A complexidade do tema implica pensar nos desafios inerentes às áreas urbanas de interesse patrimonial – na compreensão dos seus múltiplos sentidos e valores; em gestões compatíveis com suas dinâmicas e usos cotidianos; nas formas como são apropriadas pelas comunidades, pelos mercados e instituições; e na sua relação com o passado, o presente e o futuro.

Diante do exposto, a discussão que se segue pretende problematizar a forma como as referidas áreas urbanas têm sido patrimonializadas, sobretudo no que diz respeito à utilização da noção de “centro histórico”, recorrente nesses processos. Busca-se, ainda, verificar a viabilidade de outras abordagens e conceitos – como o de “centro de identidade” e o de “paisagem cultural” – que possam traduzir melhor os valores culturais do patrimônio urbanístico. Essa é uma discussão relevante na medida em que os processos de patrimonialização devem buscar, cada vez mais, garantir a manutenção da autenticidade deste patrimônio e, posteriormente, se refletir em políticas de gestão mais articuladas com os desafios e as realidades colocadas nestas cidades.

## 2 “CENTROS HISTÓRICOS” OU “CENTROS DE IDENTIDADE”?

A partir da identificação e do reconhecimento de que uma área urbana tem valores culturais a serem protegidos e transmitidos – seja pelas instâncias técnicas, por parte da população, por processos políticos ou pela conjugação de diferentes iniciativas – inicia-se o processo de patrimonialização. Com base na análise das respectivas legislações das cidades estudadas, foi possível perceber que vários fatores motivaram esses processos. Em geral, foi possível notar que as áreas urbanas foram patrimonializadas por concentrarem edifícios e/ou espaços públicos de elevado interesse artístico, simbólico ou documental, por conterem conjuntos estilisticamente homogêneos, pela composição paisagística etc.

Tendo o patrimônio urbanístico como foco, é importante perceber que algumas questões conceituais são centrais para a apreciação dos seus valores e extrapolam a mera relevância teórica, já que têm impacto prático na compreensão desses bens e, sobretudo, na composição das políticas que vão protegê-los, geri-los e conservá-los. Como se sabe, no caso desse objeto patrimonial específico, a patrimonialização implica na necessidade

de se fazer recortes de parcelas das cidades que passam a ser protegidas e geridas por políticas públicas. Ou seja, onde se incidem sanções e ações de gestão – de natureza urbanística, de conservação etc. Neste sentido, é comum que essas áreas urbanas sejam protegidas sob o conceito de “centro histórico”, “sítio histórico”, “conjunto histórico” ou mesmo de “cidade histórica”, conceitos largamente utilizados na bibliografia sobre o tema, na doutrina internacional e inclusive, em documentos oficiais dos países estudados (UNESCO, 1976; ICOMOS, 1987; IPHAN, 2010; REPÚBLICA DE CABO VERDE, 2012).

Entretanto, a partir de um ponto de vista contemporâneo, é fundamental questionar a obsolescência e as limitações desses conceitos, que começam pelo emprego do termo “histórico”. Nos casos analisados, muitas vezes esse termo vem associado a um sentido temporal ou a um valor de “idade”, o que diferenciaria a área urbana valorizada como “histórica” das demais. Nesse sentido, concorda-se com Gonçalves (2018) quando comenta que, ao se concentrar “valor histórico” em uma área urbana restrita, tem-se a ideia de que outras não têm ou nunca terão história. É possível notar que a própria *Carta de Washington sobre a salvaguarda das cidades históricas*, de 1987, é contraditória ao fazer uso do termo “cidade histórica” e considerar que “todas as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades através da história e são todas, por essa razão, históricas [...]” (LOPES; CORREIA, 2014, p. 265) argumento pertinente, mas que justificaria a patrimonialização de qualquer área urbana.

Quando o termo “histórico” vem associado a um valor de “idade”, essa questão se torna ainda mais problemática, já que a antiguidade de um determinado bem não pode ser considerada, por si só, um valor patrimonial. Isso porque o patrimônio é, fundamentalmente, um processo que visa salvaguardar determinados valores do presente para gerações futuras. Além disso, em se tratando de áreas urbanas, é preciso que se reconheça ainda, que as cidades são ativos contemporâneos. Nesse sentido, vale mencionar também a crítica de Bandarin e Van Oers (2012), que questionam a expressão “cidade histórica” a partir do argumento de que cidades são organismos dinâmicos e que não há nenhuma que tenha mantido seu caráter original. Afinal, as cidades possuem estruturas sociais mutáveis necessariamente acompanhadas de mudanças na estrutura física.

De modo geral, o estudo dos casos mostrou o quanto é válido questionar esse valor de “idade” no tocante à patrimonialização das áreas urbanas, sendo muito difícil fazer delimitações precisas que as identifiquem enquanto unidades temporais uniformes. Essa questão é muito latente em cidades como Rio de Janeiro, Maputo ou Mindelo, mas é também relevante nas áreas urbanas protegidas de Ouro Preto ou da Ilha de Moçambique. Ainda que estas duas últimas pareçam, à primeira vista, mais homogêneas, elas demoraram séculos para se estabelecerem com suas configurações atuais (com fases, inclusive, de destruição de bens que poderiam vir a ter interesse patrimonial).

Além disso, para Gonçalves (2018), o conceito de “centro histórico” pode ofuscar a diversidade formal e a diversidade de valores culturais e sociais das áreas urbanas, ainda que estas tenham surgido em um mesmo período “histórico”. Delimitar como “centro histórico” a Ilha de Moçambique, por exemplo, é extremamente limitador quando se nota que há pelo menos duas áreas com valores culturais e realidades completamente distintas – como a “cidade de pedra e cal” (zona em que predomina a arquitetura e o urbanismo de influência portuguesa) e a “cidade de macuti” (zona que durante o período colonial ficou legada aos nativos, onde predomina a arquitetura vernacular) (Figuras 1 e 2).

FIGURA 1

Ilha de Moçambique,  
zona da “cidade  
de pedra e cal”.  
Crédito: Marcela  
Maciel Santana,  
2016.



FIGURA 2

Ilha de Moçambique,  
zona da “cidade de  
macuti”. Crédito:  
Marcela Maciel  
Santana, 2016.



Do mesmo modo, também é limitador pensar em uma classificação de “centro histórico” para proteger as zonas de interesse patrimonial da área central do Rio de Janeiro que, além de diversas camadas temporais, tem valores patrimoniais e realidades sociais também muito diferentes. Ainda neste sentido, o caso de Ouro Preto é especialmente emblemático. Na cidade, que já conta com um reconhecimento como patrimônio nacional há quase um século, é possível perceber claramente as consequências da atribuição dos mesmos valores – relacionados à homogeneidade que o conceito de “cidade histórica” exige – a um tecido urbano extenso, complexo e dinâmico. A visão idealizada de uma possível unidade estilística da área urbana em questão levou a posturas que incentivaram a supressão de elementos arquitetônicos, pastiches e hibridismos (MOTTA, 1987; CASTRIOTA, 2009).

Assim, nos casos analisados, não é possível tratar de “centros históricos” homogêneos em termos de idade ou de valores culturais. Esse conceito talvez seja passível de aplicação em algumas cidades europeias, com zonas de interesse patrimonial facilmente delimitáveis por suas antigas muralhas, mas não faz sentido para esses contextos específicos. Vale referir que o mesmo ocorre quando as políticas locais tratam de áreas de proteção extensas como “conjuntos”. O conceito de “conjunto” tende a ser igualmente limitador por remeter, mais uma vez, à ideia de um todo uniforme, que

engloba uma soma de edifícios individuais sem, necessariamente, considerar a diversidade e a forma como se articulam no tecido urbano.

Sendo assim, a partir da análise das cinco cidades foi possível confirmar a relevância de uma discussão sobre um conceito mais integrador como o de “centro de identidade” proposto por Rossa (2002; 2015): conceito que serve para designar os núcleos urbanos que se constituem enquanto centros de referência para a estrutura do desenvolvimento urbanístico das cidades. Ou seja, o foco está no valor dessas áreas urbanas para a identidade coletiva dos cidadãos e no papel magnetizador, dinamizador e difusor de urbanidade que elas desempenham (ROSSA, 2015). Vale mencionar ainda que, tendo em vista os valores com os quais o conceito está associado, as cidades – sobretudo as metrópoles – podem conter mais de um centro de identidade, pois resultam da aglutinação de núcleos urbanos preexistentes.

Nos casos estudados foi possível constatar que as áreas patrimonializadas como “históricas” têm em comum o fato de abarcarem os núcleos fundacionais das cidades, cujo patrimônio urbanístico contém uma conjugação própria de parâmetros – ou uma espécie de “DNA geracional” – que balizou o desenvolvimento da sua estrutura urbana ao longo do tempo. Ou seja, enquanto núcleos geradores de urbanidade, essas áreas têm um papel fundamental na definição das formas e da imagem da cidade e no estabelecimento de determinados limites e/ou conexões com o entorno e com meio natural (com estradas, ferrovias, pontes, portos, aterros etc.). Essas áreas também têm em comum possuírem referências simbólicas que identificam a cidade como um todo, como edifícios emblemáticos, elementos naturais e monumentos, dentre outros elementos. Essas áreas também se configuram como espaços de referência cultural e institucional, com edifícios de administração pública, instituições de ensino, museus, templos etc.; e de referência econômica, com ruas de comércio, feiras, mercados e serviços diversos.

A partir do exposto, o conceito de “centro de identidade” se mostra bastante pertinente por permitir tratar das áreas urbanas de interesse patrimonial a partir de uma visão mais abrangente do que a de “centro histórico”, já que o foco deixa de ser, fundamentalmente, as “zonas antigas” das cidades, permitindo incluir outros aspectos não relacionados à questão temporal ou à materialidade. Assim, o conceito permite que os

processos de patrimonialização de áreas urbanas integrem bens muitas vezes deixados de lado nesses processos, mas que são igualmente cruciais para a identidade dos núcleos urbanos em questão, como, por exemplo, o patrimônio moderno, a arquitetura popular, as feiras, comércios de rua, pinturas murais, arte urbana etc.

Além das questões de ordem conceitual, outro desafio presente nas ações de proteção do patrimônio urbanístico pelas políticas culturais está na delimitação das áreas a serem patrimonializadas. Em alguns casos, essa delimitação pode ocorrer de maneira relativamente simples, como é o caso da Ilha de Moçambique, em que a área inscrita na Lista do Patrimônio Mundial coincide com a porção insular do município. Trata-se de uma exceção, sendo o único dos casos em estudo em que os limites da área patrimonializada já estavam praticamente definidos em função da geografia, em uma área relativamente compacta e com poucos vazios passíveis de novas dinâmicas urbanas. Já os demais centros de identidade estudados são condicionados por diferentes suportes territoriais e nem sempre apresentam limites precisos ou fronteiras naturais claras.

É possível perceber, por exemplo, que algumas zonas urbanas de interesse patrimonial estão protegidas a partir da delimitação viária, de modo a selecionar alguns quarteirões que contenham os principais espaços públicos e monumentos da cidade. Vale citar, como exemplo, a delimitação do “centro histórico” do Mindelo, que apresenta o caso típico de um recorte feito a partir do desenho de algumas vias, visando abarcar os principais edifícios de interesse cultural<sup>2</sup> e o núcleo fundacional da cidade (Figura 3). Apesar de ser consideravelmente extensa, a delimitação deixou de fora diversos edifícios e conjuntos com importante carga simbólica ou com valores culturais já reconhecidos,<sup>3</sup> que seguem sem qualquer proteção legal.

Em núcleos urbanos com ocupação mais dispersa e de traçado irregular, como Ouro Preto, a proteção em nível nacional enquanto “conjunto urbano” e sua inscrição como “cidade histórica” na Lista do Patrimônio Mundial ficou sem limites claros durante muito tempo. Isso gerou uma

2. Mindelo não possui uma classificação individual para os edifícios, contando apenas com o Inventário Nacional de Bens Imóveis, realizado pelo Instituto do Patrimônio Cultural de Cabo Verde (IPC).

3. Refere-se aos edifícios inventariados.

FIGURA 3

Mindeló, vista aérea da área patrimonializada. Crédito: Samuel Borges, Canva.com. Acesso: 1 mar. 2023.



série de contradições e conflitos para sua gestão, que ora considerava a cidade como um todo, ora considerava apenas o conteúdo do arruamento de origem colonial. Ainda que haja, desde 1989, uma delimitação do perímetro protegido que engloba a maior parte da malha urbana da cidade, a questão dos limites dessa área continuou problemática, já que se trata de uma área extensa e com muitos espaços não consolidados e suscetíveis de adensamento e expansão (ver Figuras 4 e 5).

FIGURA 4

Ouro Preto, vista da praça principal da cidade. Crédito: Marcela Maciel Santana, 2022.



FIGURA 5

Ouro Preto, vista parcial da área patrimonializada.  
Crédito: Marcela Maciel Santana, 2017.



Esse caso ilustra uma situação em que a patrimonialização de uma área tão extensa pode inviabilizar sua gestão, sendo que, na prática, outras novas delimitações acabam por ser criadas para receber tratamentos diferenciados. É o que acontece com as zonas de “proteção especial” que aparecem na legislação – onde há critérios de intervenção mais restritivos e mais investimentos em obras de reabilitação. Tendo em vista que essas zonas são formadas pelos subnúcleos referentes aos antigos arraiais que deram origem à malha urbana da vila no século XVIII e que, por isso, concentram os principais monumentos, edifícios institucionais mais simbólicos e as principais manifestações culturais da cidade, parece lógico que esses núcleos sejam os centros de identidade de Ouro Preto.

No caso de Maputo, a compreensão do objeto patrimonializado é extremamente crítica, pois não há uma delimitação oficial clara. A zona conhecida como Baixa é patrimonializada apenas de forma genérica, a partir da lei nacional criada para a proteção do patrimônio cultural, em 1988, que classificou os tecidos “antigos” das principais cidades (Figura 6). Sem nenhuma especificação sobre qual seria esse tecido em Maputo na prática da gestão, se consideram os limites propostos por um plano de urbanização feito para a Baixa em 2014 (MENDONÇA, 2016). Além disso, há ainda falta de consenso quanto ao reconhecimento de determinados bens pelos diferentes grupos sociais da cidade, sobretudo no tocante ao sentimento de pertencimento em relação àqueles originários do período colonial (CARRILHO; LAGE, 2018). O reconhecimento da arquitetura moderna também esbarra no já referido

“valor de idade”, como se fosse mais facilmente aceitável a herança colonial setecentista e oitocentista (MENDONÇA, 2016).

FIGURA 6

Maputo, vista da catedral, localizada na Baixa. Crédito: Marcela Maciel Santana, 2016.



Desse modo, ao avaliar outros valores patrimoniais que não o da “antiguidade”, questiona-se se a Baixa seria, de fato, o único centro de identidade de Maputo. Ou se este não poderia ter uma área mais extensa, que permitiria incluir o patrimônio urbanístico do planalto (com a estrutura urbana que direcionou o desenvolvimento da cidade como um todo) e outros edifícios de reconhecido valor patrimonial<sup>4</sup> como as obras excepcionais de arquitetura moderna de Pancho Guedes, por exemplo. E principalmente, se não faria sentido também considerar outros centros de identidade, localizados em bairros tradicionais como Mafalala (Figura 7), Xipamanine e Chamanculo – áreas urbanas que também já tiveram valor patrimonial reconhecido.<sup>5</sup> Percebe-se, desse modo, que a delimitação das áreas patrimonializadas é ainda mais desafiadora quando se trata das metrópoles e seus vários centros de identidade, não necessariamente conectados, mas igualmente geradores de urbanidade.

4. Edifícios com proposta de classificação. Ver: LAGE; CARRILHO, 2010.

5. “Conjuntos urbanos” com proposta de classificação. Ver: LAGE; CARRILHO, 2010.

FIGURA 7

Maputo, casa no bairro Mafalala, no subúrbio da cidade. Crédito: Marcela Maciel Santana, 2016.



A patrimonialização dos conjuntos urbanos do centro do Rio de Janeiro não é tão recente e possui um aparato legal considerável, apresentando problemáticas em comum com Maputo, por se tratar de uma área supervalorizada enquanto polo de negócios nacionalmente relevante. Tanto na área central do Rio de Janeiro como na Baixa de Maputo houve uma alta demanda por edifícios comerciais, arranha-céus, grandes áreas de estacionamento e mesmo por uma imagem de cidade “global” que pressiona os núcleos urbanos de interesse patrimonial (Figura 8).

FIGURA 8

Rio de Janeiro. Vista de sobrados da área central, que resistem em meio a um ambiente verticalizado. Crédito: Marcela Maciel Santana, 2018.



Nesse contexto, a valorização imobiliária da chamada área central do Rio de Janeiro teve como consequência a patrimonialização de uma espécie de “colcha de retalhos” – constituída por zonas que resistiram à modernização e mantiveram alguns de seus usos tradicionais – por meio do Corredor Cultural e das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC). Ou seja, a patrimonialização dessas áreas não está necessariamente associada aos seus valores excepcionais, mas ao fato de que elas se constituem enquanto amostras de resiliência urbana (guardando memórias e tradições vivas) que, por sua vez, fazem com que um ou mais centros de identidade do Rio de Janeiro continuem sobrevivendo na sua área central. Além disso, cabe ainda o questionamento sobre as APAC estarem concentradas sobretudo na zona Sul e no Centro e pouco se reconhece do patrimônio da zona Norte e seus núcleos geradores de urbanidade, alguns dos quais poderiam ser enquadrados igualmente como “centros de identidade”.

Nesse sentido, reforça-se a noção de “centro de identidade” que se constitui como uma opção conceitual bastante integradora e abrangente, se mostrando extremamente interessante para tratar das referidas cidades: cujo patrimônio urbanístico possui origens e dinâmicas muito diferentes das realidades europeias sobre as quais as ideias de “centro histórico” e de “cidade histórica” estão fundadas.

### 3 PAISAGENS URBANAS COMO PAISAGENS CULTURAIS

Ainda que o conceito de “centro de identidade” possa ser considerado bastante abrangente para tratar da proteção e valorização do patrimônio urbanístico, é preciso extrapolar o nível do edificado ou do urbanizado excepcional. Deve-se pensar em outras possibilidades de patrimonialização que permitam tratar da cidade enquanto corpo tridimensional e enquanto palco para a vida urbana e para diversas expressões culturais. Ou seja, é importante que as políticas culturais relativas ao patrimônio urbanístico não caiam na tentação de se restringir à criação de zonas de proteção segregadas e intocáveis, desconectadas dos demais espaços urbanos, dos elementos naturais e das suas dinâmicas cotidianas.

Além da parte edificada, todo meio natural ao qual as cidades se integram está associado a valores indispensáveis ao patrimônio urbanístico, já que o suporte físico natural é condicionante da estrutura urbana – e

consequentemente, da forma e da imagem das cidades. Além disso, é importante considerar também os valores e expressões intangíveis vinculados às áreas urbanas de interesse patrimonial, que lhe conferem autenticidade e são indissociáveis da sua espacialidade. Diante dessas possibilidades, a opção por adotar o conceito de “paisagem cultural” para tratar da patrimonialização das áreas urbanas pode ser muito pertinente para complementar a discussão sobre os centros de identidade, permitindo hierarquizar as políticas de proteção, planejamento, intervenção, gestão do patrimônio cultural e natural, dentre outras.

É importante reconhecer que o conceito de paisagem é multifacetado e utilizado por diferentes disciplinas, sendo ainda amplamente discutido. Não se pretende fazer um debate aprofundado sobre as origens e as possíveis aplicações do conceito – algo que já foi feito por diversos autores do campo da geografia, da arquitetura e urbanismo e do patrimônio cultural – mas tentar perceber sua viabilidade para a leitura do patrimônio urbanístico e sua contribuição para os processos de patrimonialização neste âmbito (LOWENTHAL, 2010; RIBEIRO, 2007; SCHLEE, 2011; TAYLOR, 2017; ANTROP, 2019; ROSSA, 2020, entre outros).

Como se sabe, a “paisagem cultural” é uma das categorias da Lista do Patrimônio Mundial utilizada pela Unesco para tratar da relação entre a natureza e os seres humanos, em sítios cujos valores patrimoniais são, ao mesmo tempo, culturais e naturais. Ou seja, trata-se de uma categoria que integra a natureza e a cultura, considerando o ambiente natural para além da sua expressão física, valorizando-o pelo seu significado e sua relação com a vida das pessoas (TAYLOR, 2015). Entende-se que as paisagens urbanas podem se enquadrar na categoria de paisagem cultural, já que esta foi criada para designar a relação entre os seres humanos e o ambiente do qual se apropriam (FOWLER, 2003; RIBEIRO, 2016). A partir dessa constatação, diversos setores associados ao patrimônio passaram a identificar a necessidade de abordagens mais abrangentes para integrar as áreas urbanas neste debate. Para Castriota (2013), por exemplo, o conceito de paisagem aplicado às áreas urbanas poderia servir para ampliar a perspectiva sobre as áreas urbanas de interesse patrimonial, possibilitando uma leitura que considera tanto as interações entre seus aspectos naturais e culturais quanto os materiais e imateriais.

Apesar da Lista do Patrimônio Mundial ainda dar pouco protagonismo para as paisagens culturais urbanas – e o foco da categoria continuar nas áreas rurais –, a própria Unesco pareceu assumir a necessidade do conceito de paisagem para tratar das áreas urbanas de interesse patrimonial, quando adotou a *Recomendação da paisagem urbana histórica*, em 2011 (UNESCO, 2011). Entretanto, é preciso lembrar que a “paisagem urbana histórica” se apresenta apenas como uma abordagem para a gestão dos ditos “centros históricos”, e não como uma nova categoria e, assim, não se abriu espaço para uma discussão mais ampla acerca da patrimonialização de áreas urbanas nesse âmbito. Assim, a abordagem acaba ficando restrita às áreas urbanas já consideradas “históricas”, criando-se apenas um novo olhar para um velho objeto patrimonial (RIBEIRO, 2016).

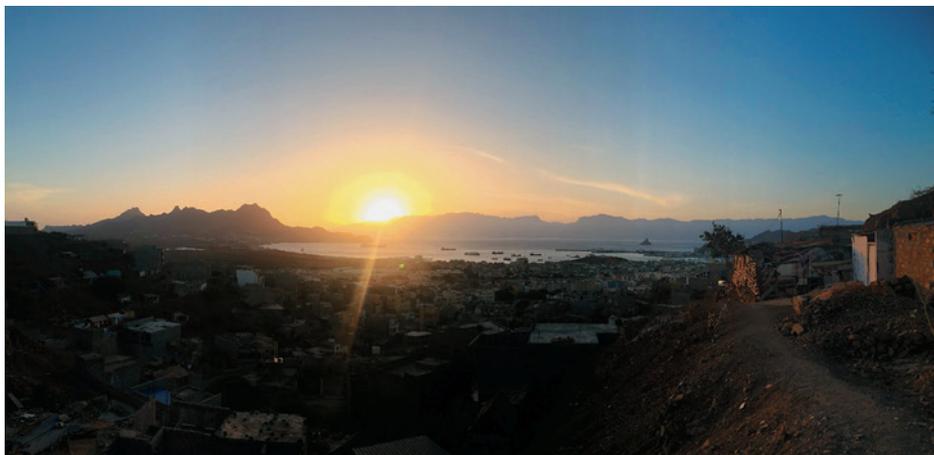
É interessante notar que a patrimonialização de áreas urbanas fundamentada na noção de paisagem pode ajudar, por exemplo, a reforçar o vínculo do tema do patrimônio cultural com o da conservação do meio ambiente, algo ainda incipiente nos contextos estudados, apesar de tão pertinente para a salvaguarda dos seus valores e para a qualidade de vida dos seus habitantes. Essa articulação é importante, sobretudo, em razão de preocupações que devem estar cada vez mais presentes no debate sobre o futuro das cidades – quanto aos fenômenos climáticos extremos (tempestades, ciclones, secas etc.), à escassez de recursos naturais, à poluição (do ar, dos solos, da água), à elevação do nível dos oceanos, aos riscos de alagamentos e deslizamento de terras etc.

Vale ressaltar que, ao propor a “paisagem cultural” como um conceito complementar nas políticas de patrimonialização das áreas urbanas, não se pretende que este se torne um mero mecanismo para definir zonas de amortecimento para os “centros de identidade”, mas sim, que seja um conceito integrador para atribuir outros valores ao patrimônio urbano, aos seus elementos e às relações intrínsecas entre eles. A ideia é que as políticas de patrimonialização possam abarcar diversas partes da cidade e valorizar atributos não necessariamente vinculados aos “centros de identidade”, mas que são igualmente importantes para a diversidade cultural no meio urbano.

Outro aspecto importante é que a percepção ampla proporcionada pela noção de “paisagem cultural” permite valorizar referências imagéticas e relações entre as diversas expressões culturais, elementos naturais e a espacialidade urbana, fatores fundamentais na relação entre a paisagem e seus habitantes. Tais referências transcendem o campo da arquitetura e do urbanismo, podendo ser encontradas nas representações iconográficas, nas músicas, na literatura e nas artes de um modo geral, que expressam os principais valores identitários projetados sobre as paisagens urbanas, a partir de representações simbólicas do imaginário de diversas gerações que a vivenciaram ou a vivenciam. A título de exemplo, é possível citar que representações do Monte Cara e da Baía do Porto Grande em Mindelo (Figura 9), em canções consagradas da morna,<sup>6</sup> reforçam a importância desses elementos paisagísticos para a identidade cultural local, assim como canções da bossa nova e do samba o fazem sobre elementos como o Corcovado ou a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

FIGURA 9

Mindelo, vista panorâmica com o Monte Cara, a Baía do Porto Grande e a Ilha de Santo Antão ao fundo. Crédito: Marcela Maciel Santana, 2019.



6. Expressão musical inscrita na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco, em 2019.

Além disso, tendo em vista que a paisagem organiza os diversos componentes que formam a cidade (CULLEN, 2009), o conceito aparece também como uma categoria fundamental para valorizar o patrimônio urbanístico de forma ampla e integrada. É importante reiterar que o patrimônio urbanístico se refere ao sistema de valores que garantem algumas das características centrais da identidade e da imagem das cidades, como o traçado, o sistema de divisão de propriedade, a relação entre os espaços públicos, os sistemas compositivos, as relações de poder etc. (ROSSA *et al.*, 2002). É possível citar alguns exemplos de como os tecidos urbanos guardam importantes testemunhos da história das cidades estudadas, ainda que estas venham a ter o edificado completamente modificado. É o caso, por exemplo, do “caminho tronco”<sup>7</sup> de Ouro Preto, que contém os percursos entre os arraiais que deram origem à vila no século XVIII. É também o caso dos tecidos urbanos das cidades moçambicanas, como a Ilha de Moçambique e Maputo, onde os traçados realizados de modo a dividir a cidade entre colonizadores e colonizados sobrevivem como documentos materiais dos processos de segregação racial e de resistência, que marcaram a história das cidades do país.

Vale referir também que uma abordagem a partir da paisagem se mostra fundamental para integrar os diferentes tipos de tecido urbano que compõem as cidades, incluindo bairros periféricos e assentamentos autoconstruídos, o que pode ser crucial nas políticas de patrimonialização dos casos estudados. Embora já se tenham iniciado alguns processos de reconhecimento de valor patrimonial – oficiais ou não – de determinados bens nos bairros do subúrbio de Maputo, nas favelas do Rio, ou nas periferias de Ouro Preto, foi possível perceber que muitas vezes esses assentamentos são encarados como setores marginais à cidade, ou ganham atenção das políticas patrimoniais em razão do seu impacto ambiental ou na vizinhança dos centros de identidade (sobretudo nos casos brasileiros). Obviamente, esse impacto é muito significativo, já que as referidas ocupações têm processos de crescimento e adensamento que acontecem fora do controle dos Estados. Apesar disso, é fundamental que as políticas patrimoniais voltadas para a paisagem tratem dessas partes

7. Identificado por Vasconcellos (1977).

da cidade também por seus valores culturais, já que esses assentamentos abrigam elementos e expressões fundamentais para salvaguardar a memória, a identidade e a diversidade cultural das cidades em questão.

Apesar de ser importante dar devida atenção aos bens materiais com elevado valor simbólico e identitário dos bairros autoconstruídos, o que pode incluir edifícios, espaços públicos ou o próprio tecido urbano, é importante referir que essa patrimonialização não deve, necessariamente, se limitar à materialidade, sendo necessárias outras abordagens para assegurar sua autenticidade. Essa questão é especialmente importante, tendo em vista que esses assentamentos apresentam problemas de habitabilidade, são carentes em infraestruturas, equipamentos e serviços – além de outros aspectos associados ao próprio problema social que os originou – e que não podem ser *glamourizados* por valores estéticos.

Vale a pena lembrar ainda que, enquanto a influência<sup>8</sup> europeia se manifesta com maior expressão na linguagem arquitetônica e urbanística de alguns centros de identidade (já que a arquitetura e urbanismo muitas vezes se apresentam como discursos do poder colonial), nas expressões culturais intangíveis revelam-se mais evidentes as influências das culturas africanas – nativas, em Moçambique; crioulas, em Cabo Verde; ou da diáspora, no Brasil. Os bairros e assentamentos autoconstruídos, que abrigam uma parcela considerável da população das cidades estudadas, são os principais detentores de expressões como o samba, a capoeira, o tufo ou os grupos de carnaval – manifestações que evidentemente conferem valores culturais às paisagens em questão.

Dos contextos estudados, o Brasil é o que tem avançado mais na discussão sobre a paisagem, de modo a acompanhar o debate internacional, sobretudo, no que se refere à categoria de paisagem cultural. Vale ressaltar que o país avançou com a criação de um instrumento próprio para a proteção das paisagens e com inscrições de paisagens culturais na Lista do Patrimônio Mundial, ainda que nenhuma paisagem cultural tenha sido protegida em

8. Utiliza-se o conceito de “influência” com base em Araujo (2015), precisamente porque entende-se que, ainda que os discursos de poder colonial estejam expressos na linguagem arquitetônica e urbanística, os traçados urbanos e edifícios foram feitos pela mão de obra local e de forma a se adaptar às peculiaridades do ambiente, ao clima e aos materiais disponíveis, sendo a influência europeia dominante, mas não hegemônica, quanto ao ambiente construído.

nível nacional. A inscrição da paisagem cultural do Rio de Janeiro na lista da Unesco é um exemplo de como a patrimonialização de uma paisagem cultural urbana tem potencial para criar um sistema integrado de gestão e fazer uma leitura do patrimônio da cidade por uma perspectiva completamente diferente de tudo o que foi feito até então. Apesar de ter inaugurado a lista com a inscrição de uma paisagem cultural que incide sobre um meio urbano complexo e de grande porte, ressalta-se que a definição do objeto da classificação segue o que está preconizado nas orientações técnicas para aplicação da convenção da Unesco. Ou seja, a inscrição focou no meio ambiente e no seu agenciamento, tendo o patrimônio construído em segundo plano, sem atribuição de valor excepcional universal (Figura 10).

FIGURA 10

Rio de Janeiro, vista panorâmica de parte da “paisagem cultural” (e sua zona de amortecimento) inscrita na Lista do Patrimônio Mundial. Crédito: Marcela Maciel Santana, 2018.



De fato, é compreensível que a identidade do Rio de Janeiro, reconhecida nacional e internacionalmente, esteja mais vinculada à relação entre os elementos naturais preexistentes e a urbanização do que propriamente aos edifícios. Entretanto, poderia ser igualmente interessante uma proposta de classificação (em nível local) de uma paisagem urbana que incluía a área central,<sup>9</sup> de modo a criar uma gestão mais integrada entre as diversas

9. Ver discussão em Sampaio (2017).

políticas que incidem sobre essa zona. Essa abordagem poderia abranger, inclusive, recursos culturais e a memória presentes nas favelas que compõem o ambiente urbano, mas foram pouco consideradas na inscrição do sítio na lista da Unesco.

Diferentemente do Brasil, em Moçambique pouco se avançou com o debate sobre a paisagem na legislação referente à proteção do patrimônio cultural do país. Contudo, no caso de Maputo, cidade de escala metropolitana como o Rio de Janeiro, a aplicação do conceito de paisagem no âmbito da patrimonialização pode ser crucial para a gestão dos seus valores patrimoniais. Para ilustrar a situação, vale citar o caso da Baixa, que tem passado por um processo acelerado de verticalização, com novos edifícios que seguem as linguagens de outras metrópoles mundiais e que rompem com as relações de escala do tecido urbano existente. Entretanto, na proposta de classificação feita para essa zona, em 2014, o patrimônio da Baixa foi encarado como um mero somatório de edifícios e espaços públicos (MENDONÇA, 2016), e uma leitura sobre a paisagem cultural de Maputo poderia contribuir para a melhor compreensão do todo, permitindo considerar seu patrimônio urbanístico de uma forma mais ampla.

Em Maputo, uma política de patrimonialização com foco na paisagem seria fundamental para controlar o desenvolvimento urbano da cidade, sem necessariamente congelá-la, mas protegendo os principais valores que lhe conferem identidade. Ou seja, é possível permitir algum adensamento e verticalização dessa zona,<sup>10</sup> desde que se mantenham, por exemplo: as relações volumétricas entre a Baixa e o planalto, o protagonismo dos principais monumentos, as visadas a partir dos miradouros, a arborização das vias,<sup>11</sup> a ambiência formada pelos espaços públicos incluindo o Jardim Tunduru e as encostas verdes, bens relacionados à infraestrutura ferroviária e portuária, as relações visuais com a baía etc.

Vale mencionar também os casos em que os processos oficiais de patrimonialização foram marcados pela classificação da totalidade das “cidades históricas”, sem se limitar a um tecido urbano específico, o que

10. Algo que seria relativamente aceitável diante dos desafios de mobilidade e de infraestruturação colocados pelo crescimento horizontal desenfreado pelo qual a cidade tem passado.

11. A arborização aparece como um elemento identitário importante de Maputo, popularmente conhecida como a “Cidade das Acácias”.

naturalmente acabou por considerar os contextos paisagísticos em questão. Isso aconteceu com dois sítios urbanos inscritos na Lista do Patrimônio Mundial: Ouro Preto e Ilha de Moçambique. Em Ouro Preto, com a delimitação do perímetro tombado, na década de 1980, protegeu-se uma extensa área na envolvente do tecido urbano mais antigo, o que levou em consideração a topografia, as zonas verdes e as principais visadas, a partir de uma poligonal condicionada pela cumeada dos morros.

As diferentes áreas envolvidas por esse perímetro já contam com parâmetros de ocupação específicos para minimizar o impacto de novas construções na ambiência do núcleo urbano de origem colonial. Entretanto, os valores culturais dessas áreas de entorno vão além da mera vizinhança dos centros de identidade. Esses arredores são ricos em recursos naturais e pontos de interesse documental, como as antigas minas de ouro e sítios arqueológicos; abrigam detentores de expressões culturais intangíveis; além do fato de que as próprias formações geológicas, como os diversos morros e o Pico do Itacolomi,<sup>12</sup> constituem elementos de identificação que fazem parte da memória e do imaginário sobre a cidade.

Do mesmo modo, a paisagem que envolve o centro de identidade da Ilha de Moçambique, na sua zona de amortecimento (que passou por uma revisão, precisamente para incorporar a questão da paisagem),<sup>13</sup> também tem valores que vão além daqueles relacionados à mera vizinhança do patrimônio construído. As praias e a biodiversidade marinha são recursos fundamentais para as comunidades da ilha (que têm sua vida ligada ao mar) e sofrem muitas ameaças em função da falta de infraestrutura sanitária do núcleo urbano – o que é prejudicial tanto para a sociedade, como para o meio natural. Aspectos culturais como a pesca artesanal e o uso de embarcações tradicionais, movidas pelos ventos, podem colaborar para gerir os recursos naturais da Ilha de forma sustentável, representando casos típicos de usos tradicionais que colaboram para uma exploração equilibrada dos recursos naturais. É importante lembrar ainda que o fundo da baía do Mossuril não detém apenas uma rica biodiversidade, mas também um

12. Há unidades de conservação ambiental para reforçar a proteção do entorno do conjunto classificado, com reconhecimento da sua importância paisagística, ainda que sem lhes atribuir valores culturais específicos.

13. Ver Macamo, Hougaard e Jopela (2019).

extraordinário acervo arqueológico subaquático, cujos valores patrimoniais são indissociáveis do núcleo urbano em questão.

Em Cabo Verde, como em Moçambique, também não há políticas (meios legais e institucionais) voltadas especificamente para a proteção das paisagens culturais. No caso particular do Mindelo, o “centro histórico” foi envolvido por uma zona de amortecimento na ocasião da sua patrimonialização. Entretanto, diferentemente do que aconteceu em Ouro Preto, a delimitação da área protegida do Mindelo – cidade igualmente localizada em uma região com topografia acidentada e peculiar – ficou centrada em uma percepção bidimensional do núcleo urbano, em que o traçado da zona de amortecimento consiste em uma espécie de poligonal paralela, a alguns metros da demarcação da área patrimonializada. Ou seja, apenas o tecido urbano foi considerado como condicionante.

O texto da lei que classificou o “centro histórico” do Mindelo como patrimônio nacional extrapolou a questão da materialidade ao valorizar o uso contemporâneo do núcleo urbano e as manifestações culturais intangíveis associadas à cidade.<sup>14</sup> Entretanto, para fazer a delimitação da área patrimonializada, desconsiderou-se as principais visadas e o meio natural que são fundamentais para a identidade do núcleo urbano em questão. Alguns elementos geoecológicos que fazem parte da ambiência do centro de identidade compõem o imaginário da população mindelense e estão consagrados nas representações artísticas sobre a cidade. Desse modo, elementos naturais como o Monte Cara, a praia da Laginha, o Ilhéu dos Pássaros, o Monte Verde, as visadas para Santo Antão, e a própria baía do Porto Grande compõem, com seu centro de identidade, uma interessante paisagem cultural.

O reconhecimento oficial dessa paisagem enquanto patrimônio cultural pode ser crucial diante da dinâmica que a cidade tem atravessado nos últimos anos, sendo muito explorada tanto pelo turismo como também pelo mercado imobiliário e da construção civil. Em função disso, essa paisagem tem sido alvo de empreendimentos imobiliários ambiciosos, com edifícios altos que têm interferido nas visadas, nas relações de cheios e vazios e de escala do tecido urbano. Vale citar ainda as construções que

14. Ver: República de Cabo Verde (2012).

avançaram para dentro da baía, com a tendência de criar rupturas entre o centro de identidade e o meio natural envolvente, além de algumas obras de infraestrutura urbana que ameaçam a vida marinha. Há que se ter em conta também que, nas últimas décadas, tem havido uma considerável expansão urbana nas encostas, não apenas por ocupações precárias ligadas a uma população vulnerável e sem alternativas, mas também por empreendimentos imobiliários de alto padrão.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é possível notar, uma abordagem de patrimonialização com foco nos conceitos de “centro de identidade” e de “paisagem cultural” não deve servir simplesmente para patrimonializar áreas cada vez mais extensas das cidades, o que poderia gerar ainda mais problemas de gestão ou reforçar princípios de conservação que impedem dinâmicas urbanas necessárias em alguns desses contextos. Nesse sentido, quando o foco está sobre o patrimônio urbanístico, deve-se levar em consideração aspectos fundamentais em termos de uso e ocupação do espaço urbano, como as relações entre os ambientes naturais e construídos, a vitalidade dos espaços, dentre outros valores essenciais para garantir o senso de pertencimento e de continuidade histórica dos seus habitantes. Tendo clara essa relação intrínseca com a vida contemporânea, a patrimonialização das paisagens urbanas também deve considerar valores específicos dos seus próprios contextos culturais, sociais, ambientais e econômicos.

Além disso, partindo do pressuposto do desenvolvimento sustentável de que os recursos devem satisfazer as necessidades presentes sem comprometer sua transmissão para as gerações futuras, é importante que se questione sobre o sentido que o patrimônio, enquanto recurso, representa para as gerações presentes (LABADI, 2017). Assim, é importante lembrar que a proteção da paisagem e dos centros de identidade, como a de qualquer outro bem patrimonial, não pode ser justificada por valores culturais inerentes, mas, sim, por valores que lhes são atribuídos e projetados pelas comunidades, ultrapassando a perspectiva dos especialistas (MUÑOZ VIÑAS, 2005). A patrimonialização dos centros de identidade e paisagens culturais deve acontecer a partir de valores amplamente reconhecidos e debatidos pelas comunidades locais – por esse motivo, a presente análise

buscou apenas apontar alguns direcionamentos para tal, sem a pretensão de delimitar seus limites e setores.

É importante perceber que, apesar de terem surgido processos de patrimonialização com base em iniciativa popular, os processos de patrimonialização dentro do “discurso autorizado do patrimônio” (SMITH, 2006) são, normalmente, balizados pelas elites políticas e econômicas. Em sociedades marcadas por grandes desigualdades, como se vê no Brasil, em Cabo Verde e Moçambique, os setores hegemônicos tendem a ter uma apropriação muito privilegiada do patrimônio e, assim, os objetos que costumam ser consagrados como tal são aqueles vinculados a essas classes. Diante disso, importantes referenciais de identificação coletiva podem surgir quando se abre caminho para um entendimento mais complexo e enriquecedor da diversidade cultural que forma as paisagens urbanas, para além do ponto de vista das classes dominantes (CANCLINI, 1994). Assim, é fundamental que os processos de seleção e de atribuição de valor patrimonial a esses bens devam contar com a participação direta dos diversos agentes e setores da sociedade envolvidos para buscar um diálogo democrático e plural.

Por fim, é preciso enfatizar que a discussão ora apresentada evidenciou a necessidade de se compreender e questionar determinados preceitos e doutrinas a partir de pontos de vista não dominantes e conectados com diferentes realidades. Apesar das importantes lições oferecidas pela longa tradição europeia neste campo, percebe-se, cada vez mais, a relevância de debates internacionais voltados aos diálogos sul-sul, para cruzar experiências próprias de cidades marcadas por desigualdades e movimentos de exclusão históricos, por grandes déficits habitacionais e de planejamento, com populações vulneráveis, assentamentos urbanos precários etc. Além disso, é preciso que o debate sobre o tema esteja cada vez mais aberto a perceber o patrimônio como uma resposta para o desenvolvimento e para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, permitindo-se sair dos “centros históricos” e das expectativas e idealizações criadas sobre eles.

## REFERÊNCIAS

ANTROP, Marc. A brief history of landscape research. In: HOWARD, Peter; THOMPSON, Ian; WATERTON, Emma; ATHA, Mick (orgs.) *The Routledge Companion to Landscape Studies*. 2<sup>sd.</sup> ed. New York: Routledge, 2019.

- ARAUJO, Renata. Influência, origem, matriz. In: ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida C. (Orgs.) *Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. p. 47-64.
- BANDARIN, Francesco; VAN OERS, Ron. *Historic Urban Landscape: Managing heritage in an urban century*. Oxford: Wiley Blackwell, 2012.
- CANCLINI, Néstor G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 23, p. 94-105, 1994. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.
- CARRILHO, Júlio; LAGE, Luís. Sobre a preservação do patrimônio cultural edificado em Moçambique. In: ROSSA, Walter; LOPES, Nuno; GONÇALVES, Nuno Simão. *Oficinas de Muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. p. 25-48.
- CASTRIOTA, Leonardo B. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CASTRIOTA, Leonardo B. Paisagem cultural: novas perspectivas para o patrimônio. *Arquitextos*, São Paulo, v. 162.02, 2013. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4960>. Acesso em: 28 jan. 2017.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- FOWLER, Peter. World heritage cultural landscapes, 1992-2002: a review and prospect. In: *CULTURAL landscapes: the challenges of conservation*. Paris: Unesco, 2003. p. 16-32. (World Heritage Papers, 7) Disponível em: [https://whc.unesco.org/documents/publi\\_wh\\_papers\\_07\\_en.pdf](https://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_07_en.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.
- GONÇALVES, Adelino. *Patrimônio urbanístico e desenvolvimento: uma década de estudos sobre a dimensão urbana do patrimônio*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Normatização de cidades históricas: orientações para elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas*. Brasília, 2010. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao\\_areas\\_tombadas\\_cidades\\_historicas\\_2011.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao_areas_tombadas_cidades_historicas_2011.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES – ICOMOS. Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas. Washington: ICOMOS, 1987.
- LABADI, Sophia. World Heritage, and Sustainable Development: International Discourses and Local Impacts. In: GOULD, Peter G; PYBURN, K. Anne (ed.) *Collision or Collaboration: Archaeology encounters Economic Development*. [S.l.]: Springer Nature, 2017. p. 45-60. (One World Archaeology).
- LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio. *Inventário do patrimônio edificado da cidade de Maputo: catálogo de edifícios e conjuntos urbanos propostos para classificação*. Maputo: Edições FAPF, 2010.
- LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel B. *Patrimônio cultural: critérios e normas internacionais de proteção*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014.

LOWENTHAL, David. From landscapes of the future to landscapes of the past. *Norwegian Journal of Geography*, Oslo, v. 53, p. 139-144, 2010.

MACAMO, Solange; HOUGAARD, Jens; JOPELA, Albino. The Implementation of the Historic Urban Landscape of the Island of Mozambique. In: RODERS, Ana P.; BANDARIN, Francesco (ed.). *Reshaping Urban Conservation: The Historic Urban Landscape Approach in Action*. Singapura: Springer, 2019.

MENDONÇA, Lisandra A. F. de. *Conservação da arquitetura e do ambiente urbano modernos: a Baixa de Maputo*. Tese (Doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.

MOTTA, Lia. O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Teoría Contemporânea de la Restauración*. Madrid: Editorial Síntesis, 2005.

PESSÔA, José. Em tudo semelhante, em nada parecido. *Revista Oceanos*, Lisboa, n. 41, p. 70-81, 2000.

REPÚBLICA DE CABO VERDE. Resolução n. 6/2012 de 31 de janeiro – Classificação do Centro Histórico do Mindelo a património histórico e cultural nacional. *Boletim Oficial*, I Série, n. 6, 31 jan. 2012.

RIBEIRO, Rafael W. *Paisagem cultural e património*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007 (Pesquisa e documento).

RIBEIRO, Rafael W. Paisagem cultural urbana e paisagem histórica urbana: o Rio de Janeiro e os Desafios Recentes para a Lista do Patrimônio Mundial. *Identidades: territorio, proyecto, patrimonio*, Barcelona, n. 6, p. 235-255, 2016.

ROSSA, Walter *et al.* Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico. In: V COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE. *Anais [...]* Faro: Universidade do Algarve, 2002. p. 61-80.

ROSSA, Walter. Urbanismo ou o discurso da cidade. In: ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida C. (Orgs.) *Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. p. 475-517.

ROSSA, Walter. O resto não é paisagem, mas sim o todo. *Revista Património*, Lisboa, n. 7, p. 22-29, 2020.

SAMPAIO, Júlio Cesar R. Centro da cidade do Rio de Janeiro: património cultural nacional? Paisagem cultural da humanidade? In: ARQUIMEMÓRIA 5: SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, *Anais [...]*. Salvador, 2017.

SANTANA, Marcela M. *Cidades de influência portuguesa: patrimonialização e gestão*. Tese (Doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2022.

SCHLEE, Mônica B. *A ocupação das encostas do Rio de Janeiro: morfologia, legislação e processos sócio-ambientais* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Nova York: Routledge, 2006.

TAYLOR, Ken. *Landscape, Culture and Heritage: hanging Perspectives in Asian Context*. Tese (PhD in Philosophy). Deakin University, Victoria, 2017.

UNESCO. Recomendação de Nairóbi sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea. Nairóbi, 1976. In: LOPES, Flávio; CORREIA Miguel. *Património cultural, critérios e normas internacionais de Proteção*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014. p. 207-220.

UNESCO. *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Paris, 2011. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-638-98.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

VASCONCELLOS, Sylvio. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.



# PRESERVAÇÃO DE TERRITÓRIOS CULTURAIS:

OS ASILOS-COLÔNIA SANTO ÂNGELO  
(MOGI DAS CRUZES) E AIMORÉS (BAURU)  
E AS CIDADES PAULISTAS

**BIANCA MARIA BATISTA JANOTTI**, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, CAMPINAS,  
SÃO PAULO, BRASIL

Arquiteta e urbanista pela Universidade São Judas Tadeu. Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6524-5434>

E-mail: bianca.mbj2@puccampinas.edu.br

**MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI**, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS,  
CAMPINAS, SÃO PAULO, BRASIL

Professora titular e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq Nível 2. Arquiteta e urbanista, doutora pela Universidade de São Paulo. Pós-doutora junto ao Programa Oficial de Postgrado de la Universidad de Sevilla.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4267-2601>

E-mail: cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i36p41-72>

**RECEBIDO**

18/02/2023

**APROVADO**

07/11/2023

# **PRESERVAÇÃO DE TERRITÓRIOS CULTURAIS: OS ASILOS-COLÔNIA SANTO ÂNGELO (MOGI DAS CRUZES) E AIMORÉS (BAURU) E AS CIDADES PAULISTAS**

BIANCA MARIA BATISTA JANOTTI, MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI

## **RESUMO**

Entre 1930 e 1960, a política de tratamento dos hansenianos por meio do isolamento implantada no estado de São Paulo tornou-se modelo para muitas cidades brasileiras. Os asilos-colônia, complexos hospitalares criados para essa finalidade, foram pensados para funcionar em rede, de forma que pudessem abranger todo o estado a partir de cinco asilos-colônia: Santo Ângelo, Padre Bento, Pirapitingui, Cocais e Aimorés. Esses asilos – construídos entre 1920 e 1930 – foram tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico entre 2016 e 2018. Sua história, ligada a essa cadeia de instituições de tratamento, demandou uma abordagem de estudo de conjunto, mas também uma leitura dos próprios territórios onde estão inseridos, pois entende-se que esses complexos não se mantiveram alheios aos processos políticos e de planejamento locais. Assim, o objetivo principal da pesquisa foi estudar os asilos-colônia como equipamentos complexos de escala urbano-territorial. A partir de um levantamento preliminar dos cinco asilos tombados, foram selecionados dois deles para estudo de caso: o Santo Ângelo (Mogi das Cruzes) e o Aimorés (Bauru). Buscou-se avaliar as condições de uso, apropriação e os significados atuais desses complexos, tanto por seu papel no desenvolvimento territorial dos municípios onde estão situados, quanto, principalmente, para as populações locais. A pesquisa se apoiou nos métodos histórico-analítico e empírico. O resultado possibilitou a ampliação da discussão sobre os asilos-colônia como territórios culturais e apontar novos critérios de apreensão dos significados culturais a eles relacionados, como contribuição à reflexão sobre a preservação dos denominados “patrimônios marginais”.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Patrimônios marginais. Hanseníase. Patrimônio cultural da saúde.

# **PRESERVATION OF CULTURAL TERRITORIES: COLONY-ASYLUMS SANTO ÂNGELO (MOGI DAS CRUZES) AND AIMORÉS (BAURU) AND THE CITIES OF SÃO PAULO**

BIANCA MARIA BATISTA JANOTTI, MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI

## **ABSTRACT**

Between 1930 and 1960, the leprosy treatment policy by isolation, implemented in the state of São Paulo, became a model for many Brazilian cities. The colony-asylums, hospital complexes created for this purpose, were designed to function in a network, so that they could cover all areas of the state from five colony-asylums: Santo Ângelo, Padre Bento, Pirapitingui, Cocais and Aimorés. These asylums – built between the 1920s and 1930s – were listed by Condephaat between 2016 and 2018. The history is connected to a chain of treatment institutions, which demanded a set study approach, but also a reading of the very territories where they are inserted, because it is understood that these complexes have not remained oblivious to local political and planning processes. Thus, the main objective of the research was to study the colony-asylums as complex equipment of urban-territorial scale. Based on a preliminary survey of the five listed asylums, two of them were selected for case study, the Santo Ângelo (Mogi das Cruzes) and the Aimorés (Bauru), where we sought to evaluate the conditions of use, appropriation, and the current meanings of these complexes, both for their role in the territorial development of the municipalities where they are located and, especially, for the local populations. The research was based on analytical-historical and empirical methods. The result allowed the expansion of the discussion about the colony-asylums as cultural territories and to indicate new criteria of apprehension of the cultural meanings related to them, as a contribution to the reflection about the preservation of the so-called “marginal heritages”.

## **KEYWORDS**

Marginal heritages. Hansen’s disease. Health cultural heritage.

## 1 INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1920 e 1960, as políticas de enfrentamento da propagação da hanseníase no Brasil foram pautadas pelos debates científicos nacionais e internacionais a partir das experiências de duas vertentes médicas: os humanitários e os isolacionistas. Os humanitários adotavam medidas de conscientização sanitária, distinguindo o tratamento dos portadores de hanseníase por seu potencial infeccioso e prescrevendo mudanças de hábitos domiciliares para os casos menos infecciosos, ou a internação voluntária, para os casos mais avançados. A Noruega foi o país pioneiro e tornou-se referência neste padrão de tratamento, onde se publicou a descoberta do bacilo *Mycobacterium leprae*, pelo médico norueguês Gerhard Henrick Armauer Hansen,<sup>1</sup> em 1873.

Já os isolacionistas eram defensores da segregação como medida de combate ao avanço do contágio e exterminação dos casos de hanseníase, em qualquer estágio infeccioso, mesmo para pessoas que tivessem contato com a doença e não apresentassem sinais de contágio. No Brasil, essa vertente foi a que mais prosperou e se consolidou

1. Gerhard Henrick Armauer Hansen (1841-1912) foi um médico bacteriologista norueguês que, em seus estudos sobre a lepra, concluiu, em 1873, que a doença era causada pelo bacilo *Mycobacterium leprae*.

através da implementação de uma rede de profilaxia<sup>2</sup> formada por uma tríade de instituições: os asilos-colônia, para isolamento dos doentes; os dispensários, para apoio e controle de potenciais transmissores e, posteriormente, de doentes em fase não contagiosa; e os preventórios, para abrigo dos filhos sadios dos internados nos asilos-colônia, até que atingissem a maioridade.

São Paulo e Minas Gerais contavam com o maior número de portadores de hanseníase. Segundo Barreto (1935,<sup>3</sup> *apud* RODRIGUES, 2016), o estado de São Paulo possuía 8 mil doentes e necessitava da instalação de cinco asilos-colônia. Essa previsão se concretizou a partir da revisão do Código Sanitário de 1925, quando o estado, como forma de emancipar-se das ações federais, promoveu a construção de sua própria rede de profilaxia.

A rede implementada em São Paulo contou com a existência da malha ferroviária já implantada, para agilizar o deslocamento dos doentes no território paulista, e com o estímulo de comissões criadas para atuar sobre o problema nas municipalidades envolvidas. A distribuição e o controle dos doentes eram realizados pela sede do Departamento de Profilaxia da Lepra, instalada na capital e a tríade de instituições ligadas à hanseníase estava subordinada às Inspetorias regionais,<sup>4</sup> distribuídas no interior do estado. Contavam com o suporte de pesquisas reunidas pela Biblioteca do Departamento de Lepra e com o Instituto Conde de Lara – então, representante da Fundação Paulista Contra a Lepra (CUNHA, 2005).

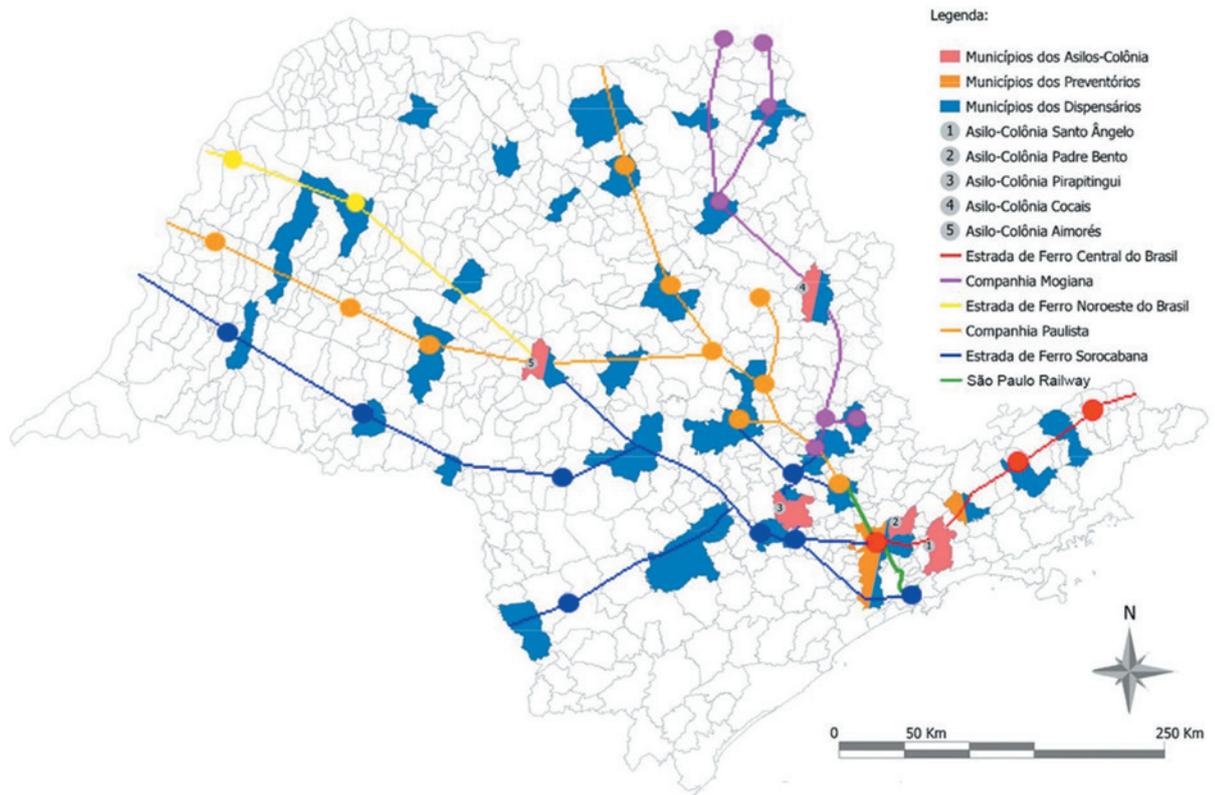
2. Existe uma extensa literatura sobre a formação de uma rede de profilaxia da hanseníase que trata das ações realizadas em praticamente todo o país. Destacam-se as publicações de: Heráclides Souza-Araújo, *História da lepra no Brasil*, dividida em três volumes publicados a partir de 1946; as publicações da professora Yara Monteiro, a partir de sua tese *Da maldição divina à exclusão social: um estudo da Hanseníase em São Paulo*, defendida em 1995 e seus trabalhos posteriores, como o livro *História da hanseníase no Brasil: silêncios e segregação*, publicado em 2019; e de Laurinda Maciel, *Em proveito dos sãos, perde o lázaro a liberdade: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962)*, tese defendida em 2007.

3. BARRETO, João de. *Arquivos de Higiene*, 1935.

4. Esta terminologia esteve associada à Inspetoria Regional, pelo Código Sanitário de 1925, seguindo a premissa estabelecida por Geraldo Paula Souza, enquanto diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, voltada à educação sanitária. Posteriormente, a atuação de Waldomiro de Oliveira na diretoria do Serviço Sanitário retomou as medidas de policiamento sanitário, retomando a nomenclatura de Delegacia Regional (CAMPOS, 2002).

Os asilos-colônia foram instalados em quatro circunscrições do território paulista: Grande São Paulo, Região Sudeste, Zona Mogiana e Região Nordeste; e em cinco municípios: o Santo Ângelo, em Mogi das Cruzes; o Padre Bento, em Guarulhos; o Pirapitingui, em Itu; o Cocais, em Casa Branca; e o Aimorés, em Bauru. A primeira instituição destinada aos filhos dos internos dos asilos foi o Preventório Santa Therezinha do Menino Jesus, localizado em Carapicuíba, seguido pelo Preventório Jacarehy, na cidade de mesmo nome e, por fim, o Berçário Carolina Mota e Silva, localizado na capital, constituindo a rede de preventórios do estado de São Paulo. A rede de dispensários era mais extensa, chegando a ser constituída por 46 instituições (Figura 1).

FIGURA 1  
Distribuição da rede de Profilaxia no Estado de São Paulo.  
Fonte: Elaboração das autoras, 2022, sobre dados de Curi (2002).



Neste artigo, analisam-se dois casos de estudo: o asilo-colônia Santo Ângelo, em Mogi das Cruzes, e o Aimorés, em Bauru. O objetivo desta análise foi compreender a natureza desses complexos como territórios culturais, para além de seus limites físicos tombados e de sua relevância patrimonial reconhecida através dos tombamentos realizados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), órgão subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, entre 2011 e 2018.

Os métodos adotados foram o histórico-analítico e o empírico, a partir da análise da bibliografia sobre o tema e da documentação sobre a formação, funcionamento e estado atual dos asilos-colônia. Os dados coletados *in situ* foram analisados e sintetizados de forma a permitir a comparação entre as instituições estudadas, a partir dos binômios: patrimonial-social e urbanístico-ambiental. Entre outros aspectos, foram levantadas as condições de uso, apropriação e os significados atuais desses complexos institucionais para a população residente e usuária e dos bairros formados em seus entornos, bem como seu papel na formação e desenvolvimento territorial dos municípios.

## 2 A FORMAÇÃO DA REDE DE PROFILAXIA

A rede de dispensários foi implantada em todo o território com o intuito de controlar os doentes, realizar censos de contaminação e, entre outras funções, disseminar a educação higiênica. Nos dispensários – ligados a outras instituições da rede de profilaxia pela malha ferroviária – quando um paciente era identificado com hanseníase, era direcionado aos asilos-colônia, pois, a partir de 1929, com a implementação da Lei n. 2416, passou-se a exigir o total isolamento dos doentes nos asilos (COSTA, 2008, p. 80).

O asilo Santo-Ângelo, projeto do arquiteto Adelardo Caiuby,<sup>5</sup> de 1928, criado a partir da iniciativa da Associação Protetora dos Morféticos, se

5. Adelardo Soares Caiuby, arquiteto, simpatizante da vertente médica isolacionista, foi “formado agrimensor, em 1897, pela Escola Politécnica de São Paulo, participou da construção do Sanatório Divina Providência, em 1928, em Campos do Jordão, de residências na Vila Capivari, idealizada pelo médico Emilio Ribas. Em 1937, Caiuby desenvolve, para o Rio de Janeiro, o projeto de uma colônia penitenciária para menores. Em 1944, desenvolveu o projeto da Vila Caiubi, junto às Indústrias Klabin, em Telêmaco Borba, Paraná.” (COSTA, 2014, p. 93).

situava próximo à estação ferroviária Santo Ângelo, inaugurada em 1914 e acessada pelas estradas de Ferro Central do Brasil e Mogiana. Hoje, abriga o Centro Especializado em Reabilitação Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti (Cerapc), que mantém a área antes destinada ao asilo-colônia sob jurisdição do estado de São Paulo.

O Sanatório Padre Bento foi inaugurado em 1931, a partir da aquisição do governo estadual de um antigo hospital psiquiátrico no bairro Gopouva, em Guarulhos, próximo à estação Gopouva. A estação foi inaugurada em 1922 e fazia parte do ramal de Guarulhos da Estrada de Ferro Cantareira, que se interligava à Estrada de Ferro Sorocabana. Este ramal saía da estação Areal e atingia o Asilo dos Inválidos, no Guapira. Atualmente, o território do antigo asilo é ocupado pelo Complexo Padre Bento, que utiliza as estruturas para atendimento como hospital geral.

Em 1932, iniciaram-se as obras do Asilo-Colônia Cocais, a 9 km do município de Casa Branca e Vargem Grande, próximo à estação ferroviária Cocais, inaugurada em 1902, que fazia parte da Estrada de Ferro Mogiana e abriga hoje o Centro de Reabilitação de Casa Branca, destinado ao atendimento psiquiátrico.

O Asilo-Colônia Pirapitingui foi implantado em 1933, próximo à estação Pirapitingui, inaugurada em 1897 e pertencente à linha da Estrada de Ferro Sorocabana. Atualmente, abriga o Hospital Dr. Francisco Ribeiro Arantes, um centro estadual de reabilitação de indivíduos portadores de transtornos mentais.

Por fim, o Asilo-Colônia Aimorés foi implantado em 1933, situado a 12 km da cidade de Bauru, próximo à pequena estação ferroviária Aimorés, inaugurada no mesmo ano do asilo-colônia e pertencente à estrada de ferro da Cia. Paulista. Atualmente, abriga o Instituto Lauro de Souza Lima e funciona como centro dermatológico e de pesquisa da hanseníase.

A política de construção de preventórios foi adotada no Brasil a partir do 1º Congresso Paulista, realizado em 1916. O intuito era abrigar os filhos dos doentes internados nos asilos-colônia (SILVA, 2009). Assim, formou-se a rede de instituições principais que atuavam em apoio aos asilos-colônia e atualmente essas instituições se converteram em educandários.

## 2.1 A dimensão patrimonial-social

O primeiro asilo-colônia tombado pelo Condephaat foi o Padre Bento, em 2011, que já havia sido reconhecido pela municipalidade. Além disso, algumas edificações do asilo Aimorés foram patrimonializadas, mas foram os estudos de tombamento do asilo Santo Ângelo, iniciados em 2012, que identificaram as demais instituições – o Pirapitingui e o Cocais. A sequência de reconhecimentos dos remanescentes da rede de profilaxia da hanseníase no estado de São Paulo progrediu a partir da identificação da existência e importância do conjunto, segundo Meneguello e Borges (2018), por expressar o modo sistemático e estratégico adotado como resolução dos problemas. Por fim, formalizou-se o pedido de inclusão de duas instituições, identificadas como representativas da rede – os preventórios Santa Therezinha e Jacareí, cujos processos ainda se encontram em estágio de levantamento bibliográfico pelo órgão estadual, enquanto as resoluções de tombamento dos asilos-colônia foram publicadas entre 2016 e 2018 (CAPORRINO, UNGARETTI, 2016; GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

Segundo Caporrino e Ungaretti (2016), após as solicitações de tombamento do antigo Asilo-Colônia Aimorés por parte do Instituto Lauro de Souza Lima, e do antigo Asilo-Colônia Santo Ângelo pela administração do Escritório Regional de Saúde de Mogi das Cruzes, os demais estudos para tombamento basearam-se na bibliografia produzida até então, nos acervos das instituições de saúde pública e nos documentos produzidos pelos movimentos em favor da reintegração e preservação da memória dos portadores de hanseníase, tais como o Movimento de Reabilitação das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) e a Fundação Paulista Contra a Hanseníase.

Alguns dos critérios utilizados para a seleção das edificações e definição de diretrizes de preservação do conjunto expressam a dificuldade do órgão de preservação em atuar em complexos territoriais e a ausência de instrumentos aplicáveis a esses casos. Por isso, a despeito do mérito do reconhecimento do conjunto, os tombamentos se realizaram a partir da definição de perímetros compostos por exemplares arquitetônicos mais íntegros e representativos, deixando de fora muitos espaços de memória e lugares significativos para os residentes e ex-internos. A arquitetura dos

asilos-colônia esteve vinculada ao ideal proposto pelo Estado, segundo Amora (2009), e “para representar o nacional e o moderno” essas características estiveram atreladas à arquitetura neocolonial, identificada em grande parte das edificações dos asilos-colônia construídos entre as décadas de 1930 e 1940. Porém, os edifícios construídos posteriormente possuíam características do movimento moderno, tais como o Cineteatro do Asilo-Colônia Santo Ângelo, projetado pelo arquiteto Rino Levi, que é considerado exceção ao modelo.<sup>6</sup>

Por outro lado, esses tombamentos se valeram de estudos realizados nas áreas de história, do direito e do serviço social, que discutem temas como o direito à memória e à reparação dos egressos desses patrimônios vinculados a “memórias difíceis” (MARCHI; KNACK; POLONI, 2019) e a materialização dessas memórias em patrimônios que não se enquadram nos critérios tradicionais utilizados para tombamento, os patrimônios marginais (MENEGUELLO; BORGES, 2018).

Ao analisar os valores patrimoniais apontados no processo de tombamento dos asilos-colônia, destacam-se alguns aspectos que mereceram maior reflexão nesta pesquisa: “1) inexistência nos demais conjuntos arquitetônicos remanescentes; 2) excepcionalidade arquitetônica ou histórica; 3) relevância para o funcionamento da rede; 4) grau de conservação.” (CAPORRINO; UNGARETTI, 2016, p. 159). São critérios que partem principalmente da materialidade dos patrimônios e que não alcançam os valores memoriais, capazes de narrar estes passados dissonantes. A exclusão de edificações do conjunto tombado, consideradas menos exemplares em relação às tipologias construídas nos asilos, ou “descaracterizadas” – termo utilizado em todas as resoluções de tombamento – acabaram por restringir a visibilidade, nos territórios formados pelos complexos, de aspectos

6. Uma referência importante para a discussão sobre a arquitetura hospitalar, que discute os modelos encontrados nestes conjuntos, denominados “asilos-colônia”, mas também conhecidos como “hospitais-colônias”, ou “cidades hospitalares”, é o trabalho desenvolvido pelo *Projeto Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde*, coordenado pela Casa de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Entre os trabalhos que tratam da arquitetura desses equipamentos de Saúde destaca-se o artigo de André Bezerra Lins (2018), que investiga as arquiteturas em diferentes espaços asilares no Brasil; o de Ana Amora (2009), que discute a modernização da arquitetura da saúde no Brasil, com foco na cidade de Santa Catarina; e o de Elizabeth Amorim de Castro (2004), que investiga a arquitetura do isolamento para fins diversos, a partir das suas semelhanças projetuais, aprofundando-se na cidade de Curitiba.

imateriais e de representação da memória dos que ali estiveram e sofreram as ações de violação dos Direitos Humanos cometidas pelo Estado.

O tratamento dado aos exemplares ligados a memórias difíceis ainda não é plenamente compreendido, enquanto conjunto, para que seja possível estabelecer medidas de preservação eficazes, pois as considerações para os tombamentos se apoiaram, por falta de instrumentos ou de precedentes, apenas na importância arquitetônica dos conjuntos construídos. Um fato importante a destacar, neste sentido, foi a exclusão dos cemitérios das resoluções de tombamento (com exceção ao do Asilo-Colônia Pirapitingui).

Os estudos de tombamento, segundo Caporrino e Ungaretti (2016, p. 156), apontaram que parte das “lápides está sem identificação e túmulos foram violados ou se encontram em situação de abandono” e, portanto, recomendou-se apenas sua conservação como Lugar de Interesse Cultural. Diferentemente do asilo Santo Ângelo, em que o cemitério se localiza fora do perímetro principal do complexo, para acessar o cemitério do Aimorés é necessário passar por toda a extensão da colônia, ou seja, a situação desses espaços também difere em cada asilo, o que dificulta a sua inclusão em um único perímetro. O problema que se coloca, neste caso, é que parte da memória e dos vestígios dos que viveram lá, muitos, inclusive, sem contato com as famílias durante toda a vida, estão enterrados nestes cemitérios, que por si só constituem documentos, como demonstram os trabalhos de antropologia forense<sup>7</sup> que, se aplicados a estes casos, possibilitariam a identificação de indivíduos enterrados para comprovação da negligência de governos e instrução de processos de reparação.

O envolvimento dos ex-internos ainda residentes e das comunidades locais, do entorno dos complexos, além da participação de outras entidades representativas das categorias de direito, possibilitaria uma maior efetividade da preservação proposta pelos tombamentos e reforçaria premissas sobre a importância de participação dos detentores dessa memória, que vêm sendo discutidas no ambiente acadêmico, potencializando ações que englobem o conjunto como um todo, além de reconhecer as individualidades existentes que transformaram esses patrimônios em territórios culturais.

7. Essa disciplina lida principalmente com perícias em restos humanos, ou seja, em “corpos em adiantado estado de decomposição, em que os traços faciais já não permitem qualquer tipo de reconhecimento, esqueletos, ossos, fragmentos ósseos, ossos/corpos queimados” (CUNHA, 2019, p. 30).

O Centro de Reabilitação Dr. Arnaldo Pezzutti Cavalcanti (CERAPC), antigo Asilo-Colônia Santo Ângelo, é um centro voltado ao atendimento de pacientes com doenças crônicas, mantido pela Secretaria de Estado da Saúde e utiliza parte da área do antigo Asilo-Colônia Santo Ângelo para administração, internação, residência geriátrica, ambulatório e área de pesquisa, pois é também um campo de estágio para alunos dos cursos de saúde das universidades próximas. Utilizando-se de duas portarias de acesso externo e uma de divisão interna, o conjunto se vale da racionalidade do traçado proposto pelo arquiteto Adelardo Caiuby, em que foram definidas três zonas estruturantes: a Zona Sã, a Zona Doente e a Zona Intermediária. As zonas dividiam hierarquicamente as pessoas, evitando-se o contágio entre os doentes e os funcionários e setorizavam os serviços, conformando “cidadelas”<sup>8</sup> (Figura 2). O centro, atualmente, setoriza a localização dos serviços e permite que se estabeleça a separação dos ex-internos e suas famílias das áreas residenciais da antiga colônia.

FIGURA 2

Imagem aérea do Asilo-Colônia Santo Ângelo, 1926. A Zona Doente localizava-se na parte superior da imagem e a Zona Intermediária na parte Inferior. Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico, 1926.



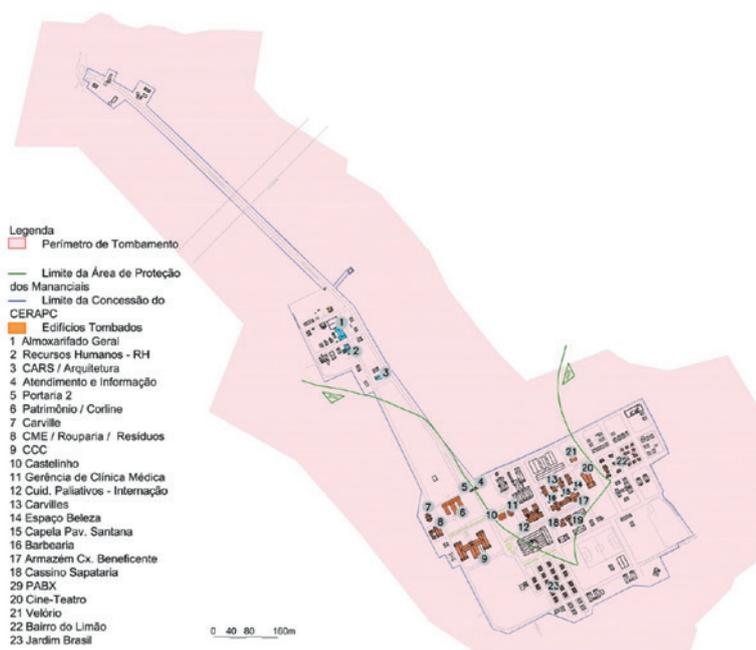
8. Esta forma de implantação foi aplicada em todos os asilos-colônia paulistas e, posteriormente, nos asilos-colônia nacionais, por meio do Plano Nacional de Combate à Lepra implantado pelo Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema.

O processo de tombamento resultou na seleção de algumas edificações da antiga Zona Intermediária, sendo: a antiga residência do diretor; o almoxarifado; uma edificação utilizada pelo administrativo e outra pelo RH. A maior área tombada está inserida na antiga Zona Doente, onde incluíram-se os Carvilles,<sup>9</sup> algumas residências utilizadas atualmente pela administração, os pavilhões, as áreas de lazer, o comércio e os dois bairros de residências dos internos.

Dada a seleção das edificações tombadas (Figura 3), constatou-se que uma série de construções e equipamentos foi demolida no complexo ao longo do tempo, incluindo uma antiga área de lazer dos ex-internos, que foi retirada para criação de um pavilhão com capacidade de 250 leitos para pacientes em reabilitação de álcool e drogas. Assim, atualmente, o Complexo não conta mais com o típico tablado de dança, o coreto e a praça, que funcionavam desde a implantação do asilo.<sup>10</sup> O pergolado, espaço singular e significativo para muitos ex-internos, também foi demolido na década de 1940 para a construção do refeitório dos atuais internos.

FIGURA 3

Implantação do CERAPC, antigo Asilo-Colônia Santo Ângelo, com destaque para as edificações tombadas. Fonte: elaborado pelas autoras, 2022.



9. Modelo referenciado da Nacional Leprosarium Carville, de Louisiana, que propõe pavilhões de isolados, de maior privacidade, setorizados por gênero e que incluíam quartos individuais, com banheiros coletivos e compartilhamento das áreas sociais, tais como cozinha, lavanderia e sala (LINS, 2018).

10. Contudo, esse pavilhão encontra-se sem uso no momento. Segundo informações da administração, após concluído, serviu apenas para a internação de casos graves no período inicial da pandemia de covid-19, em 2020.

O Asilo-Colônia Aimorés, hoje Instituto Lauro de Souza Lima, atende cerca de 150 pessoas por dia, oferece cursos de especialização na área dermatológica e realiza atividades voltadas à reabilitação física, terapia ocupacional, fisioterapia e cirurgias plásticas corretivas. O Instituto ocupa apenas os dois primeiros setores do asilo para suas atividades, onde conservou-se toda a área da antiga colônia no entorno da praça principal e as casas dos ex-internos, no setor que foi proposto como área doente (Figura 4).

FIGURA 4

Imagem aérea  
do Asilo-Colônia  
Aimorés, 1975.  
Fonte: Instituto  
Geográfico e  
Cartográfico, 1975.



Além do portal de entrada do asilo, que foi incluído no tombamento (Figura 5), a área que configurava a Zona Doente também foi tombada e nela pode-se acessar o campo de futebol, a praça, o coreto e uma pequena quadra de basquete. Visualiza-se inúmeras edificações vazias, tais como a antiga administração da zona e um pavilhão. Para além dessa área de lazer encontra-se hoje a sede da Sociedade Beneficente – antiga Caixa Beneficente – que

administra os dois pavilhões do tipo Carvilles e as residências disponíveis para o serviço social da prefeitura. Ao centro situam-se uma Igreja, em reforma, e o antigo cassino, onde hoje funciona o Museu do Instituto “Lauro de Souza Lima”, que possui um coreto elevado que compõe a praça central, de onde pode-se observar a área residencial, com casas geminadas, que não foi incluída no processo de tombamento, e as residências individuais ao fundo. Grande parte delas necessita de manutenção para possibilitar sua utilização.

FIGURA 5  
Implantação Instituto Lauro de Souza Lima, antigo Asilo-Colônia Aimorés, com destaque às edificações tombadas. Fonte: elaborado pelas autoras, 2022.



As resoluções de tombamento dos casos paulistas preveem intervenções que objetivam a valorização dos bens tombados através da atualização dos espaços internos, construção de novos edifícios ou demolição dos bens não tombados dentro dos perímetros de proteção, “cujas relações resultantes deverão ser valorizadoras dos elementos listados e da qualidade ambiental do sítio” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018, p. 63) e submetidos à aprovação prévia ao Condephaat. O Projeto de Lei n. 1287, de 2019, em tramitação, determina que fique a cargo do Estado de São Paulo a manutenção e restauração dos edifícios tombados, fato que pode viabilizar a preservação, tendo em vista que os moradores não possuem condições de arcar com despesas de mão de obra qualificada para restauração, o que

pode resultar na descaracterização dos imóveis. No entanto, a previsão de demolição das edificações não tombadas dentro do perímetro vai de encontro às questões discutidas nesta pesquisa, pois entende-se que a construção ou demolição de novas edificações prejudica a leitura e preservação dos complexos em sua totalidade, principalmente no que se refere às memórias individuais dos ex-internos, como no caso da demolição da área de lazer do asilo-colônia Santo Ângelo para a construção de um pavilhão para tratamento de dependentes de álcool e drogas, já citado, uma área que foi palco de muitos encontros entre os residentes.

Atualmente, o Morhan é a entidade que lidera a discussão no âmbito judicial, esclarecendo sobre as diversas dimensões dos efeitos do isolamento compulsório em uma ação coletiva de assessoramento aos processos de reparação dos danos sofridos pelos filhos que cresceram isolados de seus pais nos preventórios – procedimento que atendia à profilaxia da hanseníase, conforme já descrito – os quais tornaram-se reféns de uma institucionalização do abuso e do estigma que lhes foi imposto por uma doença que não os atingia fisicamente, mas os privava de todo convívio na infância e adolescência, causando-lhes profundas memórias dolorosas.

O Projeto de Lei de n. 1287, de 2019, arquivado em 2023 para revisão dos textos, estabelecia a responsabilidade do Estado pelos danos ao projeto de vida, por abusos e violações praticados contra as pessoas que foram afetadas pela política de isolamento compulsório no território paulista e propunha a concessão de posse vitalícia dos imóveis ocupados, tanto para os ex-internos que neles ainda residem quanto para os cônjuges e filhos, após o óbito, garantindo que:

Artigo 3º – Fica o Estado de São Paulo obrigado à manutenção dos serviços que estão sendo prestados e também à manutenção das casas e dos espaços comuns, como áreas de convivência, vias de acesso, asfalto e calçadas, observada a legislação e os tratados internacionais vigentes sobre acessibilidade.

Parágrafo único: O Estado de São Paulo deverá fornecer saneamento básico e iluminação gratuita pública e individualizada para cada residência como forma de assunção da responsabilidade pela omissão na reabilitação e desospitalização dos pacientes (BRANDÃO, 2019).

Além disso, esse Projeto de Lei propõe a criação de um centro de memória no edifício, construído inicialmente para funcionar como prisão do antigo Asilo-Colônia Pirapitingui.

A dificuldade de formulação de estratégias de gestão desses patrimônios, que contemplam as memórias difíceis e os obstáculos na abordagem de sua reintegração aos territórios hoje configurados, permeiam a discussão acadêmica, mas não encontram espaço e aplicabilidade nas esferas de planejamento e preservação. A responsabilidade por ressignificar esta história e dar visibilidade a esses complexos passa pelas comunidades afetadas e os gestores locais, que poderiam intermediar outros agentes atuantes na área, revertendo a segregação que ainda hoje caracteriza os antigos asilos-colônia, evitando que se consolidem como enclaves territoriais nas áreas periurbanas.

No final do ano de 2022, a Secretaria de Cultura da cidade de Mogi das Cruzes promoveu um passeio turístico noturno, de acesso gratuito, nas dependências do Centro de Reabilitação de Mogi das Cruzes, sob a temática “Noites do Mistério”, onde o Departamento de Fomento e Patrimônio Histórico Municipal se propôs a transmitir as “histórias, curiosidades e lendas” do antigo asilo-colônia. Esse tipo de narrativa fantasiosa ignora os fatos que ocorreram no complexo e demonstram a dificuldade local de enfrentamento das memórias difíceis ou incômodas. São questões que os tombamentos em nível estadual, por si só, não resolvem.

Os processos de recuperação em andamento no asilo Aimorés contemplam a reforma pontual de diversos equipamentos, mas não a restauração que seria necessária após a patrimonialização do complexo. Equipamentos importantes do conjunto possuem pouca ou nenhuma acessibilidade, tais como o Museu do Silas Braga Reis – antigo teatro-cassino, que atualmente abriga a exposição *Histórias Cruzadas, Caladas, Curadas* e conta com a apresentação de diversas peças de representação do cotidiano dos internos do asilo-colônia, desde garrafas remanescentes da produção de refrigerantes sob responsabilidade dos doentes e moedas locais, até as imagens sacras retiradas da igreja, que atualmente encontra-se em reforma.

Considera-se que o reconhecimento e a patrimonialização do conjunto de asilos, em que alguns tombamentos foram demandados pelos próprios gestores dos asilos e, em parte, pela comunidade acadêmica, não são suficientes para a constituição de acervos memoriais, na medida em

que os moradores da colônia e do entorno ficaram alheios aos processos e ainda são desconsiderados na discussão sobre o uso desses espaços.

Entretanto, é importante destacar as iniciativas de salvaguarda da memória dos asilos, como a do Museu do Instituto Lauro de Souza Lima, o Espaço Memorial Padre Bento, no Complexo Padre Bento e a intenção de criação de um centro, por parte da gestão do Centro de Reabilitação de Mogi das Cruzes, com acervo documental e material, composto por mobiliário, utensílios e fotografias do Asilo-Colônia Santo Ângelo, além da inclusão do espaço do cemitério num possível roteiro de visitaçào.

Tais iniciativas foram acompanhadas por funcionários e ex-internos, moradores dos complexos, porém, esses acervos são desconhecidos do público mais amplo e recebem poucos visitantes. O atendimento é feito por poucos profissionais e não há um programa de divulgação e conscientização que estabeleça contato entre os acervos das distintas instituições da rede. Tudo isso demonstra a dificuldade de se manterem sem o apoio mais amplo da sociedade e principalmente da municipalidade, apesar dos esforços e da vontade dos responsáveis e envolvidos.

Há exemplos de outros casos brasileiros, como o Memorial Hospital Colônia Itapuã (HCI) na antiga Colônia Itapuã, em Viamão, no Rio Grande do Sul. Implementado em 2014, tornou-se exemplo de ressignificação de espaços de memória, a despeito da ausência de apoio financeiro público, pois foi implementado por iniciativa de dois funcionários da Secretaria de Estado da Saúde (BEZERRA; MARCHI, 2019).

Á área compreendida pelo Asilo-Colônia Aimorés e bairros do entorno está inserida em três projetos municipais: o de regulamentação das atividades na zona rural (que será discutido mais adiante), o de promoção de saúde básica, onde propõe-se a implantação de unidades de saúde para atendimento dos moradores, e o da Secretaria de Bem-Estar Social (SEBES), que tem como meta

[o] fortalecimento da rede de proteção social básica territorializada implantada nas seis regiões de maior concentração de vulnerabilidade, criando os equipamentos físicos e respectivos serviços necessários para complementá-la, diretamente pela Secretaria ou entidades de assistência social (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, 2008, p. 83).

Ainda no contexto social, os moradores do antigo Asilo-Colônia Aimorés contam com a gestão da Sociedade Beneficente Dr. Eneias de Carvalho

Aguiar, que tem como propósito dar continuidade à gratuidade de diversos serviços e arcar com os custos da administração do imóvel, além de auxiliar e apadrinhar cidadãos em situação de vulnerabilidade – através de demanda gerida pela prefeitura –, dispondo da estrutura pré-existente do asilo-colônia para efetivar esse auxílio.

A administração das terras por parte da Sociedade/Caixa Beneficente, em teoria, poderia contribuir para a qualidade de gestão, se houvesse um planejamento integrado. Porém, não há muita transparência dos dados de arrecadação, seja com a exploração de recursos que foram implementados nas propriedades – como o cultivo de eucalipto – seja com o destino de doações. Também não fica claro o critério de inclusão de novos residentes em situação de vulnerabilidade nos complexos, os quais, em sua maioria, não pertencem ao grupo dos ex-internos, sendo oriundos de uma demanda social municipal que conta com a disponibilização das instalações dos asilos para atendê-los. Ainda que os moradores da colônia estejam dispostos a conceder abrigo a outras pessoas socialmente vulneráveis nas áreas não ocupadas – principalmente porque isso vai ao encontro das propostas de integração social dos complexos – o fato de não haver transparência nos critérios pode dar margem para o atendimento de pessoas do círculo dos próprios administradores que, neste caso, estariam sendo privilegiados com condições mais econômicas de moradia sem necessariamente serem os mais necessitados. De qualquer modo, essa inclusão é uma ação positiva na direção de eliminar o estigma social que ainda paira sobre os ex-internos.

A despeito da relevância desse complexo para o desenvolvimento do distrito de Jundiapéba e da trajetória da saúde pública em Mogi das Cruzes, apontada em diversas publicações – desde folhetos de divulgação até a página do *Diário Oficial do Município de Mogi das Cruzes*, o programa de metas do plano municipal de cultura, instaurado a partir da Lei n. 7.536 de 2019, que tem como “finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo” (PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES, 2019), não cita o Centro de Reabilitação no documento, nem propõe qualquer iniciativa de ativação do complexo, seja de caráter cultural ou de conscientização da memória desse patrimônio. O Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural

e Artístico (Comphap) é responsável pela gestão dos patrimônios do município de Mogi das Cruzes, porém, não há um acervo documental no antigo Asilo-Colônia Santo Ângelo.

As estratégias de resignificação do espaço e reintegração da população ao complexo são operadas por dois órgãos, o Condephaat e o próprio Cerapc, e a gestão municipal não interfere e nem o inseriu no planejamento territorial e cultural. A dificuldade de acesso, combinada às condições do entorno imediato, são barreiras difíceis de transpor para possibilitar o conhecimento deste patrimônio e salvaguardar as memórias dos acometidos pela hanseníase. Com isso, o município de Mogi das Cruzes pode desconsiderar, ao longo desses anos, a presença de um complexo que induziu o crescimento e a formação de um de seus distritos mais vulneráveis, o de Jundiapéba, reiterando a sistemática de deixar essas áreas indesejadas à margem e à mercê do mercado imobiliário.

## 2.2 A dimensão urbanística-ambiental

O terreno ocupado pelo Santo Ângelo foi desapropriado e tornou-se propriedade do Estado de São Paulo. Por dificuldades administrativas, os 130 hectares foram vendidos para a Santa Casa da Misericórdia de São Paulo, que, por sua vez, iniciou um processo de concessão de uso de pequenas parcelas de terras para os agricultores que se instalaram nas terras no entorno do Asilo-Colônia, oferecendo contratos de permissão de cultivo de verduras (PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES, 2019).

Em 1937, a Caixa Beneficente adquiriu uma área de pouco mais de dois hectares para exploração de lenha, inicialmente, onde posteriormente foi construído um edifício para abrigar um departamento de policultura, selaria e fábrica de sabão, além do cultivo de hortifruti, cuja produção abastecia tanto a colônia quanto o município. Os próprios internos adquiriram terras no entorno da colônia e iniciaram sua produção hortifrutigranjeira. Os vestígios desse processo, que foi iniciado com a implantação do asilo, permanecem até hoje, pois grande parte das terras arrendadas nesse período se mantiveram com as mesmas famílias (UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, [s.d.]).

O Asilo-Colônia Aimorés foi projetado como uma colônia agrícola, desde o início, seguindo as premissas de um projeto ideal de asilo-colônia.

Desenvolveu-se fortemente neste setor, talvez pela possibilidade de cultivo em áreas que se mantiveram preservadas, ou pela oportunidade de dispor do espaço sem interferência municipal. A Caixa Beneficente também auxiliava a produção das fábricas de sabão, de guaraná, de tijolos e de colchões que se instalaram no asilo-colônia, bem como o setor hortifrutigranjeiro, o de criação de gado leiteiro e o de porcos, produtos semelhantes aos produzidos no asilo-colônia Santo Ângelo. Toda a produção era distribuída para o consumo dentro do complexo e a excedente era revendida para os municípios limítrofes, que compravam os produtos por valores mais baixos. Cerca de 10 anos após sua inauguração, o asilo havia conquistado autossuficiência e estima-se que mais de 2,5 mil pessoas chegaram a viver no Aimorés entre 1933 e 1962 (PENHA, 2014).

Em 1956, uma família de imigrantes japoneses descobriu caulim em solo da região de Varinhas, próximo da área do Asilo-Colônia Santo Ângelo, iniciando-se um processo de exploração e venda do produto. O município de Mogi das Cruzes entrou em ascensão com a extração de vários recursos minerais como a areia, o granito, o próprio caulim, a argila, a gnaíse, a água mineral, o saibro e a argila refratária.<sup>11</sup> Toda essa exploração corroborou para o surgimento, ao longo do tempo, de diversos problemas socioambientais, tais como a contaminação da APA<sup>12</sup> e as investidas do mercado imobiliário, que desde esta época já preocupava a gestão do asilo-colônia.

A revisão do Plano Diretor de Mogi das Cruzes, estabelecida em 2019, reverteu algumas tendências de dinamização urbana que ocorriam, até então, no sentido leste, oposto ao do território do asilo-colônia. Investimentos fundiários, a execução de programas habitacionais advindos de parcerias e programas de regularização fundiária junto ao governo do estado de São Paulo se intensificaram e foram traçados diversos objetivos específicos para as centralidades dos distritos de Mogi das Cruzes (Figura 6), tais como:

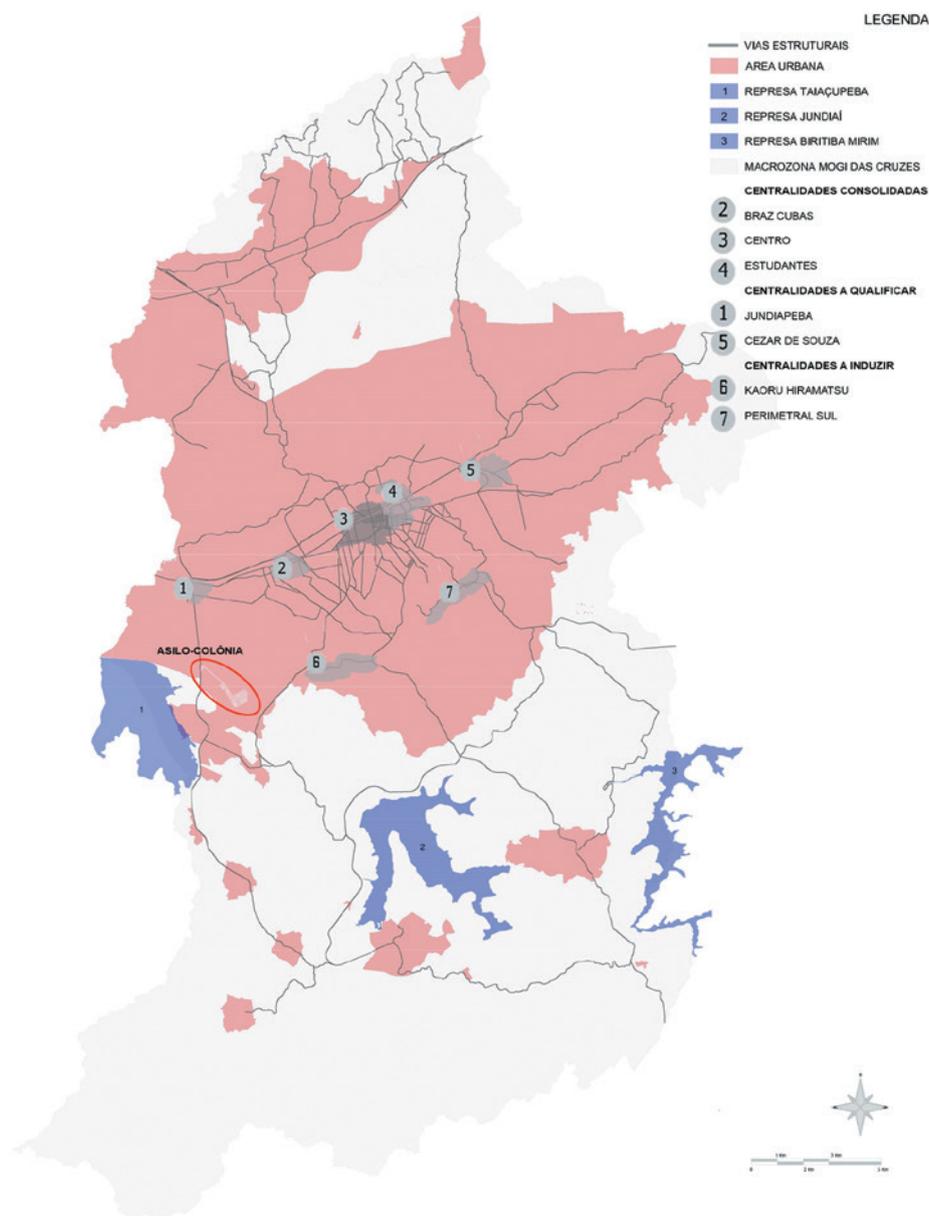
qualificar o conjunto de centralidades existentes nas áreas de ocupação consolidada, bem como ordenar o crescimento das novas centralidades nas áreas em processo de consolidação (PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES, 2019 Art. 5º, item II).

11. Para consulta, acesse: <http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2017/02/mogi-e-2-maior-produtora-de-minerais-da-grande-sp-aponta-estudo.html> (MOGI..., 2017).

12. Para consulta, acesse: <https://www.noticiasdeminerao.com/seguran%C3%A7a/news/1372308/pol%C3%ADcia-encontra-material-contaminante-dentro-de-mineradora-em-s%C3%A3o-paulo> (POLÍCIA..., 2019).

FIGURA 6

Centralidades urbanas no município de Mogi das Cruzes. Crédito: elaboração própria sobre dados da Lei Complementar nº 150/19, Capítulo II,<sup>13</sup> 2022.



13. Centralidades Consolidadas – apoiadas por “presença significativa de infraestrutura urbana e equipamentos urbanos, sociais ou comunitários públicos [estações de trens] e terminais de ônibus”. Possuem áreas livres qualificadas e “desempenham um papel estratégico e de influência sobre as demais áreas” (Lei Complementar nº 150/19, Art. 19).

O território do antigo Asilo-Colônia Aimorés, hoje Instituto Lauro de Souza Lima, no município de Bauru, compreende não somente as áreas do complexo propriamente dito, mas também as que conformaram os bairros ocupados pelas famílias e pelos próprios doentes após o afrouxamento da política de isolamento compulsório e que se encontram hoje dentro do perímetro urbano, conforme consta na Lei n. 7.116, de 2018.

Apesar de estar definido como parte das Zonas de Urbanização Controlada, na atualização cartográfica emitida em agosto de 2022, também está inserido nas Zonas Especiais de Interesse Social, onde incluem-se o Parque Santa Terezinha e a Vila Aimorés (área residencial do Instituto Lauro de Souza Lima). Conforme consta na Lei n. 5.631, de 2008, as Zonas Especiais de Interesse Social se constituem como glebas ou terrenos públicos ocupados por favelas, áreas verdes ou institucionais, onde existe interesse público em promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a produção e a manutenção de habitações de interesse social, incluindo equipamentos públicos, comércio e serviço local (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, 2008, p. 21)

Apesar dos processos de regularização fundiária das áreas dos antigos asilos-colônia dos dois municípios possuírem diretrizes nos seus respectivos planos diretores, há casos em que é a Caixa Beneficente que possui o título da propriedade e mantém contratos de concessão de uso para os que nelas residem, o que impede a aplicação dos direitos legais estabelecidos através do Art. 1.390 do Código Civil, que define as formas de usufruto de bens e garante a concessão de propriedade principalmente aos internos que construíram eles próprios suas casas e nelas residem com suas famílias.

O CERAPC está inserido em uma Macrozona de Ocupação Periurbana e com áreas entre Zonas Especiais de Interesse Social voltadas para a

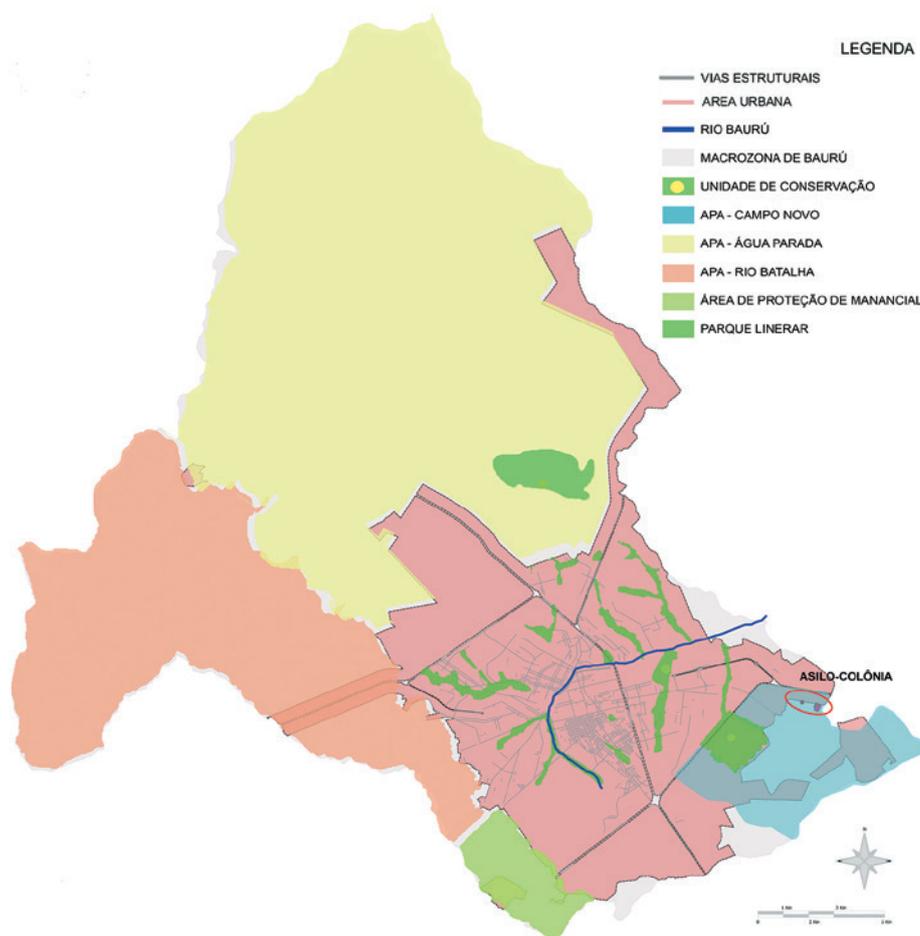
promoção e a regularização fundiária e urbanística dos assentamentos precários e irregulares existentes, localizados em áreas públicas ou privadas, urbanas ou rurais, bem como o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social voltados predominantemente à provisão de moradias para a população de baixa renda (PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES, 2019 Art. 31, fl. 33).

A área específica em que se encontra o território do antigo Asilo-Colônia Aimorés constitui o Setor de Planejamento Rural, estabelecido no Art. 11 da Lei 5.631 de 2008, que é composto por “áreas com utilização

predominantemente rural, localizadas fora das áreas definidas em lei como perímetro urbano” (p. 6), que ficam sob responsabilidade dos Planos de Manejo das respectivas áreas de preservação, neste caso, a Área de Preservação Ambiental (APA) Vargem Limpa – Campo Novo (Figura 7), em que foram realizadas as etapas de Diagnóstico Socioambiental, Planejamento, Zoneamento e Publicação da Portaria de Regulamentação.

FIGURA 7

Perímetro urbano e áreas de preservação do município de Bauru. Crédito: elaboração própria, 2022 sobre dados da Lei n. 7.116, de 2018.



Foi realizada uma oficina participativa para a formulação do Plano de Manejo da APA Vargem Limpa – Campo Novo. Nessa oficina, representantes

da Secretaria de Planejamento (Seplan), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Sagra), da Secretaria do Meio Ambiente (Semma), representantes das empresas interessadas e demais técnicos, servidores, agricultores, moradores e estudantes da Unesp, totalizando 30 participantes, discutiram a regulamentação do licenciamento das atividades na zona rural e adequaram o diagnóstico socioambiental estabelecido pela empresa contratada, Arcadis Logos S/A (SILVA; SALLES, 2020).

No documento de planejamento, disponibilizado pela Prefeitura de Bauru, denominado Plano de Manejo da APA Vargem Limpa – Campo Novo, encontraram-se algumas considerações a respeito das “fragilidades” da Zona. Reconhece-se que:

a ausência de atividades e instrumentos de divulgação que apresentem a importância histórico-cultural do Instituto Lauro de Souza Lima na região pode ser considerada também uma das fragilidades para manutenção e recuperação deste patrimônio (SILVA; SALLES, 2020, p. 35).

Esse mesmo documento sugere que sejam “restritos os usos para adensamento e novos parcelamentos do solo, uma vez que a área deve assegurar a preservação do patrimônio” (SILVA; SALLES, 2020, p. 35). Contudo, a Zona de Interesse Histórico-Cultural, onde o complexo está inserido, se encontra envolvida por áreas de reflorestamento, anteriormente relacionadas às atividades de cultivo da cana-de-açúcar e zonas industriais de diferentes segmentos, impedindo qualquer iniciativa de reintegração do espaço.

Observa-se, portanto, que as estratégias de preservação dos asilos em consonância com a preservação das APAs poderiam alavancar a visibilidade e minimizar as vulnerabilidades de ambos. Isso seria possível, por exemplo, com a junção das APAs e as Unidades de Conservação no entorno do Instituto Lauro de Souza Lima, antigo Asilo-Colônia Aimorés. No entanto, o plano de manejo deixa a gestão do asilo a cargo do Instituto, com autonomia de atuação intramuros, enquanto promove ações específicas e mais rigorosas para a preservação das APAs.

O Instituto mantém a vigilância 24 horas no complexo e solicita viaturas regularmente para observação da movimentação e segurança dos funcionários e moradores, devido à presença de uma ocupação irregular no entorno. Além disso, há um projeto em curso, de construção de um

muro para cercar todo o complexo, com o intuito de prevenir a ocupação de outras áreas, como o Bairro do Limão e o Bairro Jardim Brasil, em especial, das residências desabitadas.

Observa-se que as estratégias traçadas para solução de casos no âmbito social vão de encontro às diretrizes urbanístico-ambientais estabelecidas para essas áreas, pois a promoção de equipamentos públicos, pavimentação das vias, ampliação de serviços de transporte, recuperação das áreas verdes e de lazer, regularização fundiária e qualificação dos serviços públicos são estratégias que ativariam o complexo e certamente aumentariam a segurança, sem a necessidade de murá-lo e consolidá-lo como enclave no território estabelecido.

Embora a administração do Centro de Reabilitação Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti afirme que as lideranças das comunidades do entorno foram contatadas e que estão de acordo com a construção do muro, há questões que podem gerar conflitos futuros, como a restrição de uso dos equipamentos de lazer, a liberdade de circulação por caminhos criados pela comunidade que passam hoje por dentro do complexo e que obrigarão os moradores a contornar o seu perímetro, assim como ações de desocupação do entorno por parte da municipalidade, que podem ser acionadas a partir da conclusão dos muros de proteção. Além dessa proposta controversa para cercar o complexo, que restringirá a reintegração social dos residentes e dos moradores que se fixaram no entorno, a dificuldade de manter a segurança em uma área tão afastada tem criado um tensionamento com a instituição, fato que certamente seria solucionado se houvesse uma maior participação direta da administração municipal.

### 2.3 Os territórios culturais remanescentes e a memória individual

Os distintos processos vividos pelos membros de famílias atingidas pela hanseníase, decorrentes, principalmente, dos estigmas que lhes foram imputados direta ou indiretamente – como é o caso dos filhos separados de pais – é um aspecto pouco considerado nas discussões sobre os danos psíquicos causados. Enquanto a forma de tratar outras doenças esteve sempre atrelada aos preceitos científicos, seja do ponto de vista médico ou social, o estigma ancestral, perpetrado pelo viés religioso, condicionou sucessivas gerações ao isolamento, por muitos anos.

Isolados da sociedade, os acometidos pela hanseníase promoveram e ressignificaram o conceito de hospital de isolamento. A capacidade de resiliência comunitária promoveu a formação de diferentes núcleos afetivos, desde a constituição de uma família até rodas de amigos, com descobrimento de novas aptidões e a construção de uma vida intramuros.

O tombamento dos exemplares da rede de profilaxia da hanseníase teve como princípio a importância da preservação simultânea do conjunto. Isso, de fato, garantiu uma leitura da criação do conjunto de asilos como uma estratégia sistêmica para responder ao tratamento dos doentes de hanseníase. Por outro lado, a partir da análise mais aprofundada dos dois asilos-colônia objetos deste estudo, foi possível reconhecer elementos contrastantes nas memórias dos ex-internos. O entendimento destes territórios como um conjunto formado por projetos-modelo ressalta e valoriza as características que eles têm em comum: a implantação da política de isolamento compulsório; as edificações caracterizadas para cada função; a distribuição espacial a partir da concepção de ambientes hospitalares, entre outras semelhanças. Contudo, a pesquisa mostrou que o que torna estes espaços um território é “o reconhecimento inédito do espaço vivenciado” individualmente e o trabalho desenvolvido pelos grupos de criação de seus próprios costumes, cerimônias e construções culturais (POULOT, 2009).

A partir de consulta aos resultados de uma investigação da história oral, evidenciada por documentários produzidos por diferentes produções,<sup>14</sup> foi possível constatar memórias que não estavam apenas vinculadas à consciência das violações dos direitos humanos e da prática de repreensões e limitações aos ex-internos, mas também a momentos do cotidiano, de afetos e de conquistas, conforme segue exemplo de depoimento:

A minha profissão foi porque eu precisava ganhar dinheiro. Fazer alguma coisa. (...) Apesar de tudo, eu não joguei meu tempo fora. Estudei, aprendi música e a profissão de alfaiate. Mas essa não era a vida que eu queria ter vivido (PENHA, 2014, p. 45).

14. Disponíveis em diferentes repositórios, como os da Biblioteca Virtual da Saúde e da Fiocruz. São documentários produzidos por diretores amadores, como o de Diogo Azuma sobre o Asilo-Colônia Aimorés em seu Projeto Experimental de Comunicação Social; as reportagens de William Tanida sobre o Hospital de Reabilitação Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti; e os documentos dos movimentos de representação das pessoas afetadas, tais como os disponíveis no portal do Morhan.

Então aqui é onde todos os internados, à tarde, vinha aqui, se unia ficava aí vendo o jogo de bilhar, assistia o cinema. Bom, depois que construiu esse prédio aqui, foi as maiores diversões que nós tínhamos (FALZONI, 2010, 08'05").

Conquistei várias amizades que conservo até hoje, que ainda temos. E enfim, embora tenha muita dor, muito sofrimento, eu fui um privilegiado aqui (GIACCHINO, 2013, 26'06").

Lembranças como essas são comuns aos ex-internos dos asilos e contrastam com os relatos dos filhos que foram separados dos pais desde o nascimento e encaminhados a preventórios, que nem sequer possuem a lembrança de uma vida anterior vivida. Apesar do sofrimento, os asilos proporcionavam uma forma de vida coletiva que construía um sentimento de pertencimento ao longo do tempo, enquanto para os que sempre viveram nos preventórios, que funcionavam como colégios internos, não havia qualquer referência ou memória de outro tipo de vida e a experiência com o mundo, antes proibido, só ocorria após a maioridade.

Portanto, as memórias coletivas do cotidiano que cada grupo construiu em cada um dos asilos também merecem fazer parte da história destes territórios. Os diferentes e às vezes contraditórios sentimentos relatados pelos moradores das colônias demonstram que as pequenas coisas que permeavam o cotidiano é que resgatavam a esperança, a expectativa para uma mudança, mas principalmente a curiosidade para os que pouco conheceram a vida fora dos muros.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação dos cinco asilos-colônia do estado de São Paulo foi estabelecida a partir da tentativa de reparação e reconhecimento da violação dos direitos humanos ocorridos no período de tratamento a partir do isolamento compulsório. Entretanto, as resoluções de tombamento acabaram por incidir apenas sobre o conjunto de edificações, dada a limitação do próprio instrumento, uma vez que para a aplicação de outras escalas de tombamento seriam necessários estudos mais aprofundados sobre os territórios em que estão inseridos, o que estenderia o tempo de estudo para abarcar os cinco asilos e comprometeria a possibilidade de garantir um primeiro nível de proteção ao conjunto, ação que também colaborou com a intensificação da discussão sobre os direitos à memória e à reparação.

Como foi possível evidenciar, porém, o valor atribuído aos remanescentes dos asilos não foi atrelado às narrativas dos detentores das memórias desses complexos e menos ainda à sua importância para a história local ou para o planejamento dos municípios nos quais estão inseridos. Além disso, os pedidos de tombamento foram deflagrados pelas entidades gestoras ou pelos próprios técnicos do Condephaat, ou seja, em nível supramunicipal, sem discussão sobre os mecanismos de preservação e reutilização dos patrimônios para atendimento das demandas locais.

A seleção e o estudo de dois exemplares remanescentes da rede de profilaxia da hanseníase, o Asilo-Colônia Santo Ângelo, em Mogi das Cruzes, e o Asilo-Colônia Aimorés, em Bauru, possibilitaram a identificação de formas de uso e ocupação do território desenvolvidas no entorno que podem ser estratégicas e definidoras, no sentido de atuar a favor ou contra a ressignificação destes espaços. Trata-se de equipamentos complexos, cuja escala implica diretamente uma disputa pelo espaço periurbano das cidades. Nesse sentido, o tombamento os preserva como enclaves, não como territórios constituídos socialmente.

Da forma como foi realizado o tombamento, também não estaria ao seu alcance o controle sobre a dinâmica urbana do entorno, mas talvez o diálogo com os planos diretores locais fosse possível, não houvesse um abismo entre níveis de gestão e a setorização das ações entre secretarias de um mesmo nível governamental.

As atividades promovidas pelos movimentos que representam as pessoas atingidas pela hanseníase, tais como o Morhan e a Fundação Paulista contra a Hanseníase, além de constituírem um coletivo de luta pelos direitos dos doentes, lideram debates judiciais e promovem espaços de manifestação e troca de informações entre os asilos-colônia, como visto. Esses espaços pretendem ser permanentes e intermediar as estratégias de atuação e resiliência, principalmente dos que ainda moram nos asilos-colônia.

Por outro lado, isso não elimina a necessidade de articulação de outros entes envolvidos ou que possuem os instrumentos para atuação sobre a preservação, tais como as instituições de cultura e planejamento municipais, as representações de bairros do entorno, as entidades gestoras dos complexos e os representantes governamentais. Porém, as experiências de preservação recentes mostraram que o percurso invertido, ou seja, o

reconhecimento e a preservação a partir das demandas e da participação dos moradores, seja a partir de associações, de coletivos ou individualmente, pode se tornar mais sustentável. A inclusão da área no planejamento social e cultural local pode repercutir diretamente na visibilidade histórica do conjunto e colaborar para a transformação dos asilos-colônia em lugares de memória para todos, objetivo final dos próprios tombamentos.

## AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio, por meio de bolsa de mestrado (proc.: 2021/03248-0).

## REFERÊNCIAS

AMORA, A. A. Utopia ao avesso nas cidades muradas da hanseníase: apontamentos para a documentação arquitetônica e urbanística das colônias de leprosos no Brasil. *Cadernos de História da Ciência*, v. 1, p. 23-53, 2009.

BARRETO, João de. *Arquivos de Higiene*, v. 5, n. 1, p. 119-130, 1935. In: RODRIGUES, I. C. *Chagas da exclusão: internação compulsória e Leprosário do Padre Bento (São Paulo 1930-1986)*. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

BEZERRA, D.; MARCHI, D. M. Memórias dolorosas e dificuldades narrativas no processo de extroversão do passado: o caso de dois memoriais em espaços de saúde no Rio Grande do Sul. In: MARCHI, D. D. M.; KNACK, D. M.; POLONI, R. J. S. (Orgs.). *Memória e patrimônio: tramas do contemporâneo*. Porto Alegre: Casalettras, 2019. p. 24-38.

BRANDÃO, L. Projeto de Lei nº 1.287, de 2019 (PL 1287/19). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000312796>. Acesso em: 1 mar. 2022.

CAMPOS, C. *São Paulo pela lente da higiene: as propostas de Geraldo de Horácio Paula Souza para a cidade (1925-1945)*. São Carlos: Rima, 2002.

CASTRO, E. A. *A arquitetura do isolamento em Curitiba na República Velha*. Curitiba, 2004.

CAPORRINO, A. W.; UNGARETTI, A. A. P. Remanescentes de um passado indesejado: os estudos de tombamento dos exemplares da Rede Paulista de Profilaxia e Tratamento da Hanseníase. *Revista CPC*, n. 21 especial, p. 119-163, 2016.

COSTA, A. P. S. Asilos colônias paulistas: análise de um modelo espacial de confinamento. Goiânia, 2014, p. 78-98. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA, TECNOLOGIA E PROJETO: forma urbana: rupturas e continuidades. Universidade Estadual de Goiás. *Anais...*, Goiânia, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/siarq/article/view/4607/2685>. Acesso em: 1 mar. 2022.

COSTA, A. P. S. *Asilos colônias paulistas: análise de um modelo espacial de confinamento*. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

CUNHA, E. Devolvendo a identidade: a antropologia forense no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 71, n. 2, p. 30-34, 2019.

CUNHA, V. da S. *O isolamento compulsório em questão*. Políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941). 2005. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

CURI, L. M. *Defender os sãos e consolar os lázaros: lepra e isolamento no Brasil 1935/1976*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

FALZONI, R. *Memórias internas*. Youtube, 2010. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=vSkIMX1HCiE&t=348s&ab\\_channel=RenatoFalzoni](https://www.youtube.com/watch?v=vSkIMX1HCiE&t=348s&ab_channel=RenatoFalzoni). Acesso em: 22 dez. 2022.

GIACCHINO, M. *Tradições do interior*: Instituto Lauro de Souza Lima. Youtube, 2013. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Wwze6HiBUME&t=13s&ab\\_channel=TVUnesp](https://www.youtube.com/watch?v=Wwze6HiBUME&t=13s&ab_channel=TVUnesp). Acesso em: 22 dez. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Resolução SC – 109, 07 de novembro de 2018. *Diário Oficial Poder Executivo* – Seção I, v. 128, n. 212, p. 62-3, 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Reuniões e pautas – Sessão Ordinária 1747a*. Disponível em: [http://condephaat.sp.gov.br/reunioes-e-pautas/action~agenda/page\\_offset~4/time\\_limit~1483236000/request\\_format~json/](http://condephaat.sp.gov.br/reunioes-e-pautas/action~agenda/page_offset~4/time_limit~1483236000/request_format~json/). Acesso em: 22 dez. 2022.

LINS, A. B. Dos pavilhões isolados “tipo Carville” de habitação coletiva em hospitais colônias no Brasil do século XIX, à racionalização projetual de “micro-cidades”: “revolução arquitetural” modernista de Luiz Nunes no século XX. Belo Horizonte, 2018. p. 02-29. In: II SIMPÓSIO CIENTÍFICO 2018 – ICOMOS BRASIL, Universidade Federal de Minas Gerais. *Anais...*, Belo Horizonte, v. 2. 2018. Disponível em: [https://a4710af6-0222-4feo-81d1-9f11aeebb925.filesusr.com/ugd/588860\\_4ae2900763c04ce99051c3dd16497bee.pdf](https://a4710af6-0222-4feo-81d1-9f11aeebb925.filesusr.com/ugd/588860_4ae2900763c04ce99051c3dd16497bee.pdf). Acesso em: 1 mar. 2022.

MARCHI, D. D. M.; KNACK, D. D. M.; POLONI, R. J. S. (Orgs.). *Memória e patrimônio: tramas do contemporâneo*. Porto Alegre: Casalettras, 2019.

MENEGUELLO, C.; BORGES, V. Patrimônio, memória e reparação: a preservação dos lugares destinados à hanseníase no estado de São Paulo. *Patrimônio e Memória*, v. 14, p. 345-374, 2018.

MOGI é a 2ª. maior produtora de minerais da Grande SP, aponta estudo. *G1 Notícias*, 27 fev. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2017/02/mogi-e-2-maior-produtora-de-minerais-da-grande-sp-aponta-estudo.html>. Acesso em: 22 dez. 2022.

PENHA, D. *Memórias do Aimorés: 7 retratos da internação compulsória*. Bauru: Instituto Lauro de Souza Lima, 2014.

POLÍCIA encontra material contaminante dentro de mineradora em São Paulo. *Notícias de Mineração Brasil*, 26 set. 2019. Disponível em: <https://www.noticiasdemineracao.com/seguran%C3%A7a/news/1372308/pol%C3%ADcia-encontra-material-contaminante-dentro-de-mineradora-em-s%C3%A3o-paulo>. Acesso em: 22 dez. 2022.

POULOT, D. *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES. Lei complementar n. 150, de 26 de dezembro de 2019. Institui o Plano Diretor do Município de Mogi das Cruzes, e dá outras providências. Mogi das Cruzes, 2019. Disponível em: <https://www.mogidascruzes.sp.gov.br/public/site/doc/202001161856435e20ceob36edc.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. Lei n. 5631, de 22 de agosto de 2008. Institui o Plano Diretor do Município de Bauru. Bauru, 2019. Disponível em: [https://sapl.bauru.sp.leg.br/generico/viewerJS/viewerJS\\_index\\_html?cod\\_norma=5812#https://sapl.bauru.sp.leg.br/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/5812\\_texto\\_integral.odt?16987148893](https://sapl.bauru.sp.leg.br/generico/viewerJS/viewerJS_index_html?cod_norma=5812#https://sapl.bauru.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/5812_texto_integral.odt?16987148893). Acesso em: 22 dez. 2022.

SILVA, C. C. S. *Crianças indesejadas: estigma e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha, 1930-1967*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, J. F. da; SALLES, C. *Proteção ambiental municipal da APA Vargem Limpa – Campo Novo: relatório da Oficina de Apresentação de Diagnóstico*. Bauru: Arcadis Logos, 2020.



# A PRESERVAÇÃO DO SABER-FAZER:

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE RESTAURO  
DAS FACHADAS E ESQUADRIAS DO FORTIM DOS  
EMBOABAS

**LIZIANE PERES MANGILI**, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, SÃO JOÃO DEL-REI, MINAS GERAIS, BRASIL

Arquiteta e urbanista, especialista em Restauração e Reabilitação do Patrimônio Histórico (Universidade de Alcalá de Henares) e Cooperação Internacional (Universidade Politécnica de Madrid); mestre em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo (Instituto de Arquitetura e Urbanismo-Universidade de São Paulo); doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-Universidade de São Paulo). Docente da Universidade Federal de São João del-Rei.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7604-9228>

E-mail: [liziane.mangili@ufsj.edu.br](mailto:liziane.mangili@ufsj.edu.br)

**ANA LAURA FERREIRA AVELAR**, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, SÃO JOÃO DEL-REI, MINAS GERAIS, BRASIL

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de São João del-Rei, ex-bolsista do Projeto de Extensão Restauração e Conservação do Centro de Referência de Cultura Popular Max Justo Guedes – Fortim dos Emboabas e bolsista do Projeto de Extensão Visitas Mediadas no Centro Histórico de São João del-Rei.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-8389-6366>

E-mail: [avelar.analaura.f@gmail.com](mailto:avelar.analaura.f@gmail.com)

**BIA FERRAREZI**, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, SÃO JOÃO DEL-REI, MINAS GERAIS, BRASIL

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de São João del-Rei, ex-bolsista do Projeto de Extensão Restauração e Conservação do Centro de Referência de Cultura Popular Max Justo Guedes – Fortim dos Emboabas e orientanda de iniciação científica na área de teorias do patrimônio cultural.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-3771-5066>

E-mail: [biaferrarezi.arqurb@gmail.com](mailto:biaferrarezi.arqurb@gmail.com)

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i36p73-105>

**RECEBIDO**

20/03/2023

**APROVADO**

09/10/2023

# **A PRESERVAÇÃO DO SABER-FAZER: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE RESTAURO DAS FACHADAS E ESQUADRIAS DO FORTIM DOS EMBOABAS**

LIZIANE PERES MANGILI, ANA LAURA FERREIRA AVELAR, BIA FERRAREZI

## **RESUMO**

As relações intrínsecas entre materialidade e imaterialidade estão, cada vez mais, sendo incorporadas no entendimento daquilo que se configura como patrimônio cultural e nas políticas de preservação. Na prática da preservação, essa indissociabilidade entre tangível e intangível mostra-se latente, a ponto de diagnosticar-se, em projetos de restauro, que a perda de um saber-fazer implica diretamente na perda do suporte material representativo de uma determinada cultura. Nesse contexto, este artigo parte do relato do desenvolvimento do Projeto de Restauro das Fachadas e Esquadrias do Fortim dos Emboabas, edificação de adobe do início do século XVIII, patrimônio cultural de São João del-Rei, Minas Gerais, para debruçar-se sobre a preservação do saber-fazer. Primeiro, buscamos mostrar como a perda de um saber associado a uma técnica construtiva pode conduzir, em última instância, às perdas materiais do bem cultural, ao abordarmos o uso de argamassas cimentícias sobre suportes de arquitetura de terra. Depois, levantamos algumas questões sobre a preservação da técnica e como ela tem sido abordada pelas políticas de preservação do patrimônio cultural. As análises mostram que, embora parta de uma visão holística do patrimônio por meio do conceito de referência cultural, a preservação das técnicas construtivas tradicionais ainda é vista como um fim para a preservação dos artefatos materiais e não como processo que encerra significados e é componente cultural vivo.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Patrimônio imaterial. Processos construtivos. Construções de abode.

# **PRESERVING KNOW-HOW: CONSIDERATIONS ON THE PROJECT TO RESTORE THE FAÇADES AND FRAMES OF THE EMBOABAS FORT**

LIZIANE PERES MANGILI, ANA LAURA FERREIRA AVELAR, BIA FERRAREZI

## **ABSTRACT**

The intrinsic relationship between materiality and immateriality is increasingly being incorporated into the understanding of what constitutes cultural heritage and preservation policies. In the practice of preservation, this inseparability between the tangible and the intangible is latent, to the point where we can diagnose, in restoration projects, that the loss of know-how directly implies the loss of the material support that represents a given culture. In this context, this article starts by reporting on the development of the Restoration Project of the Facades and Window and Door Frames of Fortim dos Emboabas, an adobe building from the early 18th century that is part of the cultural heritage of São João del-Rei, Minas Gerais, Brazil, in order to focus on the preservation of know-how. First, we try to show how the loss of knowledge associated with a construction technique can ultimately lead to material losses of the cultural asset, by addressing the use of cement mortars on earthen architectural supports. We then raised some questions about the preservation of the technique and how it has been approached by cultural heritage preservation policies. The analysis shows that, although it comes from a holistic view of heritage through the concept of cultural reference, the preservation of traditional building techniques is still seen as an end to the preservation of material artifacts, and not as a process that contains meanings and is a living cultural component.

## **KEYWORDS**

Intangible heritage. Construction techniques. Adobe building-system.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos o Projeto de Restauro das Alvenarias Externas e Esquadrias do Fortim dos Emboabas e abordamos algumas questões, surgidas a partir do projeto, que nos permitem pensar o papel das intangibilidades associadas ao patrimônio material. Mais especificamente, buscamos mostrar como a perda de um saber associado a uma técnica construtiva pode conduzir, em última instância, às perdas materiais do bem cultural. Apresentamos questões que relativizam as hierarquias entre tangível e intangível no patrimônio, defendendo uma visão holística e integrada do trabalho de restauração.

A incorporação do patrimônio intangível ou imaterial, como é chamado, às discussões realizadas no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e dos países ocidentais ocorre a partir da década de 1980, muito devido à influência da prática de preservação dos países orientais e do Terceiro Mundo, em um contexto de expansão cronológica, tipológica e geográfica do patrimônio cultural após a Segunda Guerra Mundial. Essa concepção oriental de patrimônio<sup>1</sup> não

1. Segundo Sant'Anna (2009, p. 52), a primeira legislação japonesa de preservação do patrimônio cultural, de 1950, “deu incentivo e apoio a pessoas e grupos que mantêm as tradições cênicas, plásticas, ritualísticas e técnicas que compõem esse patrimônio”. Mais tarde, essa e outras políticas bem-sucedidas de países orientais inspiraram o programa Tesouros Humanos Vivos da Unesco, do qual trataremos mais adiante.

só influenciou como abalou as bases sob as quais foi constituído o campo patrimonial no Ocidente, cuja prática está “fundada na conservação do objeto, na sua autenticidade e em uma condição legal baseada na limitação do direito de propriedade” (SANT’ANNA, 2011, p. 195).

No Brasil, de forma similar ao caso francês (CHAOY, 2001), o *corpus* patrimonial foi constituído basicamente por coisas, das quais foram ressaltados prioritariamente os valores históricos e estéticos, pelos especialistas, antes que pelos variados grupos sociais que usufruem desses objetos patrimoniais e espaços.<sup>2</sup> O primeiro projeto para um serviço do patrimônio brasileiro trazia em seu cerne uma visão mais holística do patrimônio, embora isento da preocupação de reconhecer os valores atribuídos pelos diferentes grupos sociais. Tratava-se do anteprojeto desenvolvido por Mário de Andrade, a pedido do então ministro da educação, Gustavo Capanema (ANTEPROJETO..., 2002). No entanto, apenas parte do projeto foi levada a efeito: o Decreto-Lei n. 25, de 30/11/1937, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” tem muito da proposta de Mário de Andrade, porém, foram suprimidas partes que mostravam um entendimento mais antropológico da cultura.

Outro momento considerado como um avanço na integração entre patrimônio material e imaterial foi a atuação de Aloísio Magalhães junto ao Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), de 1975 a 1979, e na presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) entre 1979 e 1982. No CNRC, Magalhães dirigiu uma equipe multidisciplinar que trouxe novos olhares sobre o patrimônio cultural brasileiro, baseado na busca por uma identidade nacional mais representativa, valorizando manifestações culturais populares e colocando protagonismo em grupos e comunidades na composição e na preservação do patrimônio (MINDLIN, 1983; FONSECA, 1997). Sua gestão e a de seu antecessor, Renato Soeiro (1967 a 1979), possibilitaram maior abertura do órgão às demandas da sociedade, com tombamentos de bens reivindicados por grupos locais e com valores para além do histórico e artístico (FONSECA, 1997), embora ainda se mantivesse (MANGILI, 2015) um alinhamento ao “discurso autorizado do patrimônio” (SMITH, 2006).

2. Para não nos estendermos na historiografia patrimonial brasileira, indicamos sobre esse tema: Arantes (1987), Motta (1987), Sant’anna (1995), Santos (1992), Rubino (1996), Fonseca (1997) e Santos (2007).

A Constituição Federal de 1988 reforçou a participação da sociedade nos assuntos patrimoniais, ampliando a definição de patrimônio cultural, que passava a englobar formas de expressão e modos de criar, fazer e viver (BRASIL, 1988). No entanto, uma política para o patrimônio imaterial só foi instaurada juridicamente no ano 2000, por meio do Decreto n. 3551, de 4 de agosto, que instituiu o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro” e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (BRASIL, 2000). O decreto estabelece quatro Livros de Registros: I – dos Saberes, “onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”; II – das Celebrações, “onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social”; III – das Formas de Expressão, “onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas”; e IV – dos Lugares, “onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas” (BRASIL, 2000).

Neste artigo, nos debruçamos mais especificamente nos saberes – que chamamos de saber-fazer – relacionados às técnicas construtivas tradicionais e à sua preservação. A pertinência e possibilidades de preservação das técnicas construtivas tradicionais vêm sendo discutidas por alguns autores, além de experimentadas em ações desenvolvidas pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural.<sup>3</sup> É consensual entre eles que o saber-fazer é uma manifestação da cultura e, portanto, deve ser preservado tanto quanto o produto desse saber “do ponto de vista interno à cultura e à experiência social, produto e processo são indissociáveis”, conforme explica Arantes (2006, p. 17):

O cabedal produzido pelo trabalho de gerações de praticantes de determinada arte ou ofício é algo mais geral do que cada peça produzida ou executada, do que cada celebração realizada. É conhecimento; é tecnologia; é linguagem verbal, gráfica, cênica, coreográfica e musical; são visões de mundo coletivas e difusas. Mas, em contrapartida, encontram-se em cada obra ou na lembrança que se tem dela, o testemunho do que alguém é capaz de fazer. O produto feito encerra a autoria individual e o fazer coletivo, a capacidade de repetir um gesto

3. Essas iniciativas serão apresentadas na parte 4 deste texto.

e de modificá-lo, mantendo viva – mas nunca idêntica – a tradição, já que nas frases ditas, a linguagem se perpetua e constantemente renova.

Nobuo Ito (2005, p. 116) também defende que os saberes relacionados às técnicas construtivas devem ser considerados patrimônio imaterial, uma vez que fazem parte da atividade cultural humana:

*since the construction of buildings and places is a kind of human cultural activity, skill/technique involved in the construction should be recognized as intangible heritage.*<sup>4</sup>

O autor usa uma metáfora muito ilustrativa das imbricações entre tangível e intangível, comparando o patrimônio a uma corda cujos fios entrelaçados seriam seus componentes material e imaterial. Ito demonstra como as ações de escolher o local de implantação, as unidades de medida usadas, a determinação dos ângulos, o desenvolvimento e o uso de ferramentas, e até mesmo as determinações políticas que influenciam no sistema de construção são parte da cultura inerente a cada localidade. Por isso, não apenas os monumentos deveriam ser reconhecidos como patrimônio, mas também os conhecimentos ao redor da sua produção.

Conforme Márcia Sant’anna (2011), o modo japonês de concepção do patrimônio influenciou enormemente a incorporação, no mundo ocidental, da valorização também do processo (e não apenas do produto) e voltou os olhares para o reconhecimento de outros valores ao patrimônio, questão que se tornou crucial para um entendimento do patrimônio cultural na perspectiva atual.<sup>5</sup>

Ou seja, é preciso reconhecer e integrar os diversos significados que os bens assumem para os distintos grupos sociais de modo a não recair no “uso cultural da cultura” (MENESES, 2012, p. 29), um uso que “privilegia as

4. Uma vez que a construção de edifícios e lugares é um tipo de atividade cultural humana, as competências/técnicas envolvidas na construção devem ser reconhecidas como patrimônio imaterial. (Tradução nossa).

5. Davallon (2014, 2015) menciona um “giro patrimonial” a partir do qual a visão objetivista do patrimônio – aquela calcada na crença de que os objetos têm valores intrínsecos – é substituída por uma visão substancialista, na qual o entendimento é o de que os sujeitos atribuem valores e significados, estes constituintes do que é definido como patrimônio. Na área da antropologia, alguns autores falam de um “giro participativo”, quando então tem-se tentado a democratização na gestão do patrimônio por meio do paradigma da participação. Ver Cortés-Vázquez; Jiménez-Esquinas e Sánchez-Carretero (2017) e Sánchez-Carretero (2022).

representações que eliminam as práticas”. Em outras palavras, a eliminação das práticas significa o desprendimento da habitualidade, do uso cotidiano atrelado a valores simbólicos – cognitivo, afetivo, pragmático – em função de valores formais estáveis, definidos e restritos, na maioria das vezes, aos especialistas.

Preservar o conhecimento não é algo simples, uma vez que depende de pessoas. O saber corporificado, como menciona Meneses (2012, p. 31), depende da “atividade cultural humana” e tudo ao que está a ela implicado (ITO, 2005, p. 116), e depende, ainda, dos significados, das práticas geradoras de valores atrelados ao que é materialmente produzido. Por isso, a preservação das técnicas construtivas tradicionais nos parece a mais complexa dentre as quatro categorias elencadas pelo Decreto n. 3551. Como veremos adiante, as iniciativas nessa direção são envoltas em muitas contradições, embora a sua relevância seja evidente.

As reflexões em torno dessas ambiguidades são o mote deste texto, estruturado em cinco partes. Após a introdução, apresentamos brevemente o Fortim dos Emboabas e o desenvolvimento de seu projeto de restauro. Na parte 3, fazemos algumas considerações sobre o uso da argamassa cimentícia em edificações históricas, questão a partir da qual surgiram as inquietações sobre a preservação das técnicas construtivas, explicitadas neste texto. Na quarta parte, buscamos analisar as principais iniciativas em torno da preservação do saber-fazer, dentre as quais nos deteremos mais extensamente nos Inventários Nacionais de Referência Cultural, os INRC, para então traçarmos nossas considerações finais no item 5.

## 2 O FORTIM DOS EMBOABAS E O PROJETO DE RESTAURO

O Fortim dos Emboabas é uma edificação ligada a um importante acontecimento da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro e à história do Brasil colonial: a Guerra dos Emboabas, em que paulistas e portugueses – os emboabas – disputaram a exclusividade da exploração aurífera no interior mineiro. Um dos episódios da guerra ocorreu no Arraial Novo, atual cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, onde emboabas atearam fogo às casas dos paulistas e à capela de Nossa Senhora do Pilar. Com medo da reação paulista, foram construídos dois fortes, um localizado no atual bairro do Matozinhos e outro próximo ao córrego do Lenheiro (BÁRBARA; BAHIA,

2007, p. 10). Na bibliografia sobre a Guerra dos Emboabas não há menções explícitas de onde seria este último. Pela história oral, trata-se da edificação em estudo, o Fortim dos Emboabas.

A edificação está em um amplo lote situado no bairro Alto das Mercês, de onde se avista a área central de São João del-Rei e outros bairros adjacentes. Essa localização, extremamente propícia à vigilância (Figura 1), teria sido o motivo principal pelo qual a edificação se converteu, mesmo que temporariamente, em um pequeno forte – um fortim – e consequentemente passou a fazer parte da história do país. Este teria sido o principal motivo que levou a construção a ser tombada como patrimônio.

FIGURA 1

Vista da Vila de São João del-Rei. Em destaque, veem-se duas edificações, das quais uma delas possivelmente seja o Fortim dos Emboabas. Autor: Johann Mortiz Rugendas, 1824. Fonte: Atitude Cultural, 2005.



Além desse valor histórico, o Fortim é também um marco na paisagem da cidade e há algum tempo adquiriu outros valores. A doação do imóvel à Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em 2009, pressupunha que fosse convertido em Museu do Barro (seu doador, o almirante Max Justo Guedes, era um colecionador de cerâmica) e que tivesse usos voltados à comunidade. Desde então, o Fortim dos Emboabas vem sendo um importante centro de projetos de extensão universitária, principalmente nas áreas de cultura e saúde mental, e converteu-se em um referencial para o Alto das Mercês e o Senhor dos Montes, bairros de São João del-Rei periféricos, menos no sentido geográfico do que no social, o que aumenta a importância do local como ponto estratégico para ações sociais. A edificação é inventariada no nível municipal e, embora não tenha proteção

individual no nível federal, está mencionada no processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del-Rei, tombado pelo Iphan em 1938.<sup>6</sup>

Construída na primeira década do século XVIII, entre 1707 e 1709 (ANTONIL, 1711 *apud* PREFEITURA..., 2013), a edificação possui características arquitetônicas típicas dessa época: fundação e alicerce em pedra, alvenaria estrutural de adobe assentado com argamassa de barro e cal; gaiola em madeira para suporte das esquadrias; telhado de telhas cerâmicas, em capa e bica; revestimento da alvenaria com argamassa de cal; pintura das fachadas em mistura à base de cal e água (caiação). Além do uso como forte, atribui-se a ele o uso como senzala e, ainda, apoio à extração do ouro. Há relatos de que foi também residência multifamiliar e casa de veraneio (PREFEITURA..., 2013). Na última década, já de posse da UFSJ, a edificação vem sendo utilizada em projetos de extensão universitária, como já mencionado.

Em relação às intervenções realizadas, na documentação presente no Escritório Técnico do Iphan, em São João del-Rei, há um registro que faz menção a uma obra de restauração em 1986. Porém, devido à escassez de informações, não é possível concluir se a obra realmente aconteceu. Já o *Inventário de Estruturas Arquitetônicas da Prefeitura Municipal de São João del-Rei* (2013) menciona que anteriormente à compra da edificação por Max Justo Guedes o local estava em ruínas, o que levou o proprietário a reformá-lo por completo, modificando repartições e acrescentando uma varanda. O documento indica que o imóvel se encontrava extremamente deteriorado, com a presença de insetos xilófagos, umidade na estrutura, esquadrias, piso e forro, além de desprendimento de reboco, trincas e muitas infiltrações, tanto nas paredes quanto na cobertura. Entre 2015 e 2016, foi desenvolvido o Projeto de Restauo do Telhado do Fortim dos Emboabas.<sup>7</sup> A obra foi executada em 2018 com recursos oriundos do Ministério Público Federal.

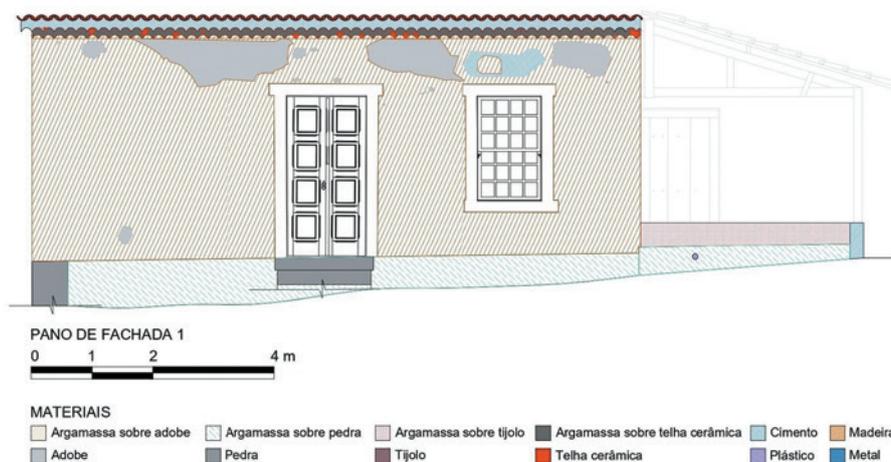
6. Livro de Belas Artes, processo 68-T-38, inscrição n. 01, volume 1, folha 02, 04 de março de 1938.

7. O projeto de extensão se constituiu na elaboração de levantamento cadastral e de patologias de toda a edificação, e projeto de restauro da cobertura. Foi desenvolvido com recursos próprios da Universidade Federal de São João del-Rei, coordenado pela profa. Luzia dos Santos Abreu e com a participação dos alunos Alisson Silveira Souza, Maria Elias Aires da Silva, Luiz Guilherme Deria Pereira, Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira e Tainara Pimenta Silvério Augusto.



FIGURA 3

Representação técnica do pano de fachada 1 (fachada norte) com indicação dos materiais. Fonte: Universidade Federal de São João del-Rei, 2022.



A maioria dos danos às esquadrias – ressecamento, presença de insetos xilófagos, perda da camada pictórica, perda de seção, trincas, fissuras, abaulamento da madeira e ferrugem – está associada à exposição a intempéries. Outras, à baixa manutenção ao longo do tempo, como sujidade, partes faltantes, peças quebradas, intervenções errôneas, perda de vínculo entre partes e presença de elementos espúrios. Essa constatação é reforçada ao verificar-se que as esquadrias que estão protegidas (fachada oeste, sob a varanda) não apresentam o mesmo grau de deterioração e as da fachada norte são as mais deterioradas.

Sobre as fachadas, verificamos que a causa da degradação atual está também associada à falta de manutenção do revestimento, agravada devido a intervenções errôneas, mais especificamente a aplicação de argamassa à base de cimento em algumas partes das fachadas. Na pesquisa histórica sobre a edificação, analisamos fotografias de épocas anteriores, bem como textos e levantamentos, para constatar sua conservação e a evolução dessas patologias ao longo do tempo. Na Figura 4, de 2013, observa-se que o revestimento está aparentemente íntegro. No registro de Silva (2016), de 2015 (Figura 5), nota-se que havia trincas no reboco sobre as esquadrias, que possivelmente constituíram-se devido ao acesso de águas das chuvas, contribuindo para o desprendimento da camada de revestimento. No entanto, em 2016 (Figura 6) a fachada ainda não contava com perda do reboco em nenhuma parte.

FIGURA 4

Fachadas sul e leste do Fortim dos Emboabas em 2013. Crédito: Jonas Martins. Fonte: PREFEITURA..., 2013.



FIGURA 5

Fachada sul do Fortim dos Emboabas em 2015. Observam-se as trincas sobre as esquadrias. Fonte: SILVA, 2016, p. 49.

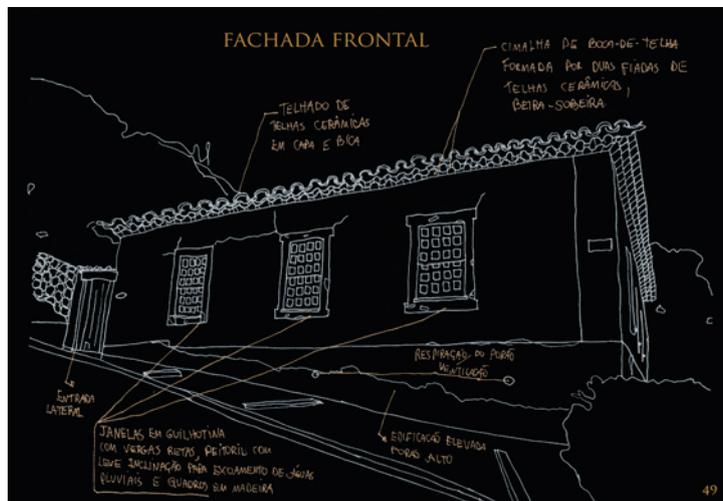


FIGURA 6

Fachadas sul e leste do Fortim dos Emboabas em 2016. Crédito: Maria Elias Aires da Silva. Fonte: Universidade Federal de São João del-Rei, 2016.



A partir de 2019 percebe-se claramente a perda de grandes extensões da camada de revestimento, deixando parte considerável da alvenaria de adobe exposta (Figuras 7 e 8).

FIGURA 7

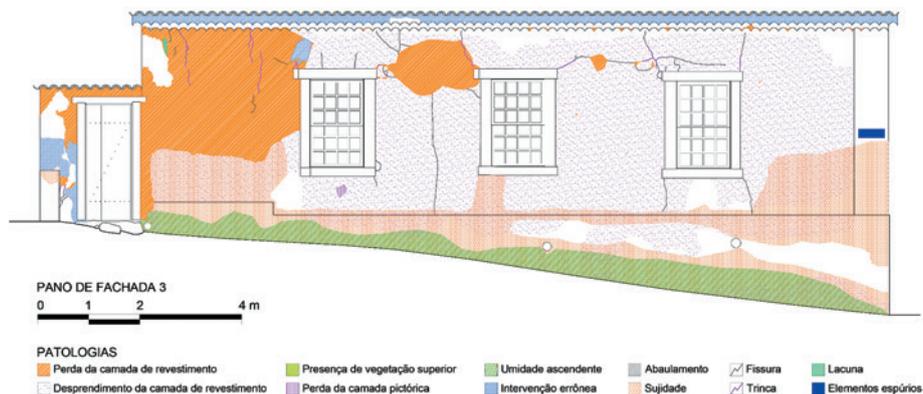
Fachada sul do Fortim dos Emboabas em 2019. Crédito: Ana Cristina Reis Faria. Fonte: Mangili (2021, p. 2).



Por meio do teste de percussão,<sup>11</sup> constatou-se o desprendimento quase total da camada de revestimento em todas as fachadas (Figura 8). Essa aceleração da degradação do revestimento das fachadas nos últimos anos nos levou à seguinte hipótese: teria sido o uso da argamassa cimentícia, em intervenções anteriores, um dos fatores dessa aceleração? Seguramente.

FIGURA 8

Representação técnica do pano de fachada 3 (Fachada sul) com indicação de patologias. Fonte: UFSJ/PROEX/Centro..., 2022.



11. O teste de percussão consiste em aplicar leves batidas com martelo de borracha ao longo da superfície da fachada, identificando, através do som, onde a camada de revestimento não está aderida à alvenaria.

FIGURA 9

Parte da fachada oeste do Fortim dos Emboabas, em 2021, que teve aplicação de grandes extensões de argamassa cimentícia. Crédito: Liziane Peres Mangili, 2021 (arquivo do projeto).



### 3 EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS E A QUESTÃO DO USO DE ARGAMASSAS DE CAL E CIMENTO

Lia Mayumi (2005), em tese posteriormente publicada discorre sobre procedimentos de restauro de casas bandeiristas consolidados pelo Iphan em sua “fase heróica”, e posteriormente pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo (DPH), que inspiraram arquitetos até o início dos anos de 1980 e difundiram-se em todo o país. O “paradigma” surgiu como consequência de seu contexto histórico: baseava-se na utilização de preceitos da arquitetura moderna aliada ao desejo de formação de uma identidade nacional. Sendo assim, fundamentava-se na retomada do aspecto primitivo das edificações em busca de sua configuração “original”, retirando acréscimos posteriores e utilizando materiais considerados modernos para o cenário técnico da época que se diferenciavam dos empregados na edificação.

Nesse contexto, tendo como análise restaurações realizadas em cinco casas bandeiristas que tinham a taipa como principal sistema construtivo, a autora discorre sobre a realização de diversas intervenções incisivas: recomposição da estrutura com adições de concreto armado, utilização de placas de concreto para preenchimento de lacunas nas paredes, preenchimento de

trincas e aplicação de revestimentos de argamassa cimentícia sobre a taipa. Em relação ao último, os resultados foram desiguais, visto que parte das edificações precisou de refazimento completo ou parcial do revestimento, enquanto outras apresentaram preservação satisfatória, levando a autora à conclusão de que há vários outros fatores envolvidos na boa performance do revestimento acerca de sua sustentação e tempo de duração além da presença de cimento, como “a composição e o traço da argamassa de revestimento, a qualidade de execução” e “as características da própria taipa” (MAYUMI, 2005, p. 298).

O questionamento do “paradigma” inicia-se na década de 1970, quando começam a ser discutidas questões como “compatibilidade física entre materiais, reversibilidade, distinguibilidade [sic] da intervenção, e mínima intervenção” (MAYUMI, 2005, p. 301). Atualmente, a recomendação técnica é que sejam utilizadas argamassas à base de cal sem adição de cimento para restauração de edificações históricas com sistemas construtivos de terra, atentando-se sempre a uma análise aprofundada caso a caso. Afinal, a cal era o aglomerante mais utilizado em argamassas até meados do século XIX, quando houve um crescimento do uso do cimento *Portland*, que se mantém até hoje (SANTIAGO, 2007, p. 67).

Essa recomendação se baseia na necessidade do uso de materiais compatíveis na conservação. Se não, há deterioração muito mais acelerada. Não é obrigatório, porém, que os materiais sejam idênticos, mas devem se adequar às necessidades da estrutura e ser resistentes à degradação (KANAN, 2008, p. 37-38). Nesse sentido, destaca-se que “a argamassa deve ser impermeável à água, porém permeável ao vapor, de modo que a parede possa ‘respirar’, ou seja, eliminar os resíduos de umidade porventura presentes no seu interior” (SANTIAGO, 2007, p. 54). No caso dos sistemas construtivos tradicionais como a taipa e o adobe, a utilização de argamassas à base de cimento tende a não realizar essa função, tornando-se impermeável e não permitindo que a umidade existente evapore, resultando, assim, em um rápido esfarelamento ou queda da argamassa (BONELLI, 2008, p. 19). Em contrapartida, as argamassas e rebocos à base de cal funcionam como “elementos de sacrifício”, agindo como uma camada capaz de proteger o seu interior, alvenaria, por meio da sua dilatação e deformação, absorvendo tensões, umidades e agressões atmosféricas. Ademais, preserva as particularidades das antigas

edificações, não modificando seu funcionamento, e são materiais de fácil manuseio e muita plasticidade, fato relevante para obras de restauração (KANAN, 2008, p. 24).

Tudo isso se aplica ao caso do Fortim dos Emboabas. A argamassa antiga, à base de cal, resistiu por muito tempo; não obstante, um processo de degradação se acelerou após intervenções usando argamassa cimentícia, comprometendo, inclusive, partes das argamassas antigas, pré-existentes. Mas esse não é um caso isolado: observamos, seja em São João del-Rei, seja na região, que o uso da argamassa cimentícia generalizou-se e naturalizou-se de maneira surpreendente, a ponto de a técnica tradicional ter se perdido, o que significa, em última instância, que o saber-fazer se perdeu. Essa perda escasseia, por sua vez, a mão de obra especializada nessa técnica histórica, por mais que, como já citado, seja uma técnica de fácil manuseio.

Esse fato ocorre devido à grande difusão de outra técnica construtiva, a do concreto armado, e da disseminação do uso do cimento. Na cena brasileira, o concreto é a técnica construtiva mais utilizada. Essa hegemonia ocorre devido à sua naturalização e à associação a “uma imagem de progresso técnico e desenvolvimento social e econômico, com base nas noções de segurança, eficiência, conforto, economia, higiene” (SANTOS, 2008, p. 18-20). Aliado a isso, contribuem para a sua desvalorização e a falta de informações relacionadas às técnicas tradicionais nos meios de educação formais:

Essa relativa falta de informações, aliada ao baixo aproveitamento desses conhecimentos e técnicas no projeto arquitetônico contemporâneo, alimenta preconceitos na área da construção civil relacionados à durabilidade e à segurança dessas técnicas e, no âmbito dos organismos responsáveis pelas políticas de saúde pública, a disseminação da ideia de que técnicas como a taipa-de-mão, por si só e não devido a problemas de execução, proteção e conservação, propagam doenças como o mal de Chagas. A marginalização da arquitetura de terra e de outras técnicas tradicionais tem ainda descartado possibilidades acessíveis de construção e de manutenção de habitações, promovido o risco de desaparecimento de modos e formas tradicionais de construir, além da desvalorização desses conhecimentos, ampliando, conseqüentemente, o desinteresse no seu aprendizado. Superar o baixo grau de transmissão e a aplicabilidade restrita das técnicas tradicionais é fundamental para reverter sua competitividade frágil no mercado da construção civil e o baixo capital simbólico que detêm junto à sociedade e às políticas habitacionais e de saneamento (SANT’ANNA, 2013, p. 41).

Chama-nos muito a atenção que, mesmo em uma região com vasta presença de edificações históricas de taipa e adobe, como é a região aurífera colonial na qual está inserido o Fortim dos Emboabas, a aplicação dessa técnica tenha caído em desuso a ponto de vários profissionais da construção não a dominarem mais – pelos motivos já expostos. Ou seja, a técnica tradicional não é mais um componente da cultura construtiva local, não faz parte das práticas cotidianas da comunidade. Ela está situada no passado, mas não na tradição viva, conforme as concepções antropológicas e mais recentes de patrimônio.

Diante do exposto, como evitar o desaparecimento desses conhecimentos? Haveria uma maneira de reverter essa desvalorização das técnicas tradicionais? Ou, em última instância, caberia a pergunta: para que fins ela deve ser patrimonializada?

#### 4 CAMINHOS DA PRESERVAÇÃO DO SABER-FAZER

O projeto de restauro do Fortim conduziu duas preocupações principais: a primeira, evidentemente, relativa aos danos materiais causados à edificação e suas implicações no que tange o patrimônio material; a segunda, relativa à preservação do saber-fazer.

Essa “profunda interdependência entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural” é amplamente conhecida e reconhecida em leis e manifestos em todo o mundo. Conforme defendido na *Recomendação de Paris* (2003), é conceito presente em suas recomendações e, de certa forma, também em nossa legislação, mas ainda mal assimilado na prática da preservação. Na Constituição Federal de 1988, artigo 216, “os modos de criar, fazer e viver” fazem parte do “patrimônio cultural brasileiro” como “bens de natureza material e imaterial”. Na *Carta de Fortaleza* (CARTA..., 1997), recomenda-se “que a preservação do patrimônio cultural seja abordada de maneira global, buscando valorizar as formas de produção simbólica e cognitiva”. No Decreto n. 3551, de 04/08/2000, conhecido como Lei do Patrimônio Imaterial do Brasil, os “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades” são contemplados como bens culturais de natureza imaterial inscritos no Livro de Registro dos Saberes. No entanto, até 2012, na lista de bens imateriais registrados não

havia sequer um único saber associado à arquitetura ou técnicas tradicionais registrados neste livro (ALVES, 2012, p. 83-84). Consultando a página *web* do Iphan, nota-se que o número de registros no Livro dos Saberes aumentou de 9, em 2012, para 13 bens registrados, mas continua sem nenhum bem inscrito relacionado a saberes construtivos. Não obstante, grande parte do nosso patrimônio material tombado é composto por edificações que empregam as chamadas técnicas tradicionais: 75,9% dos tombamentos realizados entre 1938 e 1967 referem-se a bens dos séculos XVI, XVII e XVIII, respectivamente, 6,5%, 14,7% e 54,7% (RUBINO, 1996, p. 102).

Quais seriam os caminhos para preservar e perpetuar esse saber-fazer? A *Recomendação de Paris* (RECOMENDAÇÃO... 2003, p. 6-7) aponta como diretrizes a realização de inventários, a instituição de ações de educação e capacitação para comunidades e grupos envolvidos, desenvolvimento de pesquisas e até mesmo que “o reconhecimento, o respeito e a valorização do patrimônio cultural imaterial na sociedade” ocorram por “meios não formais de transmissão do conhecimento”.

Ainda no âmbito da Unesco, entre 1993 e 2003 foi desenvolvido o programa Tesouros Humanos Vivos, que buscava valorizar o trabalho dos mestres e dar condições para que seu saber-fazer fosse perpetuado (ABREU, 2009). Motivado por experiências orientais, o programa visava um alcance mundial, tendo sido implementado em vários países, como França, República Checa, Nigéria e Senegal, com suas respectivas particularidades. Posteriormente, em 2003, a proteção do patrimônio vivo foi incorporada na *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (BARROSEIRO, 2013).

No Brasil, podemos falar em ações de educação e capacitação, e em ações de reconhecimento e valorização. Em relação às primeiras, identificamos cursos de formação e as oficinas-escola, na maioria das vezes voltados à formação de mão de obra qualificada para o restauro de edificações e bens móveis.

Dos três grandes programas federais de preservação do patrimônio já realizados no Brasil – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), de 1973 a 1983; Programa Monumenta, de 1996 a 2010; e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, desde

2013 – apenas os dois primeiros contemplaram ações de qualificação profissional (FURLONI, 2019).

Durante o PCH, programa que visava o desenvolvimento econômico e a recuperação de cidades históricas no Nordeste (e, depois, Sudeste) foram realizados “8 cursos de qualificação de mão de obra nos três níveis – superior, intermediário e operário” (CÔRREA, 2012 *apud* FURLONI, 2019), a partir da preocupação do Ministério do Planejamento em evitar os atrasos nas obras justificados pela ausência de mão de obra qualificada. No nível operário, foram realizados dois cursos para mestres de obras na década de 1970, pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). Em universidades, duas instituições do Nordeste (universidades federais do Pernambuco e da Bahia) e duas do Sudeste (Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade de São Paulo), ofereceram cursos de conservação e restauro, sendo que o do estado da Bahia, posteriormente, foi convertido em mestrado profissional (FURLONI, 2019).

O Programa Monumenta, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com apoio da Unesco, tinha como uma das suas frentes de atuação “Treinamento e Formação” (SANT’ANNA, 2017 *apud* FURLONI, 2019). No início dos anos 2000, 36 mestres artífices do Brasil foram enviados para a Itália<sup>12</sup> por três meses, para um curso de capacitação, sendo realizada posteriormente uma jornada de capacitação em Ouro Preto. Durante sua vigência, o Monumenta financiou cursos de qualificação profissional em restauro e conservação do patrimônio edificado direcionados a profissionais e estudantes da área de construção civil. Além disso, estabeleceu oficinas de capacitação nas cidades em que o Programa atuou, porém, com alguns problemas, como dificuldades devido à falta de equipamentos e materiais (FURLONI, 2019).

Os cursos oferecidos pelo Monumenta eram ministrados por mestres artífices e com pouca participação de acadêmicos, reforçando a troca de saberes entre mestres. Ademais, os cursos foram responsáveis por formar muitos dos profissionais que agora estão identificados como mestres na coleção *Cadernos de memória*, do Iphan, edições *Mestres artífices: Minas*

12. O curso ocorreu no Centro Europeo di Venezia per i Mestieri della Conservazione Del Patrimonio Architettonico (FURLONI, 2019).

*Gerais* (CASTRIOTA, 2012) e *Mestres artífices: Santa Catarina* (PIMENTA, 2012). Um exemplo é o caso do mestre marceneiro José Geraldo Rosa, que chegou a participar do curso ministrado na Itália e que hoje trabalha principalmente com restauro (CASTRIOTA, 2012, p. 124). Porém, a tendência observada nos cadernos é a de que esses mestres artífices não são absorvidos no mercado de trabalho mais amplo da construção civil, mas, principalmente, na área da preservação do patrimônio.

As oficinas-escola são ações mais duradouras no tempo e têm também caráter social. Estão voltadas para o ensino profissional do restauro, em que os ofícios variam de acordo com as características culturais de cada local, bem como o desenvolvimento pessoal dos alunos, tendo ainda como foco facilitar a inserção de jovens às margens da sociedade no mercado de trabalho. A formação é gratuita e são concedidos benefícios como bolsas de estudo, alimentação etc. O processo se caracteriza por um constante aprendizado prático, a partir dos mestres. Além de contribuir para a restauração de inúmeras edificações e a sensibilização da comunidade em relação ao patrimônio, o projeto de oficinas-escola perpetua o saber-fazer de variados ofícios tradicionais: “carpintaria, serralheria, alvenaria, pintura, cantaria, azulejaria, jardinagem e bens móveis e integrados”. Alguns alunos vêm a se tornar professores nessas oficinas. Foram fundadas três delas no ano de 1991, todas em cidades nordestinas (João Pessoa, Salvador e São Luís). São um projeto da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), em parceria com órgãos públicos de preservação (FURLONI, 2019).

Considerando a análise das experiências das oficinas-escolas, a autora Furloni (2019) defende que a formação no campo da restauração deve acontecer a partir de demandas reais, no canteiro de obras (“aprender fazendo”). Todavia, este método de ensino tende a não ser reconhecido por não se basear em meios de educação formal, vindo a sofrer impasses, como instabilidade de recursos financeiros devido a mudanças políticas. Em suas palavras, em relação à realidade brasileira de maneira geral, “é preciso haver uma mudança de visão com relação ao trabalho manual e o seu lugar na sociedade, para que essa questão seja enfrentada de forma estratégica em nível nacional, evitando soluções pontuais e pulverizadas como observamos hoje” (FURLONI, 2019, p. 186).

Nota-se que, apesar da existência de iniciativas de qualificação profissional em nível superior, intermediário e operário, seu número é reduzido: são oferecidas principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste, que, desde o princípio das políticas de preservação do patrimônio histórico no Brasil, foram privilegiadas (RUBINO, 1996). Tais iniciativas coincidem, assim, com os “mercados” de mão de obra para o restauro.

Em relação ao reconhecimento, respeito e valorização do patrimônio imaterial, nos moldes das ações da Unesco, não há, no Brasil, legislação em âmbito federal que reconheça especificamente os “tesouros humanos vivos” ou “mestres da cultura”, apesar de ser prevista na Constituição de 1988 a proteção dos bens culturais de natureza imaterial (COSTA, 2015), e de essa ser uma preocupação recorrente do Iphan. Todavia, diversos estados do país, como Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Ceará e outros, promulgaram sua legislação para “registro do patrimônio vivo” na primeira década dos anos 2000 (LEITÃO, 2008 *apud* COSTA, 2015, p. 34). Vale ressaltar, entretanto, que em tais estados essa política adquiriu um “caráter mais assistencialista”<sup>13</sup> (QUEIROZ, 2020) do que profissionalizante e preservacionista.

Uma das mais importantes iniciativas brasileiras na direção da preservação do patrimônio imaterial foi o desenvolvimento, pelo Iphan, do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), uma metodologia de inventário e

[...] um instrumento de pesquisa que busca dar conta dos processos de produção desses bens, dos valores neles investidos, de sua transmissão e reprodução, bem como de suas condições materiais de produção (SANT’ANNA, 2009, p. 56).

O inventário opera com o conceito de “referência cultural” e está organizado baseado nas quatro categorias do Decreto Federal n. 3551, – ofícios e modos de fazer, celebrações, modos de expressão e lugares – além da categoria “edificações”.

13. De acordo com Costa (2015, p. 35), no estado do Ceará “[...] a condição material de vida dos candidatos passou a ser peça preponderante. A própria definição controversa do termo carência econômica e social impedia que algumas personalidades, notoriamente merecedoras do reconhecimento enquanto guardiões da cultura imaterial, não pudessem ser assim legitimadas. [...] a concessão da bolsa para a transmissão de conhecimentos tradicionais por vezes se tornou motivo de discórdia e competição com os demais membros. No entanto, posteriormente, com a sua revogação pela atual lei dos tesouros vivos vigente, isto foi em parte superado e amenizado. É salutar ressaltar que o que era um programa de natureza cultural transformou-se em verdadeiro programa social.”

Dentro da primeira categoria, foi desenvolvido, a partir de 2004,<sup>14</sup> o Projeto Mestres Artífices. Foi proposto por Márcia Sant’anna, então diretora do recém-criado Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan, como uma forma “de proporcionar para o Iphan um entendimento melhor do que seria [sic] os bens imateriais”, facilitando “a integração de ações entre as áreas, do DPI e do DEPAM [Departamento de Patrimônio Material], como também o entendimento disso, nas superintendências” (entrevista a Márcia Sant’anna *in* RESENDE, 2014, p. 54). O edital foi lançado em 2009, e tinha, entre seus objetivos específicos:

Identificar e documentar os saberes tradicionais de mestres artífices da construção e da arquitetura no Brasil.

Valorizar os saberes tradicionais da construção e seus praticantes.

Contribuir a partir da valorização e preservação dos saberes construtivos e seus detentores para sua reinserção no mercado da reabilitação e construção civil.

Contribuir para a melhoria da qualidade das obras de conservação, restauro e reabilitação de imóveis históricos.

Contribuir para inserção das tecnologias tradicionais de construção nas políticas habitacionais de cunho social (RESENDE, 2004, p. 54).

O projeto pretendia, para além da pesquisa para identificação e documentação de mestres artífices (que seria a etapa 1), criar um cadastro permanente de artífices (etapa 2) e o desenvolvimento de certificação de mestres artífices (etapa 3) (RESENDE, 2014, p. 55). Essas três etapas permitiram, na descrição de Márcia Sant’anna, ir além de gerar subsídios para uma política de patrimônio e patrimonialização:

a ideia desse projeto era que ele gerasse também subsídios para outras políticas, notadamente, as políticas de habitação e também as políticas de saneamento (entrevista a Márcia Sant’anna *in* RESENDE, 2004, p. 56).

14. O trabalho de Ana Carolina Resende (2014), *O ofício da patrimonialização: a identificação, a valorização dos saberes e o INRC* faz um importante resgate sobre “como se deu a constituição dos saberes enquanto categoria definidora do patrimônio” (p. 34), ao retomar as discussões no âmbito do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI), criado em 1998.

Dentro das ações dos INRC, o Iphan realizou cerca de 200 inventários,<sup>15</sup> sendo quatro deles de mestres artífices: *INRC dos Mestres Artífices de Pernambuco*, *INRC dos Mestres Artífices da Chapada Diamantina*, *INRC dos Mestres Artífices de Minas Gerais* e o *INRC dos Mestres Artífices da Construção Civil Tradicional*, de Santa Catarina. Apenas esse último apresenta, no campo “bens vinculados”, uma lista de ofícios identificados: carpinteiro, taapeiro, calceteiro, canteiro, pedreiro, marceneiro, oleiro, pintor, carpinteiro enxaimel, ferreiro, caeiro e serrador (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, s/d.).

Embora tenha partido de uma concepção que considerava os diversos aspectos do âmbito cultural e tivesse como objetivo a valorização dos detentores dos saberes, os inventários de mestres artífices, segundo avaliações, não lograram atingir uma concepção holística da prática cultural, como veremos a seguir. O cadastro e a certificação dos mestres tampouco avançaram até o momento.

No caso de Santa Catarina (PIMENTA, 2012), muitos dos mestres identificados trabalham, em parte ou integralmente, em obras de restauro, indicando que existe uma demanda para o trabalho de ofícios tradicionais predominantemente nas cidades tombadas do país.<sup>16</sup> Em Minas Gerais, foram identificados casos de produção estritamente mercadológica: em Bichinho, localidade mineira próxima à cidade tombada de Tiradentes, os dois mestres identificados, um oleiro e um adobeiro, têm suas produções voltadas para os turistas que visitam a região (CASTRIOTA, 2012). De toda forma, e ao que parece, essas demandas são o que garante que tais ofícios ainda existam. O que se nota é que a preservação da técnica não ocorre por fazer parte da cultura construtiva local, visto que ela se modificou diante de diversas demandas e circunstâncias, como a globalização, a desvalorização da técnica tradicional em detrimento de técnicas mais recentes, a falta de informação etc., conforme mencionado anteriormente. Ou seja, a técnica tradicional não está mais culturalmente manifesta (manifestada

15. Pela página *web* do Iphan não é possível averiguar se as ações foram finalizadas ou não. Vários formulários dos INRC são mostrados incompletos no site. As informações foram consultadas na página “Projetos Realizados de Identificação de Bens Culturais Imateriais”, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/681/>.

16. Exceção de Treze Tílias, no oeste catarinense, onde parece haver um “fetiche” pela tradição austríaca (PIMENTA, 2012).

na produção material), com seus significados a ela atrelados e tudo o que envolveu sua manifestação no passado – o meio, o contexto político e social, os materiais disponíveis, as ferramentas existentes etc. – conforme as definições de Nobuo Ito (2005). Estão esses mestres, assim, expressando a cultura de seu grupo social? Ou estão atendendo a uma demanda de representação, para que se proceda ao uso cultural da cultura a que se refere Meneses (2012)?

Na análise de Resende (2014, p. 77), a ênfase dos inventários dos mestres artífices recaiu “no contexto do mercado no qual as técnicas estão inseridas, em especial, o restauro” sem que os inventários mencionassem uma busca por referências culturais, “que parecem ser tomadas como dadas na relação da técnica com o restauro e a conservação de bens edificados”. A falta da identificação do contexto em que esses mestres estão inseridos interfere no entendimento da cultura daquele grupo, podendo ser interpretado de forma equivocada. Por exemplo, no caso de Minas Gerais, o inventário faz menção ao mestre taapeiro José Ladislau, que demonstra sentir-se envergonhado ao revelar que sua casa é feita de pau-a-pique, dizendo: “vou falar com vocês a verdade, eu não tenho casa, eu tenho um barraco de pau-a-pique” (CASTRIOTA, 2012, p. 116). Observa-se que mesmo ele sendo um mestre nessa técnica, não há a valorização do próprio trabalho. Então, surge o questionamento: essa percepção é individualizada ou é a percepção do seu grupo cultural? Parece intuitivo fazer uma associação e considerar o grupo, porque pode ser uma impressão coletiva, entretanto, fica evidente que faltou analisar o contexto social de cada mestre, pois não é possível compreender um grupo social a partir somente de um indivíduo.

Uma nota técnica do DPI, em alusão ao *INRC Mestres Artífices de Santa Catarina*, avalia que este não contemplava o bem nos seus múltiplos aspectos, alegando que faltavam respostas às seguintes perguntas:

quais são as suas características? quais são suas atividades, processos e técnicas principais? matérias primas e ferramentas? a quais produtos eles estão relacionados? qual é a inserção dessa atividade no contexto local? e os significados que ele tem para as pessoas envolvidas? quais são os atores implicados na sua realização e na comercialização dos produtos? quais são as condições de sustentabilidade do bem e suas dinâmicas de transmissão? (Nota Técnica n. 10/2012: 2 e 8-9 *apud* RESENDE, 2014, p. 77).

É interessante pensar que em áreas remotas do país, como nos sertões ou em áreas rurais, ainda se continue produzindo arquitetura de terra e até de outras técnicas tradicionais, dentro de um entendimento de “um tipo de atividade humana cultural”<sup>17</sup> (ITO, 2005) verdadeiramente “enraizado no cotidiano das comunidades”, condição para o registro no Livro dos Saberes, segundo o Decreto n. 3551 (BRASIL, 2000). No entanto, pertencem a áreas ou regiões que não estão vinculadas a registros ou tombamentos, ou seja, oficialmente não representam a identidade nacional, ou não produzem “bens móveis e imóveis [...] cuja conservação seja de interesse público” (BRASIL, 1937). Parece que estamos diante de uma dicotomia, como apontou Paz (2013, p. 16): “Curiosamente, a técnica como algo passível de ser conservado ocorre nas políticas patrimoniais na medida em que não é um fim em si, mas um meio, coerente com a sua natureza instrumental”.

Antônio Arantes, um dos responsáveis pelo desenvolvimento do INRC, aponta essa dissociação, considerada por Resende (2014, p. 37) “um limitador às pesquisas feitas a partir dela [a metodologia do INRC]”:

É interessante que no caso do INRC estas atividades tenham sido interpretadas como ofícios e modos de fazer, porque, colocando desta forma, se exclui, por exemplo, cosmologia, sistemas divinatórios, [...] e é uma visão muito voltada, no fundo, para o artefato (Antônio Augusto Arantes, em entrevista a RESENDE, 2014, p. 37).

A preservação das técnicas construtivas tradicionais é fundamental para a preservação dos bens materiais. No entanto, parece que o caminho não é o de entendê-las como uma “referência cultural”, em sistemas culturais nas quais elas deixaram de ter significados sociais e não fazem mais parte do “projeto vital de sociedade” a que se refere Paz (2013, p. 16):

Tais dificuldades, a nosso ver, são estruturais. Inicialmente, é preciso discernir o que é essa demanda por mão de obra. Não basta haver a necessidade de atuação no bem antigo para fins de sua manutenção, nem que os especialistas do patrimônio reconheçam essa carência: é preciso ser algo presente no projeto vital da sociedade. Compartilhado por pessoas em número bastante para constituírem um mercado efetivo; uma valorização que signifique a vontade de arcar com os custos daquela técnica. O poder público como empregador único é um paliativo.

17. *A kind of cultural human activity* (ITO, 2005, p. 116).

O conhecimento técnico específico depende de uma demanda que a sustente, estimule a manutenção de sua qualidade e sua melhoria, mantenha seus profissionais e justifique seu aprendizado por gerações mais novas. Que estabeleça o processo dinâmico que mantém e desenvolve a técnica (PAZ, 2013, p. 16).

Talvez a alternativa seja ressignificá-las socialmente, reintroduzindo-as no “processo dinâmico” a que se referiu Paz. Se não como constituintes de uma “identidade nacional”, que fosse, pelo menos, revalorizando-as nos diversos contextos locais. Ou ainda que se possa assumir o papel instrumental da preservação das técnicas construtivas tradicionais, orientando ações mais focadas nesse objetivo, como parecem ser os cursos voltados para mestres de obras e as oficinas-escola.

Nesse sentido, e na direção do apontado por Furloni (2019), o Fortim dos Emboabas mostra-se com grande potencial, pois poderia possibilitar formação a partir de demandas reais, aplicando-se o conceito do “aprender fazendo”. É claro que isso demanda esforços em diversas direções, visto que o tempo do aprendizado não é o mesmo tempo de uma obra licitada, por exemplo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relatamos nossa experiência de projeto de restauro de uma edificação do século XVIII, na qual constatamos que uma das suas principais patologias está associada ao uso de argamassa cimentícia em reparos anteriores. Percebendo que esta é uma prática comum em todo o país, entendemos que a causa dessa prática está ligada a mudanças na cultura construtiva, devido a diversos fatores, sendo a desvalorização das técnicas tradicionais talvez o principal deles. Abandonadas da prática cotidiana da cultura e tendo seus valores sociais modificados, o saber-fazer relacionado às técnicas tradicionais ligadas à arquitetura de terra também se perdeu. Não se trata, obviamente, de uma perda total, uma vez que esses saberes ainda continuam sendo empregados em algumas obras de restauração; com “perda”, nos referimos à sua dissociação enquanto prática ligada ao cotidiano, ao meio e aos significados simbólicos.

Embora haja um avanço nas políticas e na gestão do patrimônio no sentido de diminuir a distância entre as dimensões materiais e imateriais da cultura, vimos que, no caso das técnicas construtivas tradicionais, isso ainda não é suficiente. É preciso que elas sejam reinseridas nos âmbitos

da cultura, valorizadas, disseminadas, para que então voltem a ser prática social. É claro que isso não é possível nem passível de acontecer em todos os lugares ao mesmo tempo. Também é importante lembrar que se tratam de técnicas que, enquanto práticas, situam-se no passado na maioria dos lugares – principalmente naquele passado representativo da identidade nacional, o passado de pedra e cal.

As análises aqui realizadas mostraram que as iniciativas de identificação e preservação dos saberes associados às técnicas construtivas tradicionais estão todas voltadas para o restauro dos bens materiais protegidos e não do conhecimento em si. Entretanto, os cursos de formação oferecidos no âmbito do Programa Monumenta foram fundamentais para formar mão de obra qualificada para os trabalhos de restauro. Tanto é que, ao se aplicar o INRC, muitos dos mestres identificados são pessoas que estão no mercado de trabalho do restauro e/ou que participaram dos cursos oferecidos pelo Programa ou outros cursos formativos do Iphan. Porém, o mercado de trabalho, na maioria das vezes, não foi capaz de absorver todos os formados, demonstrando que, sem demanda para a aplicação das técnicas tradicionais, não existe permanência no tempo.

A ressignificação dos valores atrelados às técnicas tradicionais já ocorre em alguns contextos, sobretudo nos ligados ao consumo, como no caso de mestres que têm sua produção voltada para o mercado turístico. Também é comum que se produza arquitetura de terra, de pedra e de outras técnicas construtivas tradicionais para pessoas de classes mais altas, principalmente nas cidades tombadas e em seus entornos, entretanto, muitas vezes ligadas, a uma representação da cultura. Para uma ressignificação conforme propusemos, é importante que as técnicas sejam valorizadas e que os esforços para tanto estejam além dos âmbitos circunscritos aos órgãos de preservação, passando, como apontado por Sant’anna (2013), pelas políticas habitacionais e de saneamento, e também que seu estudo seja incorporado aos meios acadêmicos da arquitetura e do urbanismo. Nas palavras de Paz (2013, p. 16), que faça parte do “projeto vital da sociedade”.

Mas, caso o projeto vital de sociedade não as contemple, ainda assim é importante assumir a sua preservação, mesmo que em caráter instrumental, como forma de garantir a preservação dos bens culturais materiais cuja continuidade dela dependem. Nesse sentido, entendemos que as ações

formativas devem ser intensificadas e perenes, para que se crie uma cultura da formação em restauro nos diversos níveis de conhecimento. Para tanto, edificações públicas, como o Fortim dos Emboabas, mostram-se excelentes possibilidades de canteiros, nos moldes de oficinas-escola, sempre que se consiga conciliar a necessidade de uso do espaço com um espaço em obras, e os diversos tempos de aprendizado.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. “Tesouros humanos vivos” ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção dos “Mestres da Arte”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 83-96. Disponível em: [https://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/o6-memoria-e-patrimonio\\_ensaios-contemporaneos.pdf](https://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/o6-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf). Acesso em: 28 ago. 2023.
- ALVES, Flávia Lima e (Org.). *Patrimônio imaterial*. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496320/000934175.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- ARANTES, Antônio Augusto. Documentos históricos, documentos de cultura. *Revista do Patrimônio*, n. 22, 1987, p. 48-55.
- ARANTES, Antônio Augusto. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 11-18, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645608>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- ATTITUDE CULTURAL. [Cartaz Atitude Cultural Série Rugendas]. 2005. 1 cartaz. Disponível em: <https://saojoaodelreitransparente.com.br/galleries/view/97/image:408>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- BÁRBARA, M. C.; BAHIA, E. T. A história local como fator de atração turística: estudo da Guerra dos Emboabas em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 4., 2007, São Paulo. *Anais eletrônicos [...]*. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2007. Disponível em: [www.anptur.org.br/anais/anais/files/4/19.pdf](http://www.anptur.org.br/anais/anais/files/4/19.pdf). Acesso em: 26 fev. 2023.
- BARROSEIRO, Carla Sofia Barco. *Tesouros humanos vivos e a patrimonialização da memória: um olhar desde arraiolos*. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de Évora. Évora, Portugal, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/16059>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BONELLI, Rômulo (Coord.) *Manual de conservação da arquitetura nativitana*. Natividade: Iphan, 2008. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual\\_conservacao\\_arquitetura\\_nativitana.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual_conservacao_arquitetura_nativitana.pdf). Acesso em: 30 jan. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao\\_federal\\_art\\_216.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf). Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial* (DOFC), Rio de Janeiro, 6 dez. 1937, p. 24056. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/delo025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/delo025.htm). Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. *Diário Oficial da União, Seção 1*, Brasília, DF, n. 151, p. 2, 4 ago. 2000. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&nnumero=3551&ano=2000&ato=c86UTRE1kMNpWT739>. Acesso em: 5 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. *Manual de elaboração de projetos do patrimônio cultural*. Elaboração: José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1\\_Manual\\_de\\_Elaboracao\\_de\\_Projetos\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1_Manual_de_Elaboracao_de_Projetos_m.pdf). Acesso em: 8 mar. 2023.

CARTA de Fortaleza. Fortaleza: Iphan, 1997. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2023.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Coord.) *Mestres artífices: Minas Gerais*. Brasília, DF: Iphan, 2012. (Cadernos de memória, 1).

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CORTÉZ-VÁSQUEZ, J. A.; JIMÉNEZ-ESQUINAS, G; SÁNCHEZ-CARRETERO, C. Heritage and participatory governance: An analysis of political strategies and social fractures in Spain. *Anthropology Today*, v. 33, n. 1, p. 15-18, 2017.

COSTA, Rodrigo V. Análise jurídica das leis sobre “Tesouros Vivos” no Brasil e no mundo: a experiência do Ceará. *PIDCC*, Aracaju, v. 3, n. 8, p. 25-39, fev. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6723850.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

DAVALLON, Jean. El juego de la patrimonialización. In: ROIGÉ, Xavier; FRIGOLÉ, Joan; MÁRMOL, Camila del (Coord). *Construyendo el patrimonio cultural y natural: parques, museos y patrimonio rural*. València: Editorial Germana, 2014. p. 47-76.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, Cécile; DOBEDEI, Vera (Eds.). *Memória e novos patrimônios*. Marseille: OpenEdition Press, 2015. DOI: 10.4000/books.oep.866.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FURLONI, Camila Bezerra. *A restauração enquanto arte e alegria no trabalho: formação profissional em canteiros de obra*. 2019. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019. DOI: 10.11606/D.102.2020.tde-30012020-111743. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. *INRC dos Mestres Artífices da Construção Civil Tradicional – Santa Catarina*. s/d. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bemImaterial/acao/80/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ITO, Nobuo. Intangible cultural heritage involved in tangible cultural heritage. In: *ICOMOS Scientific Symposium: Place-memory-meaning: preserving intangible values in monuments and sites*. Paris: ICOMOS, 2005. p. 115-118. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/victoriafalls2003/papers/A3-2-Ito.pdf>. Acesso em 24 ago. 2023.

KANAN, Maria I. *Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2008. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec8\\_ConservacaoeIntervencao\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec8_ConservacaoeIntervencao_m.pdf). Acesso em: 2 mar. 2023.

LEITÃO, Cláudia de Sousa. A Constituição Federal de 1988 e as políticas públicas para o patrimônio imaterial: uma reflexão sobre o governo Lula a partir da experiência do Ceará (Secult, 2003-2006). In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Multidisciplinares em Cultura – IV ENECULT*. Salvador: UFBA, 2008.

MANGILI, Liziane Peres. *Anseios, dissonâncias, enfrentamentos: o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

MANGILI, Liziane Peres. *Relatório de acompanhamento das proteções temporárias e estado de conservação do Fortim dos Emboabas*. UFSJ/PROEX/Centro de Referência de Cultura Popular Max Justo Guedes. São João del-Rei, 2021. Arquivo digital.

MAYUMI, Lia. *Taipa, canela preta e concreto: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo*. 2005. 325 p. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-05052010-105239/pt-br.php>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. *Anais...* Brasília: Iphan, 2012. p. 25-39. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2\\_vol1\\_ForumPatrimonio\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf). Acesso em: 5 jun. 2023.

MINDLIN, José. Aloísio Magalhães: um “designer” polivalente. In: ALOÍSIO Magalhães e o desenho industrial no Brasil. São Paulo: FIESP/CIESP, 1983.

MOTTA, Lia. O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987.

PAZ, Daniel Juracy Mellado. Conservação e restauro da técnica: questões e possibilidades. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL ARQUITECTURA POPULAR. Arcos de Valdevez, 2013. Disponível em: [http://arqpop.arq.ufba.br/sites/arqpop.arq.ufba.br/files/Conservac%CC%A7a%CC%83o\\_e\\_Restauro\\_da\\_Te%CC%81cnica\\_-\\_questo%CC%83es\\_e\\_pos-sibi%20lidades.pdf](http://arqpop.arq.ufba.br/sites/arqpop.arq.ufba.br/files/Conservac%CC%A7a%CC%83o_e_Restauro_da_Te%CC%81cnica_-_questo%CC%83es_e_pos-sibi%20lidades.pdf). Acesso em: 23 ago. 2023.

PIMENTA, Margareth de Castro (Coord.). *Mestres artífices*: Santa Catarina. Brasília, DF: Iphan, 2012. (Cadernos de memória, 2).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. *Inventário estruturas arquitetônicas*. São João del-Rei, 2013.

QUEIROZ, Hermano Fabrício Oliveira Guanais e. O patrimônio cultural imaterial e a força normativa da Convenção para (da) Humanidade. *Cadernos Naui*, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 14-37, jul.-dez. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219591>. Acesso em: 28 ago. 2023.

RECOMENDAÇÃO de Paris, de 17 outubro de 2003. Paris: 32ª Sessão de Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2023.

RESENDE, Ana Carolina Rollemberg de. *O ofício da patrimonialização: a identificação, a valorização dos saberes e o INRC*. Dissertação (Mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2014.

ANTEPROJETO para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 30, p. 272-288, 2002.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 97-105, 1996. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SÁNCHEZ-CARRETERO, Cristina. Las transformaciones silenciosas del régimen patrimonial. Participación y conflictos en torno al patrimonio cultural. *Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 17, n. 2, p. 297-324, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://digital.csic.es/bitstream/10261/282319/4/transformaciones-silenciosas.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. 1995. 268 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANT'ANNA, Márcia. Patrimônio material e imaterial: dimensões de uma mesma ideia. In: GOMES, M.; CORRÊA, E. (Org.). *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 1. p. 193-198.

SANT'ANNA, Márcia. Arquitetura popular: espaços e saberes. *Políticas Culturais em Revista*, v. 6, n. 2, p. 40-63, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/9896>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SANTIAGO, Cybèle C. *Argamassas tradicionais de cal*. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/w2>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. *Mapeando os lugares do esquecimento: ideias e práticas na origem da preservação do Patrimônio no Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, Mariza Veloso M. *O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil, 1920-1970*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

SANTOS, Roberto E. dos. *A armação do concreto no Brasil: história da difusão do concreto armado e da construção de sua hegemonia*. 2008. 338 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84KQ4X>. Acesso em: 3 mar. 2023.

SILVA, Maria E. A. da. *Estudo do Fortim dos Emboabas: sua história, técnicas construtivas e estado atual & Intervenção arquitetônica – um local para oficinas e museus*. 2016. 162 p. Trabalho Final de Graduação (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2016.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. New York: Routledge, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas. *Projeto de extensão e restauração Fortim dos Emboabas*. São João del-Rei, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Centro de Referência de Cultura Popular Max Justo Guedes. *Projeto de restauro das alvenarias externas e esquadrias do Fortim dos Emboabas*. São João del-Rei, 2022. Arquivo digital.



# ENTRE O ESQUECIMENTO E A RESISTÊNCIA:

A LUTA PELA PRESERVAÇÃO DAS RUÍNAS DA IGREJA  
DE SÃO JOSÉ DO QUEIMADO

**HENRIQUE SEPULCHRO FURTADO**, INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo, membro do Grupo de Pesquisa Divulgação e Popularização da Ciência (DIVIPOP). Atua como professor de educação básica na cidade de Cariacica (ES).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9337-3791>

E-mail: [sepulchro@live.com](mailto:sepulchro@live.com)

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i36p106-126>

**RECEBIDO**

04/06/2023

**APROVADO**

08/12/2023

# **ENTRE O ESQUECIMENTO E A RESISTÊNCIA: A LUTA PELA PRESERVAÇÃO DAS RUÍNAS DA IGREJA DE SÃO JOSÉ DO QUEIMADO**

HENRIQUE SEPULCHRO FURTADO

## **RESUMO**

Este artigo discute a trajetória de preservação das Ruínas da Igreja de São José do Queimado, em Serra, Espírito Santo. Para isso, produz uma reflexão sobre o antigo distrito da capital capixaba, bem como o esquecimento e a invisibilidade de suas ruínas, que podem estar relacionados a uma concepção de patrimônio forjada em 1937 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Com isso, buscamos evidenciar o entendimento de que a luta pela preservação de um patrimônio cultural pode movimentar indivíduos a se reconhecerem enquanto sujeitos históricos na busca pelo reconhecimento de direitos.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Patrimônio edificado. Edifícios religiosos. Memória cultural.

## **BETWEEN OBLIVION AND RESISTANCE: PRESERVING THE RUINS OF THE CHURCH OF SÃO JOSÉ DO QUEIMADO**

HENRIQUE SEPULCHRO FURTADO

### **ABSTRACT**

This article discusses the trajectory of preservation of the Ruins of the Church of São José do Queimado, in Serra, Espírito Santo, Brasil. For this, it produces a reflection on the old district of the capital of Espírito Santo, as well as the oblivion and invisibility of its ruins that may be related to a conception of heritage forged in 1937 with the creation of Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). With this, we seek to highlight the understanding that the fight for the preservation of a cultural heritage can move individuals to recognize themselves as historical subjects in the search for the recognition of rights.

### **KEYWORDS**

Built heritage. Religious buildings. Cultural memory.

## 1 INTRODUÇÃO

Na trajetória da preservação dos bens culturais de nosso país, predominou até a década de 1970 uma concepção na qual o valor de um patrimônio residiria em suas características estéticas, ou em sua ligação com os grandes eventos da história brasileira. Essa seleção intencional buscou estabelecer uma identidade da nação brasileira a partir de um rol de bens culturais que deveriam ser valorizados. Porém, ao se verificar como ocorreu esse processo, é possível observar a tendência em privilegiar práticas culturais de tradição europeia, demonstrando uma política institucional elitista que tem a exclusão de grupos sociais como consequência, relegando-os ao esquecimento.

Uma gama enorme de bens significativos não foi preservada por não se encaixar nessa categorização engessada de patrimônio. Ficaram de fora ou foram destruídos ou relegados ao esquecimento como as senzalas, os quilombos e os terreiros, as primeiras fábricas, os cortiços e as vilas operárias (NOGUEIRA, 2008, p. 241).

A partir da década de 1980, com o advento da promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorre a ampliação semântica do conceito de patrimônio, em um movimento que buscou a valorização de grupos até então silenciados e esquecidos pela política de preservação cultural. Nesse sentido, o campo patrimonial passa a ter novos agentes. Para além dos técnicos e intelectuais, os movimentos sociais, assentados pela nova Constituição,

se engajam por meio da luta contra o preconceito, o direito à diferença e, não por menos, pela valorização da cultura (NOGUEIRA, 2008). Nesse sentido, o patrimônio pode ser um instrumento essencial para a construção de identidades, pois a luta por reconhecimento e preservação da memória acabou por produzir a busca pela proteção de bens culturais por grupos até então silenciados (ABREU, 2007).

Diante disso, este artigo é uma reflexão inicial sobre a trajetória de preservação das Ruínas<sup>1</sup> de Queimado, na área rural do município de Serra, no Espírito Santo, abordando como esse processo está ligado a uma luta de resistência e por reconhecimento. O tombamento desse bem cultural em nível estadual, em 1992, representa a superação da dimensão estética, também cria uma ponte para pensarmos que o patrimônio pode mediar lembranças de sofrimento com vista a produzir novas configurações sociais. Para tanto, observaremos as transformações que a noção de patrimônio cultural sofreu ao longo da sua trajetória no Brasil, para podermos compreender as tensões que permeiam esse campo, que se constitui como uma arena de disputa de/por representações. No mesmo caminho, refletiremos sobre o potencial do patrimônio como possibilidade de resistência a partir da luta por reconhecimento. Sedimentados por essas duas contextualizações, ensejamos dialogar com a história da Insurreição de Queimado e como, em suas ruínas, ainda ressoam os gritos por liberdade e resistência, capazes de movimentar a luta pelo reconhecimento e a preservação da memória da qual esse patrimônio é suporte.

## 2 ENTRE A PRESERVAÇÃO E O ESQUECIMENTO

O patrimônio cultural é o conjunto de bens culturais de um grupo social ou de um povo, possui uma relação íntima com a cultura, a identidade e a memória, pois aponta para o legado produzido e acumulado pelos seres humanos ao longo do tempo (IPHAN, 2019). O seu valor reside nas relações que são construídas pelas pessoas ao longo da vida, logo, um patrimônio cultural somente será importante caso carregue significado para um povo.

1. As ruínas, segundo Rodrigues (2017, p. 60), são compreendidas como “uma condição física caracterizada pela degradação da matéria edificada com perdas de suas características anteriores”. Jacques Le Goff (2010), ao refletir sobre os valores presentes nas ruínas, aponta que essas são testemunhas tanto das causas que provocaram sua destruição, quanto dos esquecimentos.

Em nosso país, a sensibilização para a preservação dos bens culturais nasce na primeira metade do século XX, tendo como principal motivador um “imminente” risco de desaparecimento da cultura brasileira. Nessa perspectiva, afirmava-se que a perda da memória e da identidade poderia impactar diretamente o processo de desenvolvimento nacional, enquanto uma nação moderna e civilizada.

[...] a nação é apresentada sob a ameaça de perder sua ‘tradição’ ou sua ‘diversidade cultural’. Mais que isto, essa ameaça é concebida como um risco para o próprio processo de ‘civilização’ ou para o ‘desenvolvimento autônomo’ do Brasil como uma nação moderna (GONÇALVES, 1996, p. 90).

José Gonçalves (1996) definiu essa narrativa como “retórica da perda”. Para o autor, esse pensamento preservacionista está ligado à construção de um imaginário de identidade nacional. Assim, evidencia-se o caráter pedagógico do patrimônio, tão presente no momento que as nações europeias estavam se constituindo ou se reconfigurando (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

O desenvolvimento da preocupação com o destino do patrimônio histórico, em sua maioria patrimônio material se deu na eferescente década de 1920. Nesse período, a sociedade brasileira passava por grande movimentação cultural. Intelectuais, artistas e arquitetos, preocupados com o risco do desaparecimento de bens culturais, iniciaram a construção de um discurso para sensibilizar o Estado quanto ao risco iminente de perda de “tesouros” nacionais (FONSECA, 1997).

A partir desse movimento em defesa das relíquias nacionais, observa-se um passo inicial nesse sentido na Constituição Federal de 1934, no artigo n. 10, segundo o qual compete concorrentemente à União e aos Estados: III – proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte (BRASIL, 1934). Por sua vez, foi durante o governo de Getúlio Vargas que se definiu o entendimento do que é Patrimônio Histórico Artístico Nacional na esfera governamental, e também as ferramentas para a defesa desses bens culturais. Assim, é por meio do Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, que ocorre a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O processo de preservação dá seus primeiros passos a partir do Decreto-Lei n. 25, de 1937, por meio do dispositivo de tombamento e, de maneira semelhante a um museu, seleciona as peças que farão parte do seu acervo. Essa ferramenta de preservação funcionou permeada por tensões e interesses políticos na constituição do que faria parte do rol de referências para a identidade nacional brasileira.

Em seus primeiros trabalhos o SPHAN buscou privilegiar os monumentos, costumeiramente nomeados “de pedra e cal”. Ao refletirmos socialmente sobre a origem dos bens culturais que foram tombados,<sup>2</sup> Falcão (1984) indica três características essenciais entre eles:

“a) monumento vinculado à experiência vitoriosa da etnia branca; b) monumento vinculado à experiência vitoriosa da religião católica; c) monumento vinculado à experiência vitoriosa do Estado (palácios, fortes, fóruns etc.) da elite política e econômica do país” (FALCÃO, 1984, p. 28).

Sendo assim, é possível identificar uma possível tendência nos trabalhos desenvolvidos pelo SPHAN, no período entre 1937 e 1968, dando origem a um processo que privilegiou a valorização da arquitetura em detrimento das demais formas de manifestações culturais. Andrea Delgado (2008) aponta que o SPHAN escolheu consagrar esses edifícios como “lugares de memória”, retomando Pierre Nora (1993) ao imbuir “significados específicos à relação entre arquitetura, passado, história e nação” (DELGADO, 2008, p. 103). A valorização da memória de somente um grupo social se cristaliza como uma forma de violência simbólica, visto que os demais grupos tiveram seu direito à memória negado (DANTAS, 2010). Logo, a política de preservação e valorização do patrimônio compreendeu que somente a elite contribuiu para a construção da identidade histórico-cultural do Brasil.

No cenário dos anos 1970, a política de preservação patrimonial, em um movimento de modernização, buscou lançar luz aos bens ligados à cultura popular a partir da criação, em 1975, do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), cujo objetivo era a análise e a descrição da

2. Silvana Rubino (1996), ao analisar os processos de tombamento nesse período, percebe que os bens ligados à arquitetura religiosa católica e à arquitetura ligada ao Estado dominam um total de 65% dos bens tombados. Outra informação fornecida por essa autora é de que, dos 689 bens tombados até 1967, quase 24% estava localizado no território do estado de Minas Gerais.

cultura brasileira. Nasce, assim, a noção de referência cultural, que se traduz no esforço de incluir práticas culturais representativas para grupos até então esquecidos, mas constituintes da sociedade brasileira.

Quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu ‘peso’ material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (FONSECA, 2001, p. 112).

A criação do CNRC, além de promover a inclusão de uma diversidade de legados culturais, apontou a necessidade de compreender a dinâmica social na qual o bem cultural está inserido. Por fim, abriu caminho para consagrar os saberes e os modos de viver até então não reconhecidos como bens culturais (ANDRADE, 1997).

No decorrer da década de 1980, o Iphan<sup>3</sup> ampliou o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Cultural, muito influenciado pela definição antropológica de cultura, compartilhada pela Unesco no período pós II Guerra Mundial, cujo objetivo era a defesa da diversidade cultural (FONSECA, 2001). Essa dilatação teórica provocou transformações no campo cultural, promovendo a valorização das manifestações populares, bem como medidas que visavam protegê-las. Por meio dessa revisão teórica, propiciou-se condições de “superar práticas limitadas de conservação palaciana e fachadista – restritas à recuperação apenas da imagem plástica, do colorido e das feições estilísticas dos conjuntos históricos” (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Como exemplo das ações geradas a partir dessa nova orientação, tomemos o tombamento do Terreiro de Casa Branca (Salvador, Bahia), em 1982. O tombamento desse templo religioso não ocorreu por uma iniciativa somente por parte do Iphan, mas foi resultado da inquietude dos movimentos negros, intelectuais e políticos, marcando novamente a memória nacional como um campo de tensão.

3. Em 1946 o SPHAN teve seu nome alterado para DPHAN, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo alterado novamente para Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1970.

Por meio desse breve percurso sobre a preocupação com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, é possível apontar o predomínio, nas primeiras décadas, de uma política de valorização de bens imóveis, grande parte edifícios pertencentes a elite, o que acabou por gerar a marginalização da cultura popular. Entretanto, a partir da década de 1980 observamos a valorização da pluralidade cultural, em grande parte promovida por movimentos de grupos sociais buscando a democratização do exercício da memória (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

A política de preservação construída a partir de 1937, a qual perdurou até a década de 1980, pode ser compreendida como uma representação social do que seria a identidade nacional, pois, na tentativa de salvaguardar o patrimônio cultural do esquecimento, produziu o esquecimento justamente da memória de grupos sociais, bem como de suas manifestações e bens culturais. Nesse contexto, a luta pela preservação das ruínas da Igreja de São José de Queimado dialoga com a inserção de novos sujeitos dentro das discussões sobre a preservação de bens culturais. Essa luta também é contra o esquecimento, ao compreender que o patrimônio pode ser visto como constituinte dos direitos sociais (NIGRO, 2001).

### 3 A INSURREIÇÃO DE 1849: RESISTÊNCIA E LUTA POR LIBERDADE

Em 19 de março de 1849, a Freguesia de Queimado foi palco de uma revolta, sendo considerada um dos maiores movimentos de resistência negra do Espírito Santo. O acontecimento tem sua origem em 1845, com a cerimônia do início da construção da Igreja de São José do Queimado, celebrada pelo frade Gregório de Bene. Guanair Cunha (2015) aponta que o discurso do frade nesse evento foi:

[...] abstrato e universalista com objetivos evidentes de unir as forças político, econômicas e religiosas para a construção da igreja, inclusive contando com a mão de obra escrava, mas sem levar em consideração as desigualdades sociorraciais da época (CUNHA, 2015, p. 54).

Segundo Rosa (1999), o frade Bene, fazendo uso de sua influência religiosa, teria realizado um acordo verbal com os escravizados da região de Queimado, o qual previa sua intercessão para a obtenção da carta de alforria

junto aos senhores dos escravizados que o ajudassem na construção da igreja. A entrega das cartas aconteceria em 19 de março, no dia da missa de inauguração da igreja.

Vale ressaltar que Queimado vivenciava, nesse período, o seu melhor momento, fruto do intenso comércio de canoas pelo rio Santa Maria. Reflexo disso é que em 1848 “já haviam sido colocados os três sinos e a imagem de São José, trazida pelo Frei Gregório de Bene, e, em frente à Igreja, foi erguido o cruzeiro em 1848” (LOPES, 2017, p. 76).

Emanuel Assis (2017) afirma que “os negros escravizados compreenderam que existia a possibilidade de alcançar a liberdade e esta seria alcançada por meio do trabalho realizado na edificação da igreja” (ASSIS, 2017, p. 55). Sendo assim, com o surgimento dessa oportunidade, alguns negros vieram organizar um movimento para reivindicar a promessa da alforria.

O movimento de caráter coletivo, como afirma Lavínia Cardoso (2008), foi organizado de forma horizontal e descentralizada. Destacaram-se como líderes cinco pessoas: Elisiário, Chico Prego, João Pequeno, João da Viúva e Carlos. No tão esperado dia, a missa em comemoração a São José se encaminhava para o final, e nenhuma comunicação sobre a liberdade dos escravizados tinha sido feita. Essa quebra de expectativa do acordo realizado com o frade foi determinante para que Chico Prego, ao lado de vários escravizados armados, seguisse rumo à igreja aos gritos pela liberdade. O movimento por liberdade acabou por incutir grande pânico na população:

[...] o medo tomou conta da freguesia: o exército dos insurgentes saiu da igreja dando ‘vivas à liberdade’ e desfilando diante da população que, temendo a agitação, evade-se, fechando as portas e as janelas de suas casas” (CARDOSO, 2008, p. 91).

A insurreição teve duração de dois dias, sendo sufocada por tropas vindas da capital, Vitória. Lopes (2017) comenta que a repressão foi marcada pelo tratamento hediondo dado aos rebelados, assim como nas sentenças dos insurgentes que foram capturados. O destino reservado a Chico Prego é um exemplo disso, pois ele teve que caminhar a pé, por uma distância de aproximadamente 24 km, até sua execução em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição na Serra

Depois de feita a última unção religiosa, Prego, de mãos atadas, galgou os degraus da escada, seguido do carrasco; em seguida o executor passou-lhe a corda ao pescoço, tendo antes ligado à trave o instrumento mortífero, impeliu o rebelde para o espaço e arrimado à corda cavalgou no pescoço do negro, apoiando nas mãos ligadas os pés para fazer maior pressão. Alguns momentos depois era a corda cortada e atirado no chão o corpo; como, porém, ainda não tivessem cessado as agonias, o executor lançou mão de um madeiro que se achava ao lado da forca e esmagou por partes o crânio, os braços e as pernas do justicado (ROSA, 1999, p. 68-69).

Segundo Basílio Daemon (2010), de 1822 até 1849 ocorreram diversos movimentos de resistência em Jacaraípe, Uma, Tramerim e Pedra Cruz, regiões próximas do distrito de Queimado. As fugas, levantes e formações de quilombos foram fatos que trouxeram preocupações ao governo da província do Espírito Santo, como indica o relatório do Presidente da Província, em 1847:

[...] Sobremaneira convencido da urgente necessidade de fazer dispersar e capturar os escravos fugidos, que escandalosamente se reúnem em quilombos para viverem de roubos, tentando contra a vida dos pacíficos fazendeiros e viandantes, resolvi organizar provisoriamente uma guerrilha que tem de encetar suas operações em vários districtos, porém em consequência da estação chuvosa ainda não pôde esta providencia produzir os bons resultados [...].

A forma violenta como a oligarquia política capixaba lidou com a Insurreição de Queimado pode ser entendida de modo a servir como um exemplo, a fim de minar todo tipo de resistência à escravidão dentro da província (LOPES, 2017). Fato que nos possibilita afirmar que a luta por liberdade era uma realidade no Espírito Santo.

#### 4 LUTA, ESQUECIMENTO E RESISTÊNCIA

O século XIX foi o momento do apogeu da freguesia de Queimado, propiciado pelo forte comércio advindo do constante tráfego de mercadorias pelo Rio Santa Maria. Após 1849, ano da insurreição, foi possível localizar investimentos do governo provincial em reformas na igreja,<sup>4</sup> na construção

4. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 pelo 1º vice-presidente Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos. Vitória, 1864. p. 40-41.

de uma ponte sobre o rio Aruaba<sup>5</sup> e a manutenção de duas escolas no distrito, uma para a instrução primária masculina<sup>6</sup> e outra de primeiras letras para meninas.<sup>7</sup>

Esse retrato começa a se transformar na virada do século XX, quando diversos fatores econômicos e políticos acabam por debilitar essa freguesia. No campo da política, em especial, encontramos esforços para a modernização do espaço urbano da capital, no começo do século XX, como o projeto do Novo Arrabalde,<sup>8</sup> do presidente de Estado Muniz Freire, e pelas obras modernizantes empreendidas por seu sucessor, Jerônimo Monteiro. Todavia, em ambos os projetos de modernização da capital a tônica é a mesma, a indiferença e o abandono da Vila de Queimado. A respeito dos aspectos econômicos, destacamos a sua perda de relevância enquanto entreposto comercial (JUNIOR, 2009). A construção da Estrada de Ferro de Vitória a Minas impactou o transporte fluvial pelo Rio Santa Maria. Por fim, as construções de rodovias interligando as principais cidades da Grande Vitória coroaram a derrocada econômica do distrito de Queimado.

Os impactos do cenário político e econômico produziram efeitos significativos sobre a vida cotidiana do distrito, que viu paulatinamente a derrocada da população local. No ano de 1872,<sup>9</sup> Queimado contava com 3.385 indivíduos, e em 1920<sup>10</sup> seu número foi reduzido para 1.215. Por fim, em 1940,<sup>11</sup> apenas 793 “almas” residiam na localidade. Refletindo sobre essa

5. *O Espírito-Santense*: jornal político, científico, litterario e noticioso. Anno V, n. 142, 27 de novembro de 1875.

6. Relatório pelo qual o Exmo. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes, no dia 13 de fevereiro de 1882, passou à administração da Província do Espírito-Santo ao Exmo. Dr. Tenente-Coronel Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, primeiro vice-presidente. Victoria, 1882, p. 24.

7. Relatório do Thesouro Público Provincial. 10 de setembro de 1886. Vitória. Anexo n.4

8. Foi um projeto elaborado pela Comissão de Melhoramento da Capital em 1896, sob a coordenação do engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, cujo objetivo era transformar as estruturas urbanas herdadas do passado colonial. Para isso, o projeto apontava para a necessidade de realizar transformações na cidade de Vitória, visando melhorar a circulação urbana, o saneamento, e a estética urbanística e arquitetônica.

9. Censo Demográfico do Brasil, 1872. Base de dados Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica.

10. Recenseamento do Brasil. Volume IV. População. Ministério da Agricultura, indústria e Comercio. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro. 1929.

11. Recenseamento geral do Brasil, 1940: Série Regional. Parte XIV – Espírito Santo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.

situação, Marcia Lopes (2017), em pesquisa empreendida sobre o tema, aponta a possibilidade de privilégio das autoridades políticas em buscar desenvolver as colônias formadas por imigrantes ao longo do Rio Santa Maria, “ao mesmo tempo em que apagavam da memória da população a insurreição dos escravos e o impacto das mortes provocadas pelos castigos presenciados pela mesma” (LOPES, 2017, p. 94).

Diante do processo de esvaziamento e esquecimento apontado, é possível entendermos a configuração atual do sítio histórico de Queimado. No local, da movimentada vila de outrora encontramos apenas as ruínas da Igreja de São José do Queimado e do antigo cemitério, ambos dilapidados por saques ao longo de todo o século XX.

Importante bem cultural para compreender a história capixaba, as Ruínas de São José de Queimado tiveram seu reconhecimento apenas na década de 1990, em um contexto da iminência do desabamento dos paredões remanescentes da antiga igreja. Sua preservação, como veremos, ocorreu por meio da intensa participação da sociedade civil.

Como já vimos, até a década de 1980 as políticas de preservação cultural buscaram construir uma identidade homogênea do povo brasileiro, o resultado desse processo foi a criação de uma “redução do Brasil” (FALCÃO, 1984) valorizando apenas a matriz cristã-europeia, o que muito contrasta com a grande pluralidade étnico-cultural de nosso país.

A Igreja de São José do Queimado, mesmo fazendo parte de um conjunto de bens culturais ligados à uma elite religiosa, acabou por não receber nenhuma intervenção por sua preservação, sendo deixada à própria sorte. A escolha pelo esquecimento talvez possa ser interpretada pelo fato de a região ter sido palco do maior levante de escravizados em solo capixaba. A memória desse evento, que reveste a materialidade do local, muito possivelmente não interessasse ser preservada, em um primeiro momento, o que explicaria o esquecimento desse sítio histórico e arqueológico. Todavia, esse cenário começou a sofrer alterações a partir da década de 1980, quando o conceito de patrimônio é ampliado, e os bens culturais deixaram de ser pensados isoladamente na cidade.

O Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), órgão público estadual, publicou em 1978 o Plano de Patrimônio Ambiental Urbano e Natural da Grande Vitória, cuja principal intenção era a inserção da Grande Vitória no

Programa Cidades Históricas,<sup>12</sup> objetivando a preservação de bens culturais e ambientais frente à forte industrialização e urbanização que o estado do Espírito Santo passava. A fim de conquistar esse objetivo, o programa visava articular ações como a produção de:

[...] subsídios para a elaboração de programas de restauração, revitalização e utilização do patrimônio existente, além da formação de um arquivo que auxilie em futuros projetos de intervenção, e da possibilidade de despertar a consciência da existência de um patrimônio cultural e natural local, através de programas de divulgação junto à população. Constitui-se também num alerta às autoridades municipais, estaduais e federais, para a problemática que está sendo vivida pela Grande Vitória, principalmente quanto aos riscos de destruição irreversível a que está sujeito o patrimônio em curto espaço de tempo, devido à rapidez das transformações físico-espaciais e socioeconômicas que têm ocorrido (IJSN, 1978, p. 11).

Sabemos que a cidade de Serra foi marcada por um grande *boom* populacional provocado pelos grandes projetos industriais na década de 1970 (SCHAEFFER, 2013). Isso acabou gerando grandes transformações em seu espaço urbano, principalmente na ocupação da região do Planalto de Carapina, próximo à BR 101. Nesse sentido, o plano elaborado pelo IJSN, partindo de todo esse contexto, que também afetou o distrito de Queimado, aponta para a necessidade de tombamento e a viabilidade da restauração das Ruínas da Igreja de São José do Queimado.

A necessidade de preservação desse bem cultural não movimentou somente a esfera do poder público, mas também engajou grupos e sujeitos a lutarem pelo seu tombamento por meio de diferentes caminhos, diante da grande ameaça de perda. Uma das estratégias utilizadas foi a conscientização por meio de ações culturais para despertar a importância da preservação das ruínas da Igreja para o povo capixaba,<sup>13</sup> da qual fazem parte a publicação da peça teatral *Insurreição de Queimado* (1986), de Luiz

12. O Programa de Cidades Históricas (PCH) foi criado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República em 1973, cujo principal objetivo é a preservação e o desenvolvimento econômico dos conjuntos urbanos patrimonializados, de forma a criar sua autossustentação econômica por meio do turismo.

13. Informação colhida verbalmente com o agitador cultural Teodorico Boa Morte, grande referência cultural na cidade de Serra, que participou desde a década de 1980 da luta pela preservação da Igreja de São José do Queimado.

Guilherme Santos Neves, as telas produzidas pelo pintor Walter de Assis (Figura 1) e as apresentações culturais das bandas de congo serranas (Figura 2). Além disso, foi lançado um abaixo assinado pelos cidadãos serranos, exigindo o tombamento desse patrimônio (ESPÍRITO SANTO, 1990).

FIGURA 1

Pintura de Valter Assis, retratando conversa entre o frei Gregório e os escravizados no dia da insurreição. Fonte: Jornal Tempo Novo (2019).



FIGURA 2

Registro de bandas de congo em Queimado na década de 1980. Fonte: Jornal Tempo Novo (2022).



O perigo de perda permanente das Ruínas de Queimado pode ser entendido como um dos principais motivos para a luta de grupos e sujeitos pela sua preservação via tombamento. Em contrapartida, é possível reconhecermos que “as políticas de preservação frequentemente estão a reboque das transformações urbanas” (SCIFONI, 2013, p. 519). Diante de todo esse contexto que buscava a salvaguarda desse patrimônio, em 17 de dezembro de 1992 o Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo resolveu aprovar o seu tombamento como patrimônio cultural, após quase um ano e meio de estudos. Esse reconhecimento vem atestar a importância histórica e cultural para a identidade capixaba desse patrimônio, bem como lançou luz sobre a importância da Insurreição de Queimados para as pesquisas históricas sobre a escravidão no Brasil.

Todavia, após esse percurso marcado pelo esquecimento, é necessário reconhecermos que, assim como a promessa da liberdade não foi realizada, o tombamento também não foi garantia da restauração e preservação desse patrimônio. Portanto, a tão esperada restauração das Ruínas não veio a

acontecer também sem luta, bem como foi a conquista da liberdade para o povo negro no século XIX.

Apontamos como ações de luta pelo restauro de Queimado a criação do Fórum Chico Prego em 1998, cuja intenção é a valorização da cultura negra; a organização da Celebração Afro Popular Macroecumênica, que desde 1999 ocorre no dia 19 de março, mesma data da Insurreição de Queimado. A Caminhada Noturna dos Zumbis Contemporâneos,<sup>14</sup> realizada desde 2010, também se alinha a esse esforço pela restauração e reconhecimento, ao promover diálogos com o movimento negro por meio de temas como luta, resistência e tradições.

As celebrações religiosas macroecumênicas que acontecem no dia 19 de março, são principalmente de matriz africana, o que demonstra que o sítio histórico e arqueológico de Queimado passou por um processo de apropriação e ressignificação por esse grupo, buscando construir uma posição política contra a desigualdade racial (LOPES, 2017). Após mais de três décadas de luta contra o esquecimento, o restauro das Ruínas da Igreja de São José do Queimado caminha para se tornar uma realidade. Em março de 2020<sup>15</sup> foi finalizada a primeira fase das obras (Figura 3), do projeto de reabilitação do sítio histórico e arqueológico, elaborado pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida, a pedido da prefeitura da cidade de Serra (ALMEIDA *et al.*, 2007).

FIGURA 3

Igreja de São José do Queimado após as obras de restauro. Fonte: Prefeitura Municipal da Serra (2021).



14. *Século Diário*. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cultura/zumbis-contemporaneos-caminham-para-lembrar-insurreicao-de-queimado>. Acesso em: 19 jan. 2021.

15. *Tempo Novo*. Disponível em: <https://www.portaltimonovo.com.br/restauracao-do-queimado-sera-entregue-na-quinta-19-mas-sem-festa-diz-prefeito/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Contudo, é latente a falta de comprometimento no sentido de preservar e reabilitar Queimado, tanto por parte do poder municipal, como dos poderes estadual e federal. Afinal, há uma distância temporal de quase 28 anos entre o seu tombamento como patrimônio cultural e sua efetiva restauração. Por outro lado, ao observarmos a trajetória de preservação de Queimado, é possível verificar que a luta social pela continuidade desse bem cultural acabou por movimentar os conceitos de resistência e igualdade. Não menos importante é enxergarmos o reconhecimento da contribuição cultural desse patrimônio dentro de uma busca pelo direito à memória.

O direito à memória, indubitavelmente, é um direito cultural,<sup>16</sup> pois é

capaz de produzir transformações no cotidiano ao conferir ressignificação ao olhar para si mesmo e à própria comunidade, como forma de intensificação das tradições e despertar dos sentimentos de identidades (BRAGA, 2018, p. 116).

Pensando a partir da perspectiva de negação de direitos culturais, do esquecimento e da invisibilidade de determinados grupos, de seu passado e de seus espaços, o que ocorreu no caso de Queimado pode ser entendido como uma negação do exercício de direitos essenciais para a construção de identidade dos indivíduos ou grupos. Nesse sentido, a luta para a preservação desse sítio histórico e arqueológico, portador de referências culturais que sedimentam a construção de uma identidade, também pode ser compreendida como uma luta por reconhecimento e por direitos culturais dentro do contexto social capixaba.

Para Axel Honneth (2003), os indivíduos são considerados necessariamente dependentes do reconhecimento por outros indivíduos. O não reconhecimento, ou o desrespeito, são formas de negação tanto da liberdade como também da identidade, seja no âmbito individual ou na coletividade dos grupos. Para Honneth (2003), a falta do reconhecimento pode vir a movimentar lutas sociais.

16. Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, conforme indicado no artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

[...] os motivos da resistência social e da rebelião se formam no quadro de experiências morais que procedem da infração de expectativas de reconhecimento profundamente arraigados. Tais expectativas estão ligadas na psique às condições da formação da identidade pessoal, de modo que elas retêm os padrões sociais de reconhecimento sob os quais um sujeito pode se saber respeitado em seu entorno sociocultural como um ser ao mesmo tempo autônomo e individualizado; se essas expectativas normativas são desapontadas pela sociedade, isso desencadeia exatamente o tipo de experiência moral que se expressa no sentimento de desrespeito (HONNETH, 2003, p. 258).

Refletindo segundo as considerações de Honneth (2003), a negação do direito à memória e o não reconhecimento da identidade também são capazes de mover debates e lutas. Dessa forma, é possível imaginarmos que o movimento pela preservação de Queimado e suas ruínas pode também ser entendida como uma luta por reconhecimento. Sendo assim, a preservação de um patrimônio cultural também pode ser entendida como uma ferramenta de resistência, quando utilizada por um grupo de sujeitos em estratégias que visam “garantir seus direitos e também conquistar o reconhecimento do restante da sociedade” (SOUZA, 2011, p. 9).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural pode ser entendido como um campo de tensões (CHAGAS, 2013), local onde se “confrontam interesses econômicos e políticos com demandas sociais” (SCIFONI, 2013, p. 526). Nesse sentido, ele jamais pode ser visto como neutro, pois a sua trajetória de preservação em nosso país foi permeada por ações que buscaram servir aos interesses das elites. O universo patrimonial inicialmente serviu à dominação, pois nomeou a memória de grupos opressores como herança comum, até mesmo dos oprimidos. Para Walter Benjamin (2010), nos bens culturais possuem uma origem sobre a qual não se pode refletir sem sentir horror, visto que somente se realizaram por meio das relações de opressão. Como foi o caso da Igreja de São José do Queimado, construída a partir do esforço de escravizados em busca da sua liberdade.

As diferentes manifestações culturais que hoje ocorrem em Queimado ensejam produzir novas leituras sobre a Insurreição, por meio dos vestígios materiais como símbolos de rememoração da resistência negra capixaba, conectando a história dos negros do presente às dos negros do passado, em

um processo de construção de identificação. Assim, essas manifestações culturais são um exercício de movimentação da memória coletiva<sup>17</sup> (PERALTA, 2007), cujo objetivo é a construção de um sentimento de pertencimento coletivo (MORIGI; ROCHA; SEMENSATO, 2012).

Assim, a luta pela preservação do sítio histórico e arqueológico de Queimado promove a inserção de novos sujeitos e memórias no universo patrimonial, impondo a transformação de práticas e pensamentos nas formas de tutela e do patrimônio. A insurreição que ocorreu em Queimado no passado, hoje serve de inspiração para as lutas do presente, contribuindo como exemplo para os movimentos que buscam construir políticas de igualdade e direitos, bem como conduzindo o fortalecimento de identidades culturais.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marta. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebecca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ALMEIDA, Renata et al. *Plano de Reabilitação do Sítio Histórico e Arqueológico de Queimado – PR-SHAQ*. Vitória: FCAA, 2007.
- ANDRADE, Antonio Luis Dias de. *Histórico*. São Paulo: 9ª Coordenadoria Regional do IPHAN/SP, 1997.
- ASSIS, Emanuel Vieira de. *Liberdade, liberdade! A luta da população negra em Queimado: perspectivas libertárias para o ensino de relações étnico-raciais*. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Humanidades) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- BENJAMIM, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- BRAGA, Gesline G. Memórias não vividas: o título de patrimônio cultural no jogo por direitos e na luta por reconhecimento. *Capoeira – Revista de Humanidades e Letras, Bahia*, v. 4, n. 2, p. 106-121, 2018.
- BRASIL. Constituição (1934). *Constituição Federal da República dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 20 nov. 2022.
- CARDOSO, Lavínia Coutinho. *Revolta negra na freguesia de São José do Queimado: escravidão, resistência e liberdade no século XIX na província do Espírito Santo (1845-1850)*. 107 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

17. A respeito da memória coletiva, Halbwachs entende que esta possui sua formação por meio de elementos rememorativos que são entendidos como essenciais para serem conservados para um grupo específico, que podem ser associados ao sentimento de pertencimento (HALBWACHS, 1990).

CUNHA, Guanair Oliveira da. Memória da Insurreição do Queimado (1845-1850) Serra-ES: a precursora da Lei nº 10.639/2003. *Revista Simbiótica*, Vitória, v. 2, n. 2, dez. 2015.

DAEMON, B. C. *Província do Espírito-Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2. ed. Vitória: Secretaria do Estado do Espírito Santo; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. (Coleção Canaã, 12). Disponível em: [https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Província\\_do\\_espirito\\_santo.pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Província_do_espirito_santo.pdf). Acesso em: 8 dez. 2023.

DANTAS, Fabiana. *Direito fundamental à memória*. Curitiba: Juruá, 2010.

DELGADO, Andrea F. Configurações do campo do patrimônio no Brasil. In: BARRETO, Euder Arrais et al. (Orgs.). *Patrimônio cultural e educação: artigos e resultados*. Goiânia, 2008. p. 97-115.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Cultura. Conselho Estadual de Cultura. *Processo nº 71/1990*. Vitória, 1990.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Victoria, 23 de maio de 1847. p. 11-12.

FALCÃO, J. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, S. (Org). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, Brasília, Rio de Janeiro, n. 2, p. 111-120, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo S. *A retórica da perda: os discursos de patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc – IPHAN, 1996.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Novas (velhas) batalhas: educação patrimonial no contexto das fortificações de Pernambuco*. Brasília, DF: Iphan, 2019.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Patrimônio ambiental urbano e natural da Grande Vitória*. Vitória, ES, 1978.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

LOPES, Marcia Cristina Fajardo. *Cidade e restauro: gestão e sustentabilidade do Sítio Histórico de São José do Queimado-ES*. 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

NIGRO, C. Patrimônio cultural e território urbano. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 78, p. 45-76, 2001.

NOGUEIRA, A. *Diversidade e patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional*. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 233-255, jul. 2008.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

MORIGI, V. J. ; ROCHA, C. P. V. ; SEMENSATTO, Simone. Memória, e representações sociais e cultura imaterial. *Morpheus*, ano 9, n. 14, p. 182-191, 2012.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. *Arquivos da memória: antropologia, escala e memória*, Lisboa, n. 2, p. 4-23, 2007.

RODRIGUES, Angela Rosch. *Ruína e patrimônio cultural no Brasil*. 2017. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. *Insurreição do Queimado*. Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

SCHAEFFER, Luciana. *O processo de produção da cidade a partir das intervenções urbanas: o caso do “Projeto Lerner” para Serra*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Vitória: UFES, 2013.

SCIFONI, S. Patrimônio cultural e lutas sociais. *Espaço e Geografia*, v. 16, p. 517-530, 2013.

SOUZA, E. V. de. Identidade e patrimônio cultural: algumas considerações. *Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery*, Juiz de Fora, v. 1, n. 11, p. 1-14, jul./dez. 2011.



# CONSERVAÇÃO, ELEIÇÃO E PROJETAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO EM PRAÇAS HISTÓRICAS DO RIO GRANDE DO SUL

**ADRIANA ECKERT MIRANDA**, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE,  
RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutora em Planejamento Urbano e Regional. Professora do Departamento de Design e Expressão Gráfica da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1498-4309>

E-mail: [adriana.eckert@ufrgs.br](mailto:adriana.eckert@ufrgs.br)

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i36p127-152>

**RECEBIDO**

18/08/2023

**APROVADO**

28/11/2023

# CONSERVAÇÃO, ELEIÇÃO E PROJETAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO EM PRAÇAS HISTÓRICAS DO RIO GRANDE DO SUL

ADRIANA ECKERT MIRANDA

## RESUMO

Os processos de requalificação de praças em centros históricos tombados enfrentam dificuldades diversas para o encaminhamento de suas ações. Dentre essas ações se encontram, necessariamente, a tomada de decisão sobre a conservação, eleição e/ou a projeção de mobiliário urbano. Isso porque, para além do valor histórico, esse tipo de espaço público detém características intrínsecas à cidade e região a que pertence, tais como aspectos de identidade, memória e cultura. Este trabalho sobre as iniciativas de conservação, eleição e projeção de mobiliário urbano parte da discussão de autores que tratam do objeto mobiliário urbano e sua inserção em centros históricos. A discussão é ampliada nas Cartas Patrimoniais, que abordam espaços públicos históricos e a inclusão de mobiliário urbano como patrimônio cultural. A seguir, são analisados casos de duas praças históricas em perímetros tombados no Rio Grande do Sul que passaram por requalificação, bem como a definição do seu mobiliário urbano a partir de diferentes abordagens do problema. Assim, esses casos contribuíram com diferentes resultados. Verificamos, pela discussão e análise de casos, que é fundamental uma pesquisa bibliográfica e documental que embase a elaboração de diretrizes tanto para as permanências (conservação) quanto para as novas inserções do mobiliário urbano (eleição e projeção).

## PALAVRAS-CHAVE

Mobiliário urbano. Cidades históricas. Praças.

# **CONSERVATION, SELECTION AND DESIGN OF URBAN FURNITURE IN HISTORIC SQUARES IN RIO GRANDE DO SUL**

ADRIANA ECKERT MIRANDA

## **ABSTRACT**

The requalification processes of squares in historic centers face several difficulties for the routing of their actions. Among these actions are, necessarily, the decision-making on the conservation, election and/or design of street furniture. This is because, in addition to historical value, this type of public space has characteristics intrinsic to the city and region to which it belongs, such as aspects of identity, memory and culture. This work starts from the discussion of conservation initiatives, election and design of street furniture through authors who deal with the street furniture object and those are inserted in historic centers. The discussion is expanded through the Heritage Charters that address historical public spaces and the inclusion of street furniture as cultural heritage. Next, we analyze cases of two historic squares in listed perimeters in Rio Grande do Sul that proceeded with the requalification and definition of their street furniture from different approaches to the problem. Thus, these cases contributed to different results. We found that through the discussion and analysis of cases that, in the project actions, is fundamental to bibliographic and documentary research that support the development of guidelines for both the continuity (conservation) and the new insertions of street furniture (election and design).

## **KEYWORDS**

Street furniture. Historical cities. Squares.

## 1 INTRODUÇÃO

As praças históricas no Brasil são o reflexo da evolução urbana de suas cidades e palco de eventos que pertencem à memória da população e seu cotidiano. Na grande maioria dos casos, estão inseridas em centros históricos tombados onde se encontram as edificações tradicionais com projeção local, regional e nacional e que se relacionam com as características históricas e econômicas do município.

Diferentemente das edificações, que são objeto foco das ações de tombamento, as praças de cidades médias e pequenas não recebem o mesmo tratamento, e as iniciativas de requalificação são motivo de discussões muito amplas no âmbito das municipalidades, justamente pela lacuna de diretrizes projetuais específicas ou de legislação para esses espaços públicos.

Dentre os elementos inseridos em praças históricas está o mobiliário urbano, que é elemento próprio da cidade e de seus espaços públicos, podendo ser objeto artístico ou parte dos serviços públicos que são providos pela municipalidade. Assim, consideramos que a presença do mobiliário urbano em praças históricas contribui para a compreensão do próprio espaço ao longo do tempo: das atividades tradicionais que ali se desenvolvem; da memória e da identidade local.

Este trabalho envolve justamente a discussão sobre o mobiliário urbano em projetos de requalificação de praças históricas e os conceitos

de patrimônio que se relacionam diretamente com as decisões a serem tomadas em projetos de requalificação tais como: conservação, eleição e a projeção de mobiliário.

Esta discussão se justifica no momento em que não existem diretrizes de tombamento para o mobiliário urbano nos mesmos moldes da arquitetura, se fazendo necessário refletir sobre os conceitos que devem envolver as ações sobre esses elementos urbanos. Assim, a seguir, refletimos sobre os conceitos relacionados e comentamos dois casos de requalificação de praças históricas de cidades turísticas do estado brasileiro do Rio Grande do Sul que adotaram diferentes abordagens para o problema: a Praça Dr. Alcides Marques, em Jaguarão, e Praça Garibaldi, em Antônio Prado.

Aprofundando-se na discussão dos conceitos e analisando os exemplos comentados, resulta que as decisões de conservação, eleição e projeção de mobiliário devem ser embasadas firmemente por estudos de documentação e levantamentos do local, e que qualquer iniciativa relacionada aos espaços e seu mobiliário sejam conhecidas, sugeridas e apoiadas pela população.

## 2 A CONSERVAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO E AS QUESTÕES DE PATRIMÔNIO

O termo “conservação” e as suas diretrizes foram definidos na *Carta de Burra*, que esclarece também outros, como “preservação”, “restauração” e “reconstrução”. O conceito de conservação abrange todos os processos que envolvem os cuidados de um lugar de modo a reter seu significado cultural, sendo o objetivo fundamental da conservação preservar a significação cultural de um bem, implicando em ações que garantam a sua segurança e manutenção, assim como iniciativas que prevejam a sua futura destinação. A conservação pode, conforme as circunstâncias, abranger os processos de: retenção ou reintrodução de um uso; retenção de associações e de significados; manutenção; preservação; restauro; reconstrução; adaptação e interpretação. É normal, na realidade, abranger uma combinação de mais de um desses processos (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2013).

Nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (Iphae), as praças são consideradas integrantes

dos chamados conjuntos urbanos, conjuntos arquitetônicos ou jardins históricos. Como parte da paisagem urbana, as praças históricas não possuem diretrizes de tombamento específicas para suas características espaciais ou mesmo seus elementos internos, como o mobiliário urbano. Exceções a esse caso são os monumentos que, quando se destacam por seu valor artístico, encontram-se nos Livros do Tombo sob o termo “edificação”.

O Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (International Council on Monuments and Sites – Icomos), na intenção da proteção de jardins históricos, elaboraram a *Carta de Florença*, em 1981. Nela, definem o jardim histórico como “uma composição arquitetônica ou de horticultura de interesse do público sob o ponto de vista histórico ou artístico. Como tal, deve ser considerado um monumento” (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 1982, tradução nossa).<sup>1</sup> A Carta inclui – além da topografia, da vegetação e a água – os elementos estruturais e decorativos como participantes da composição arquitetônica dos jardins históricos. Portanto, distingue o mobiliário urbano como elemento a ser conservado.

No Art. 10, a *Carta de Florença* destaca que qualquer ação de manutenção, conservação, restauração ou reconstituição do todo ou de suas partes deverá considerar todos os seus elementos simultaneamente e, no seu Art. 13, estabelece que os elementos de arquitetura, de escultura ou decoração, sejam fixos ou mesmo móveis, não devem ser retirados ou deslocados, a não ser que a sua conservação ou restauração o exijam (CURY, 2000). Esses artigos estabelecem que, no espaço de uma praça, cada um de seus elementos formaria uma unidade, tal qual uma obra de arte. Contudo, não se pode esquecer que, como espaços públicos, o que se apresenta na realidade das praças históricas é a existência de diferentes estratos históricos que podem vir a fragmentar uma unidade espacial pretendida. Soma-se a isso os elementos inseridos sem critério que podem tornar a praça um lugar ilegível e sem harmonia (LAGUNES, 2012).

Como reflexo da *Carta de Florença*, em 2010 foi lançada a *Carta dos Jardins Históricos Brasileiros*. Esse lançamento ocorreu em Juiz de Fora, no primeiro Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos organizado

1. No original: *...an architectural and horticultural composition of interest to the public from the historical or artistic point of view. As such, it is to be considered as a monument.*

pelo Iphan, pela Fundação Museu Mariano Procópio (Mapro) e pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Apesar de o texto da *Carta* basear-se na definição de jardim histórico da *Carta de Florença*, a ênfase da conservação é claramente focada na paisagem natural, sem menção aos elementos que compõem a paisagem, como é o caso do mobiliário urbano. Somente no item “Conservação e manutenção” desse documento é que se coloca como recomendação que a confecção de mobiliário urbano seja adequada às características de cada jardim, sem esclarecer como isso seria alcançado (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010).

No documento *Normatização de cidades históricas* o Iphan propõe a elaboração de normas para a preservação de áreas urbanas tombadas por meio da pré-setorização do sítio (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010c, grifo nosso):

- De condicionantes históricos: elementos que historicamente adquiriram significado para a conformação e identidade urbana daquele espaço, desde a sua fundação até os dias atuais.
- Da topografia e condicionantes naturais: presença de elementos naturais decisivos para a implantação da cidade e a influência na estruturação e desenvolvimento.
- Dos referenciais urbanos históricos e atuais: são os espaços de referência para a região, como igrejas, prédios públicos, **praças**, largos, vias de acesso e comunicação, espaços simbólicos etc.
- Da caracterização da arquitetura e concentração de bens de interesse: percepção se o conjunto é formado por edificações com características semelhantes, ou se apresenta área diferenciada, como a predominância de arquitetura colonial, área de acervo eclético, áreas industriais etc.
- Das tendências atuais de uso, pressão por adensamento e alterações: identificação de áreas mais sujeitas à pressão, identificadas por observação e/ou entrevistas e previstas no Plano Diretor, que requerem atenção especial do Iphan.

Nesse documento, as praças são percebidas como “referenciais urbanos históricos e atuais”. Quando passam a integrar processos de tombamento, são espaços urbanos que pertencem a perímetros urbanos históricos e, portanto, fariam parte dos denominados “conjuntos urbanos” ou ainda “conjuntos arquitetônicos”.

Ao contrário dos edifícios tombados, as praças históricas, ao integrar esses conjuntos não possuem diretrizes de preservação análogas. Nos projetos de requalificação de praças históricas no Brasil observa-se desde a preservação quase que integral do traçado da praça e mobiliário urbano até uma sensível remodelação do traçado original e a completa renovação do mobiliário urbano, muitas vezes sem o embasamento que justifiquem essas iniciativas.

Na realidade, isso envolve o desconhecimento do local (inclusive tradições locais) bem como a falta de critérios para análise das fases históricas. Ao mesmo tempo, conforme Lagunes (2012), pode haver insuficientes informações sobre a evolução do lugar promovendo a prejudicial eleição de elementos de mobiliário urbano tipo “antigo” ao longo dos anos. Esse tipo de eleição muitas vezes se verifica como consequência dos pontos anteriores.

A conservação do mobiliário urbano, portanto, deve ter critérios claramente organizados, pois, se a remoção for considerada excepcional, pode estabelecer um espaço público como um cemitério de objetos obsoletos, que impacta não só no uso desses elementos como também do espaço em si. Para além do caráter funcional que justificaria a sua permanência, os critérios seriam o valor histórico, o valor como registro da memória (documentação), a coerência com os demais objetos do lugar e o resultado paisagístico (LAGUNES, 2012).

Exemplos muito recorrentes em praças históricas, principalmente em cidades pequenas e médias, são os marcos comemorativos de entidades variadas que são instalados ao longo dos anos e pontuam os espaços com discutível pertinência, dado que a cada período (de anos) é instalado um novo elemento para marcar a existência da entidade na sociedade local.<sup>2</sup>

Se observarmos os elementos de mobiliário urbano em livros tomo e também aqueles que fazem parte em processos de tombamento, vemos que são elencados como itens de “equipamento urbano e infraestrutura”, dentre os quais são arroladas também caixas d’água, pontes, usinas, estradas e açudes. No entanto, os monumentos internos às praças são considerados edificações. Ao mesmo tempo, ao analisarmos todos esses itens separadamente em livros tomo no âmbito nacional e estadual do Rio Grande do Sul, verificamos que, além dos chafarizes e das bicas d’água, não foram encontrados outros tipos de

2. Exemplos desses marcos são aqueles instalados por sociedades benemerentes, como Lions Clubs International e Rotary International.

mobiliário urbano. Isso impõe a reflexão sobre a existência e sobre a diversidade de mobiliário urbano que poderia vir a ser tutelada em praças históricas, considerando seus atributos artísticos, históricos e de memória local.

Essa lacuna impacta na degradação e no desaparecimento dos elementos de mobiliário que, como já comentamos, são pouco valorizados em relação aos bens edificados em centros históricos. Silva e Nogueira (2012) acrescentam, inclusive, que o Estatuto da Cidade não contempla nenhuma questão sobre o assunto, e a gestão do mobiliário urbano tem sido deixada a cargo das prefeituras, que, por vezes, não possuem estrutura funcional ou mesmo recursos para avaliações de requalificação.

### 3 A ELEIÇÃO OU A PROJETAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO

Como comentamos, diferente do patrimônio edificado, o mobiliário urbano não é valorizado em áreas históricas. Aquele mobiliário urbano reconhecidamente tradicional ou que tem valor de memória no espaço de praças são conservados por terem esses atributos estritamente reconhecidos na sociedade a que pertencem, relativos à sua funcionalidade permanente ou devido à sensibilidade dos entes municipais. São poucos os elementos que são reconhecidos por órgãos de patrimônio.

Ao mesmo tempo, a eleição ou a projeção de mobiliário urbano novo em projetos de praças também é uma questão maior do que a sensibilidade de prefeituras, devendo ser discutida sob vários âmbitos e serem fixadas, a partir disso, às diretrizes de como o design do objeto deve integrar-se a um lugar histórico. Como a questão de forma mais ampla envolve os projetos de requalificação de espaços históricos, a situação do Brasil é bem descrita por Marzulo e Rocca (2016, p.17):

A falta de subsídios técnicos para a fundamentação de projetos é um entrave constante nas administrações públicas, ainda mais evidentes no âmbito municipal de pequenas cidades. A indisponibilidade de recursos para o financiamento dos estudos preliminares, a falta de planejamento e continuidade nos planos de governo e a baixa capacidade técnica dificultam a elaboração de termos de referência completos e detalhados para embasar os processos licitatórios.

Ou seja, o panorama ainda é, em grande parte, da precariedade de iniciativas embasadas em estudos técnicos completos que justifiquem as intervenções

em praças históricas, mesmo que estejam integradas a conjuntos urbanos tombados.

As praças históricas podem contar com diferentes estratos no desenho e nos seus elementos de mobiliário ao longo da sua trajetória. Esses espaços ainda possuem o mobiliário urbano de infraestrutura instalado, que obedece sempre a padronização das concessionárias – com diferentes critérios no design de acordo com a finalidade – e inserem-se sem uma gestão coordenada em um espaço histórico. Disso, resulta a desorganização ou a sensação de caos em muitos desses espaços públicos.

Acrescentam-se, ainda, os problemas na manutenção, que vão desde o jardim e calçamento até a falta de pesquisa documental para a adequada e cuidadosa conservação do mobiliário existente.

Nessa realidade, é essencial que a pesquisa do lugar anteceda a eleição por meio de catálogos disponíveis no mercado de mobiliário urbano fabricado ou ainda que se contrate o seu projeto individual. A pesquisa deverá ser embasada em vários pontos, destacando-se entre eles: os usos e costumes da população usuária; a história e evolução do espaço; a infraestrutura necessária; a existência de arquitetura relevante no entorno; o estudo das visuais e do diálogo que os objetos de mobiliário novos terão com os elementos preexistentes e com o entorno da praça (LAGUNES, 2012; REMESAR, 2005; SILVA, NOGUEIRA, 2012).

Na medida que a eleição do mobiliário urbano em praças em geral e em praças históricas recai usualmente no mobiliário de catálogos, deve-se ainda reconhecer a progressiva homogeneização que essas escolhas podem promover nesses espaços, pois elementos introduzidos em uma determinada praça seriam reconhecidos em outras tantas.

Salientamos que os elementos de mobiliário urbano são facilitadores dos processos de identificação social urbana, questão tratada principalmente pela área da psicologia social, mas também nos campos do *design* e do desenho urbano. A discussão é pertinente na medida que as cidades, em um processo de globalização, contam, para além da informação disseminada, com a reprodução de ações e produtos semelhantes (HALL, 2019). Essa difusão de espaços e produtos tem como consequência a homogeneização dos espaços ao longo do tempo.

Ao mesmo tempo, vemos que a eleição de mobiliário contemporâneo

de catálogo é recorrente em requalificações de praças no Brasil, muitas vezes de modo conveniente e justificado, porém, deve-se reconhecer que traz embutida a homogeneização. Muitas vezes, as discussões recaem no mobiliário urbano já conhecido em outros espaços públicos pelos seus atributos qualitativos, mas também são eleitas as reproduções de mobiliário urbano histórico. O problema do “falso” é bastante conhecido em praças e demais espaços urbanos: trata-se de mobiliário que representa exemplos do passado e procura devolver (ou mesmo aplicar) ao lugar onde está inserido uma imagem de outras épocas. Por vezes, a inspiração para a inserção do falso histórico baseia-se somente na vontade de criar uma imagem romantizada de outros tempos, mesmo que seja possível que nunca tivesse existido mobiliário semelhante no espaço (SILVA; NOGUEIRA, 2012).

Por outro lado, Lagunes (2012) argumenta duramente sobre estandardização e simplificação. Estas seriam consequência da inércia e indiferença, burocrática e profissional, que consideram o mobiliário urbano um problema secundário no qual a eleição para os espaços é resultado de uma opção que se limita a considerar a oferta de mercado local. Com essa limitação, elegem-se os mesmos objetos, empregados sem distinção nas áreas novas e antigas, ou, por vezes, recorre-se ao mobiliário historicista em áreas novas. Lagunes (2003) defende que as controvérsias relacionadas às propostas inovadoras seriam sempre mais saudáveis do que as que se baseiam em posições confortáveis daquilo que já é conhecido. O confortável, neste ponto, diz respeito não só ao referencial de mobiliário urbano dos quais os agentes responsáveis têm conhecimento, mas também ao aspecto do “gosto” e das preferências dos decisores.

A situação baseada na comodidade e no gosto é a que culmina em produzir espaços homogeneizados, pois, para além do mobiliário de infraestrutura que mantém o desenho padrão da concessionária, soma-se o mobiliário de catálogo, ambos inseridos sem critério ou diálogo com o entorno histórico. Assim, na eleição de mobiliário, para além das questões qualitativas dos elementos, seria adequado fazer estudos de compatibilidade entre: as inserções contemporâneas no espaço; o mobiliário preexistente a ser preservado; o entorno imediato e as demais adequações que seriam necessárias para o acesso ao mobiliário. É fundamental contar com a experiência de um profissional especialista na área de mobiliário urbano para a

avaliar o lugar, o orçamento disponível e os impactos da sua manutenção ao longo do tempo (LAGUNES, 2003).

Nos casos de haver a necessidade da projeção de mobiliário urbano, Remesar (2005) coloca que o *design* dos elementos não deve competir por atenção, mas se conformar com as referências formais das ruas e espaços públicos, bem como tratar de reforçar as características específicas de cada centro histórico, por meio tanto da conservação de mobiliário urbano reconhecidamente histórico como da introdução de elementos com *design* contemporâneo.

O mobiliário urbano nos centros históricos deve ser de qualidade, quer pelo desenho e forma dos produtos quer pelos materiais empregados, durabilidade, manutenção e ainda pelo seu papel efetivo nas políticas de sustentabilidade da cidade. Não deve ser imposto tão rigidamente que possa originar a supressão das diversas características identitárias das ruas e espaços públicos (REMESAR, 2005, p. 39).

Nesse sentido, Remesar (2005, p. 45) enfatiza que, em centros históricos e em suas praças, se deve buscar as soluções de projeto que preconizem investimentos cuidadosos, a fim de que se alcance: a manutenção contínua do mobiliário urbano, considerando a qualidade dos materiais e a facilidade de manutenção; uma seleção de materiais e equipamentos com ciclo de vida útil longo, evitando que o espaço seja vítima de “projetos de moda”; versatilidade e multifuncionalidade na concentração de serviços em um só produto; a legibilidade inequívoca do mobiliário.

Para que todos esses pontos sejam contemplados, é necessário que a projeção esteja a cargo de especialistas que alcancem a qualidade do objeto e sua adequada inserção, bem como promova a gestão integrada com o mobiliário de serviços.

Ao tratar do *design* de mobiliário urbano, Creus (1996) coloca que o rigor e a racionalidade devem estar presentes em oposição a personalismos ou iconografias, privilegiando sempre a economia da intervenção. Ou seja, projetar consciente da interferência do design e do objeto como elemento no espaço.

Considerando os aspectos comentados sobre a conservação, a eleição e a projeção, a seguir, trataremos de exemplos de praças históricas do Rio Grande do Sul em que as iniciativas relativas ao mobiliário urbano foram planejadas e seus exemplos podem ser considerados boas práticas.

#### 4 PRAÇA DR. ALCIDES MARQUES E LARGO DAS BANDEIRAS, EM JAGUARÃO, RS

No contexto do Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas do governo federal (PAC Cidades Históricas), foram elaboradas, em 2015, as Diretrizes de Requalificação da Praça Dr. Alcides Marques e Largo das Bandeiras. Esse trabalho envolveu o Iphan/RS, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por meio do Centro de Estudos Internacionais de Governo (CEGOV) e a Prefeitura Municipal de Jaguarão (BRASIL, 2014).

A Praça Dr. Alcides Marques na sua origem foi sítio de depósito de armamentos do Exército, tendo denominações anteriores de Praça da Independência e Praça 13 de Maio. Entre a praça e a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo encontra-se um largo: o Largo das Bandeiras, cujos elementos principais são um pedestal de bandeiras e uma rosa dos ventos elaborada em pedras portuguesas no pavimento. Adjacente e dividida do largo por uma rua está a Praça Dr. Alcides Marques. Esta última corresponde, em suas características, ao desenho das praças ecléticas clássicas cujo traçado geométrico é marcado por caminhos em cruz, ponto focal central e passeio perimetral (ROBBA; MACEDO, 2010). No entorno da praça e largo se alinham significativo conjunto arquitetônico colonial, eclético e *art déco* muito bem preservados. O Centro Histórico de Jaguarão foi tombado em 2011 e os espaços públicos do largo e da praça encontram-se dentro do polígono tombado<sup>3</sup> (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010b).

Os trabalhos para a construção de diretrizes para a requalificação envolveram levantamentos, diagnósticos e, por fim, a prospecção de cenários que, em função da situação e das diretrizes formuladas, determinavam as ações de: a) conservar e revisar para bom desempenho; b) modificar; c) remover ou acrescentar elementos de mobilidade urbana, infraestrutura, físicos e transitórios (BRASIL, 2014).

No levantamento, dentre os elementos classificados como “transitórios” e que impactavam internamente e nos passeios da praça, se

3. Processo disponível no Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, Seção Rio de Janeiro, Processo n. 1569 – T-08.

destacavam os *trailers* e quiosques para fins comerciais e de serviços. Os quiosques eram elementos de microarquitetura<sup>4</sup> (construídos em madeira ou aço) e os *trailers* contavam com forma, cor e estrutura variada e possuíam rodas. Para além de interferir nas visuais do Largo das Bandeiras e Praça Alcides Marques, tanto os quiosques como os *trailers* se instalavam nas vias perimetrais, expandindo toldos sobre os passeios, construindo totens em alvenaria e caixas de esgoto na caixa de rua (Figuras 1 e 2). Ao mesmo tempo, esses *trailers* correspondiam a atividades que dinamizavam fortemente os espaços, atraindo usuários principalmente à noite e incentivando a permanência na praça.

FIGURAS 1 E 2

*Trailers* e toldos sobre passeio.  
Crédito: autora, 2014.



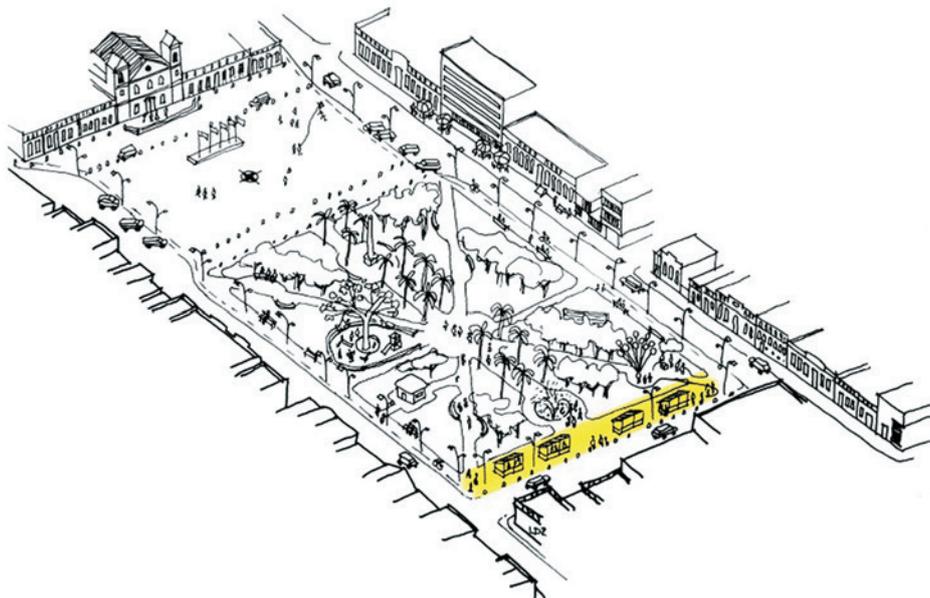
A diretriz, nesse caso, foi proposta no sentido da preservação da atividade, fazendo a realocação em faixa perimetral da praça (Figura 3). Isso traria a modificação do perfil da caixa de rua com nivelamento, privilegiando o pedestre. Foram previstos novos quiosques nesta faixa, que serão objeto de projeto e que contarão com instalações adequadas

4. Josep Serra distingue objetos como quiosques ou elementos de maior dimensão como microarquitetura, destacando-os do termo tradicional de mobiliário urbano para os demais objetos no espaço público (SERRA, 1996).

para suas atividades com linguagem contemporânea. Essa diretriz estabeleceu o zoneamento de maneira a não interferir nas principais visuais internas e externas da praça que, como comentamos antes, conta com importante conjunto histórico tombado no seu entorno imediato. Nesse caso específico, se propôs a projeção de mobiliário urbano segundo princípios de organização e infraestrutura que qualificassem tanto a atividade como o espaço.

FIGURA 3

Croqui da Praça Alcides Marques e Largo com faixa de zoneamento quiosques (grifo nosso). Fonte: Brasil, 2014 (croqui de L. Durán Roca).



Na Praça Alcides Marques também estão implantadas luminárias antigas em ferro fundido: um modelo com fuste único e um segundo modelo, com fuste em duas partes. Esses modelos correspondem a elementos de iluminação remanescentes da década de 1930, segundo imagens de arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (Figuras 4 e 5). Nessa época, as luminárias eram inseridas no passeio e alinhadas junto ao meio fio. Atualmente, estas estão dispersas no interior da praça e a diretriz de requalificação determina a sua conservação e permanência.

Ao mesmo tempo, reconhecendo-se a importância dos passeios perimetrais, foi indicada a instalação de novas luminárias com modelos contemporâneos, cujo desenho integraria a iluminação dos passeios e da via pública em um único elemento (luminárias duplas com lâmpadas em alturas diferentes), e a supressão dos postes de energia prevê o aterramento da fiação (Figura 6).

FIGURA 4

Vista da Praça Alcides Marques e luminárias em 1930. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Arquivo: figura30\_praça\_alcides.jpg.



FIGURA 5

Luminária antiga no interior da Praça. Crédito: autora, 2014.



FIGURA 6

Croqui perfil passeio com iluminação.  
Fonte: Brasil, 2014.  
(croqui de L. Durán Roca).



Na experiência da Praça Alcides Marques – que salientamos ser mais ampla do que os dois exemplos de mobiliário comentados neste trabalho –, distinguem-se diferentes diretrizes de ação para dois tipos de mobiliário urbano: o reposicionamento de atividade (lanches e outros) com a projeção do elemento de mobiliário (quiosques), a conservação de elementos históricos preexistentes e a proposição integradora de luminárias contemporâneas, como o caso das luminárias duplas dos passeios e o aterramento da rede. Destaca-se que o trabalho, neste caso, contou com especialistas de várias áreas do conhecimento,<sup>5</sup> que elaboraram levantamento e pesquisa histórica da praça e do largo como um todo e de seus elementos sob vários aspectos, permitindo assim, uma definição mais embasada às ações para a requalificação.

## 5 PRAÇA GARIBALDI, EM ANTÔNIO PRADO, RS

O núcleo inicial da atual cidade de Antônio Prado teve origem com assentamentos de imigrantes italianos e por migração interna principalmente do município de Caxias do Sul. A data oficial da fundação da Colônia de Antônio Prado é de 14 de maio de 1886, sendo elevada a município

5. O trabalho de diretrizes de requalificação da Praça Alcides Marques e Largo da Bandeiras contou com equipe multidisciplinar da UFRGS e colaboração de técnicos da Prefeitura Municipal de Jaguarão (BRASIL, 2014).

autônomo de Vacaria em 1899 (ROVEDA, 2005). No início do século XX, a cidade se desenvolveu graças a um próspero comércio e indústria com insumos locais. Contudo, o projeto da principal estrada que ligava o estado com o centro do país – a BR 116 – não se conectou diretamente com Antônio Prado, resultando na estagnação do seu crescimento econômico. Ocorre que seria justamente devido a essa estagnação que alguns autores atribuíram a preservação do Centro Histórico de Antônio Prado, que congrega um conjunto arquitetônico de casas em madeira com tipologia típica da colonização italiana no Estado do Rio Grande do Sul (POSENATO, 1989; LUZ, CESA FILHO, WAQUIL, 1989).

O Centro Histórico de Antônio Prado foi efetivamente tombado em 1987, e as casas de madeira do entorno da Praça Garibaldi foram então reconhecidas como um dos principais conjuntos arquitetônicos da colonização italiana no país.<sup>6</sup> A Praça Garibaldi integra a poligonal de tombamento, assim como foi o caso da Praça Alcides, comentado antes. Ela tem a conformação de uma quadra regular da malha urbana e, com a Igreja Sagrado Coração de Jesus (1891), forma um conjunto ordenador do traçado (CABRAL, 2012). Conforme salienta Posenato (1989, p. 13), a praça central com a Igreja Matriz era “como foco central da vida, do comércio e da administração urbanas, a partir da qual se sucedem ruas e avenidas paralelas e perpendiculares, definindo quadras regulares”. A fundação da Praça Garibaldi data da década de 1920, tendo sofrido remodelações ao longo dos anos com alterações significativas no seu traçado, perfil topográfico e mobiliário urbano, até o tombamento pelo Iphan, em 1987.

Justamente a partir do tombamento do Centro Histórico e da valorização arquitetônica e cultural, principalmente pela importante educação patrimonial dos seus habitantes, o município de Antônio Prado insere-se como polo turístico cultural da colonização italiana no estado e no país. Os eventos ligados à tradição da colonização, segundo dados da Secretaria de Turismo, tais como a Fenamassa, atraem para o município em torno de 25 mil pessoas.<sup>7</sup> Esse evento é realizado na Praça Garibaldi e nas vias do entorno

6. Através de processo disponível no Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, Seção Rio de Janeiro, n. 1248 – T-87.

7. Conforme Planilha de Fluxos de Temporada elaborada pela Secretaria de Turismo de Antônio Prado (PMAP, s/d).

com a instalação de toldos, contêineres e espaços de mesas. O impacto dos eventos sobre a Praça Garibaldi é significativo, pois além dos elementos de mobiliário urbano pré-existentes do espaço, inserem-se outros, que são de grande porte e interferem visualmente no espaço, como toldos e contêineres, com relativo prejuízo ao calçamento, jardim e visuais (Figura 7).

FIGURA 7

Fenamassa 2019 na Pça. Garibaldi. Fonte: CIC A. Prado. Disponível em: <https://eventos.cicaprado.com.br/eventos/fenamassa-2019>.



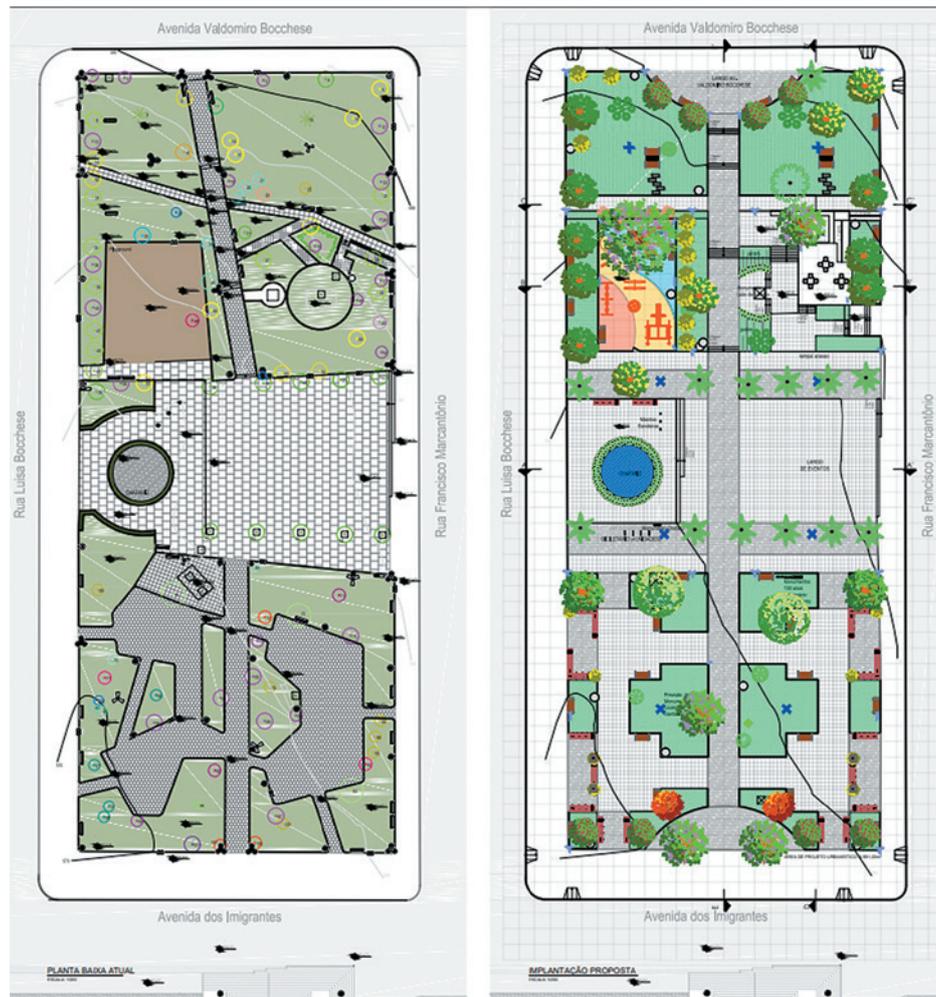
Em 2019, a equipe técnica da prefeitura elaborou um projeto de requalificação para a Praça Garibaldi, objeto de convênio com o Iphan (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010a). Esse projeto contou com ampla participação da comunidade em consultas públicas, com as aprovações do escritório do Iphan no município e do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural local. O trabalho foi fundamentado a partir do levantamento e da análise da evolução do traçado desde a década de 1920, quando a praça foi instalada. Para o novo projeto de requalificação, manteve os espaços tradicionais para as atividades do dia a dia da praça aumentando o número de elementos de iluminação e de estares. Nas plantas de “antes” e “depois” do projeto de requalificação produzidas por técnicos da prefeitura,<sup>8</sup> se observa a adoção de maior regularidade no traçado sem,

8. Responsável técnica: Arq. Raquel Carpeggiani Cabral.

no entanto, modificar a distribuição de atividades da estrutura anterior e dos principais elementos (chafariz, Leão de San Marco, *playground*, banheiros) (Figura 8).

FIGURA 8

Configuração da Praça Garibaldi antes do Projeto de Requalificação (esquerda) e depois (direita). Fonte: Prefeitura Municipal de Antônio Prado, 2018.



As novas necessidades relativas ao mobiliário requeridas pela comunidade nas consultas públicas foram: a) novos bancos fixos formando estares; b) modernização do parquinho ou *playground*; c) instalação de mesas para jogos de tabuleiro; d) permanência do chafariz, banheiros e monumento do

Leão de San Marco. A partir disso, para os novos elementos de mobiliário foi elaborado um Memorial Descritivo que possibilitava o projeto de mobiliário conforme especificações técnicas, à semelhança de alguns exemplos fornecidos pelos técnicos (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO, 2017). Contudo, na execução, a prefeitura optou por eleger o mobiliário do catálogo de um fabricante especializado, mas obedecendo às diretrizes do memorial (Figura 9).

FIGURA 9

Bancos de catálogo.  
Pça. Garibaldi. Fonte:  
Nossas memórias de  
A. Prado. Disponível  
em: <https://www.facebook.com/groups/242183542487540/search/?q=pra%C3%A7a%20garibaldi%20>



Salientamos que no processo de requalificação da Praça Garibaldi somente o chafariz e o Leão de San Marco foram os elementos de mobiliário urbano efetivamente conservados. O chafariz, posicionado em um largo para eventos, marca uma antiga rua que dividia a praça em duas partes nos seus primeiros anos. Já o Leão de San Marco, que remete em muito

menor escala ao original na Praça de San Marco, em Veneza, Itália, busca fazer referência à memória da imigração, cuja maioria de seus indivíduos provinha da região do Vêneto (Figura 10).

FIGURA 10

Leão de San Marco.  
Crédito: autora,  
2018.



Observa-se que as questões de origem são valorizadas pela comunidade local dadas pelas comemorações tradicionais na praça e os convênios de *gemellaggio* (cidades-irmãs). Desde propriamente o tombamento do patrimônio arquitetônico em 2010 houve a promoção da educação patrimonial junto à população envolvendo também o patrimônio imaterial local, a exemplo do dialeto *talian*,<sup>9</sup> de origem imigrante e difundido pela comunidade.

A Praça Garibaldi, como pudemos verificar, apoiou-se em um projeto de requalificação elaborado junto à população e concorreu tanto com a eleição de mobiliário de catálogo definidos por normas como com a conservação de determinados elementos, como o monumento e o chafariz no largo, que são justificados por suas referências históricas e de memória.

9. O *talian* é uma das línguas reconhecidas pelo Iphan como Referência Cultural Brasileira e passou a ser parte do Inventário Nacional da Diversidade linguística (INDL), conforme Decreto 7387/2010.

Ao mesmo tempo, dada a projeção turística do município com suas festividades e, sendo a praça o principal espaço para essas comemorações, verifica-se um conflito ainda não solucionado. Foram previstos alguns pontos de energia no piso que podem ser utilizados em eventos. Contudo, as proporções das instalações provisórias de toldos e contêineres, mesmo que sazonais, são prejudiciais à praça e ao seu mobiliário urbano fixo, bem como interferem nas visuais do seu patrimônio arquitetônico. Esse é um ponto que deve ser repensado também no sentido da conservação dos novos e antigos elementos de mobiliário urbano.

## 6 CONCLUSÕES

A partir das discussões sobre a conservação, eleição ou projeção do mobiliário urbano, vimos que essas ações estão presentes nas iniciativas de requalificação de praças históricas.

De modo geral, a ausência de legislação ou normas municipais para mobiliário urbano impacta mais profundamente nos sítios históricos nos quais as edificações se tornam a prioridade para a preservação. O mobiliário urbano é considerado problema secundário no contexto das praças, não contando com legislação pertinente. Este quadro acaba por permitir a inserção de elementos homogeneizados de catálogos, do falso histórico ou de opções conforme o gosto de quem toma a decisão.

Nesse sentido, as requalificações de praças históricas devem integrar estudos de mobiliário urbano com o propósito de formulação de diretrizes que regulem as iniciativas. Como vimos, a melhor alternativa nesses projetos é a compatibilidade entre o histórico, o preexistente e o novo, e a consideração desses pontos nas escolhas de conservação, da eleição ou da projeção, dada a singularidade da atividade ou do lugar.

Via de regra, são necessários estudos da evolução do espaço público, de pesquisa documental e da consulta pública junto à comunidade, de maneira a não só construir as decisões de projeto, mas também a elaboração de diretrizes que nortearão o futuro do espaço e seus elementos de mobiliário.

Nos exemplos comentados neste trabalho, vimos duas diferentes abordagens para a requalificação de praças e seu mobiliário urbano, a Praça Dr. Alcides Marques e a Praça Garibaldi, ambas no estado do Rio Grande do Sul.

A Praça Alcides Marques e o Largo das Bandeiras de Jaguarão eram partes do conjunto tombado no município em 2011. Em 2014, por meio das obras do PAC Cidades Históricas, o Iphan, por intermédio do Centro de Estudos de Governo (Cegov) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), formou uma ampla equipe interdisciplinar para a elaboração de diretrizes de requalificação para a Praça Alcides.

O estudo e a formulação dessas diretrizes resultaram em um documento que apresentou um cenário e define as ações que deverão ser implementadas na requalificação. O trabalho, contudo, limitava-se às diretrizes para um projeto, e não ao projeto em si. Essa forma de abordagem possibilita que a prefeitura e a comunidade iniciem a discussão sobre estudos projetuais da praça com claro embasamento no sentido de que já se conhece qual mobiliário urbano deverá ser conservado, como será a inserção de novos itens e das escolhas possíveis para projeto ou eleição.

A Praça Garibaldi, por sua vez foi objeto de projeto por técnicos da prefeitura que procederam com estudos da evolução histórica do local, reuniões com a comunidade e consultas públicas para as definições de mobiliário urbano. Nesse caso, a abordagem foi direta, no sentido da elaboração do projeto. Como vimos, poucos elementos foram conservados e houve a prevalência de novos elementos de mobiliário definidos pela eleição.

No entanto, não foi considerado o conflito na inserção de elementos transitórios nas festas tradicionais, como toldos e contêineres. Dependendo das proporções da ocupação do espaço, ocorre o prejuízo de elementos internos da praça, sendo esse um ponto importante para a conservação da integridade do espaço e do seu mobiliário.

Os aspectos importantes a serem ressaltados nos dois casos são o envolvimento de especialistas, pela ação de pesquisa que deve preceder o projeto, e a participação comunitária, pelo reconhecimento das necessidades locais e do valor de memória do espaço e seu mobiliário urbano.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Centro de Estudos Internacionais Sobre Governo; Universidade Federal do Rio Grande Do Sul. *Diretrizes para requalificação da Praça Dr. Alcides Marques e do Largo das Bandeiras em Jaguarão*, RS. Porto Alegre, 2014. 3v.

- CABRAL, Raquel C. *Desafios da preservação: o entorno dos bens tombados em Antônio Prado*. 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.
- CREUS, Marius Q. Espacios, muebles y elementos urbanos. In: SERRA, Josep Maria. *Elementos urbanos: mobiliário y microarquitectura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1996. p. 6-14.
- CURY, Isabell (Org). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Brasília: Iphan, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Carta dos jardins históricos brasileiros dita Carta de Juiz de Fora*. 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2022.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Convênio 752289/2010. Requalificação do Espaço Urbano Público do Centro Histórico, com projeto específico da Praça Garibaldi e Pedreira do Mato da Prefeitura*. 2010a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/licitacoesConveniosContratos/detalhes/408>. Acesso em: 9 maio 2022.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Dossiê de tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão*. Coordenação de Simone R. Neutzling. Porto Alegre, 2010b.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Normatização de cidades históricas: orientações para elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas*. Brasília, 2010c. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao\\_areas\\_tombadas\\_cidades\\_historicas\\_2011.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao_areas_tombadas_cidades_historicas_2011.pdf). Acesso em: 8 mar. 2022.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES – ICOMOS. *The Florence Charter: Historic Gardens*. 1982. Disponível em: [https://www.icomos.org/charters/gardens\\_e.pdf](https://www.icomos.org/charters/gardens_e.pdf). Acesso: 4 fev. 2022.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES – ICOMOS. *The Burra Charter*. 2013. Disponível em: <https://australia.icomos.org/publications/burra-charter-practice-notes/#bc>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- LAGUNES, Silvia S. *Mobiliário urbano: historia y proyectos*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2012.
- LAGUNES, Silvia S. *Mobiliário urbano: inserções modernas em locais históricos*. In: 3. ENCORE (Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios), 2003. Lisboa. *Actas [...]*, Lisboa, v. 2, p. 995-1002, maio 2003.
- LUZ, Maturino; CESA FILHO, Paulo; WAQUIL, Jorge. Patrimônio arquitetônico. In: POSENATO, Julio (Org.). *Antônio Prado: cidade histórica*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989. p. 29-56.
- MARZULO, Eber; DURÀN ROCCA, Luisa. Dos experts à participação cidadã: intervenção urbana de qualificação patrimonial e experiência participativa. In: *Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições à Habitat III*. [recurso eletrônico] Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 99-118.

POSENATO, Julio (Org.). *Antônio Prado: cidade histórica*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. *Memorial descritivo: projeto mobiliário para a Praça Garibaldi de Antônio Prado, RS*. Antonio Prado, RS, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. *Projeto urbanístico Praça Garibaldi*. Antônio Prado: SEPLAN, 2018.

REMESAR, Antoni. *Do projecto ao objeto: manual de boas práticas para o desenho do mobiliário urbano nos centros históricos*. Lisboa: Centro Português de Design, 2005.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Francisco S. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2010.

ROVEDA, Fernando. *Memória e identidade: Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional*. Caxias do Sul: Lorigraf, 2005.

SERRA, Josep Maria. *Elementos urbanos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1996.

SILVA, Eder D. da; NOGUEIRA, Adriana D. *Mobiliário urbano em cidades históricas*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2012.



# PATRIMÔNIO EDIFICADO E ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL EXTERNA:

O CASO DO CONVENTO DA PENHA, VILA VELHA,  
ESPÍRITO SANTO

**REBECA WRIGHT TORRES**, UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, OURO PRETO, MINAS GERAIS, BRASIL

Arquiteta e urbanista e mestre em Engenharia das Construções pela Universidade Federal de Ouro Preto. Graduação sanduíche na De Montfort University, Leicester, Inglaterra.

E-mail: rebecawright@hotmail.com

**CLÁUDIA MARIA ARCIPRESTE**, UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, OURO PRETO, MINAS GERAIS, BRASIL

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Ouro Preto.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9331-4345>

E-mail: claudiaarcpreste@ufop.edu.br

**TITO FLÁVIO RODRIGUES DE AGUIAR**, UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, OURO PRETO, MINAS GERAIS, BRASIL

Arquiteto e urbanista, doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Ouro Preto.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4696-4668>

E-mail: tito.aguiar@ufop.edu.br

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i36p153-186>

**RECEBIDO**

23/02/2023

**APROVADO**

23/11/2023

# **PATRIMÔNIO EDIFICADO E ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL EXTERNA: O CASO DO CONVENTO DA PENHA, VILA VELHA, ESPÍRITO SANTO**

REBECA WRIGHT TORRES, CLÁUDIA MARIA ARCIPRESTE, TITO FLÁVIO RODRIGUES DE AGUIAR

## **RESUMO**

Considerando a importância do projeto de iluminação nas intervenções em bens do patrimônio cultural edificado, este artigo busca compreender as premissas de projeto adotadas para a iluminação monumental de edificações e conjuntos arquitetônicos, bem como entender o papel da iluminação artificial na valorização e preservação dos mesmos. O objeto de estudo é o Convento da Penha, em Vila Velha, Espírito Santo, conjunto edificado a partir do século XVI, que teve um novo projeto de iluminação externa implementado em 2018. O trabalho baseou-se em estudo de caso, com coleta de dados por meio de análise documental, entrevistas com profissionais envolvidos no projeto e observações *in loco*. Foi possível compreender o processo da intervenção, analisando-o segundo três funções inerentes à preservação: a sustentabilidade, a comunicação e a valorização. A sustentabilidade das práticas projetuais aplicadas tem como premissa a conservação simbólica do monumento para a sociedade contemporânea sem comprometer a interpretação das futuras gerações, garantindo-se que estas terão a oportunidade de fazer sua própria leitura. A comunicação tem o papel de evidenciar as características principais do bem, guiando e facilitando a leitura do observador, ao refletir a história ali contada. A valorização é o resultado das funções anteriores, quando bem aplicadas, viabilizando o uso do edifício, fortalecendo o interesse da comunidade em sua utilização e manutenção. A partir da pesquisa realizada, apresentam-se diretrizes para futuros processos de projeto de iluminação artificial voltados para bens do patrimônio cultural edificado.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Iluminação artificial. Edifícios religiosos. Patrimônio edificado.

# LIGHTING AND CULTURAL HERITAGE BUILDINGS: THE CASE OF CONVENTO DA PENHA, VILA VELHA, ESPÍRITO SANTO, BRAZIL

REBECA WRIGHT TORRES, CLÁUDIA MARIA ARCIPRESTE, TITO FLÁVIO RODRIGUES DE AGUIAR

## ABSTRACT

Lighting is an essential part of the project, including in historic buildings. An adequate lighting project, effectively adjusted to the demands, values of the place and also its surroundings, contributing to its preservation. The article aims to understand the design assumptions adopted for the monumental lighting of buildings and architectural ensembles of cultural heritage, and the role of lighting in conservation. The object of study is the *Convento da Penha*, in Vila Velha, Espírito Santo, Brazil, a 16th century friary, which had its lighting redone in 2018. This qualitative research was based on the case study methodology, in which data were collected from archival documents, interviews with those involved in the project and on-site observations. Thus, it was possible to understand the lighting design process, and to analyze it according to the three functions identified as inherent to conservation: sustainability, communication and the enhancement of cultural significance of places. The sustainability of applied design practices aims to ensure the cultural significance of the cultural properties for contemporary society, without compromising future generations, allowing them to make their own readings. Communication has the role of highlighting the main characteristics of cultural properties, guiding the observer's reading and enabling the historical understanding of the monument. Valuation is the result of the previous ones, when well applied, making its use feasible, strengthening the community's interest in the conservation of the place. Guidelines are presented for future lighting design processes aimed at buildings with an interest in heritage conservation.

## KEYWORDS

Artificial lighting. Religious buildings. Built cultural heritage.

## 1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural incorpora objetos edificados que remetem à história de um povo. Estes constituem-se como bens culturais, a partir dos quais os grupos sociais constroem sua identidade, memória e pertencimento. Ao se reconhecer o valor simbólico do monumento histórico e artístico como uma forma de representação da imagem de um povo, evidencia-se a necessidade da preservação desse bem cultural. O bem cultural edificado comunica ao observador a identidade daqueles que o criaram, assim como representa os recursos tecnológicos disponíveis à época de sua criação e suas transformações (MUÑOZ VIÑAS, 2003). A preservação do monumento é importante para a manutenção do registro da memória cultural de uma comunidade, destacando-se a necessidade do desenvolvimento de práticas de conservação e restauração do patrimônio cultural em diferentes áreas de abrangência.

Nesse sentido, a iluminação de bens do patrimônio cultural, que na iluminação pública tinha antes um caráter principalmente funcional, passa a ter papel de destacar pontos da paisagem considerados importantes para a identidade cultural. A iluminação pode e deve ser considerada um instrumento de preservação do bem cultural e da paisagem. Com o advento da iluminação artificial elétrica, a luz se torna o elemento principal na percepção dos ambientes, tendo uma função qualitativa na formação da paisagem noturna (MOISINHO FILHO, 2010).

A paisagem noturna tem as mesmas características físicas que a diurna, alterando-se a percepção de uma para a outra a partir da forma de iluminá-la. Durante o dia, a luz solar, como fonte principal, ilumina o ambiente como um todo, enquanto ao anoitecer é possível criar diferentes cenários por meio dos contrastes luminosos, em jogos de luz e sombra. Com a iluminação artificial noturna é possível escolher o que iluminar e como fazê-lo, destacando-se pontos importantes derivados da percepção coletiva diurna (MIGUEZ, 2005; MOISINHO FILHO, 2010).

Por isso, a importância do cuidado ao se propor um projeto de iluminação externa, seja de um monumento, isoladamente, ou de uma paisagem. A iluminação artificial tem a capacidade de hierarquizar os ambientes, modelar e organizar o espaço, valorizando ou atenuando componentes de formação da imagem noturna. De acordo com Moisinho Filho (2010, p. 23), “[...] quando se trata da paisagem noturna patrimonial de uma cidade, o pré-requisito histórico destaca-se sobre os demais condicionantes e acentua a participação do usuário a que se destina essa nova paisagem noturna.” Assim, projetos de iluminação para bens do patrimônio cultural devem considerar condicionantes trazidos pelos contratantes, mas, sobretudo, as especificidades do objeto em estudo, sua inserção em determinado contexto e sua significação cultural.

Ao longo do tempo, os bens do patrimônio edificado foram preservados essencialmente por conta de seus valores estéticos e históricos, na dupla polaridade definida por Cesare Brandi (BRANDI, 2004). A evolução do campo do patrimônio levou à preservação dos bens por sua significação cultural, expressa na *Carta de Veneza*, 1964 (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 1965), abrindo caminho para a ênfase nos valores simbólicos e historiográficos atribuídos a esses objetos pelas pessoas e grupos por eles afetados (MUÑOZ VIÑAS, 2003). Ao longo do século XX, a preservação também passou a considerar a inserção do bem no ambiente, em determinados contexto e paisagem (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010). A iluminação de um bem patrimonial edificado é considerada uma intervenção contemporânea, com o objetivo de preservá-lo e, assim, possibilitar nova relação entre o bem e os destinatários da preservação; ou seja, comunidades, grupos e indivíduos que atribuem valor simbólico ao objeto. Contribui para orientar o usuário, preservar a identidade local e valorizar o espaço público.

A iluminação dos monumentos também precisa estar articulada às boas práticas de gestão pública dos recursos, com vistas à redução do consumo energético, menores impactos ambientais e ganhos relacionados à sustentabilidade dos processos. Com o avanço tecnológico das fontes luminosas, sua eficiência tem aumentado, levando à menor necessidade de manutenção, melhor rendimento, menor consumo energético e melhor iluminamento.

Todavia, mesmo com o reconhecimento do papel da iluminação na preservação do patrimônio, observa-se uma carência de estudos sobre este tipo de projeto para edificações e conjuntos arquitetônicos com interesse de preservação patrimonial. Vidal (2012) defende que se deve buscar conhecer o processo de projeto da imagem noturna de um monumento e dos centros históricos:

[...] a atividade profissional e a sua metodologia devem ser incentivadas, garantindo ou promovendo a inclusão e estudo da iluminação monumental nos projetos de restauro, como parte integrante dos mesmos e não como algo que se aborda depois de concluída a intervenção e, em muitos casos, por profissionais sem formação e sensibilidade adequadas para intervir no patrimônio monumental (VIDAL, 2012, p. 17, tradução nossa).

Neste sentido, o objetivo deste artigo é discutir as premissas e estratégias de projeto adotadas para a iluminação monumental de edificações e conjuntos arquitetônicos com interesse de preservação patrimonial, bem como entender o papel da iluminação na valorização e preservação do patrimônio cultural. Para tal, toma-se como objeto de estudo o Convento da Penha, localizado em Vila Velha, Espírito Santo.

Realizou-se pesquisa qualitativa, baseada na *praxis*, percepções e interpretações dos sujeitos envolvidos – contratantes, representantes do instituto responsável pela execução e profissionais técnicos responsáveis pelo projeto e execução da reforma da iluminação artificial externa do Convento da Penha. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas; observação direta *in loco*, buscando-se examinar as instalações de iluminação e seus efeitos luminosos; e pesquisa documental, de material levantado nos arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), bem como de projetos e outros documentos

fornecidos pelos projetistas. Os dados foram sistematizados e analisados de acordo com as etapas de projeto, considerando-se três funções identificadas como inerentes à preservação: sustentabilidade, comunicação e valorização. Após a análise dos processos apresentam-se diretrizes para nortear projetos futuros na mesma área de interesse (TORRES, 2022).

## 2 ESTUDO DE CASO: O CONVENTO DA PENHA

Tombado em 1943 como patrimônio histórico e artístico, o Santuário de Nossa Senhora da Penha, conjunto franciscano, foi erguido a partir do século XVI no topo de um penhasco, a 154 metros de altura e 500 metros do mar, tendo em seu conjunto um outeiro coberto por fragmento da Mata Atlântica (FIGUEIREDO *et al.*, 2015). Nesse tombamento federal foi reconhecida a unidade entre o conjunto edificado e o local onde foi construído, tornando-se indispensável associá-los, para a leitura completa do bem (Figura 1).

FIGURA 1

Convento da Penha com Vila Velha ao fundo, 1970. Fonte: <http://deolhonailhavix.blogspot.com/2011/06/prainha-vila-velha-es-o-berco-da.html>.



Por estar localizado no cume do outeiro, tem-se, de vários pontos do entorno, diferentes vistas do Convento, com seus múltiplos planos, em diversos níveis, decorrentes de ampliações ocorridas em diferentes épocas.

Analisando-se arquitetonicamente, a fachada sul tem grande importância, por conter o frontão e a torre sineira, assim como a escadaria de acesso, caracterizando-a de forma mais dinâmica e vertical que as demais. A fachada leste apresenta uma horizontalidade proporcionada pela sequência de janelas das celas dos frades e volumes alongados da cobertura (Figura 2). Na fachada oeste encontram-se os volumes da Sala dos Milagres e do Museu, assim como a varanda junto à Capela. A fachada norte está voltada para o Campinho, por onde devotos e turistas sobem ao edifício, e é vista a partir da Terceira Ponte e de Vitória (Figura 3) (ESPÍRITO SANTO, 2009).

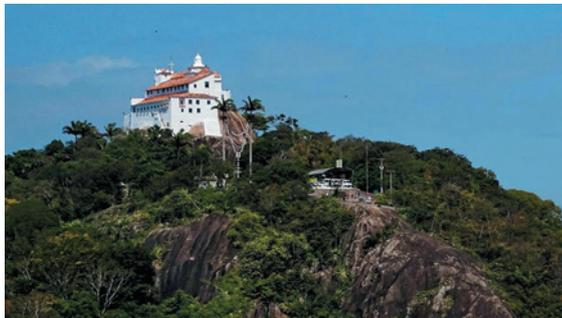
FIGURA 2

Fachadas sul e leste do Convento da Penha. Fonte: <https://www.capixabaturismo.com.br/passeio/traslado-city-tour-praia-de-guarapari-montanhas-capixabas>.



FIGURA 3

Fachadas norte e oeste do Convento da Penha, e logo abaixo o Campinho. Fonte: <https://saintclairmello.files.wordpress.com/2015/05/cc3a2marasony-224-2.jpg>.



Por sua localização destacada e pela proximidade entre Vitória e Vila Velha, o conjunto arquitetônico franciscano destaca-se na paisagem das duas cidades, separadas pela baía de Vitória. As principais vias dessas cidades têm como ponto de fuga o Convento da Penha, tornando-o referência visual nos percursos urbanos (Figura 4).

FIGURA 4

Vista da Praça do Papa em Vitória, com o Convento da Penha ao fundo, 2021. Fonte: Documentação da pesquisa (2021)



Considerado o maior marco histórico do estado e um dos santuários mais antigos do Brasil, o Convento da Penha teve sua iluminação externa renovada entre 2017 e 2018. A Prefeitura Municipal de Vila Velha investiu R\$ 2,4 milhões nesse projeto, cabendo sua execução ao Instituto Modus Vivendi. O projeto foi realizado pelo Dr. Luiz Fernando Rispoli, titular do Studio 3 e ex-professor da Universidade Federal de Ouro Preto, especialista em iluminação pública. A iluminação externa foi resolvida com mais de 100 novos pontos de luz de LED,<sup>1</sup> desde o sopé do outeiro até o Santuário (Figura 5).

FIGURA 5

Vista aérea noturna do Convento da Penha após renovação da iluminação em 2018. Fonte: <https://www.agazeta.com.br/colunas/coluna-da-fe/missas-de-verao-a-noite-no-Convento-da-penha-0120>.



1. LED, do inglês *light-emitting diode* ou diodo emissor de luz, é um componente eletrônico utilizado para transformar energia elétrica em energia luminosa, com menor consumo energético e maior eficiência.

A partir da triangulação dos dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, pesquisas documentais e levantamento *in loco*, observou-se que o projeto pode ser dividido e analisado em quatro fases principais: inicial, anteprojeto, executiva e avaliação pós-ocupação. Os resultados apresentados estão estruturados de acordo com essas etapas, em ordem cronológica.

## 2.1 Fase inicial de projeto

Para Erika Varejão (2022, informação verbal), presidente do Instituto Modus Vivendi, a realização de um novo projeto de iluminação externa para o Convento da Penha era um sonho idealizado anos antes de ser possível realizá-lo. O Instituto convidou o *light designer* Rispoli a realizar um primeiro estudo de iluminação em 2010, para buscar apoio e patrocinadores, mas não houve sucesso à época.

Em novembro de 2017, a Prefeitura Municipal de Vila Velha lançou o Edital n. 014/2017, com chamamento público para selecionar a organização da sociedade civil interessada em realizar estudos e execução de projeto de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica para a estruturação de projeto para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Convento da Penha e seu entorno (VILA VELHA, 2017). O Instituto Modus Vivendi foi contemplado pelo Edital e deu seguimento aos estudos realizados anteriormente. As principais demandas de projeto foram apresentadas no item 7 do Edital. As instalações deveriam

[...] privilegiar a alta redução no consumo de energia elétrica, preferencialmente com iluminação a base de LED, equipamentos menos visíveis e invasivos, permitindo iluminação diferenciada em datas comemorativas (VILA VELHA, 2017, p. 9).

Por se tratar de um bem cultural, acrescentaram-se as demandas do Iphan por mínima intervenção, em respeito ao patrimônio cultural. O Edital também demandou o cuidado com a extensão de Mata Atlântica que circunda todo o Convento, abrangendo uma diversa fauna e flora, vistoriada pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF).

Com os levantamentos das demandas, do histórico do patrimônio em questão e das legislações e normas pertinentes, foram definidos os objetivos gerais e específicos do projeto. Segundo o *light designer* Rispoli (2022,

informação verbal), o projeto partiu da premissa de respeito ao bem, valorizando não apenas a edificação, mas também todo o entorno, como relatado:

A intenção básica era mostrar durante a noite a beleza que ele [o Convento] apresentava durante o dia. Como você não pode usar a luz do Sol à noite, nem na quantidade, nem na qualidade, [a intenção] era buscar os elementos essenciais de uma volumetria, embora simples, mas do seu apoio, que estava sobre uma rocha, e seu entorno, que é uma mata e dá uma pitadazinha no enquadramento.

Outra premissa levantada pelo projetista foi a preocupação em não apresentar excesso de luz. Para isso, buscou-se respeitar o fluxo luminoso do entorno, mantendo uma proporção harmoniosa, evitando ofuscamento, degradação do bem e consumo energético desnecessário. Procurou-se propiciar uma iluminação dinâmica, ampliando a vida útil das lâmpadas, os intervalos entre manutenções e a eficiência energética.

Buscou-se, por fim, melhorar a comunicação com a comunidade. Segundo Varejão (2022, informação verbal), a intenção projetual era que a iluminação desempenhasse um papel na interação com os diversos observadores:

[...] esperava que o Convento se comunicasse, com [o uso da] luz noturna, que é uma forma de arte contemporânea. Hoje a iluminação é uma forma de arte. Que pudesse transmitir a história e a fé para os capixabas e visitantes.

## 2.2 Anteprojeto

Com os objetivos traçados, o anteprojeto foi apresentado em reuniões que contaram com a presença de representantes da prefeitura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), congregação<sup>2</sup> e Associação dos Amigos do Convento da Penha (AACP). Representando a voz da comunidade, essa associação foi criada em 1996 com o intuito de ajudar na conservação e manutenção do Santuário (VOCÊ..., 2020). Além da aprovação pela prefeitura e pelo Convento da Penha, os projetos foram submetidos ao Iphan, conforme item 5 do Edital.

A proposta elaborada foi enviada inicialmente ao Iphan em maio de 2017, dando abertura ao processo 01409.000425/2017-45 que se encontra

2. Comunidade religiosa.

disponível para consulta no Sistema Eletrônico da Informação (SEI). Ao todo, foram quatro pranchas para a iluminação externa da edificação e mais quatro para o seu entorno. Também foram entregues: memorial descritivo, lista com as luminárias, posições e quantidades, e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente ao projeto. Em julho de 2017 o anteprojeto foi aprovado pelo Iphan, com considerações de destaque à redução de consumo energético e ao modo como as diversas fachadas foram contempladas, permitindo a percepção completa do monumento. Contudo, considerações também expuseram a preocupação com a visibilidade diurna de alguns aparelhos, assim como a utilização da tecnologia RGB,<sup>3</sup> que deveria ter sua frequência de uso e duração acordada com a Superintendência local.

O projeto de instalações elétricas foi realizado pela empresa WLCAR – Consultoria, Projetos e Representações Ltda., que ganhou a licitação para realizá-lo. Este foi submetido à análise do Iphan, em oito pranchas, em dezembro de 2017. A análise destacou o baixo impacto plástico da solução, reversibilidade e a salvaguarda dos elementos fundamentais para leitura do bem patrimonial. Mas também destacou a preocupação com a quantidade excessiva de luminárias, que poderia impactar a estética do monumento. Ressalvas foram feitas em relação a possíveis mudanças futuras na locação das peças que, caso necessárias, imporiam vistorias, registros e apresentação de *as built* a ser arquivado no Iphan, auxiliando futuras intervenções. Modificações dos projetos luminotécnico e elétrico do Convento foram protocoladas em fevereiro de 2018, para nova análise e aprovação do Iphan. Além da redução da quantidade de equipamentos e fontes luminosas anteriormente especificadas, adicionou-se a implantação de rede *wi-fi*.

As análises destacaram a vantagem da indicação de controladores DALI,<sup>4</sup> permitindo maior flexibilidade tanto na gestão do sistema, quanto

3. Os sistemas RGB regulam as cores dos corpos que emitem luz a partir das cores-luz primárias – *red, green and blue*, em inglês, ou seja, vermelho, verde e azul (ROCHA, 2010). Tecnologias de iluminação em RGB envolvem aparelhos e equipamentos que permitem a composição de cores a partir da emissão de cores-luz primárias.

4. O DALI (*Digital Addressable Lighting Interface*) ou interface de iluminação digital endereçável, em tradução livre, é um protocolo internacional, aplicado em processos de controle digital de iluminação, permitindo o intercâmbio entre dispositivos de diferentes fabricantes para viabilizar a automação e controle dos sistemas.

no ajuste fino feito *in loco*, assim como a utilização da tecnologia LED em todas as luminárias. Porém, foram levantadas preocupações relativas à altura de alguns postes e o possível sombreamento destes. Por fim, o Iphan permitiu que, sempre com sua autorização prévia, fosse realizada uma vez por mês a coloração dos muros do Convento pelo sistema RGB, em eventos e atividades de importância comunitária.

Em março de 2018 o Iphan aprovou os projetos atualizados e dias depois ocorreu a cerimônia para celebrar a assinatura da ordem de serviço da nova iluminação, com posterior início das obras.

### 2.3 Projeto executivo

Na fase de execução do projeto, observou-se a ordem da instalação elétrica, depois das luminárias e por fim, a automação dos sistemas. A começar pelo entorno, ao final de março, registrou-se um pedido no Iphan de alteração dos locais de implantação dos postes da estrada de subida do outeiro, por já existir um caminhamento passando por dentro da mureta, com previsão de iluminação que não foi executada (ALVARENGA, 2022, informação verbal). Evitou-se, assim, o transtorno de fechar a estrada para passar a fiação e escavar a mata circundante, ressaltando-se o respeito com a construção já existente.

Um dos maiores desafios citados pela equipe técnica do Instituto Modus Vivendi foi a execução de todo o processo com o Convento em atividade. Houve um alinhamento com a equipe de execução a respeito dos horários de funcionamento do Convento, das realizações das missas, evidenciando o necessário respeito pelo religioso. Durante os horários das missas, as obras eram pausadas. Além disso, realizou-se ação de educação patrimonial com a equipe, que não era especializada em obras patrimoniais (ALVARENGA, 2022, informação verbal). Essa dinâmica norteou o planejamento de cronogramas e também o gerenciamento da obra. Os cronogramas eram apresentados mensalmente tanto aos frades quanto à Associação de Amigos do Convento da Penha, que também participava das vistorias.

Ademais, foi importante o alinhamento da equipe quanto ao próprio projeto, essencial não só para um bom resultado final, como também para a manutenção:

Eu sempre indico a equipe local para a execução para que ela depois possa dar manutenção. Agora, eu faço questão de treinar a equipe, de dialogar com a equipe, de definir estratégias importantes (RISPOLI, 2022, informação verbal).

No mês de abril começam a ser registradas as intervenções autorizadas pelo Iphan nos relatórios das vistorias feitas no Convento. Conforme a documentação, iniciou-se a preparação das muretas para a recepção dos postes, que foram instalados em maio de 2018, e toda essa movimentação foi monitorada por um arqueólogo *in loco*.

Ainda sobre a instalação elétrica, conforme previsto anteriormente, foram registradas modificações, como a realocação do quadro de distribuição de energia e a adequação dos circuitos elétricos, que foram segmentados em circuitos menores. Para a fixação da nova fiação com menor impacto no edifício, utilizou-se ao máximo possível o caminhamento de conduítes existente.

Concluída a instalação elétrica e das luminárias, iniciaram-se os testes e regulação dos equipamentos, considerada a parte mais crítica do processo, inclusive devido à altura e ao difícil acesso. Ademais, o Convento da Penha tem uma vista panorâmica para parte de Vitória e Vila Velha, além da Terceira Ponte, que é local de grande fluxo, bem como um monumento muito visado, símbolo de pertencimento para a sociedade capixaba. Então, qualquer alteração causaria estranhamento aos observadores. Foram aproximadamente dois meses de testes com drones para ajudar a visualizar a parte superior, assim como percorrer os diferentes pontos de vista para o Convento:

Eu me lembro de uma visita do Rispoli, já bem mais pro final, nós rodamos todo o Convento com o drone, depois rodamos na Prainha, e depois rodamos na Ilha do Boi, que pega outra lateral, rodamos a Reta da Penha inteira, depois até na Praça do Papa. Então, a gente conseguiu ver o monumento como um todo numa noite só. O tempo inteiro, de todos os lados (ALVARENGA, 2022, informação verbal).

As percepções e os pontos com necessidade de alteração eram registrados e, na manhã seguinte, repassados à equipe que executava as mudanças necessárias para que, à noite, novos testes da regulação fossem feitos (Figura 6).

FIGURA 6

Teste de posicionamento e angulação das luminárias em julho de 2018. Fonte: Documentação da pesquisa (2022).



Além da correção da intensidade luminosa e posicionamento dos equipamentos, os testes também auxiliam na eliminação do ofuscamento. Por sua localização altimétrica e visualização panorâmica, controlar o ofuscamento foi um grande desafio enfrentado pela equipe. Nos primeiros testes observou-se grande intensidade luminosa em suas fachadas, chamada por alguns de “estouro luminoso” (Figura 7), e também o ofuscamento, principalmente para os condutores e passageiros dos veículos que passam pela ponte vizinha, causado pela iluminação do telhado que, em princípio, seria de cima para baixo. Uma das soluções esse problema foi o uso de aletas nas luminárias para melhor direcionamento do foco de luz.

FIGURA 7

Teste da iluminação do frontão e a torre sineira, em julho de 2018. Fonte: Documentação da pesquisa (2018).



Outro fator verificado na fase dos testes é o impacto visual causado pela posição dos equipamentos. Conforme registrado no Sistema de Autorização e Fiscalização de Intervenções em Bens Culturais (Fiscalis), em agosto de 2018, após reunião do Iphan com a equipe responsável, foram retirados alguns postes de iluminação em razão de seu impacto à ambiência e estética do bem (Figuras 8 e 9).

FIGURA 8

Escadaria ao lado da Sala dos Milagres com as luminárias instaladas. Fonte: laudo de vistoria do Iphan F00061.2018, ES, julho de 2018.

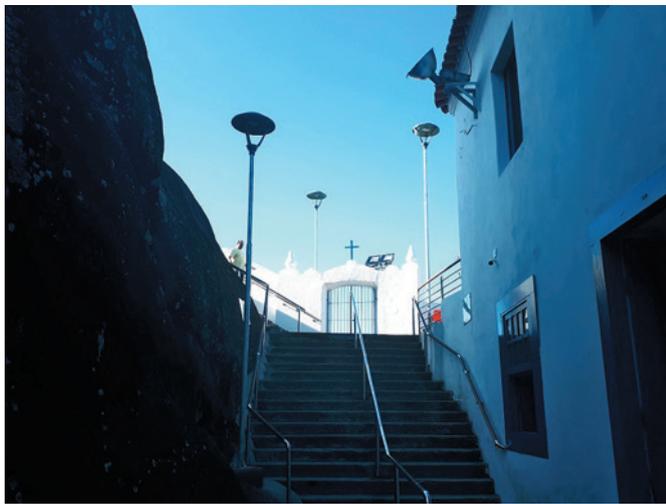


FIGURA 9

Escadaria ao lado da Sala dos Milagres com as luminárias retiradas. Fonte: Documentação da pesquisa (2022).



O período de testes foi fundamental para o resultado final do projeto, pois nessa fase foram feitos os ajustes finos pontuais para melhor leitura total do monumento. Finalizados os ajustes, foram realizados também os testes de automação. Foram previstos 28 circuitos divididos entre a iluminação do Convento, os muros em RGB, a rocha, o Campinho, a subida do outeiro e das palmeiras (chamada de moldura verde), com alguns circuitos de destaque e outros de iluminação geral. Para tal, utilizou-se o programa IWEER, da Entel Telecomunicações e Comércio Ltda.

De acordo com Rispoli (2022, informação verbal) a automação da iluminação, com variados circuitos, é parte fundamental de todo o conceito da iluminação, proporcionando dinamismo ao monumento:

No Convento nós tínhamos a iluminação de segurança, a iluminação de destaque, a iluminação cenográfica e tudo isso planejado para ter um controle de tal forma que eu tivesse eficiência energética, diversidade de cenários, isso chama a atenção da comunidade, é respeito ao monumento.

A inauguração da iluminação monumental do Convento da Penha ocorreu em 27 e 28 de setembro de 2018, conforme o cronograma. Foram instalados novos pontos de iluminação, desde a entrada principal do outeiro até o Santuário, além do sistema *wi-fi* cobrindo todas as áreas públicas. Foram feitos alguns ajustes após a entrega da nova iluminação, como adequações da parte elétrica, com o Convento permanecendo em obra até dezembro de 2018. Nesse intervalo, foi realizada a instalação da iluminação para a Ladeira da Penitência (que em princípio não havia sido contemplada pelo projeto), assim como adequações da parte elétrica.

#### 2.4 Avaliação pós-ocupação: percepções sobre a nova iluminação

De acordo com os participantes desta pesquisa, a nova iluminação do Convento alcançou o resultado final desejado, com um retorno positivo tanto da comunidade quanto dos contratantes. Foi bem vista nas mídias, nos sites de turismo e na própria divulgação entre os capixabas e turistas. De acordo com Max Filho, prefeito da cidade à época:

A vista noturna do monumento também é algo estonteante. Isso foi possível com o uso de uma tecnologia moderna, econômica e sustentável. Comparável ao Convento da Penha, hoje, somente o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, tem esse tipo de iluminação monumental (FESTA..., 2019).

Observou-se também boa repercussão entre especialistas da área de iluminação. O projeto foi capa da edição n. 95 da revista *Lume Arquitetura*, publicação especializada em iluminação, referência nacional na área (Figura 10).

FIGURA 10

Capa da revista Lume Arquitetura, edição n. 95. Fonte: <https://www.lumearquitetura.com.br//lume/default.aspx?mn=1052&c=0&s=304&friendly=edicao-95>.



Em 2018 o Convento da Penha foi eleito pelo TripAdvisor, *site* mundial de viagens, um dos dez pontos turísticos mais bem avaliados no Brasil. Em entrevista ao jornal *on-line Folha Vitória*, a subsecretária municipal de Turismo, Neymara Carvalho, atribuiu esse destaque à iluminação monumental realizada:

Recebemos com muita alegria a menção honrosa feita ao Convento da Penha [...]. Com iluminação monumental e a internet gratuita no local, nós podemos divulgar, por exemplo, nosso principal cartão postal em tempo real (CONVENTO..., 2018).

Outra função cumprida pela nova iluminação foi a dinâmica da comunicação. Foram utilizadas luminárias em RGB para colorir os muros laterais do Convento, instaladas na parte inferior do edifício (Figura 11). Segundo

o *light designer*, como os muros são elementos secundários ao monumento, ficaria reduzida a interferência da cor na leitura do Santuário. As luzes coloridas não funcionam de modo contínuo durante a noite, podem ser ligadas por 5 a 10 minutos a cada hora, com a cor escolhida para o mês. Por meio do sistema DALI, essa iluminação pode ser controlada por *tablets*, sob a responsabilidade da congregação, devendo a escolha da cor a ser utilizada e a elaboração de um calendário com a programação destas ser sempre um consenso entre Iphan e Convento.

FIGURA 11

Posicionamento dos projetores Barra Linear LED com RGB. Fonte: Documentação da pesquisa (2022).



Segundo Rispoli (2022, informação verbal), em decorrência de frequentes descargas atmosféricas, foram queimadas algumas das fontes eletrônicas do equipamento de controle da iluminação em RGB dos muros. De acordo com Varejão (2022, informação verbal) devido à falta de recursos, não foi feito o Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), porém o Iphan está agora realizando esse projeto.

A execução da obra ocorreu em seis meses, de maneira segura, sem registros de acidentes. Porém, todos os entrevistados expuseram a preocupação com a futura manutenção. Quando se entrega uma obra sem a garantia de manutenção a cargo do executor, é muito comum encontrar, em poucos meses, algumas modificações *in loco*. O ideal é que se tenha uma manutenção preventiva e não corretiva.

Após a finalização da obra foi apresentado o *as built* ao Iphan, com todas as alterações de projeto ocorridas. Este foi entregue juntamente com um manual com orientações de manutenções periódicas a serem feitas, protocolados em fevereiro de 2021 e aprovados em março do mesmo ano.

### 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

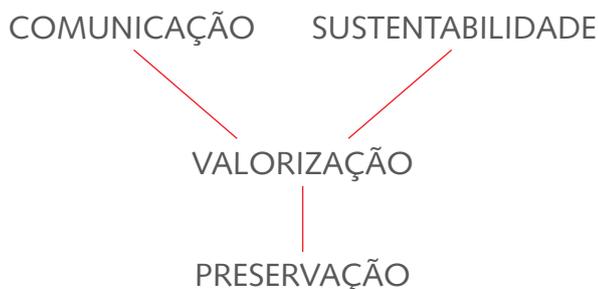
Conforme pesquisa desenvolvida, entende-se a iluminação como uma ferramenta de preservação do patrimônio cultural, destacando-se três papéis fundamentais para que ela cumpra a sua função: comunicação, sustentabilidade e valorização. Segundo a *Carta do Restauro*, 1972,

entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos definidos nos artigos precedentes (ITÁLIA, 1972, p. 2).

Ou seja, é por meio da valorização do monumento que é viabilizado o seu uso, fortalecendo o interesse da comunidade na manutenção de seu funcionamento, bem como o papel da comunicação ao evidenciar suas características principais, guiando e facilitando a leitura do observador, ao refletir a história ali contada. Por fim, a sustentabilidade das práticas aplicadas tem como premissa a conservação simbólica do monumento para a sociedade contemporânea, porém sem comprometer as futuras gerações, garantindo que estas terão a oportunidade de fazer a própria leitura.

A análise do projeto apresentado pode ser realizada com base nesses três papéis desempenhados pela restauração (Figura 12). As premissas levantadas já explicitam o desejo e a necessidade do cumprimento desses papéis pela iluminação proposta.

FIGURA 12  
Diagrama com os três papéis desempenhados pelo restauro. Fonte: Desenvolvido pelos autores (2022).



No âmbito da sustentabilidade, com o intuito de suprir as necessidades atuais sem afetar as futuras gerações, percebe-se a preocupação não só com a conservação da integridade física do monumento, mas também com o viés socioambiental e econômico.

Sob o aspecto da redução do gasto energético, todo o processo, desde o Edital, respondeu à *Resolução Normativa Aneel 414/2010* que responsabiliza as prefeituras municipais pela iluminação pública e também busca a modernização do sistema seguindo recomendações de desempenho e eficiência energética, conforme a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.

As premissas inicialmente estabelecidas foram contempladas pelo projeto, em especial pela utilização do LED em todos os equipamentos, por sua maior eficiência e vida útil prolongada. Sua utilização próxima à mata, em toda a subida do outeiro, permitiu reduzir a emissão de raios UV, eliminando a atração de insetos e reduzindo impactos sobre os animais que ali habitam, que foram objeto de estudo prévio para a elaboração da proposta.

Uma maior vida útil gera menos custos de manutenção e amplia a sustentabilidade do projeto. Segundo Alvarenga (2022, informação verbal), a vida útil precisa ser fator primordial na escolha de equipamentos, pois um grande problema enfrentado nos projetos de restauro é a manutenção:

[...] o baixo custo na manutenção [é fundamental], a gente fala de troca de equipamento, [...] na facilidade de acesso aos equipamentos, às junções de cabo, ao quadro de comando, a manutenção periódica ou preventiva e não a corretiva, então isso tudo tem que se pensar no projeto.

Outra vantagem proporcionada pelo avanço tecnológico é a possibilidade de se criar diversos cenários, todos automatizados e controlados digitalmente. A automação permite tanto o dinamismo do *light design* proposto quanto a opção de não se utilizar todas as luminárias a todo momento, para reduzir o gasto energético e aumentar a vida útil das luminárias.

O projeto das novas instalações lumínicas previa a redução de 40% do consumo energético. Essa redução pôde ser confirmada pelo gestor

financeiro do Convento da Penha a partir do acompanhamento dos gastos com o consumo de energia, antes e depois, ressaltando que a “iluminação [...] gerou uma grande economia [...] de grande proveito para o Convento da Penha” (Frei Pedro, 2022, informação verbal). Contudo, o sentido de sustentabilidade, colocado como premissa de projeto e percebido posteriormente, vai além da eficiência energética ou dos cuidados com a preservação ambiental, contemplando aspectos gerais de valorização cultural do bem em sua inserção no contexto socioespacial de Vila Velha para as populações atuais e futuras.

O respeito ao patrimônio edificado pôde ser observado em todo o processo, de diferentes maneiras. Onde pertinente, foram mantidos os pontos elétricos existentes e caminhamentos elétricos instalados anteriormente, evitando-se escavações desnecessárias e, quando possível, a instalação de luminárias em espaços adjacentes ao monumento. Evidencia-se, assim, a mínima intervenção no bem.

Nos trechos que foram abertos para a passagem de tubulação das luminárias instaladas e posteriormente retiradas, ao serem fechados, utilizou-se material de fácil reconhecimento, como uma intervenção contemporânea, conforme preconiza a *Carta de Veneza* quanto à distinguibilidade dos materiais contemporâneos utilizados (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 1965).

Para atender ao papel da comunicação, observou-se grande cuidado na utilização dos diferentes modos de se iluminar, para evidenciar a volumetria do todo variando-se a intensidade luminosa e a temperatura de cor.<sup>5</sup> Assim como Richard Kelly (2007) caracteriza o modo de iluminar em três conceitos distintos, Luiz Fernando Rispoli também utilizou camadas de diferentes funções para compor a tela completa. Para a criação desses cenários percebe-se a hierarquização por iluminação de destaque (brilho focal), de segurança, geral (iluminação ambiente) e cenográfica (jogo de brilhantes). O brilho focal foi aplicado nos cantos da edificação do Convento, com a técnica do *uplight*, assim como nos

5. Cada fonte de luz tem sua tonalidade de cor específica percebida pela visão e a esse fenômeno é dado o nome de temperatura de cor correlata, ou, de modo simplificado, temperatura de cor, que pode ser classificada em três níveis: branco quente (até 3.000 K), branco neutro (entre 3.000 e 5.000 K) e branco frio (acima de 5.000 K) (OSRAM, 2005).

telhados, cruz e sineira. A iluminação ambiente se caracteriza pelos projetores instalados ao redor da edificação, com uma iluminação ampla, sem grandes contrastes, evidenciando a volumetria do monumento. A iluminação de segurança está aplicada por todo o caminho a ser percorrido pelo observador, desde a entrada principal do outeiro e o caminho da Ladeira da Penitência até o Campinho e também a escadaria de acesso ao Convento da Penha (Figura 13). A iluminação de jogo de brilhantes, que tem como característica transmitir informação pela luz em si, foi aplicada nos muros laterais com a iluminação em RGB, bem como a iluminação das palmeiras. Estas são consideradas a moldura verde do Convento da Penha, um lugar de destaque onde é fixado um terço confeccionado a cada ano pelos fiéis, especialmente para a festa da padroeira (Figura 14).

FIGURA 13

Mapeamento da iluminação de segurança dos acessos e percursos ao Convento. Fonte: Google Maps. Adaptado pelos autores (2021).



FIGURA 14

Festa da Penha, 2019. Destaque do brilho focal aplicado a partir do efeito de *up light*. Fonte: Kebim Tamanini. <https://faesadigital.com/2019/05/29/olhares-da-fe-juventude/>.



No primeiro plano são definidos os elementos essenciais que formam a volumetria, assim como a luz de preenchimento, em tom mais frio, utilizando-se projetores lineares de 24 W/10° a 4.000 K nos cantos da edificação (Figura 15). Para a iluminação geral foram instalados à distância projetores de 480 W a 5.700 K (Figura 16), enquanto no terraço foram usados projetores de 200 W a 5.000 K. Para o telhado, optou-se por uma temperatura de cor quente para contrastar com as paredes brancas, com projetores lineares de 200 W a 3.000 K (Figura 17). No segundo plano vem a rocha que embasa o Convento, com projetores instalados à distância para uma iluminação mais suave (Figura 18). Em terceiro plano tem-se a iluminação da mata do outeiro, a partir do Campinho, onde foi utilizada uma luz mais potente devido aos diversos usos, entre eles missas e visitas noturnas ao monumento. Para esse fim, utilizaram-se postes de 8 m de altura com luminárias de 211 W a 4.000 K (Figura 19). Na estrada de acesso ao Convento optou-se por uma fonte mais amena, com postes de 3 m e luminárias de 58 W a 4.000 K, evitando que a luz traspasse a mata (Figura 20). Esses planos, em conjunto, formam um enquadramento destacando sua paisagem.

FIGURA 15

Iluminação do primeiro plano e cantos para a valorização da forma geral do edifício. Fonte: Documentação da pesquisa (2022).



FIGURA 16

Iluminação geral com projetores, temperatura de cor 5.700 K. Fonte: Documentação da pesquisa (2022).



FIGURA 17

Iluminação do telhado com temperatura de cor quente, 3.000 K, para contrastar com as paredes brancas, em temperatura de cor fria. Fonte: <https://diaadiaes.com.br/missas-nao-serao-abertas-aos-fieis-na-festa-da-penha/>.



FIGURA 18

Iluminação mais suave do segundo plano na rocha, base do Convento. Fonte: Documentação da pesquisa (2022).



FIGURA 19

Iluminação em terceiro plano do Campinho, postes de 8 m de altura, com luminárias de 211 W a 4.000 K, luz mais potente para atender aos eventos noturnos. Fonte: Documentação da pesquisa (2022).

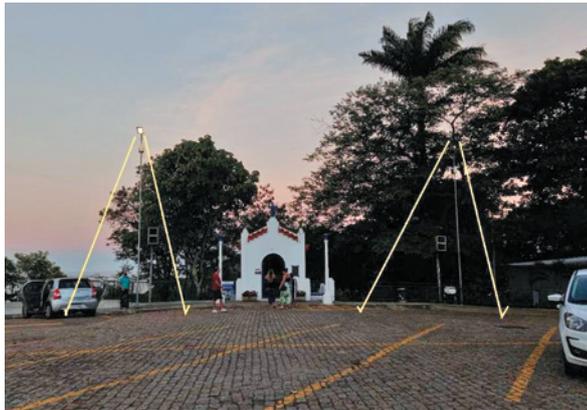


FIGURA 20

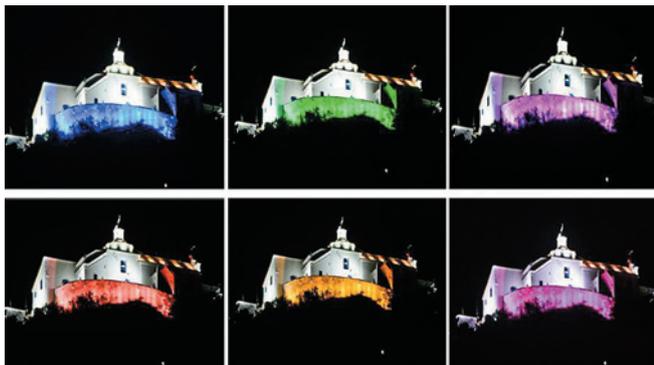
Iluminação amena da estrada de acesso, evitando que a luz traspasse a mata. Fonte: Documentação da pesquisa (2022).



A partir das entrevistas realizadas, ficou claro o aspecto crítico e controverso associado à aplicação da iluminação colorida nos muros laterais do Convento, por se tratar de um monumento que é símbolo patrimonial do estado, com grande influência na memória afetiva dos capixabas. Para algumas pessoas, a aplicação da cor deveria ser feita de maneira geral, com permanência prolongada no monumento, como era feito anteriormente. Porém, a solução proposta partiu da premissa de menor impacto visual, com aplicação da cor apenas nos muros, classificados como elementos secundários na composição do todo, e em períodos de curta duração, de hora em hora (Figura 21). O calendário com as propostas de cores foi acordado entre o Convento da Penha e o Iphan, no entanto, este liberou o uso de apenas uma cor por mês.

FIGURA 21

Iluminação cenográfica colorida, jogo de brilhantes, aplicada apenas no muro lateral como elemento de comunicação.  
Fonte: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/09/Convento-da-penha-ganha-iluminacao-toda-em-led-24556>.  
Crédito: Felix Falcão.



Pode-se observar, portanto, a relação dialética exposta por Muñoz Viñas (2003, p. 163): “[...] uma ética em que os diferentes pontos de vista e as diferentes funções do objeto se harmonizem tanto quanto possível.”

Nas questões estritamente relacionadas à preservação do patrimônio, o Iphan participou desde o início do processo de projeto para a nova iluminação do Convento. O Instituto orientou e analisou todas as propostas e alterações apresentadas, vistoriou mensalmente, registrando o andamento das obras em relatórios de fiscalização, bem como esteve presente nas reuniões com os responsáveis pelo Convento

da Penha, com o Instituto responsável pela execução e também com a comunidade.

As reuniões ocorreram periodicamente para a aprovação pelas partes envolvidas no processo, conforme o Edital de chamamento que solicitava a aprovação de projeto e obra pelo Iphan, Convento da Penha e pela Prefeitura Municipal de Vila Velha. Ocorreram também apresentações abertas ao público, como palestras no auditório da prefeitura com os profissionais do projeto e da obra. Segundo Muñoz Viñas (2003), o restauro tem como base a negociação, o consenso e diálogo com todos os envolvidos, principalmente aqueles a quem se destina. Para que a preservação ocorra com sustentabilidade, comunicação e valorização são necessárias à integração do usuário no processo de restauro, priorizando assim o sentido comum.

A valorização tem início na educação patrimonial. Além dos cuidados com os aspectos físico e visual do monumento, ficou evidente a preocupação do Instituto MV com a educação patrimonial tanto da própria equipe de execução, que não tinha especialidade prévia na área, quanto da própria comunidade, por meio de ações educativas abertas à população em geral. Toda essa atividade comunicacional precisa efetivamente fazer parte do processo em todas as suas etapas, sendo fundamental um bom alinhamento de informações e expectativas entre contratantes, equipe de execução e projetistas, para que o projeto saia conforme planejado.

A valorização do bem se efetiva por meio da iluminação artificial e formação da paisagem noturna. De acordo com Moisinho Filho (2008), o que diferencia a paisagem noturna da diurna é a percepção do observador em diferentes tempos, com distintas formas de iluminação. Com a iluminação noturna, tem-se momento e oportunidade para se destacar elementos no emaranhado da paisagem, melhorando a ambiência noturna em diferentes ângulos. O autor complementa que, para criar uma noção de profundidade ou hierarquizar os espaços “juntamente com os níveis de iluminância e com a escala de contraste, a temperatura de cor é um dos elementos que mais influenciam na ambiência de um local” (MOISINHO FILHO, 2008, p. 233).

A paisagem diurna também exerce influência sobre a noturna e as instalações dos equipamentos de iluminação não devem alterar significativamente a percepção do monumento. Com o desenvolvimento tecnológico, as luminárias em LED apresentam fontes cada vez menores, porém mais

potentes. No caso estudado elas são utilizadas em menor quantidade e se apresentam mais discretas, contribuindo para afetar significativamente a percepção visual do monumento, conforme preconiza a *LUCI Charter on Urban Lighting* (2015). Observa-se também que a maioria das fixações dos equipamentos foram feitas externamente à edificação, nas suas proximidades, projetando sua luz com certo afastamento, evitando danos à superfície do edifício patrimonial.

Alterações projetuais são sempre esperadas, sobretudo quando se trata de patrimônio edificado. Ter uma equipe multidisciplinar integrada em todas as fases de execução, atenta ao que pode ser encontrado e sensível a todas as percepções também se mostra fundamental para um resultado de excelência. Planejamento adequado, gestão e controle do processo são necessários, com reuniões frequentes, orientações com especialistas e treinamento da equipe.

Todo tipo de alteração ocorrida no decorrer da obra foi aprovado pelo Iphan e foi registrado em *as built*. Este foi entregue, junto com um manual, ao instituto e aos responsáveis pelo Convento, após o encerramento das obras. No manual, apresentam-se um memorial descritivo e orientações para as devidas manutenções nas instalações elétricas, luminotécnicas e de *wi-fi*.

Durante as entrevistas pôde-se perceber a preocupação dos envolvidos com a manutenção da iluminação do bem. Após a inauguração da iluminação, a responsabilidade passou a ser da prefeitura de Vila Velha, em parceria com o Convento da Penha. Este tem o papel de zelar pelo patrimônio, observar as necessidades de manutenção ao redor e acionar a prefeitura para a manutenção efetiva dos equipamentos. Ressalta-se a preocupação de todos com possibilidades de alteração da concepção do projeto original durante processos de manutenção, o que pode ocorrer, às vezes, por falta de conhecimento, às vezes por falta de recursos. Há também que se priorizar a manutenção preventiva e não se esperar chegar ao ponto da manutenção corretiva, sendo essenciais as manutenções pontuais e contínuas.

Entende-se que o projeto de iluminação analisado cumpriu as premissas inicialmente colocadas, em especial a de refletir a história e a fé de maneira respeitosa tanto ao monumento quanto ao observador. A sustentabilidade e a comunicação são meios de valorizar o patrimônio edificado, e é pela valorização que a comunidade atenta para a sua preservação.

#### 4 DIRETRIZES PARA PROJETO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA PARA EDIFICAÇÕES E CONJUNTOS ARQUITETÔNICOS COM INTERESSE DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

A pesquisa apresentada neste artigo embasou a elaboração de diretrizes básicas para projetos de iluminação de edifícios patrimoniais. É importante salientar a singularidade de cada projeto. É possível identificar padrões que se repetem, porém, cada projeto tem demandas específicas que precisam ser consideradas, segundo usuários e culturas diversas (TORRES, 2022). Essas diretrizes estão organizadas de acordo com as fases principais de projeto:

##### Fase inicial de projeto:

- estudar a história da edificação, seu valor simbólico e sua inserção cultural;
- identificar a identidade visual;
- mapear volumetria e elementos arquitetônicos;
- observar o bem e seu entorno;
- realizar levantamento luminotécnico da situação preexistente;
- compreender as visadas do bem e sua inserção na paisagem;
- levantar usos atribuídos;
- levantar normas e leis pertinentes;
- levantar premissas e demandas básicas de projeto, não somente a partir da visão do contratante, mas também da comunidade, dos usuários;
- traçar objetivos e diretrizes gerais do projeto.

##### Fase de anteprojeto:

- especificar fontes luminosas com elevada eficiência energética;
- propor estratégias para reduzir os efeitos da poluição luminosa;
- respeitar os diversos fluxos luminosos, mantendo uma proporção harmoniosa;
- optar por fontes luminosas que tenham baixa emissão de raios UV e IV;
- propor estratégias de iluminação que causem a mínima interferência no meio ambiente, respeitando o ciclo biológico da fauna e da flora locais;

- estudar cenários diversos, que possam dinamizar o uso e reduzir o gasto energético em função dos horários de funcionamento. Cenários básicos a serem propostos: iluminação de segurança, iluminação de destaque, iluminação cenográfica e iluminação volumétrica. Caso não seja viável financeiramente implantar todos os cenários num primeiro momento, optar por luminárias que possibilitem essa sistematização futura;
- elaborar planilha com especificação técnica dos aparelhos e fontes luminosas com memorial descritivo. Recomenda-se que a planilha contenha: posição, quantidade e foto do equipamento/fonte luminosa, especificação (nome, potência, ângulo de abertura, temperatura de cor, IP, IRC), cenário pertencente, valor unitário e total;
- propor alternativas equivalentes, quando não for possível adquirir os itens indicados, mantendo-se as características e especificações técnicas;
- para luminárias externas recomenda-se IP 67; todos os IRCs das fontes luminosas deverão ser superiores a 90. A temperatura de cor deve ser o mais próxima possível do entorno ou deve ser ajustadas aos efeitos de projeto previstos, para valorização do bem;
- apresentar e discutir a proposta com contratantes e a comunidade local, para aprovação;
- elaborar projetos complementares, como elétrico e de automação. No caso de equipes diferentes, integrá-las para garantia de alcance das premissas estabelecidas e compatibilização dos projetos;
- apresentar os projetos ao Iphan, em consulta prévia;
- submeter o conjunto de projetos ao Iphan para análise e aprovação.

#### Fase de projeto executivo e obras:

- realizar reuniões com a comunidade e com a equipe encarregada, em ações de educação patrimonial;
- respeitar horários e programações locais quando o cronograma da obra for concomitante ao funcionamento do bem;
- buscar intervir minimamente no bem, ao executar as instalações elétricas e luminotécnicas;
- realizar testes para ajustes, cada vez mais finos, após as instalações concluídas;

- mitigar o ofuscamento causado pelas fontes lumínicas;
- elaborar manual de manutenção e conservação das instalações de iluminação;
- quando a luminária permitir ajuste *in loco*, fixar a posição final ajustada, evitando alterações futuras;
- sempre que forem necessárias alterações, submetê-las ao Iphan.

Fase de pós-ocupação:

- elaborar o *as built* dos projetos luminotécnicos e complementares;
- apresentar *as built* e o manual de manutenção ao Iphan, para aprovação. O manual deve conter o memorial descritivo, com os objetivos, conceitos e propostas. Inserir neste manual especificações tanto quantitativas quanto qualitativas, permitindo futuras substituições de equipamentos por equivalentes, sem perda da linguagem proposta pelo projeto. É necessária a permanente atualização do manual;
- recomenda-se que a equipe de execução fique responsável pela manutenção por maior período possível, para garantir o conceito original do projeto.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apontou que o projeto de iluminação tem papel fundamental na formação da paisagem noturna e na valorização simbólica do monumento, pois a luz artificial também permite a leitura e apropriação do patrimônio edificado. É necessário e importante que o *light designer* tenha conhecimento tanto da fundamentação teórica da restauração quanto da história e do valor simbólico do monumento.

Com base nos dados coletados no estudo de caso observou-se três funções exercidas pela iluminação para preservar o patrimônio edificado: a sustentabilidade, a comunicação e a valorização. Quando bem trabalhadas, as duas primeiras conduzem à valorização simbólica do patrimônio e, por consequência, a sua preservação.

Considera-se que o projeto luminotécnico analisado teve sucesso em valorizar a ambiência do outeiro e Convento da Penha, contribuindo para renovar seu simbolismo cultural, religioso e ressignificando sua importância para os usuários e, de modo amplo, para Vila Velha, Vitória e o estado do

Espírito Santo. Evidencia-se a necessidade de manutenção contínua das instalações para que se mantenha o conceito proposto. Além do restauro da iluminação existente, foram entregues iluminações de acesso inéditas, que hoje proporcionam maior segurança ao transeunte, viabilizando o uso noturno do Santuário.

A pesquisa também enfatizou a importância do usuário para o processo de restauração e levantamento das diretrizes projetuais, embora as percepções dos usuários não tenham sido aprofundadas, devido à impossibilidade de contato gerada pela pandemia da covid-19, coincidente com a investigação. Nesse período, o Santuário ficou fechado para visitas e não houve funcionamento noturno quando retornaram as atividades presenciais.

Observou-se a ausência de instrumentos legais específicos quanto à iluminação em edificações e conjuntos arquitetônicos por parte do órgão fiscalizador e do PDI municipal, bem como a carência de pesquisas e bibliografia específica sobre o tema.

Vale ressaltar que intervenções de iluminação em edificações com interesse de preservação patrimonial devem partir de análises consistentes, embasadas na singularidade de cada projeto. Foram aqui propostas diretrizes gerais, que, contudo, devem ser adaptadas a cada contexto, levando-se em consideração a tecnologia disponível à época da execução da proposta.

## REFERÊNCIAS

BRANDI, C. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê, 2004.

CONVENTO da Penha está entre os dez melhores pontos turísticos do Brasil. *Folha Vitória*, Vitória, 2018. Disponível em <https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/10/2018/Convento-da-penha-esta-entre-os-dez-melhores-pontos-turisticos-do-brasil>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Cultura. *Arquitetura*: patrimônio cultural do Espírito Santo. Vitória: SECULT, 2009. Disponível em: [https://secult.es.gov.br/Media/secult/EDITAIS/102-Documento-1436796643-100-Documento-1436454022-56-Documento-1427918086-atlas-patrimonio%20\(1\).pdf](https://secult.es.gov.br/Media/secult/EDITAIS/102-Documento-1436796643-100-Documento-1436454022-56-Documento-1427918086-atlas-patrimonio%20(1).pdf). Acesso em: 20 nov. 2021.

FESTA da Penha ganha brilho especial com o Convento mais iluminado. *A Gazeta Online*, Vitória, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/patrocinado/festa-da-penha-ganha-brilho-especial-com-o-convento-mais-iluminado-0419#:~:text=O%20motivo%20%C3%A9%20que%20o,apenas%20nos%20muros%20do%20santu%C3%A1rio>. Acesso em: 28 ago. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria n. 420, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_420\\_de\\_22\\_de\\_dezembro\\_de\\_2010.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf). Acesso em: 13 jan. 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES – ICOMOS. *International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites (The Venice Charter 1964)*. Charenton-le-Pont, França, 1965. Disponível em: [https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/venice\\_e.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/venice_e.pdf). Acesso em: 29 nov. 2021.

ITÁLIA. Ministério da Instrução Pública. Circular Nº 117, de 6 de abril de 1972. *Carta do restauro*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

LUCI ASSOCIATION. *LUCI Charter on Urban Lighting: Promoting a Culture of Sustainability in Lighting*. Lyon: Lighting Urban Community International, 2015. Disponível em: <https://www.luciassociation.org/wp-content/uploads/2015/01/23075-CHARTE-LUCI-ENGEXE.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

MIGUEZ, J. C. O Potencial cenográfico da iluminação de monumentos e fachadas. *Revista Lume Arquitetura – Especial LA\_PRO*, São Paulo, v. 3. p. 28-32, maio 2005.

MOISINHO FILHO, E. de F. *Patrimônio cultural e iluminação urbana: diretrizes de intervenção luminotécnica no Centro Histórico de São Cristóvão, Sergipe*. 2010. 332 f. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

MUÑOZ VIÑAS, S. *Teoría contemporánea de la Restauración*. Madrid: Síntesis, 2003.

NASCIMENTO, F. B.; SCIFONI, S. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira – SP. *Revista CPC*, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.

OSRAM. *Manual luminotécnico prático*. [S. l.], 2005.

ROCHA, J. C. Cor luz, cor pigmento e os sistemas RGB e CMY. *Revista Belas Artes*, São Paulo, n. 3, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.belasartes.br/wp-content/uploads/2023/05/cor-luz-cor-pigmento-e-os-sistemas-rgb-e-cmy.pdf>. Acesso em: 7 set. 2020.

TORRES, R. W. *Luminotecnica e patrimônio edificado: o caso do Convento da Penha, Vila Velha, Espírito Santo*. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia das Construções) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/16532>. Acesso em: 29 nov. 2023.

VIDAL, A. A. Luces y sombras en la iluminación monumental. In: ENCONTRO INTERNACIONAL ILUMINAÇÃO EM MONUMENTOS E ZONAS HISTÓRICAS. 2012, Mosteiro de Alcobaça, Portugal. *Actas...*, p. 14-18. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/Actas\\_iluminacao\\_OVER.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/Actas_iluminacao_OVER.pdf). Acesso em: 23 jun. 2020.

VILA VELHA (ES). Edital de chamamento público nº 014/2017. Realização de estudos e execução de projeto para rede de iluminação pública do Convento da Penha. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/licitacoes/view/3215>. Acesso em: 24 abr. 2020.

VOCÊ conhece a Associação dos Amigos do Convento? Convento da Penha. Vila Velha, 2020. Disponível em: <https://conventodapenha.org.br/voce-conhece-a-associao-dos-amigos-do-convento/>. Acesso em: 30 abr. 2021.



# INSPEÇÃO PREDIAL COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DE SINISTROS EM EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS

**ELIZA HASSELMANN**, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Doutoranda em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO/MAST); mestre em Ciência do Patrimônio Cultural pela Universidade Federal do Pará. Especialista pelo Instituto de Pós-Graduação em Auditoria; Avaliações e Perícias de Engenharia e Especialista em História e Memória da Arte pela Universidade da Amazônia. Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Pará.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0276-3485>

E-mail: [elizahasselmann@edu.unirio.br](mailto:elizahasselmann@edu.unirio.br)

**ROSEANE NORAT**, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM, PARÁ, BRASIL

Arquiteta e urbanista, especialista em Restauração e Preservação do Patrimônio Arquitetônico e doutora em Geoquímica e Petrologia pela Universidade Federal do Pará, onde é diretora da Faculdade de Conservação e Restauro e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural. Mestre em Ciências da Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3164-4645>

E-mail: [roseanenorat@ufpa.br](mailto:roseanenorat@ufpa.br)

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i36p187-209>

**RECEBIDO**

27/05/2023

**APROVADO**

07/12/2023

# **INSPEÇÃO PREDIAL COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DE SINISTROS EM EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS**

ELIZA HASSELMANN, ROSEANE NORAT

## **RESUMO**

A inspeção em edificações históricas é um importante instrumento para garantir a segurança, o desempenho e a vida útil das construções. No Brasil, as normas de inspeções prediais são genéricas e carecem de aperfeiçoamento, a exemplo de normas internacionais. Assim, este artigo tem por objetivo analisar normas de inspeção predial como instrumento preventivo na preservação de sinistros nessas edificações, por meio da identificação de metodologias vigentes. Foi realizada uma análise conceitual da prevenção no campo do pensamento preservacionista e pesquisa de normativas vigentes em âmbito nacional e internacional que são relevantes na conservação de edifícios históricos. Os resultados apontaram sete países europeus com normas de inspeção específicas para o patrimônio edificado, enquanto outros 27 países europeus e a Turquia que seguem regulamento normativo. No Brasil, apesar de esforços de pesquisadores e da existência de leis e normativas para a preservação inclusive de diretrizes para projetos de prevenção e combate ao incêndio e pânico em bens edificados tombados, as normas técnicas de inspeção predial não apresentam ainda subsídios que atentem às especificidades do patrimônio cultural.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Patrimônio edificado. Instalações prediais de segurança. Manutenção predial.

## **BUILDING INSPECTION AS A TOOL IN THE PREVENTION OF CLAIMS IN HISTORIC BUILDINGS**

ELIZA HASSELMANN, ROSEANE NORAT

### **ABSTRACT**

Inspection of historic buildings is an important instrument to ensure the safety, performance and useful life of buildings. In Brazil, building inspection standards are generic and lacking in detail, and there is a need for improvement, as is the case with international standards. Therefore, this article aims to analyze building inspection standards as a preventive instrument in the preservation of claims by identifying current methodologies. A conceptual analysis of prevention was carried out in the field of preservationist thinking and research into current national and international regulations relevant to the conservation of historic buildings. The results showed seven European countries with specific inspection standards for built heritage, and another twenty-seven European countries and Turkey that follow normative regulations. In Brazil, despite the efforts of researchers and the existence of laws and regulations for preservation including guidelines for projects to prevent and combat fire and panic in listed buildings, the technical standards for building inspection do not yet provide subsidies that take into account the specificities of cultural heritage.

### **KEYWORDS**

Built heritage. Building security installations. Building maintenance.

## 1 INTRODUÇÃO

Os edifícios tendem a perder desempenho ao longo da sua vida útil, o que pode gerar danos sucessivos e agravantes que, se não sanados, podem resultar na necessidade de alterações, reformas e até em demolição ou colapso, impactando nas estruturas de edificações vizinhas, atingindo espaços públicos, pessoas e outros bens. A conservação e uma atuação vigilante e preventiva dessas estruturas são condições importantes para a sua permanência.

As práticas das ações de acompanhamento das edificações englobam desde a simples vistoria visual, que faz uma análise descritiva, *in loco*, da edificação e de danos aparentes, até meios mais complexos da engenharia diagnóstica, como a inspeção que coleta e amplia a investigação da vistoria e que pode ser realizada em três níveis relacionados ao grau de complexidades dos sistemas construtivos (INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA DE SÃO PAULO, 2012). Tais especificidades não estão relacionadas na norma atual de inspeção predial, a *ABNT NBR 16747/2020* (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020), deixando a responsabilidade de deliberar a complexibilidade da inspeção a cargo do profissional de engenharia diagnóstica.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o setor da construção civil europeu buscou mecanismos para a reconstrução das cidades

devastadas e, com a colaboração da Organização das Nações Unidas (ONU), foi criado o International Council for Research and Innovation in Building and Construction (CIB), uma associação para troca de informações entre institutos governamentais de pesquisa no setor da construção. Conceitos como durabilidade, manutenibilidade e inspeção são explicitados em normas, remontando desde a década de 1980 até a atualidade.

Em um estudo que avalia a experiência de implantação do Programa de Gerenciamento de Riscos como ferramenta para a preservação do patrimônio cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro (RJ), Carvalho (2013) reafirma a importância da multidisciplinaridade na conservação e preservação do patrimônio, com aumento de ações preventivas, aliado à metodologia para o gerenciamento de riscos em edifícios históricos.

Em 1987, a Fundação Oswaldo Cruz, no *campus* de Manguinhos (RJ), iniciou o desenvolvimento de um Programa de Restauração e Conservação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (Nahm), por meio do seu Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), incorporando posteriormente outros núcleos. Sobre o acervo da arquitetura histórica de Manguinhos, Pinheiro *et al.* (2009) abordam a teoria de preservação aliada à prática com métodos que também abrangem múltiplos profissionais, sendo fundamental na escola da *Acteurs du Patrimoine Européen et Législation* (APEL),<sup>1</sup> que compartilha da mesma visão.

Tinoco (2013) valida a importância da pesquisa e de informações dos materiais e técnicas construtivas para utilização nas inspeções e nas manutenções periódicas para edifícios históricos, apresentando o Plano de Gestão da Conservação (PGC), uma recomendação detalhada para além do restauro, pois inclui o monitoramento multidisciplinar para a permanência do bom estado de conservação do bem edificado.

Nota-se que o termo “sinistro” (SINISTRO, 2023) é uma palavra que etimologicamente tem origem do latim *sinistrum*, e como substantivo masculino, pode ser relativo a “desastre; circunstância que provoca perda,

1. O documento *Recomendações e diretrizes para a adoção de princípios comuns sobre conservação-restauração do patrimônio cultural na Europa*, de junho de 2001, ressalta, em seu protocolo, as ações integradas e dá ênfase ao acompanhamento, à avaliação das intervenções e à manutenção e conservação preventiva, atribuindo a estas últimas o caráter de serem personalizadas (PINHEIRO *et al.*, 2009).

dor ou morte” também que causa “dano material; perda de uma grande quantia. Quaisquer prejuízos causados aos bens segurados”. O conceito é muito utilizado na área jurídica e para efeito de seguros. No *Glossário de terminologia básica aplicável à engenharia de avaliações e perícias* do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo (Ibape/SP, 2002) e a *ABNT NBR 14653 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2019)*, o termo “dano” é descrito como um prejuízo causado a outrem pela ocorrência de vícios, defeitos, sinistros e delitos, entre outros. Neste artigo, adotou-se como definição do termo “sinistro” qualquer situação que gere a perda parcial ou total de uma edificação histórica ocasionada por variadas circunstâncias agindo isoladamente ou em associação a outros distúrbios, as quais resultem na insegurança patrimonial.

Desta forma, é reafirmada a importância da inspeção predial como instrumento preventivo na preservação de sinistros em edificações históricas. Este artigo busca por meio da análise de normas de inspeção em âmbito nacional e internacional a identificação de metodologias vigentes.

Para tanto, foi realizada análise conceitual da prevenção no campo do pensamento preservacionista a partir dos teóricos e de documentos internacionais conhecidos como cartas patrimoniais em consonância à pesquisa de normativas vigentes em âmbito nacional e internacional selecionadas pela relevância na conservação de edifícios históricos. Foi realizada uma pesquisa documental em *sites* governamentais; instituições e organizações públicas e privadas; e em artigos científicos em associação ao avanço de práticas identificadas nos documentos, referenciais teóricos e práticos do pensamento preservacionista e documentos internacionais representados em cartas patrimoniais. Foram avaliadas 16 normativas internacionais, além da regulamentação nacional do Ibape e de normas técnicas em correlação com o patrimônio cultural.

## 2 O PENSAMENTO PRESERVACIONISTA, AS CARTAS PATRIMONIAIS E A PRÁTICA DA INSPEÇÃO PREDIAL

Uma das bases do pensamento preservacionista está no pensar e debater as práticas da preservação e da restauração, bem como da manutenção e da conservação, que estão relacionadas com a atenção e a vigilância constantes, precursores da vistoria e da inspeção predial contemporânea.

O arquiteto positivista francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (2000) foi um dos primeiros teóricos que se apropriou da arqueologia e produziu um estudo detalhado sobre conservação e restauro, no qual procurava ao máximo a conservação dos materiais na sua atuação profissional. Kühl (2007) ressalta sua atuação pautada no estudo e entendimento das técnicas, materiais e sistemas de modo eficiente para prolongar a vida útil das construções, desenvolvendo levantamentos pormenorizados e análises da composição estrutural.

Na postura de John Ruskin (2008) observa-se a compreensão dos monumentos por sua natureza e o reconhecimento da finitude da matéria, mas apesar de sua atitude romântica pautada na ideia do pitoresco, são claros os seus apontamentos para práticas associadas à conservação de forma preventiva.

O conceito de inspeção periódica para os monumentos fica mais definido na obra de Camillo Boito (2008), que propôs, de forma intencional, o monitoramento dos edifícios como meio de conservação. Posteriormente outros teóricos do restauro passaram a indicar, direta ou indiretamente, cuidados com a prevenção e manutenção das estruturas históricas, a exemplo de Gustavo Giovanonni (2013), que reafirmou a importância da manutenção constante para a conservação dos monumentos e a preocupação com o entorno dessas construções.

Aloïs Riegl (2014) indicou valores associados aos monumentos em consonância à sua preservação, em 1903. Essa abordagem gerou uma necessária reflexão crítica das decisões e impactos nos bens culturais. Há decisões que são necessárias para garantir a integridade do monumento ou seu uso e outros valores artísticos e históricos e sua relatividade, que mantêm sua discussão atual.

Ao se observar a noção de evolução de Riegl (2014), pela qual aquilo que foi não poderá voltar a ser nunca mais, e tudo o que foi forma o elo insubstituível e irremovível de uma corrente evolutiva, resulta uma sequência entre elos antecedentes e seus resultados, que estão no cerne da sua ideia de valor histórico como testemunho de uma época, um documento a ser mantido o mais fiel ao seu aspecto original e que deve ser preservado de maneira preventiva, sem interesse em vestígios da degradação. Por outro lado, ao tratar do valor de novidade que privilegia

a forma “inalterada” e a “policromia pura”, tem-se o conflito com o valor de antiguidade.

Riegl (2014) reconhece a ação das forças da natureza (mecânicas e químicas) na desagregação de seus elementos até sua capacidade de destruição ao fundi-la novamente na “natureza amorfa”, o decurso desagregador. Sua noção do valor de antiguidade está na percepção dos traços que indicam que o monumento não se originou no tempo presente, mas no passado, percebido com facilidade pela visão. O valor histórico resulta de um estágio evolutivo, sendo importante sua integralidade e menor perturbação, enquanto o valor de novidade (apreciado pelas massas) o maior adversário do valor de antiguidade. Mas é no campo do valor utilitário, ou de uso, que se pode aferir a importância de uma prática associada à inspeção, quando Riegl atenta para a conservação e os riscos para a saúde e a vida das pessoas, e aponta que “toda trinca, nas paredes ou no teto, ocasionadas pelas forças da natureza, deve ser fechada imediatamente” inclusive para evitar a penetração da umidade, destacando que o bem-estar físico das pessoas é superior ao culto da antiguidade.

Na teoria de Cesare Brandi (2004) observa-se a importância dada à matéria e ao aspecto das obras de arte, sendo o restauro visto como o momento metodológico, ou seja, há escolhas objetivas a serem empreendidas tendo por premissa o reconhecimento da obra de arte na sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, em vista da sua transmissão ao futuro. Sob a perspectiva brandiana, pode-se aferir que a inspeção predial deve considerar a matéria, seja por sua estrutura ou pelos seus atributos artísticos a serem priorizados na intervenção.

Na contemporaneidade, o método para um restauro objetivo (MORENO-NAVARRO, 1999) aproxima a ideia da inspeção como forma metodológica agregada às etapas necessárias aos trabalhos de conservação e restauro, que envolvem o conhecimento do monumento e do seu entorno, tendo por premissas a análise histórica, material, sociológica e de sua conservação, consistindo em sugestões de projetos de manutenção, custódia e divulgação.

Moreno-Navarro (1999) organiza o trabalho em quatro etapas. A primeira etapa corresponde ao conjunto de estudos prévios e diagnósticos; a segunda corresponde à inspeção *in loco* como uma visita

genérica que envolve o reconhecimento de problemas e deficiências. Assim, tem-se a avaliação do estado atual e visitas especializadas para análise específica dos elementos que apresentam problemas, leituras e testes necessários. Na terceira etapa são elaboradas informações com os estudos obtidos nas visitas de inspeção, avaliação dos problemas com a determinação e classificação da possível origem e suas causas e proposta de soluções. Na quarta etapa, o relatório contendo a metodologia, os estudos realizados, a relação dos problemas, defeitos, degradações e suas correções e recomendações, além dos anexos correspondentes às análises e trabalhos efetivados.

A teoria contemporânea da restauração, segundo Muñoz Viñas (2003), incorpora as relações entre o patrimônio a ser preservado e a interação de todos os atores envolvidos. Embora sua atuação reflita sua experiência no campo da conservação-restauração de acervos em papel, sua teoria aborda a conservação-restauração em um sentido amplo como ações especiais, buscando a integridade do objeto a preservar e visando estender a sua vida útil por meio da conservação preventiva.

A teoria informacional, trazendo a ciência como instrumento de decisões subjetivas, analisa diversos conceitos sob perspectivas de diferentes tempos e autores, tais como o dano e deterioração e a valoração dos processos de alteração, a reversibilidade, a eliminabilidade e a retratabilidade, valores e funções, dentre outros.

Outros autores contemporâneos discutem metodologias de tratamento em acervos móveis, como Appelbaum (2017), e suas reflexões oferecem abordagens de estruturas intervencionistas discursivas em que as escolhas implicam em tratamentos e resultados em que o indivíduo ou uma coletividade são determinantes nos caminhos decisórios. Sem renunciar à caracterização completa do objeto, aspectos materiais e imateriais são analisados por meio de informações específicas ou não do bem cultural. Processos passíveis de serem interpretados quanto ao patrimônio edificado, seus bens integrados e muitas vezes seus acervos móveis, que também são impactados pelos sinistros que os acometam.

O Quadro 1 sintetiza as posturas dos principais pensadores preservacionistas, das quais pode-se aferir indicativos assertivos ou ações indiretas que se constituem como práticas associativas ou métodos

específicos que podem ser relacionados à inspeção predial e à salvaguarda do patrimônio cultural.

QUADRO 1

O pensamento preservacionista e a prática da inspeção predial. Fonte: elaborado pelas autoras.

Teóricos	País Ano (* - +)	Ações assertivas diretas ou indiretas de inspeção predial
Eugène Viollet-le-Duc	França (1814-1879)	Pioneiro na sistematização do projeto de restauração. Leitura e interpretação do monumento: prática de levantamentos e análises da composição, do sistema estrutural e das patologias.
John Ruskin	Inglaterra (1810-1900)	Valorização do ato de conservar em detrimento da restauração que indica que o edifício já exige maior intervenção. Indicação de práticas associadas à conservação preventiva.
Camillo Boitto	Itália (1834-1914)	Defesa da prática da conservação periódica, sem falsificações e com respeito à integridade das estruturas. Uso de tecnologias modernas de diagnóstico e documentação.
Alois Riegl	Áustria (1858-1905)	Valorização das contribuições artísticas e históricas das fases das edificações; postura analítica dos impactos de decisões projetuais em relação ao monumento; escolha pela segurança com a vida e a saúde das pessoas que justifiquem a inspeção e a ação preventiva.
Gustavo Giovannoni	Itália (1873-1947)	Reafirmou os conceitos de conservação de Boitto e a importância do entorno do monumento e seus impactos e relações no conjunto.
Cesare Brandi	Itália (1906-1988)	Enfatiza a importância estética e histórica dos materiais; a conservação da matéria da obra de arte; os procedimentos de leitura e compreensão dos bens culturais.
Antoni González Moreno-Navarro	Espanha (1943)	Organiza o trabalho em etapas: estudos prévios e diagnósticos; detalha a inspeção <i>in loco</i> incluindo o reconhecimento de problemas e deficiências e procedimentos de leituras e testes; análise das informações obtidas nas visitas de inspeção e avaliação.
Salvador Muñoz Viñas	Espanha (1963)	Preconiza a conservação em um sentido amplo, o papel social e transfere o foco da restauração dos objetos de valor cultural para os sujeitos que identificam valores culturais nesses objetos. A inspeção insere-se no reconhecimento e nos estudos do bem cultural e suas variáveis.

A correlação do pensamento preservacionista e seus reflexos diretos e/ou indiretos nas cartas patrimoniais tem sua importância percebida de forma objetiva na medida em que esses documentos exprimem pontos consensuais mais facilmente disseminados para a sociedade, e em particular na gestão pública, que impactam diretamente na produção de normas, políticas e legislações. Nesse sentido, algumas cartas patrimoniais replicam a ideia da prática da inspeção predial como instrumento preventivo na preservação do patrimônio edificado e foram organizadas no Quadro 2, por seus pontos relevantes (CARTAS..., 2014).

**QUADRO 2**

As cartas patrimoniais e a prática na inspeção predial. Fonte: elaborado pelas autoras.

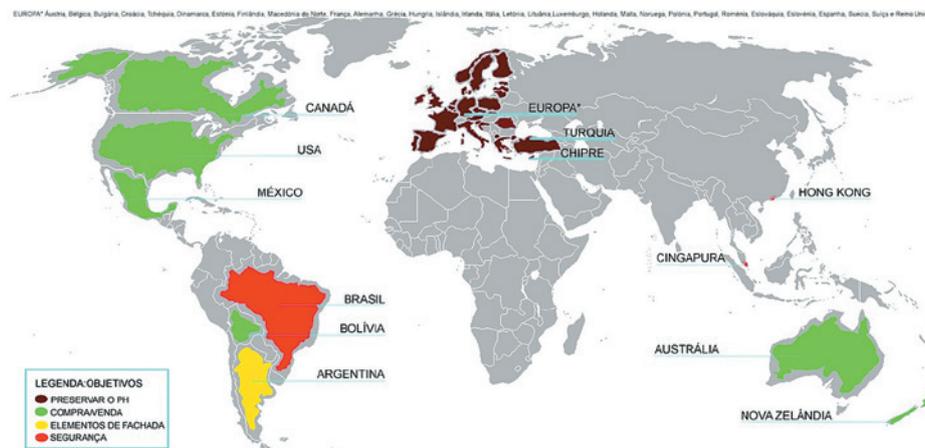
<b>Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Ações assertivas diretas ou indiretas de inspeção predial</b>
Carta de Atenas	1931	Proposta de periodicidade de serviços de manutenção e conservação.
Carta de Veneza	1964	Importância da manutenção permanente; restauração de forma excepcional; pontua a interdisciplinaridade nas ações de conservação e restauração.
Carta de Restauro Italiana	1972	Instruções para a tutela dos centros históricos e os critérios das intervenções arquitetônicas, evidenciando a importância da manutenção e utilização de medidas preventivas.
Declaração de Amsterdã	1975	Introdução de orientações relativas à viabilização de políticas de conservação integrada, dando origem a uma abordagem pautada na vida social integrada ao patrimônio. Papel do poder municipal na elaboração de programas de conservação e atuação da população na preservação do bem cultural.
Carta de Ottawa	1983	Proteção e valorização do ambiente edificado, identificando os níveis de atividades nas tomadas de decisões: manutenção, estabilização, remoção e adição.
Carta de Lisboa	1995	Ressalta a importância de serem realizadas operações nos diversos componentes do edifício, em suas instalações e equipamentos, com regularidade buscando minimizar os processos de degradação, ampliando a vida útil do edifício.
Carta de Ravello	1995	Pontua que nenhuma intervenção deve ser realizada na edificação antes de aferir o nível de segurança para garantir a eficácia da intervenção, e sugere mapear por etapas e acompanhada de medidas corretivas.
Carta de Cracóvia	2000	Reafirma que reconstruções significativas na edificação devem ser evitadas. Vincula a conservação do patrimônio à sua identidade e ao reconhecimento dos valores que estão associados.
Declaração de Viena	2009	Incentiva o investimento em patrimônio por forma a constituir uma solução sustentável de sucesso garantido para fazer face à recessão econômica.
Carta de Burra	2013	Manutenção: prevê cuidados contínuos e difere de reparação que envolve restauro ou reconstrução.

## 2.1 Normativas de inspeção e a preservação do patrimônio arquitetônico

As normas de inspeção variam entre os países, não sendo observada em âmbito internacional uma unidade neste quesito importante de análise e de acompanhamento das edificações de forma preventiva. Isso também se reflete quanto à atenção às edificações caracterizadas como de interesse à preservação (Figura 1).

FIGURA 1

Países no mundo e normas em que há atenção às normas de inspeção. Fonte: elaborado pelas autoras.



A Monumentenwacht, organização privada com a finalidade de mapear e de fiscalizar periodicamente as edificações históricas por inspeção visual criada em 1973, na Holanda, teve grande aceitação na Europa e foi referência para outros países que seguiram o mesmo programa de normas de inspeção e conservação do patrimônio edificado, ainda que outros modelos mais recentes tenham sido adotados por Portugal e Espanha. Por meio de ações multidisciplinares, com a participação de historiadores, arquitetos e conservadores, são produzidas fichas de acompanhamento das edificações com o objetivo de orientar os proprietários da importância da conservação preventiva. Em 1991, a Bélgica aderiu a esse mesmo modelo organizacional de fiscalização de seus edifícios históricos (MONUMENTSWATCH, 2020).

O Comitê Europeu de Normalização (CEN) e o Comitê Europeu de Normalização Eletrotécnica (CENELEC) são organizações privadas sem fins lucrativos com a missão de regulamentar e padronizar normas em diversos seguimentos, com a associação de 34 países europeus. Estabeleceram em 2012 uma normativa para a conservação de bens culturais – *EN 16096/2012* (EUROPEAN STANDARDS, 2013). Essa normativa não dispõe de instruções de diagnóstico para perícias em edificações históricas, mas pode ser utilizada conforme o escopo da regulamentação, para a identificação de monitoramento e observação de possíveis patologias; averiguar a importância de uma investigação dos danos de maneira mais profunda e ainda um modelo de comparativo de um segmento de edificações por área.

Na América do Norte e Ásia, acidentes em edificações foram determinantes para normativas de manutenção predial com ênfase na segurança e comercialização de imóveis. Na América do Sul, as normas são heterogêneas, algumas visam segurança, compra e venda. No Brasil destacam-se as leis, normativas e portarias de preservação do patrimônio edificado e acervos. A exemplo do programa Monumenta, desenvolvido pelo Ministério da Cultura no final dos anos de 1990, atuando em parceria com o Iphan, compõe esse projeto um manual de conservação preventiva de edificações, voltado em especial a proprietários de imóveis tombados ou com características de preservação (KLÜPPEL; SANTANA, 2000).

Alemanha, Reino Unido, Dinamarca, Hungria, Eslováquia, Espanha, França e Portugal criaram modelos semelhantes de fiscalização seguindo o modelo holandês, respeitadas as diferenças sociais, culturais, econômicas, jurídicas e políticas (WU; VAN LAAR, 2021).

Na Itália, devido a vários problemas relativos ao clima e à instabilidade geológica, o monitoramento ambiental combinado a um plano de manutenção sistemática dos edifícios é defendido por Cecchi e Gasparoli (2012), além do critério de priorização de riscos, com o objetivo de atuar de imediato em bens culturais com maiores valores culturais e maiores possibilidades de perda.

No continente asiático, Hong Kong instituiu a lei do *Mandatory Building Inspection Scheme* (MBIS), que objetiva verificar áreas comuns, fachadas e marquises por meio da inspeção de elementos estruturais, de proteção contra incêndio e de drenagem. Como complemento, a lei *Mandatory Window Inspection Scheme* (MWIS) tem por finalidade principal checar a segurança das janelas. Em Singapura, as normas de inspeções priorizam a segurança dos usuários, sendo os elementos estruturais dos edifícios o grande foco de investigação (CHAN *et al.*, 2014).

Modelos de inspeção predial com o objetivo de fornecer garantias na compra e na venda de imóveis são vistos em diferentes países, a exemplo da American Society of Home Inspectors (ASHI), criada em 1976, que iniciou a inspeção residencial nos Estados Unidos. Associações semelhantes são observadas na Nova Zelândia, com a ANZS 4306, de 2005

(NEW ZEALAND STANDARD, 2005); no Canadá foi criada, em 2011, a Association des Inspecteurs en Batiments du Québec (ASSOCIATION DES INSPECTEURS EN BÂTIMENTS DU QUÉBEC, 2011). Na Austrália, no momento das transações imobiliárias é realizado um *checklist* da existência ou não de falhas e/ou anomalias nos imóveis (AUSTRALIAN STANDARD, 2007a; 2007b).

Observou-se que os acidentes nas edificações impulsionaram o surgimento de legislações e normativas em vários países. Quedas de elementos da fachada, marquises e janelas foram motivadoras para que os Estados Unidos, a Argentina e Hong Kong criassem normas de inspeção para esses elementos. Outros acidentes motivaram países como México, Bolívia e Brasil a formularem subsídios de manutenção predial.

Em 2013 foi feita a última revisão da norma *ASTM E 2270 Periodic Inspection of Building Facades for Unsafe Conditions*, que existe desde 2005. Ela descreve os procedimentos que os inspetores devem adotar durante a inspeção de fachadas e para a elaboração de laudos técnicos, bem como os critérios para que a normativa seja cumprida (AMERICAN SOCIETY FOR TESTING AND MATERIALS, 2013).

No México, o artigo 233 do *Reglamento de Construcciones para el Distrito Federal* alerta os responsáveis técnicos ou administrativos dos imóveis que devem comunicar aos órgãos competentes a ocorrência de alterações estruturais em razão de problemas como incêndios, terremotos, ventos e chuvas (MÉXICO, 1993).

Na Argentina, a legislação n. 257, que data de 1999 e foi regulamentada pelo Decreto 1233/00, também é voltada para os elementos da fachada e as atribuições dos profissionais competentes para a realização das inspeções periódicas (ARGENTINA, 1999).

Na Bolívia, o *Reglamento Boliviano de Construcción de Edificaciones* indica a necessidade de inspeções em todas as etapas construtivas em prédios públicos ou privados, desde a sua construção até a conservação com inspeções periódicas e também se aplica à manutenção e recuperação de edifícios históricos (ESTADO PLURINACIONAL DE BOLÍVIA, 2015).

O Quadro 3 sintetiza os manuais, normas e organizações internacionais, a partir de 1970, que tratam da inspeção predial como instrumento preventivo, detectivo ou de procedimentos de transações comerciais.

QUADRO 3

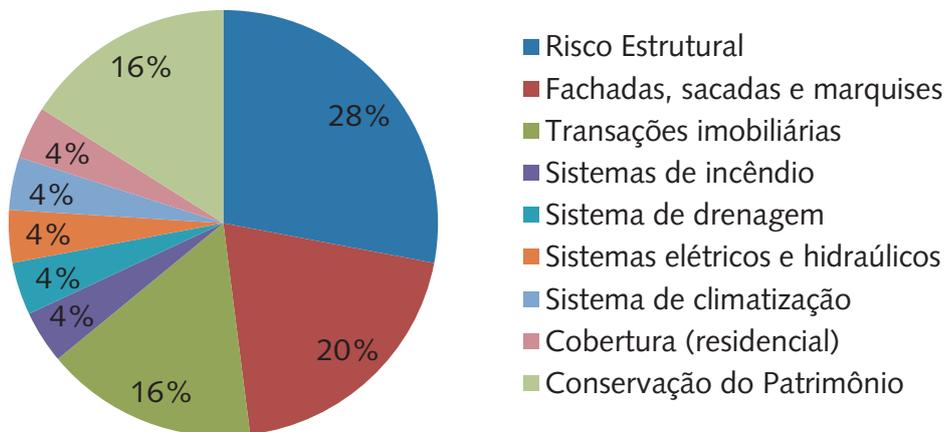
Normas/manuais e organizações internacionais a partir de 1970.  
Sendo:  
SE – Sistema estrutural  
FM – Fachadas e marquises  
TI – Transações imobiliárias  
SI – Sistemas de incêndio  
SD – Sistema de drenagem  
SEH – Sistema elétrico e hidráulico  
SC – Sistema de climatização  
CR – Cobertura residencial  
CP – Conservação do patrimônio  
Fonte: elaborado pelas autoras.

Normas/Manuais/Organizações	Ano	País	SE	FM	TI	SI	SD	SEH	SC	CR	CP
Monumentenwacht	1973	Holanda									
American Society of Home Inspectors – ASHI	1976	EUA									
Defect Action Sheet e Good Repair Guide	1982	Reino Unido									
1º Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios de Habitação realizado no LNEC	1985	Portugal									
Building Control Act	1989	Cingapura									
Monumentenwacht	1991	Bélgica									
Reglamento de Construcciones Federal – Artigo 233	1993	México									
AS 4349.1	1995	Austrália									
Lei n. 257/ decreto 1233/00	1999	Argentina									
MBIS – Mandatory Building Inspection Scheme	2003	Hong Kong (China)									
ASTM E 2270 Periodic Inspection of Building Facades for Unsafe Conditions	2005	EUA									
ANZS 4306	2005	Nova Zelândia									
Association des Inspecteurs en Batiments du Quebec – AIBQ	2011	Canadá									
Observatorio ITE Informe de Evaluación del Edificio Lei n. 8	2011	Espanha									
European Standard EN 16096	2012	Membros do CEN <sup>2</sup>									
Reglamento Boliviano de Construcción de Edificaciones	2013	Bolívia									

Ao se observar os tipos de elementos e motivações para a inspeção nas normas pesquisadas, os principais itens estão relacionados ao risco estrutural e à análise das fachadas, sacadas e marquises correspondem a 48% do total, seguido da obrigatoriedade para transações imobiliárias e atenção para a conservação do patrimônio ocorre (16% cada), enquanto para os sistemas de incêndio em 4% e os sistemas de drenagem, elétricos e hidráulicos e a cobertura totalizam 4% (Figura 2).

2. Os membros do CEN são os organismos nacionais de normalização da Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Antiga República Iugoslava da Macedônia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia e Reino Unido.

GRÁFICO 1  
Elementos e motivações para inspeções mais relevantes nas normas de inspeção.  
Fonte: elaborado pelas autoras.



## 2.2 Normativas nacionais

No Brasil, a última atualização da *Norma de manutenção de edificações*, *ABNT NBR 5674* (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2012) referenda como objetivo principal a verificação do desempenho dos sistemas e de seus componentes, buscando o prolongamento máximo da vida útil, e também por medidas de segurança para evitar que as construções entrem em colapso, definindo que a manutenção pode ser: corretiva, visando recuperar determinado dano; preventiva, para manter o desempenho das estruturas; preditiva ou detectiva, que acompanha através de instrumentação o desempenho da estrutura.

A inspeção predial definida na norma do Ibape (2012) segue uma metodologia com visão sistêmica, gerando uma lista de prioridades técnicas com orientações ou recomendações para a sua correção.

O Ibape afirma na norma de inspeção predial *ABNT NBR 5674/2012* a importância de uma vez por ano serem realizadas as inspeções em prédios com mais de 50 anos de vida. Esta norma também indica a realização periódica de inspeções prediais que leva à prevenção e recuperação de patologias, tais como: corrosão por ferrugem na armadura de ferro dos pilares, problemas no sistema de incêndio, trincas e rachaduras em paredes e pilares, desperdício de água, impermeabilização danificada em áreas molhadas, infiltrações, problemas de instalação, e encarecem os custos de energia, evitando acidentes por falta de manutenção nas mesmas, conforme a Tabela 1.

TABELA 1  
 Normativas que fundamentaram a norma de Inspeção Predial no Brasil.  
 Fonte: elaborado pelas autoras.

Ano	Norma	ABNT NBR
1977	Manutenção dos Edifícios	5677
1996	Perícias de Engenharia Civil	13752
1998	Manual de Uso de Operações Manutenção dos Edifícios	14037
1999	Conceito de Inspeção (X Cobraep)	–
2002	Norma de Inspeção Ibape (SP)	–
2011	Projeto de Lei do Senado 491	–
2012	Norma de Desempenho	15575
2014	Norma de Reforma das Edificações	16280
2020	Norma de Inspeção Predial	16747

A *Norma de inspeção predial* do Ibape (2012) abrange, de forma mais detalhada, questões de manutenção e, principalmente, o programa de manutenção, que contempla a inspeção predial, citando o conteúdo básico do laudo de inspeção, que deve conter: roteiro de vistorias dos sistemas, subsistemas, elementos, equipamentos e componentes da edificação; as formas de manifestações esperadas da degradação natural dos sistemas, conforme indicações do manual, e que resultem em risco à saúde e segurança dos usuários; as solicitações e as reclamações dos usuários ou dos proprietários. Determina ainda as diretrizes, os conceitos, as terminologias, as convenções, as notações, os critérios e os procedimentos que devem ser adotados para a sua execução.

Segundo as orientações do Ibape (2012), após a realização da inspeção predial é feito o reconhecimento das anomalias e das falhas e deve-se organizar uma lista, em ordem de prioridade, de execução das recomendações técnicas. Esse método é um dos mais assertivos na classificação das ocorrências para a verificação do grau de risco à segurança e à saúde dos usuários, ao meio ambiente e ao patrimônio.

Dentre os critérios sugeridos estão três modelos de avaliação: o nível de criticidade crítico (C, riscos graves à edificação e à saúde e segurança dos ocupantes), regular (R, perdas pontuais de desempenho de sistemas) e mínimo (M, pequenos danos sem grandes comprometimentos à estrutura); o método GUT (gravidade, urgência e tendência) e o método FMEA (utiliza uma escala de 1 a 10, em que 1 corresponde a baixo risco e 10 a risco severo).

A inspeção intrínseca, ou da construção predial, deve ser realizada em todos os sistemas construtivos, equipamentos e instalações logo após a conclusão da obra e no decorrer da vida útil, sugerindo-se periodicidade de dez anos (ABNT NBR 5674/2012) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2012). No caso das edificações históricas, a inspeção é extrínseca ou de manutenção e uso predial, devendo focar a gestão, planejamento, a operação da manutenção e a degradação gerada pelo uso e meio ambiente. Essas vertentes estão bem caracterizadas nos itens das normas de manutenção e desempenho da ABNT e pelos normativos dos órgãos de preservação do patrimônio histórico.

A Portaria n. 366/2018 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) dispõe sobre diretrizes a serem observadas em projetos de prevenção e combate ao incêndio e pânico em bens edificados tombados incluindo informes sobre saídas, iluminação e sinalização de emergência; sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA); orientações para a formação de brigada de incêndio; plano de emergência (ou intervenção); sistema de hidrantes internos e externos e de hidrantes públicos; compartimentação horizontal e compartimentação vertical; sistemas de detecção e alarme e de proteção por extintores de incêndio; sistema de proteção por chuveiros automáticos; sistema fixo de gases para combate a incêndio e inspeção visual das instalações elétricas (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2018).

Desse apanhado, observa-se que as normas de inspeção foram concebidas de forma genérica, diante da ocorrência de sinistros que resultaram em perdas patrimoniais e vítimas fatais. Atendem a uma necessidade prática de concepção preventiva e não foram pensadas com o foco em atender as especificidades das edificações históricas, mas principalmente para evitar danos às edificações em geral e às pessoas.

### 2.3 Considerações gerais sobre a inspeção predial e o patrimônio edificado

Apesar das diferentes formações e tempos, nota-se que, na gênese do pensamento preservacionista, tanto as teorias do restauro quanto algumas cartas patrimoniais indicam direta ou indiretamente cuidados com a prevenção e manutenção das estruturas históricas que se refletem desde a necessidade de

se elaborar estudos minuciosos das tecnologias e dos sistemas construtivos até as atitudes e cuidados para a manutenção e conservação preventiva. Essa atitude é essencialmente a principal motivação na segurança das edificações e a preservação da sua estrutura e seus acervos de bens integrados e móveis, reconhecidos ou não como bens culturais de interesse à preservação.

Não há dúvida que essas práticas, imbuídas de intenções associadas ao conhecimento e diagnóstico de patologias e processos de alteração nos bens culturais, foram fundamentais para uma atitude de cuidados preventivos que se assemelham às inspeções. Desta forma, podem ser classificadas como importantes contribuições para as análises e investigações dos monumentos, ainda que as normas de periciais técnicas desenvolvidas hoje na inspeção predial não sejam diretamente produzidas para esse fim.

Vale ressaltar que o entendimento de patrimônio cultural na atualidade é mais amplo e inclui os conhecimentos e os saberes intangíveis associados ao patrimônio imaterial e o papel direto da sociedade (MORENO-NAVARRO, 1999; MUÑOZ VIÑAS, 2021).

Na análise das normas de inspeção predial como instrumento na prevenção de sinistros em edificações históricas, observou-se que, em âmbito internacional, foram identificadas normas que tratam de segurança, conservação, manutenção, estabilidade e habitabilidade de edificações.

Modelos de inspeção predial com o objetivo de fornecer garantias na compra e na venda de imóveis e na necessidade de prevenção de acidentes, seja pela queda de elementos nas fachadas que atingiram transeuntes ou outros bens, seja para coibir desabamentos, incêndios e maiores perdas materiais e de vidas, casos em que há intensa comoção social. Alguns países, como Estados Unidos, Canadá e Nova Zelândia, possuem normativas segundo as quais as inspeções são ferramentas para negociação de imóveis (compra e venda), que podem ser consideradas como uma boa prática para garantir a segurança de uso dos bens em geral e, em particular, das edificações históricas.

No contexto brasileiro, observa-se uma preocupação maior com os sistemas construtivos atuais. Apesar de existirem órgãos de preservação que atribuem manuais para a conservação do patrimônio, como as normas da ABNT e do Ibape, são incompletas no quesito de inspeção, o que se torna um fator de entrave para a gestão de manutenção de prédios históricos.

Exceção ao Iphan, que emitiu uma portaria específica relativa à prevenção e ao combate ao incêndio e pânico em bens edificados tombados em âmbito federal, mas que pode servir de referência para outros bens de interesse cultural, ainda que não protegidos legalmente ou tombados em outras instâncias (estadual e municipal).

Por outro lado, a Associação Brasileira de Ensaio Não Destrutivo e Inspeção (ABRNDE) tem envidado esforços no sentido de constituir um Comitê Técnico Gestor na área de patrimônio cultural, qualificando diversos aspectos que apoiam os ensaios com importantes subsídios para normas futuras, sensíveis às especificidades do patrimônio edificado.

Desta forma, verifica-se a importância de técnicas analíticas combinadas à inspeção, pois essas auxiliam os diagnósticos de risco e suprem as necessidades não diagnosticadas de forma visual e/ou sensorial (ABNT NBR 16747/2020) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020), sendo de grande importância para as ações detectivas e preventivas, que são instrumentos facilitadores na preservação do patrimônio cultural.

### 3 CONCLUSÕES

A inspeção predial é fundamental como instrumento facilitador para a identificação de alterações nas edificações, atuando na constatação de grau de risco, verificando sistemas e seus elementos construtivos.

Na análise do pensamento preservacionista, de maneira direta ou indireta percebe-se que os teóricos do restauro e suas práticas apontam caminhos para a documentação e a avaliação das condições de preservação. Nas cartas patrimoniais, pode-se também observar a preocupação nos direcionamentos de como conservar e manter os edifícios históricos.

Em relação às normas de inspeção, elas variam entre os países, não havendo unidade em âmbito internacional neste quesito importante de análise e de acompanhamento das edificações de forma preventiva. Isso também se reflete quanto à atenção às edificações caracterizadas como de interesse à preservação. Das 16 normas, observou-se que o modelo do Monumentenwacht, aceito em vários países da Europa, tem abrangência satisfatória na conservação do patrimônio edificado.

No Brasil, não foram identificadas normas de inspeção que atendam especificamente o patrimônio cultural edificado, entretanto, a *Portaria*

n. 366/2018 do Iphan, que trata de instruir e guiar os projetos de prevenção e combate ao incêndio e pânico, se configura como um passo importante para o aperfeiçoamento de normas de inspeção que atentem para as especificidades das edificações históricas. Atualmente, a norma de inspeção padroniza os parâmetros mínimos da inspeção predial e tem força de lei, contudo, seria importante instituir uma lei de inspeção nacional sensível aos bens culturais.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN SOCIETY OF HOME INSPECTORS. *ASHI*. Disponível em: <http://www.homeinspector.org>. Acesso em: 10 abr. 2020.

AMERICAN SOCIETY FOR TESTING AND MATERIALS. *ASTM E2270*. Standard Practice for Periodic Inspection of Building Facades for Unsafe Conditions. United States, 2013.

APPELBAUM, Bárbara. *Metodologia do tratamento de conservação*. Coordenação Mariana Gaelzer Wertheimer; tradução Karina Saraiva Schöder. Porto Alegre, 2017.

ARGENTINA. Decreto nº 1233 de 28 de julio de 2000. Disponível em: <https://boletinoficial.buenosaires.gob.ar/normativaba/norma/7793>. Acesso em: 18 mar. 2020.

ARGENTINA. Lei n. 257, de 30 de septiembre de 1999. Disponível em: <https://admsch.com.ar/pdfs/LEY%20257.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 5674*: manutenção de edificação: requisitos para o sistema de gestão de manutenção. Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14653-1*: avaliação de bens. Rio de Janeiro, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 16747*: inspeção predial – diretrizes, conceitos. Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIATION DES INSPECTEURS EN BÂTIMENTS DU QUÉBEC. *AIBQ*: Norme de pratique professionnelle pour l’inspection visuelle de bâtiments principalement résidentiels, 2011.

AUSTRALIAN STANDARD. *AS 4349.0*: inspection of buildings Part 0: general Requirements. Sydney, 2007a.

AUSTRALIAN STANDARD. *AS 4349.1*: Inspection of buildings Part 1: Pre-purchase inspections – Residential buildings. Sydney, 2007a.

BOITO, C. *Os restauradores*. Cotia: Ateliê, 2008.

BRANDI, C. *Teoria da restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2004.

BUILDINGS DEPARTMENT. *Mandatory Window Inspection Scheme (MWIS)*. Disponível em: <https://www.bd.gov.hk/en/safety-inspection/mwis/index.html>. Acesso em: 7 dez. 2023.

CARVALHO, C. R. Conservação preventiva em museus casas históricas: reduzindo os riscos para o patrimônio da Fundação Casa de Rui Barbosa. *Pós*, São Paulo, v. 20, n. 33, p. 250-321, jun. 2013.

CARVALHO, C. R. Conservação preventiva de edifícios e sítios históricos: pesquisa e prática. *Revista CPC*, São Paulo, n. 18, p. 141-153, 2014. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.voi18p141-153. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/88655>. Acesso em: 7 dez. 2023.

CARTAS patrimoniais. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 5 mar. 2020.

CECCHI, R.; GASPAROLI, P. *Preventive and planned maintenance of protected buildings: methodological tools for the development of inspection activities and maintenance plans*. Florença: Alinea International, 2012.

CHAN, Daniel W. M.; HUNG, Henry T. W.; CHAN, Albert P. C.; LO, Tony K. K. Overview of the development and implementation of the mandatory building inspection scheme (MBIS) in Hong Kong. *Built Environment Project and Asset Management*, v. 4, n. 1, p. 71-89, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/BEPAM-07-2012-00>. Acesso em: 30 set. 2020.

ESPAÑA. *Real Decreto-ley de 7 de Julio de 2011*. Madrid, ES, 2011. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/rdl/2011/07/01/8>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLÍVIA. *Guía boliviana de construcción de edificaciones*. 2015. Disponível em: [https://www.oopp.gob.bo/wp-content/uploads/2020/antiguos/Gu%C3%ADa\\_Boliviana\\_de\\_construcci%C3%B3n\\_de\\_edificaciones.pdf](https://www.oopp.gob.bo/wp-content/uploads/2020/antiguos/Gu%C3%ADa_Boliviana_de_construcci%C3%B3n_de_edificaciones.pdf). Acesso em: 7 dez. 2023.

EUROPEAN STANDARDS. *CSN EN 16096: Conservation of cultural property: Condition survey and report of built cultural heritage*. 2013. Disponível em: <https://www.en-standard.eu/csn-en-16096-conservation-of-cultural-property-condition-survey-and-report-of-built-cultural-heritage/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GIOVANONNI, Gustavo. *Textos escolhidos*. Cotia: Ateliê, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA DE SÃO PAULO. *Glossário de terminologia básica aplicável à Engenharia de Avaliações e Perícias*, 2002. Disponível em: <https://ibape-nacional.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2013/06/glossario-de-terminologia.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA DE SÃO PAULO. *Norma de inspeção predial*, 2012. Disponível em: <https://www.ibape-sp.org.br/adm/upload/uploads/1636384839-NORMA%20DE%20INSPECAO%20PREDIAL%202021.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 366, de 04 de setembro de 2018*. Dispõe sobre diretrizes a serem observadas para projetos de prevenção e combate ao incêndio e pânico em bens edificados tombados. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria\\_n\\_3662018\\_\\_incendios.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_n_3662018__incendios.pdf). Acesso em: 30 set 2021.

KLÜPPEL, Griselda Pinheiro; SANTANA, Mariely Cabral de. *Manual de conservação preventiva para edificações*. Brasília: Programa Monumenta, 2000.

KÜHL, B. M. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico, parte 2. *Revista CPC*, São Paulo, n. 3, p.110-144, 2007.

MÉXICO. *Reglamento de Construcciones para el Distrito Federal*. Asamblea Legislativa Del Distrito Federal, 1993. Disponível em: [http://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://paot.org.mx/centro/reglamentos/df/pdf/2018/RGTO\\_CONS\\_15\\_12\\_2017.pdf](http://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://paot.org.mx/centro/reglamentos/df/pdf/2018/RGTO_CONS_15_12_2017.pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.

MONUMENTSWATCH. 2020. Disponível em: <https://www.wmf.org/2020watch>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MORENO-NAVARRO, A. G. *La Restauración: método SCCM de restauración monumental*. Barcelona, 1999.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Teoria contemporânea da restauração*. Trad. de Flávio L. Carsalade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Teoría Contemporánea de la Restauración*. Madri: Editorial Síntesis, 2003.

NEW ZEALAND STANDARD. *NZS 4306:2005 Residential Property Inspection*. Nova Zelândia, 2005.

PINHEIRO, Marcos José de Araújo; LOURENÇO, Bettina Collaro Goerlich de; DUARTE, Maria Cristina Coelho; FRANQUEIRA, Márcia Lopes; LOPES, Débora S. *Metodologia e tecnologia na área de manutenção e conservação de bens edificado: o caso do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

RIEGL, A. *O culto moderno dos monumentos*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RUSKIN, J. *A lâmpada da memória*. Cotia: Ateliê, 2008.

SINGAPORE. *Building Control Act*. Disponível em: [http://www.bca.gov.sg/BuildingControlAct/others/building\\_control\\_act.pdf](http://www.bca.gov.sg/BuildingControlAct/others/building_control_act.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

SINISTRO. *In: DICIO*, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sinistro/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. Plano de gestão da conservação para edificações de valor cultural. *Revista CPC*, São Paulo, n. 17, p. 94-107, 2013. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.voi17p94-107. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/69156>. Acesso em: 7 dez. 2023.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Cotia: Ateliê, 2000.

WU, M.; VAN LAAR, B. The Monumentenwacht model for preventive conservation of built heritage: a case study of Monumentenwacht Vlaanderen in Belgium, *Frontiers of Architectural Research*, v. 10, n. 1, p. 92-107, march 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.foar.2020.07.007>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S209526352030056X>. Acesso em: 7 dez. 2023.



# MUSEU NACIONAL:

ENTRE A RUÍNA E O RESTAURO

**RENAN DA SILVA SANTANA**, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, SEROPÉDICA, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Pesquisas em Expressão, Representação e Análise da Forma em Arquitetura e Urbanismo. Bolsista de Iniciação Científica nas pesquisas Leituras comparadas sobre a modernidade arquitetônica brasileira; As narrativas visuais do painel de azulejaria do antigo refeitório da Universidade Rural.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-6560-8151>

E-mail: [renansantanna1@live.com](mailto:renansantanna1@live.com)

**HELIO HERBST**, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, SEROPÉDICA, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Professor associado e pesquisador na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Arquiteto e urbanista, mestre e doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Bacharel em Filosofia pela UNIRIO. Líder do Grupo de Pesquisas em Expressão, Representação e Análise da Forma em Arquitetura e Urbanismo. Membro dos grupos Núcleo de Patrimônio, Arquitetura e Memória Fluminense (IM/UFRRJ), Museu/Patrimônio (FAU USP) e LabLugares (PROARQ/UFRJ). Pós-doutor pela FAU USP e pelo Instituto Universitário de Lisboa.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2274-840X>

E-mail: [helioherbst@ufrj.br](mailto:helioherbst@ufrj.br)

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i36p210-238>

**RECEBIDO**

04/07/2023

**APROVADO**

07/12/2023

## MUSEU NACIONAL: ENTRE A RUÍNA E O RESTAURO

RENAN DA SILVA SANTANA, HELIO HERBST

### RESUMO

O presente artigo objetiva analisar as propostas arquitetônicas premiadas no concurso de projetos Museu Nacional Vive, organizado em 2020 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para recompor a edificação após o incêndio ocorrido em setembro de 2018. A análise das respostas dadas ao problema da restauração do edifício histórico, assim como as sugestões expressas no edital do concurso, tem como foco identificar em que grau essas soluções valem-se do repertório do campo patrimonial, observadas as necessidades contemporâneas e a legibilidade na salvaguarda do bem cultural em debate. Portanto, os questionamentos que emergem à superfície das análises são evidenciados pelas perguntas: O Museu Nacional/UFRJ é uma ruína? O que expressam as soluções de projeto apresentadas no concurso? De que modo os valores patrimoniais são entendidos como indissociáveis das manifestações culturais, singulares em suas características próprias, dos valores de memória coletivos e, portanto, dos sentidos intangíveis que guardam o patrimônio? Com base nessas indagações, pretende-se lançar luz sobre a restauração de um monumento que carrega as contribuições humanas de diferentes épocas da formação da identidade nacional, bem como de sua função científica enquanto sede do Museu Nacional, primeira instituição desse caráter no país.

### PALAVRAS-CHAVE

Projeto de arquitetura. Patrimônio arquitetônico. Museu Nacional.

## NATIONAL MUSEUM: BETWEEN RUIN AND RESTORATION

RENAN DA SILVA SANTANA, HELIO HERBST

### ABSTRACT

This article aims to analyze the architectural proposals awarded in the *Museu Nacional Vive* project competition, organized in 2020 by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) and the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) to recompose the building after the fire that occurred in September 2018. The analysis of the responses given to the problem of restoring the historic building, as well as the suggestions expressed in the competition notice, focuses on identifying to what degree those solutions draw on the repertoire of the heritage field, observing contemporary needs and legibility in safeguarding the cultural asset under debate. The questions, therefore, that emerge on the surface of the analyzes are highlighted by the questions: Is the National Museum/UFRJ a ruin? What do the project solutions presented in the competition express? How are heritage values understood as inseparable from cultural manifestations, unique in their own characteristics, from collective memory values and, therefore, from the intangible meanings that preserve heritage? Based on these questions, we intend to shed light on the restoration of a monument that carries human contributions from different periods in the formation of the national identity, as well as its scientific function as the headquarters of the National Museum, the first institution of this nature in the country.

### KEYWORDS

Architectural project. Architectural heritage. National Museum.

## 1 INTRODUÇÃO

A investigação das propostas arquitetônicas premiadas no concurso de restauro do Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)<sup>1</sup> empenha-se na tentativa de compreender quais diretrizes os autores tomaram como base para a concepção dos projetos, observando-se o alinhamento dessas prerrogativas com os princípios do restauro crítico-conservativo.<sup>2</sup> Para tanto, em respeito aos limites deste artigo, pretendemos examinar os conceitos de autenticidade e curetagem, na acepção cunhada em diferentes documentos patrimoniais e mais particularmente abordados, respectivamente, por Cesare Brandi (2019 [1963]) e por Françoise Choay (2017 [1992]). Desse modo, este artigo objetiva discutir as práticas utilizadas para a elaboração da proposta de intervenção do patrimônio cultural.

1. O Museu Nacional é uma instituição autônoma, integrante do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculada ao Ministério da Educação, que completou 200 anos em 2018. Ver: <https://www.museunacional.ufrj.br/index.html>.

2. De acordo com Beatriz Kühl (2010, p.314), na contemporaneidade coexistem duas vertentes de restauro: a conservação integral e a vertente crítico-conservativa. A primeira delas, herdeira do restauro crítico, “entende a obra como um documento histórico a ser respeitado em todos os seus estratos”, não admitindo adição e/ou remoção de elementos. Na vertente crítico-conservativa, adições e/ou remoções devem ser justificadas com base no pensamento crítico e científico da própria época, para que não seja opinião arbitrária, tendo-se consciência de sua pertinência relativa a um dado presente histórico.

A existência de diversas temporalidades e, conseqüentemente, das múltiplas contribuições humanas que emanam do edifício, apresenta-se, antes de tudo, como um dos elementos de maior complexidade no julgamento dos projetos, visto que a importância histórica e os valores atribuídos ao monumento que abriga a instituição científica pode, por vezes, ser substituída pela recordação do Palácio Imperial, obra do ecletismo classicizante<sup>3</sup> do século XIX, e da qual alguns vestígios não alcançaram o presente. Portanto, observar os critérios adotados no restauro do Museu Nacional requer um cuidadoso estudo das manifestações formais do edifício, em momentos diversos, assim como ele se apresenta no tempo atual, a partir da documentação e dos registros históricos confiáveis e da inclusão de demandas de seus frequentadores na etapa de elaboração das premissas do projeto de restauro.

O reconhecimento da presença da mão do arquiteto na obra de intervenção no edifício histórico é ponto amplamente debatido por teóricos da disciplina. No século XIX, John Ruskin adota uma postura anti-intervencionista, em contraposição ao seu contemporâneo Viollet-le-Duc, justificada por uma atitude que procura sentido na preservação preventiva do patrimônio às ações de restauro propriamente ditas. A noção de autenticidade, para Ruskin, está intrinsecamente associada à imutabilidade da matéria original da obra. No entendimento de Viollet-le-Duc, vincula-se à busca do modelo ideal, sobrepondo-se ao respeito pela originalidade do projeto e da edificação. Camilo Boito, no último quartel do século XIX, entende como legítimas as ações de intervenção, desde que sejam distintas das partes originais do edifício, em termos formais e técnicos, de modo a não comprometer a autenticidade da obra.

Conforme assinala Flaviana Lira (2009, p. 91), Cesare Brandi amplia a compreensão da questão ao relativizar a concepção de verdade em relação à obra e ao restauro com a publicação da *Teoria da restauração* (1963). O livro, equivocadamente visto como um manual ou mera compilação de textos (KÜHL, 2023, p. 7), empenha-se em fundamentar, do ponto de vista teórico, princípios de restauro operacionalmente válidos, pautados no entendimento

3. Segundo Rocha Peixoto (*apud* CZAJKOWSKI, 2000, p.13), o ecletismo classicizante é caracterizado pela arquitetura acadêmica pós-neoclássica, praticada entre os anos 1870 e 1940. O ecletismo atribuiu à linguagem neoclássica maior dramaticidade, sendo possível verificar o aumento da carga decorativa nas composições do período.

da obra de arte, em sua dimensão estética e histórica. Neste processo, Brandi (2004, p. 99) considera que a obra de arte deve ser examinada, em primeiro lugar, em relação à eficiência da imagem que nela se concretiza e, em segundo lugar, em relação ao estado de conservação das matérias de que é feita. Com base nesse duplo entendimento, filológico e científico, Brandi considera ser possível aferir autenticidade às ações de restauro.

Em 1964 é elaborada a *Carta de Veneza*,<sup>4</sup> que reafirma uma autenticidade consciente dos valores humanos e de suas tradições, enfatizando a salvaguarda do patrimônio fundamentado em seus aspectos materiais. O conceito é reformulado durante a *Conferência de Nara*, de 1994, defendendo-se a ideia de que tal autenticidade não se aplica somente a obras monumentais. Além disso, o documento assinala que o próprio conceito se modifica no decorrer do tempo, assim como os valores a ele atribuídos em diferentes contextos, afastando assim qualquer possibilidade de se formular julgamentos a partir de critérios fixos.

Conforme salienta Cristiane Souza Gonçalves (2016) na revisão proposta pelo *Operational Guidelines*, elaborado pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco em 2005, a lista de atributos relativos à autenticidade passa a incluir questões relacionadas à “forma, essência, uso, função, tradições, técnicas, sistemas de gestão, lugares, linguagem, formas do patrimônio imaterial, espírito e sentimentos, entre outros”.

Cumprе salientar que, em relação ao objeto de estudos do presente artigo, a significativa destruição do Museu Nacional provocada pelo grande incêndio (Figura 1) ocorrido em 2018 reduziu seu interior a escombros, enquanto a caixa mural permaneceu preservada. A recomposição dos espaços internos do edifício sugere, portanto, ações que não se restringem à mera reconstrução de elementos arquitetônicos acidentados, admitindo-se a intervenção contemporânea como forma de resgate de uma materialidade previamente conhecida. Nesse contexto, as hipóteses acerca da metodologia a ser adotada podem enveredar por caminhos distintos, uma vez que o campo da conservação e do restauro não se baseia em regras universais. Cabe, entretanto, ao arquiteto restaurador reconhecer os limites e as potencialidades oferecidos pelo próprio monumento a fim de que a intervenção se estabeleça como elemento

4. Maiores informações sobre a Carta de Veneza e sobre outros relevantes documentos patrimoniais podem ser encontrados em: CURY, Isabelle. *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura-Iphan, 2004.

harmônico ao conjunto preexistente, pautando-se pelos princípios da mínima intervenção, compatibilidade de técnica e materiais, distinguibilidade da ação contemporânea e pela reversibilidade, que mais recentemente tem sido postulada como retrabalhabilidade, conforme salienta Beatriz Kühl (2010, p. 313).

FIGURA 1

Incêndio no Museu Nacional, em 2 de setembro de 2018.  
Crédito: Felipe Milanez, 2018.  
Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fire\\_-\\_Museu\\_Nacional\\_06.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fire_-_Museu_Nacional_06.jpg).  
Acesso em: 11 jun. 2023.



A consciência da autenticidade deve ser postulada a partir do reconhecimento das características formais do edifício, fundamentadas nos elementos remanescentes e nos documentos confiáveis e em seus aspectos intangíveis, organizados de maneira coerente, a fim de evocar imagens facilmente identificadas pela memória dos visitantes e funcionários do Museu. Neste raciocínio, o restauro deve respeitar as fases pelas quais passou a obra e as marcas deixadas no próprio transcurso no tempo, sem pretender reconstituir o edifício tal como se apresentava antes do sinistro.

Isso não significa que as marcas do incêndio devam se sobrepôr à imagem do edifício. Nesta condição, a prática do restauro pode resvalar no princípio de curetagem postulado por Françoise Choay (2017 [1992]), na medida em que a conservação da caixa mural do edifício estabelece uma desconexão com o seu interior. Na concepção da autora, esse procedimento

é inadmissível, pois se resume ao esvaziamento dos ambientes internos, em favor de um novo projeto arquitetônico que rompe com as soluções formais do edifício preexistente. Para Choay (2017, p.225), “o sentido se constrói na contiguidade, com base na diferença, mas desde que a justaposição dos signos se converta em articulação”.

A análise dos projetos de restauração do antigo Paço de São Cristóvão é sustentada pelo método exploratório, que consiste na realização de estudos para familiarização do pesquisador com o objeto selecionado, orientando a formulação de hipóteses não necessariamente conclusivas (CERVO; BEVIAN; SILVA, 2007). A realização da investigação obedeceu às seguintes etapas: 1) coleta e processamento de informações relacionadas ao Paço de São Cristóvão, ao edital do Concurso de Arquitetura e Restauro do Museu Nacional/UFRJ e aos projetos arquitetônicos apresentados, por meio de consultas na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, no Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Sistema Eletrônico de Informação do Iphan, superintendência do Rio de Janeiro, portais eletrônicos, e por meio de registros realizados na Quinta da Boa Vista (parque municipal no Bairro Imperial de São Cristóvão, Rio de Janeiro, onde se encontra o Museu Nacional); 2) análise dos projetos submetidos ao concurso com base na fortuna crítica sobre a Teoria da Restauração e Conservação, especialmente a partir dos conceitos e autores supramencionados.

## 2 O CONCURSO PARA A RESTAURAÇÃO DO MUSEU NACIONAL

Desde 2020, o projeto de restauração do antigo Paço de São Cristóvão é uma ação de cooperação técnica estabelecida entre Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Instituto Cultural Vale, instituições reunidas no Projeto Museu Nacional Vive com aporte técnico do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil) e do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). As ações de recuperação abrangem o conjunto arquitetônico consolidado pelo edifício-monumento, pelos jardins históricos (Jardim das Princesas, Pátio do Chafariz e Terraço-jardim) e pelo edifício anexo, este último resultado de intervenção posterior à década de 1950.

Ante a escala e complexidade do edifício-monumento, o projeto de restauro foi dividido em etapas. A primeira delas foi iniciada logo após o incêndio,

em 2018, compreendendo obras emergenciais de proteção aos bens integrados com ações de higienização e pré-consolidação dos elementos artísticos e ornamentais sobreviventes às chamas. Na etapa seguinte, deu-se início aos trabalhos de restauração das fachadas e coberturas do Museu, consolidando alvenarias, vãos das portas e janelas, ferragens e gradis remanescentes, sendo também confeccionadas esquadrias e reconstruída a cobertura em estrutura metálica, respeitando-se as características formais anteriores ao sinistro.

O concurso de projetos para o restauro do Museu Nacional (2020) se inscreve, nesse contexto, como um dos principais momentos na salvaguarda do edifício. De acordo com diretrizes e orientações previamente reunidas em edital, os escritórios de arquitetura apresentaram suas próprias soluções à intervenção no patrimônio. Para que as respostas dadas pelos arquitetos possam ser analisadas a partir de múltiplos pontos de vista, torna-se indispensável examinar as premissas e os critérios sugeridos pelo edital do concurso disponibilizado pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a partir do processo de número 01410.000073/2009-89.

O segundo parágrafo do segundo tópico do ofício n. 629/2019, elaborado pelo Gabinete da Presidência do Iphan (IPHAN, 2019) define as seguintes premissas para intervenção do edifício do Paço de São Cristóvão/ Museu Nacional:

É necessário desenvolver o projeto de intervenção e adaptação do Museu Nacional com base em diagnóstico de estado de conservação atualizado, em levantamentos precisos da edificação pós incêndio e em programa de necessidades que derive de Plano Museológico e Conceito Museográfico;

Como regra geral, novas intervenções serão aceitas, desde que justificadas e que agreguem valor ao edifício;

A volumetria do prédio deverá ser reestabelecida;

As fachadas deverão ser restauradas;

As esquadrias externas (quando não possível ou indicado o restauro) deverão reproduzir a leitura dos originais (especial atenção deverá ser dada a restauração das portas do pavimento térreo da fachada principal);

Os Blocos 1 e 2 são aqueles com uma maior quantidade de ambientes com elementos decorativos com importância para serem consolidados e/ou restaurados, portanto, requerem maior atenção e cuidado;

*Os elementos arquitetônicos acidentados poderão ser estabilizados, consolidados e explorados, de maneira que a tragédia recente seja incorporada à narrativa histórica da edificação;*

Todo e qualquer elemento remanescente da decoração dos ambientes do Bloco 1 e 2, caso não restaurados, deverão ser consolidados e cuidadosamente removidos para que se tornem peças do acervo do Paço de São Cristóvão.

Os Blocos 3 e 4 são passíveis de maior intervenção interna, sendo conveniente concentrar as circulações verticais e os sanitários nestes blocos;

No Bloco 4 deverá ser dada atenção especial a área da antiga Capela, cuja espacialidade (pé direito duplo) e arco cruzeiro devem ser arquitetonicamente explorados;

Nos Blocos 1, 2 e 3 impõe-se a recolocação das coberturas com telhas planas de cerâmica conforme situação anterior ao incêndio;

A escadaria monumental do pátio principal (Bloco 1) deve ser restaurada;

*O pátio principal (Bloco 1) e os dois secundários (Bloco 4) poderão receber coberturas novas, com estruturas que não concorram com as demais coberturas dos blocos;*

Os suportes das coberturas e das novas lajes deverão ser estudados de modo a evitar sobrecarga nas estruturas que demandem reforços de grande monta;

O anexo existente deverá ser totalmente remodelado, destinando o prédio a áreas de apoio ao museu.

(grifos dos autores)

As premissas supramencionadas indicam a preocupação dos órgãos públicos envolvidos no concurso coordenado pelo Iphan para a salvaguarda dos elementos históricos remanescentes, apontando-se a possibilidade de acréscimos e/ou remoções. Por outro lado, não estabelecem critérios claros para as manifestações contemporâneas e nem exploram a escala da consolidação das marcas do incêndio na matéria do edifício, sugerida como hipótese de restauro a ser seguida ou não pelos autores dos projetos. As recomendações gerais do concurso, entretanto, exercem significativa influência nas respostas dadas pelos arquitetos, conforme veremos mais adiante.

As diretrizes do Concurso são, portanto, as bases norteadoras das propostas arquitetônicas desenvolvidas pelos arquitetos. A partir dos princípios adotados pelo edital, é possível delinear dois aspectos relevantes às análises dos projetos: 1) os desdobramentos da intervenção arquitetônica contemporânea no monumento histórico e 2) o tratamento conceitual e teórico dado à matéria arruinada do edifício. Em vista desses aspectos, é possível identificar de qual maneira as proposições arquitetônicas seguem as premissas sugeridas pelo edital e de que maneira podem ser vistas à luz dos conceitos de autenticidade e curetagem, mencionados anteriormente.

A investigação dos projetos pode ser vista como uma ação histórico-crítica, fundamentada no restauro crítico, vertente defendida por Cesari Brandi (2019, p. 12), que compreende a intervenção como ato singular e individual a cada obra de arte, não respondendo a dogmas preestabelecidos, mas nem por isso constituindo-se em atitude arbitrária. A própria edificação fornece, nesse sentido, as respostas necessárias ao partido que o arquiteto pode adotar em sua restauração, precedido, em todos os casos, da pesquisa científica, da consulta aos documentos confiáveis e do respeito aos vestígios materiais e imateriais remanescentes do edifício assim como se apresentam no presente. Em última instância, não havendo uma bula de procedimentos e de metodologias a serem empregados em intervenções nos monumentos históricos, o que podemos questionar a esse respeito é em que grau as manifestações contemporâneas espelham premissas do campo científico, com fins de salvaguardar a legibilidade, os parâmetros tangíveis e intangíveis e a transmissão de suas qualidades às gerações posteriores.

A autenticidade, compreendida a partir das diretrizes da conservação do patrimônio presentes na *Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo*, conferência do Icomos, Cidade do México, 1999, complementares à *Carta de Veneza*, 1964, explicita que a preservação da autenticidade inerente ao patrimônio cultural é condicionada pela preservação da coerência das manifestações de sua linguagem arquitetônica, de seus aspectos e textura, bem como de sua forma original. A autenticidade, vista sob o prisma desse documento, indica que a conservação e a preservação dos monumentos culturais dependem da interpretação dos valores culturais emanados pelas comunidades ou por sua memória coletiva (CORREIA; LOPES, 2014).

A coleta dos dados referentes aos projetos apresentados pelos escritórios participantes do concurso foi feita a partir de pesquisa realizada nas plataformas digitais disponibilizadas pelos autores. Cabe ressaltar que a análise das propostas fez uso dessas informações para investigar critérios e decisões projetuais tomadas pelos arquitetos. Assim, as propostas não se encontram armazenadas em um único sítio da internet, nem tampouco podem ser consultadas em uma publicação física. Some-se ainda o divergente material disponibilizado pelos portais dos escritórios concorrentes, em termos de soluções gráficas e textuais, fato a dificultar a análise comparativa dos projetos.

A pesquisa dos registros gráficos e textuais das proposições e a recepção dos projetos premiados nos portais de informação têm, por fim, o propósito de agrupá-los em um único documento, tarefa que surpreendentemente parece não ter sido elaborada. No presente artigo, a análise dos projetos não está organizada por ordem de premiação, muito embora seja destacada a proposta vencedora.

Foram, portanto, examinados quatro projetos: 1) o primeiro deles foi elaborado pelos coletivos SIAA+HAASA, reunidos pelo escritório SIAA e colaboradores multidisciplinares, sediados na cidade de São Paulo; 2) a segunda proposta apresentada é assinada por Gustavo Penna Arquiteto e Associados, em colaboração com os escritórios mineiros Plano Livre e Gema Arquitetura; 3) o terceiro projeto foi desenvolvido pelo Studio MK27, sediado na capital paulista; 4) o último deles resulta da associação entre o estúdio paulistano H+F Arquitetos e o escritório carioca Atelier de Arquitetura e Desenho Urbano, vencedores do concurso, com proposta amplamente divulgada nos meios de comunicação.

### 3 PROJETOS APRESENTADOS AO CONCURSO

#### 3.1 Projeto por SIAA+HAASA

A proposta dos escritórios associados SIAA e HAASA encontra-se sintetizada no portal do estúdio SIAA,<sup>5</sup> que reúne peças gráficas fundamentais à compreensão das soluções arquitetônicas. Os autores fazem uso de

5. A proposta desenvolvida e apresentada pelos escritórios associados SIAA+HAASA pode ser encontrada em: <https://siao.arq.br/projeto/museu-nacional/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

diagramas isométricos “explodidos” para indicar sistemas construtivos e estruturais, fluxos e percursos, aspectos bioclimáticos e a setorização pretendida para o Museu. Os elementos gráficos estão representados de modo claro e acessível, o que contribui para o entendimento das intenções do projeto para o público não iniciado.

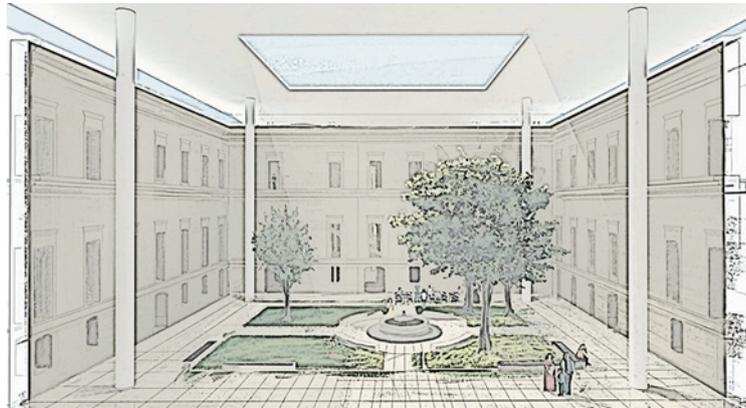
Sobre as premissas do restauro do edifício, o projeto é norteado pela diferenciação entre o novo e o antigo, ancorando-se em ações de consolidação da ruína como marco da trajetória arquitetônica do edifício-monumento. Diante dessa premissa conceitual, pode-se interpretar que a perpetuação da imagem da matéria arruinada se estabelece não somente a partir da intenção de sua valorização enquanto tal, mas entendida como elemento de fundo à intervenção contemporânea, que não pretende resgatar uma unidade anterior ou original ao edifício, mas busca conceber uma nova espacialidade e morfologia ao patrimônio cultural restaurado.

O contraste entre preexistência e contemporaneidade ocorre por meio da distinção entre a caixa mural do edifício e a nova estrutura destinada a sustentar os novos pavimentos, erguida de forma independente às alvenarias remanescentes. A relação de autonomia estabelecida entre alvenarias e estrutura autoportante sugere a ideia de que a matéria degradada dos ambientes internos pode ser observada pelo usuário como um objeto de arte em si, ou ainda, possivelmente, como a marca identitária do monumento.

Em congruência com as possibilidades de intervenção sugeridas pelo edital do concurso, os arquitetos propõem um grande plano de cobertura para os pátios internos, sustentados por robustos pilares que não interceptam o edifício preexistente (Figura 2). Para tanto, a cobertura parcialmente vazada é dividida em três segmentos unidos visualmente por uma mesma materialidade, elevando-se a poucos metros acima do pátio interno, a fim de não alterar significativamente a volumetria do monumento. Ainda que a adição desse elemento contemporâneo se mantenha imperceptível na paisagem, na dimensão interna se materializa de maneira inequívoca como uma peça dissonante à linguagem formal do edifício histórico.

FIGURA 2

Perspectiva do pátio central com nova cobertura. Fonte: elaborado pelos autores com base em perspectiva eletrônica disponibilizada em: <https://siaa.arq.br/projeto/museu-nacional/>. Acesso em: 20 nov. 2023.



A *Carta de Cracóvia* (2000),<sup>6</sup> sob as premissas de preservação do patrimônio, sugere que a incorporação de novos componentes arquitetônicos deve ser realizada nos casos em que estes se mostrem indispensáveis ao bom funcionamento do edifício e sua adaptação às demandas contemporâneas. Analisados a partir dessa recomendação, os acréscimos são aceitos na medida em que estejam de acordo com as diversas partes que compõem o edifício em termos formais e construtivos. Diante disto, a proposição dos planos de cobertura pelos arquitetos diverge dos princípios do restauro sugeridos pelo documento citado, visto que sua funcionalidade não se evidencia como imprescindível à restauração da linguagem formal e da funcionalidade do Museu Nacional.

Em busca do fortalecimento da intervenção como ação do presente, a espacialidade interna é reorganizada por meio de lajes suspensas por estruturas metálicas independentes. Os diferentes níveis do edifício são reconectados por sete eixos de circulações verticais. Com o intuito de promover maior acessibilidade, toda a área do piso térreo é nivelada. Nos blocos laterais 2 e 3, são implantadas prumadas de circulação vertical que se conectam com o Jardim das Princesas na ala sul e, ao norte, com o Edifício Anexo, por meio de pavimentos subterrâneos, garantindo assim acessibilidade universal a todas as áreas públicas do edifício-monumento.

6. Para maiores informações sobre a *Carta de Cracóvia*, ver: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/42%20Carta%20de%20Crac%C3%B3via%202000.pdf>.

A reorganização da espacialidade interna e a redistribuição dos fluxos do edifício sugerem a adoção de soluções não necessariamente vinculadas à memória coletiva. Nesse raciocínio, a intervenção corre o risco de ser interpretada como mero fachadismo, entendido como solução em que se observa a demolição sistemática do interior de antigos edifícios e sua substituição por novas construções caracterizadas por profundas mudanças tipológicas, volumétricas, estruturais e construtivas (AGUIAR, 1999, p. 12).

O raciocínio de Brandi, fundamentado no restauro como ato histórico-crítico, propõe que a natureza tipológica do edifício oferece, em grande parte dos casos, os instrumentos necessários aos princípios que devem ser adotados no projeto de restauro, sendo responsabilidade do arquiteto restaurador refletir sobre a metodologia a ser empregada. Em convergência a esse pensamento, a *Conferência de Nara (1994)*<sup>7</sup> sugere que a análise quanto à autenticidade deve estar acompanhada de extensa pesquisa, incluindo-se aspectos sobre forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos.

Por fim, o projeto apresentado pelos escritórios SIAA+HAASA indica possíveis ações de reconstrução de elementos decorativos no aspecto de suas materialidades originais, sem que para isso seja necessário recorrer a falsos históricos. Uma dessas intenções é exemplificada pela proposta de releitura contemporânea do forro da Sala do Trono, ambiente que, antes do trágico incêndio, conservava a linguagem do período Imperial e, por conseguinte, grande valor histórico e artístico. A reinterpretação desse ornato dada por um artista da atualidade faz referência à imagem original da sala conforme novos valores artísticos. A obra de arte do século XIX, destruída pelas chamas, é repintada com base no geometrismo do desenho original, resgatando a composição perdida por meio de formas simplificadas. A atualização da obra, irreversivelmente danificada pelo sinistro, baseia-se em uma percepção contemporânea de restauro que entende a arte a partir de sua excepcionalidade (BRANDI, 2019, p. 89). A intervenção artística respeita a linguagem formal do edifício e concilia as temporalidades existentes de forma harmônica.

7. Ver: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>.

### 3.2 Projeto por Gustavo Penna Arquiteto e Associados em colaboração com Plano Livre e Gema Arquitetura

As principais intenções projetuais de arquitetura e de restauro defendidas pela equipe liderada por Gustavo Penna encontram-se reunidas no portal do coletivo Plano Livre,<sup>8</sup> em um vídeo que mescla registros do monumento histórico e trajetos virtuais da proposta arquitetônica narrados pelo ator Antonio Grassi. A apresentação valoriza, em princípio, os aspectos históricos do Museu Nacional como espaço de educação, conhecimento e de identificação social, para então assinalar as premissas que orientam o projeto de restauração do monumento. A adoção de representação audiovisual associada a perspectivas tridimensionais e diagramas ortogonais humanizados disponibilizados em plataforma digital expressam o cuidado dispensado pelos autores na exposição do resultado final da proposta desenvolvida.

As soluções arquitetônicas apresentadas pelo escritório Gustavo Penna e Associados em colaboração com Plano Livre e Gema Arquitetura (Figura 3) recorrem à ruína como símbolo da memória do incêndio. O partido de restauro adotado a partir da consolidação da matéria remanescente envereda tanto pela exaltação dos escombros quanto pela recuperação de elementos arquitetônicos acidentados, reforçando o contraste entre os acréscimos e as texturas preexistentes. A recomposição do Museu Nacional é abordada a partir da conservação dos elementos arruinados e de parte dos grandes vazios deixados pelo desabamento das lajes, de modo a exibir as vigas que as sustentavam, retorcidas pelo calor das chamas.

As ruínas são preservadas de maneira a despertar no observador a lembrança do incidente responsável pela significativa destruição do edifício. Essas marcas, na concepção dos autores, funcionam como cicatrizes presentes na matéria do monumento. O estado avançado de degradação do antigo Palácio narra uma nova história explorada por meio de premissas projetuais contemporâneas integradas às preexistências, requalificada sob esse novo olhar. Entende-se, entretanto, que os arquitetos não se valeram de uma única premissa teórica como resposta à restauração do edifício, por vezes consolidando a matéria degradada, por vezes restituindo o seu estado original.

8. A proposta desenvolvida e apresentada pelos escritórios associados Gustavo Penna Arquiteto e Associados em colaboração com Plano Livre e Gema Arquitetura pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <https://www.planolivre.arq.br/concurso-museu-nacional>. Acesso em: 2 maio 2023.

FIGURA 3

Perspectiva do bloco lateral reformulado.  
Fonte: elaborado pelos autores com base em perspectiva eletrônica disponibilizada em: <https://www.planolivre.arq.br/concurso-museu-nacional?pgid=kky4boqp-95d56a68-b0a8-4f2e-870f-81cf1dcd36de>. Acesso em: 20 nov. 2023.



As premissas que englobam a preservação da linguagem da ruína como método de consolidação de uma nova imagem caminham, portanto, em direção distinta a uma possível metodologia que entenda como adequado o reestabelecimento das características formais do Museu Nacional. A ideia de preservar parte dos vazios deixados pela ausência das lajes busca desmaterializar o edifício, termo utilizado pelos próprios autores, de maneira a permitir a reconfiguração da espacialidade interna do edifício inspirada em nova compartimentação. A nova articulação dos pavimentos possibilita visadas e percursos diferentes daqueles experimentados anteriormente ao incêndio, sem, portanto, restituir as linhas de circulação preexistentes.

Em consonância com os princípios sugeridos pelo edital do concurso, os autores propõem, para o Pátio da Escadaria Monumental, uma cobertura piramidal envidraçada com estrutura delgada em aço, remetendo ao esquema volumétrico dos telhados coloniais tradicionais. O elemento contemporâneo pretende proteger das intempéries os degraus que conduzem ao interior do Museu. Por um lado, a proposta atende a uma demanda contemporânea de uso. Por outro, analisada a partir de uma noção conservativa, as aberturas das fachadas que se voltam para esse pátio interno perdem a sua função original, tornando as esquadrias um elemento meramente decorativo.

A intervenção explora a potencialização da experiência museográfica por meio de recursos audiovisuais de projeção de imagens e reproduções sonoras. Essas ações, segundo o entendimento de Françoise Choay (2017,

p.216), podem comprometer a fruição da obra de arte. A esse aspecto a autora recorre ao termo animação cultural, que, para subtrair o monumento de sua inércia, é criada uma série de elementos intermediários entre o observador e a arquitetura, com a finalidade de torná-lo mais atrativo. Essa ação, no entender da autora, pode induzir à passividade do usuário que, em razão das interferências criadas por esses mecanismos, o impede de interpretar as informações por si mesmo.

A análise das respostas apresentadas à restauração do Museu Nacional sugere, portanto, que os autores buscaram consolidar os vestígios materiais remanescentes do incêndio em seu estado atual de conservação. No raciocínio dos arquitetos, as marcas do sinistro devem ser incorporadas à história do edifício como importante temporalidade, evocando nas gerações posteriores a imagem da tragédia.

### 3.3 Projeto por Studio MK27: Bricolo Falsarella Associati

O portal do Studio MK27<sup>9</sup> apresenta a proposta de restauro do Museu com suporte de imagens tridimensionais, croquis desenhados à mão livre e texto que expressa com clareza as intenções projetuais adotadas. O jogo de perspectivas escolhido para a apresentação do projeto explora os diferentes ângulos da intervenção com destaque ao generoso *foyer* subterrâneo que congrega os fluxos do monumento e do edifício anexo, elemento de força do conjunto. Um breve texto acompanha as peças gráficas e sintetiza as diretrizes de restauro e arquitetônicas priorizadas pelos autores, criando um propício contraponto estabelecido pelas figuras às informações visuais.

O Studio MK27 propõe reconstruir o edifício do antigo Paço de São Cristóvão, sede do Museu Nacional, tomando partido dos aspectos físicos que se justificam por meio da preservação dos sinais deixados pelo incêndio e, transpondo os limites da matéria, desenvolver um sentido metafórico à arquitetura pelo resgate de valores que aludem a conceitos clássicos de organização espacial. Essa representação alegórica é traduzida pela reconfiguração dos pátios e jardins internos que, organizados a partir

9. A proposta desenvolvida e apresentada pelo Studio MK27 pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <https://studiomk27.com.br/pb/nacional-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 2 maio 2023.

de um novo plano subterrâneo que se converte em uma moderna ágora, termo colocado pelos próprios autores, recebe e distribui o grande fluxo de usuários do Museu (Figura 4).

FIGURA 4

Perspectiva da proposta de modificação do acesso principal. Fonte: elaborado pelos autores com base em perspectiva eletrônica disponibilizada em: <https://studiomk27.com.br/pb/nacional-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 20 nov. 2023.



A preservação da linguagem da ruína enquanto abordagem conceitual da conservação do patrimônio está aliada a uma atitude projetual autorreferencial que propõe a adição de elementos decididamente contemporâneos na espacialidade do edifício histórico. A coexistência entre novo e antigo por contraste não é, em último caso, prejudicial ao monumento, pois o restauro pode assim recorrer desde que a intervenção respeite a preexistência e sua unidade potencial, e não esteja a este sobreposta. No entendimento de Brandi (2019, p. 31), a matéria da qual o patrimônio é constituído e a sua imagem coexistem, caracterizando-se como elementos indissociáveis para os princípios do restauro crítico. O autor conclui, a partir dessa ideia, que o suporte material será, em todos os casos, o componente a ser restaurado, preservando a imagem transmitida ao presente momento.

A preservação do patrimônio cultural está, segundo a *Carta de Cracóvia* (2020),<sup>10</sup> associada a um conjunto de valores resultantes da

10. Ver: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/42%20Carta%20de%20Crac%C3%B3via%202000.pdf>.

memória coletiva de uma comunidade, portanto, intangíveis, e que por essa razão são capazes de se modificar ao longo da história. Essa relação patrimônio-sociedade é resultante de uma longa interação entre ambos, testemunhada pela materialização do bem construído. A interpretação dada pelos autores à restauração do monumento atribui à sua imagem um significativo juízo contemporâneo, desencadeando assim a ruptura com os valores previamente emanados pela comunidade local.

Por meio da interpretação das intenções arquitetônicas sugeridas pelas imagens tridimensionais desenvolvidas para o concurso, observa-se a potencialização das soluções contemporâneas, destinadas a uma nova percepção do monumento. Dentre as intervenções propostas, chama atenção a inserção de um plano subterrâneo ao pavimento térreo do Museu, modificando drasticamente a sua espacialidade. No novo nível é criado um grande espaço de encontro, acessado por uma escadaria monumental com degraus dispostos paralelamente à fachada principal do edifício (Figura 4), que se conecta com o Pátio do Chafariz, rebaixado ao mesmo patamar, ao Jardim das Princesas e ao Edifício Anexo.

Os desdobramentos gerados por essa intervenção sugerem a adoção de procedimentos de restauro pautados pela adição de elementos arquitetônicos dissonantes. Nesse raciocínio, o conceito de modernização, segundo o entendimento de Françoise Choay (2017, p. 217), se estabelece como um jogo por meio do qual os valores do presente se sobrepõem aos do passado, agregando ao edifício novo interesse. No contexto do Museu Nacional, isso se concretiza, principalmente, pela criação de um novo pavimento, gerando novas estratégias de organização espacial.

#### 3.4 Projeto por H+F Arquitetos e Atelier de Arquitetura e Desenho Urbano

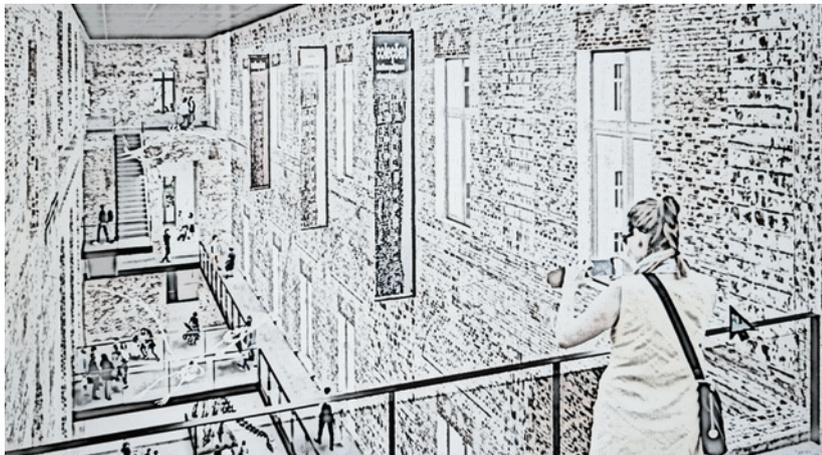
O projeto vencedor, do grupo de arquitetos H+F Arquitetos e Atelier de Arquitetura e Desenho Urbano (Figura 5), ganhou ampla repercussão na mídia impressa e digital, valendo-se da difusão de imagens tridimensionais e esquemas conceituais nos portais dos referidos escritórios e no sítio eletrônico do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de

Janeiro (CAU/RJ).<sup>11</sup> Os diagramas despertam a curiosidade do observador para os aspectos da materialidade e da história do antigo Paço de São Cristóvão, expressando graficamente o resgate de espacialidades e fluxos históricos, a exemplo da antiga Capela São João Batista. A notoriedade dada para a proposta campeã reacende, desse modo, o debate acerca do futuro do Museu Nacional e da metodologia adotada ao restauro do monumento histórico.

A proposta de restauração apresentada pela equipe de arquitetos vencedores do Concurso de Arquitetura e Restauro do Museu Nacional sugere preocupação com a escala paisagística a partir da relação espacial do monumento com seus jardins e o parque da Quinta da Boa Vista. De acordo com os autores, as novas qualidades formais desenvolvidas não pretendem substituir as antigas, constituindo, ainda segundo eles, um fator importante ao equilíbrio de todas as temporalidades para a harmonia do conjunto. Desse modo, é assumida a perda, gravada nas alvenarias pelos vestígios do incêndio, em consonância com um projeto arquitetônico contemporâneo (Figura 5).

FIGURA 5

Vista do saguão de acesso às exposições. Fonte: elaborado pelos autores com base em perspectiva eletrônica disponibilizada em: <https://www.atelierarq.com.br/museu-nacional?lightbox=datatempl2xay07s3>. Acesso em: 20 nov. 2023.



11. A proposta desenvolvida e apresentada pelos escritórios H+F Arquitetos e Atelier de Arquitetura e Desenho Urbano pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <https://www.atelierarq.com.br/museu-nacional>. Acesso em: 20 nov. 2023.

A reabilitação do edifício é afirmada pela consolidação da linguagem da ruína enquanto testemunho histórico e como elemento estético, preservada em segmentos estratégicos do monumento, destacando as marcas do incêndio como elemento de memória. Essa intenção é destacada por imagens e diagramas apresentados pelos autores, que privilegiam a representação da ruína como princípio primordial ao projeto (Figura 5). A proposição não se limita à preservação de toda a matéria degradada do monumento, mas prevê a recomposição, em determinados ambientes, dos revestimentos característicos do Museu Nacional.

Em relação à espacialidade interna do edifício, o projeto resgata significativamente a configuração original dos pavimentos, com exceção da bilheteria, onde foi preservado o vão triplo resultante do desabamento das lajes. Esse ambiente, disposto de maneira a promover um dos primeiros contatos do usuário com o interior do monumento, rompe com as expectativas oferecidas por suas fachadas, restauradas em estilo eclético classicizante. A ação de restauro, analisada à luz das ideias formuladas por Françoise Choay em *Alegoria do patrimônio* (2017 [1992]), alude ao conceito de curetagem, na medida em que se pauta pela discrepância entre o invólucro e o conteúdo do edifício, reforçado pela preservação da matéria arruinada. Na linha de raciocínio da autora, a preservação desses espaços vazios monumentais alude a novas percepções do edifício, podendo convergir em sua “cena- rização” que, nesse caso, pode ser caracterizada pelos vãos das aberturas que flutuam no espaço, não mais desempenhando sua função primordial.

Em contraposição ao princípio de exaltação da ruína, no Pátio da Escadaria Monumental as alvenarias e os ornamentos são restaurados com base nos elementos remanescentes, afetados em menor intensidade pelo incêndio. Entretanto, em atendimento a sugestões do edital, é proposta uma cobertura translúcida para o pátio, transfigurando sua característica formal enquanto espaço aberto. Em tal procedimento, consolida-se a integração visual desse vazio com os espaços expositivos, mantendo-se os vãos das aberturas que tiveram suas esquadrias consumidas pelo fogo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo empreendido neste artigo, designado sob a premissa do exame crítico do concurso de projetos arquitetônicos, preocupou-se não somente

com as respostas dadas pelos autores ao restauro do monumento, mas buscou também evidenciar as orientações apresentadas no edital do concurso. O edital analisado, encontrado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a partir do processo de número 01410.000073/2009-89, não fornece dados detalhados acerca do processo seletivo das propostas e as informações necessárias à identificação dos autores de tais diretrizes.

A análise crítica das propostas apresentadas ao Concurso de Arquitetura e Restauro do Museu Nacional fundamentou-se no material disponibilizado pelos autores dos projetos em portais da internet. É importante, nesse aspecto, indicar que as informações cedidas ao amplo público foram postas em termos gerais, especialmente em relação ao detalhamento das proposições. Cumpre sublinhar que o concurso previa a elaboração de projetos em nível de estudo preliminar, etapa em que são apresentadas as premissas conceituais e as soluções projetuais preliminares, sendo, portanto, sujeitas a alterações em etapas posteriores.

Outro fator preponderante às decisões apresentadas no concurso reside nas premissas lançadas pelo próprio edital, que considera a possibilidade de se incorporar a tragédia recente à narrativa histórica da edificação. Além disso, o edital sugere a implantação de coberturas no Pátio da Escadaria Monumental, no Bloco 1, e nos prismas de ventilação do Bloco 4. Essas ações podem comprometer, de certa maneira, a leitura das características formais preexistentes, conferindo a esses ambientes relações diversas daquelas previamente estabelecidas.

Com base nos critérios de autenticidade recomendados para a salvaguarda do patrimônio cultural, na acepção proposta pelo *Documento de Nara* (1994), questionam-se os procedimentos adotados nos projetos de restauro do Museu. A reabilitação do monumento é, desse modo, fundamentada no respeito às características formais conhecidas e aos documentos genuínos. A recomposição da linguagem estética e da espacialidade do edifício não pressupõe o falseamento dos elementos arquitetônicos, sendo fundamental a clara distinguibilidade entre a intervenção e as preexistências.

O conceito de autenticidade proposto no documento patrimonial citado alicerça os critérios de recomposição da linguagem estética dos espaços internos do edifício em supressão aos elementos arruinados, sem,

com isso, indicar uma possível tentativa de falsear a arquitetura histórica do monumento. Alinha-se, desse modo, aos critérios da autenticidade, o reconhecimento da qualificação de ruína, ação fundamental no caso do Museu Nacional, a fim de auxiliar a fundamentação dos projetos de restauro. Para Brandi (2019, p. 77), a ruína não se apresenta sob a forma de qualquer resíduo material, nem resulta de qualquer ação humana sobre a matéria. Seu *status quo* depende, todavia, de sua compreensão enquanto testemunho da história humana.

Françoise Choay (2017, p. 221) discute o uso da caixa mural do edifício como cenário para uma nova arquitetura. A curetagem do edifício por meio da supressão do seu significado original oferece grande risco para a conservação da integridade de sua imagem. Nesse sentido, a consolidação de novos elementos arquitetônicos que não interagem com a materialidade, com as técnicas construtivas e com as formas do edifício histórico projetam novos valores, por vezes danosos à legibilidade do monumento.

As propostas conjugam a ruína como alternativa viável à recuperação do edifício, conservando intacta sua caixa mural. Na proposição apresentada por Gustavo Penna e Associados conserva-se a matéria degradada e as vigas retorcidas dos pavimentos que desabaram em razão das altas temperaturas das chamas. Com isso, cria-se um cenário no qual os elementos remanescentes configuram um espetáculo trágico ao observador. O interior do edifício é esvaziado do seu significado original para que a mensagem da tragédia se afirme sobre as demais temporalidades históricas, sendo tal procedimento efetuado em maior ou menor grau em todos os projetos apresentados.

No projeto dos escritórios SIAA+HAAA o contraste surge também da solução estrutural dada pelos arquitetos ao programa, proposta em dissonância aos esquemas construtivos tradicionais do monumento. No exterior, a diferença é reforçada pela adição de planos de coberturas, sustentados por pilares colossais que alteram as percepções do usuário, sem constituir, contudo, uma operação necessária à reabilitação do prédio. As demais propostas, em uma atitude mais discreta, lançam mão de mesmo artifício arquitetônico, modificando também as relações originais desses espaços externos.

A intervenção proposta pelo Studio MK27, dentre aquelas investigadas, apresenta maior distinção entre novo e antigo. A articulação formal da

espacialidade do edifício é significativamente reestruturada pelo acréscimo de um pavimento subterrâneo composto, principalmente, pelo novo *hall* de acesso, interligado aos jardins internos. De maneira a acessá-lo, os autores implantaram um lance de escada que antecede o acesso principal original do edifício, que, antes do sinistro, direcionava o visitante ao *hall* de entrada e ao Pátio da Escadaria Monumental. Os desdobramentos dessas ações resultam em nova e complexa relação de fluxos e acessos.

Por último, seguindo metodologia de restauração similar às anteriores, o projeto vencedor, apresentado por H+F Arquitetos, preserva a ruína na condição de testemunho histórico como pano de fundo das novas intervenções.

A conservação de amostras do sinistro não são, entretanto, procedimentos negativos, desde que não se sobreponham às soluções formais próprias do edifício. A existência de marcas, que conjuguem as diferentes temporalidades do monumento, são essenciais à sua valorização e à sua integridade arquitetônica. Em raciocínio análogo, os acréscimos arquitetônicos não podem ser vistos como prejudiciais à transmissão das características formais do edifício, uma vez que toda ação de restauro sugere transformações, estas como objeto autêntico do presente, garantindo a transformação do monumento ao longo do tempo. Desse modo, o que se pretende questionar a partir da análise das propostas do concurso é a valorização da ruína como aspecto estético predominante na recomposição do edifício.

Em sua *Teoria da restauração*, Cesare Brandi (2019, p. 31) propõe um axioma fundamental às intervenções no patrimônio cultural a partir da máxima “restaura-se somente a matéria da obra de arte”. Logo, a restauração do suporte físico da imagem, manifestada pela materialidade da obra, e por meio da qual somos capazes de reconhecê-la em suas instâncias estética e histórica, deve ser efetuada de maneira que a legibilidade se mantenha fiel às suas qualidades formais tal como chegou até o presente. Esse pensamento indica que a consolidação da imagem do patrimônio por meio de seus aspectos materiais, segundo o autor, intrínsecos àquela, deve preponderar à metodologia e práticas do restauro. Derivado desse primeiro axioma, Brandi (2019, p. 33) conclui que a restauração de um objeto de arte e/ou arquitetônico deve se ater à recuperação da unidade potencial da obra,

recusando falsos artísticos ou falsos históricos e respeitando os traços da passagem da obra de arte no tempo.

Apoiado nas análises apresentadas ao concurso de restauro do Museu Nacional, talvez seja possível presumir que as respostas dadas pelos arquitetos convergem a uma única vertente de restauro manifestada pela incorporação da ruína à imagem do monumento – ainda que tal questão não se apresente na fachada “inaugurada” por ocasião do bicentenário da independência (Figuras 6 e 7), em 7 de setembro de 2022.

FIGURA 6

Fachada restaurada do Museu Nacional, em julho de 2023. Crédito: Helio Herbst, 2023.



FIGURA 7

Fachada restaurada do Museu Nacional, em junho de 2023. Crédito: Renan Santana, 2023.



Considerando a multiplicidade de parâmetros com os quais podemos examinar o caráter das intervenções, em respeito às diferentes matrizes que alicerçam o patrimônio cultural, convém analisar a congruência das propostas submetidas para se equacionar seus impactos na percepção individual e coletiva. Acreditamos que a memória do Museu Nacional em pleno funcionamento deve prevalecer sobre o triste episódio que transformou em cinzas grande parte do seu acervo e a própria edificação que lhe dá abrigo.

Não tencionamos, por fim, questionar os resultados do concurso e nem tampouco colocar em suspensão as soluções apresentadas. A análise aprofundada de cada uma delas releva consistência de princípios e consonância com as diretrizes recomendadas pelo edital do certame. A elaboração deste artigo pretende estimular o debate para questões tão pouco debatidas na academia, reparando um lapso que certamente ofusca o entendimento do presente, visto como uma soma de muitos passados.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, José. A cidade do futuro já existe hoje: algumas notas sobre reabilitação urbana. *ATIC Magazine*, Lisboa, n. 24, p. 12, 1999.
- ATELIER DE ARQUITETURA E DESENHO URBANO. *Museu Nacional 2020*: concurso. Disponível em: <https://siaa.arq.br/projeto/museu-nacional/>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- CERVO, Amado Luiz; BEVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CORREIA, Miguel Brito; LOPES, Flávio. *Patrimônio cultural*: critérios e normas internacionais de proteção. Lisboa: Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2014.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. 4. ed. Cotia: Ateliê, 2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Ofício n. 629/2019/GAB PRESI-IPHAN*. Brasília, 17 mai. 2019. Assunto: Premissas e critérios para intervenção no edifício do Museu Nacional e nas coleções protegidas pelo IPHAN. Processo nº 01410.000073/2009-89. Disponível em: [https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5QAsycAUP\\_w9XMN4wqP4Jewb-vOtDEtZ\\_oaMEPTFrjmGCsfMfNqs7shRd3yEKR-tw9eNU1FgczykSIm47YaZ5mRj](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5QAsycAUP_w9XMN4wqP4Jewb-vOtDEtZ_oaMEPTFrjmGCsfMfNqs7shRd3yEKR-tw9eNU1FgczykSIm47YaZ5mRj). Acesso em: 20 nov. 2023.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.
- CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura-Iphan, 2004.

CZAJKOWSKI, Jorge. *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

GONÇALVES, Cristiane Souza. Autenticidade. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2 ed. Rio de Janeiro: Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2016. (verbeta). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/913397/dicionario-iphan-de-patrimonio-cultural-o-que-e-autenticidade>. Acesso em: 20 nov. 2023.

H+F ARQUITETOS. *Museu Nacional/UFRJ*. Disponível em: <https://www.hf.arq.br/wkdir/projeto/museu-nacional-ufrj/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320, jul.-dez. 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Teoria da restauração, de Cesare Brandi: seis décadas de sua publicação. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 31, p. 1-43, 2023.

LIRA, Flaviana Barreto. *Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

PLANO LIVRE. *Concurso Museu Nacional*. Disponível em: <https://www.planolivres.arq.br/concurso-museu-nacional>. Acesso em: 20 nov. 2023.

STUDIO MK27. *Museu Nacional Rio de Janeiro*. Disponível em: <https://studiomk27.com.br/pb/nacional-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARÍS, Carlos. *Las variaciones de la identidad: ensayo sobre el tipo em arquitectura*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1993.

BAETA, Rodrigo Espinha; NERY, Juliana Cardoso. *Entre o restauro e a recriação: reflexões sobre as intervenções em preexistências arquitetônicas e urbanas*. Salvador: EdUFBA: PPG-AU UFBA, 2022.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DVOŘÁK, Max. *Catecismo da preservação de monumentos*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.

INFANTE, Sérgio José Castanheira. Autenticidade e conservação integrada. *Revista Arquitectura Lusíada*, Lisboa, n. 1, p. 93-106, 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a teoria da restauração. *Pós*, São Paulo, n. 21, p. 198-211, 2007.

MIRANDA, Joaquim Francisco Trigueiro. *Arquitetura, Patrimônio e Autenticidade: Autenticidade na Reabilitação do Patrimônio Histórico*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura, Conservação e Reabilitação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo. Autenticidade e preservação do Patrimônio Cultural Mundial no Brasil: algumas reflexões a partir da “velha” cidade de Goiás (GO). *Revista Patrimônio e Memória*, Assis, v. 15, n. 1, p. 287-314, 2019.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua história e suas origens*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

RODRIGUES, Ângela Rosch. A problemática da ruína: das teorias da preservação patrimonial do século XIX ao restauro crítico. *Revista CPC*, São Paulo, n. 24, p. 9-34, 2017.

RUBIÓ, Ignasi de Solà-Morales. Do contraste à analogia: novos desdobramentos do conceito de intervenção arquitetônica. In: NESBITT, Kate. (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 254-263. (Coleção Face Norte, 10).

SOUSA, Mário Anacleto Júnior. O conceito de ruína e o dilema da conservação em arte contemporânea. *Revista ARA*, São Paulo, n. 2, p. 133-157, 2017.



# RESENHA PATRIMÔNIO CULTURAL

REALIDADE VIVA

MARTINS, GABRIEL D'OLIVEIRA. LISBOA: FUNDAÇÃO  
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS, 2020. 124P.

**PAULO OTÁVIO DE LAIA**, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, CRUZ DAS ALMAS, BAHIA, BRASIL

Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto, especialista em Gestão e Políticas Culturais pela Universitat de Girona e mestrando em Arqueologia e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3941-8354>

E-mail: paulo.otavio.laia@gmail.com

**CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA**, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, CRUZ DAS ALMAS, BAHIA, BRASIL

Professor do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pesquisador Associado do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Patrimônio da Universidade de Coimbra. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1204-322X>

E-mail: carloscosta@ufrb.edu.br

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i36p239-249>

**RECEBIDO**

10/11/2023

**APROVADO**

24/11/2023

**RESENHA**  
**PATRIMÓNIO CULTURAL: REALIDADE VIVA.**  
**MARTINS, GABRIEL D'OLIVEIRA.**

**LISBOA: FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL**  
**DOS SANTOS, 2020. 124P.**

PAULO OTÁVIO DE LAIA, CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA

Na ampla discussão social, legal e científica acerca do patrimônio cultural, recorrentemente encontramos sua associação com o trabalho da memória (NORA, 1993 [1984]; BOSI, 1994) na elaboração das identidades pessoais e narrativas (RICOEUR, 1991) se configurando como vetor e resultado da interação entre memória e identidade. Enquanto categoria ocidental de pensamento (GONÇALVES, 2009), o patrimônio vincula-se à formação dos valores sociais dos grupos humanos, ativando de igual modo a criatividade e o conflito.

Disputas identitárias que mobilizam o patrimônio cultural como ferramenta política fazem parte da trajetória de formação de diversos contextos. No continente europeu, por exemplo, o panorama das Guerras Mundiais à Guerra Fria desde os movimentos fascistas, nazistas e neonacionalistas no centro e leste-europeus, a saída do Reino Unido da União

Europeia, chegando mais recentemente à invasão da Ucrânia promovida pela Rússia, tudo isso produziu uma conjuntura necessária ao estabelecimento de normativas supranacionais específicas que considerem a preservação do patrimônio cultural das nações, principalmente aquelas onde ocorrem conflitos armados.

No contexto brasileiro, a discussão de políticas públicas preservacionistas em tempos de guerra pode parecer, à primeira vista, um debate de segunda ordem na agenda dos agentes patrimoniais. Entretanto, o Brasil acompanha neste momento a atuação de uma frente ampla em defesa do Estado Democrático de Direito que tenta reconfigurar o cenário de sucateamento da máquina pública, da necropolítica (MBEMBE, 2018) como exercício de governo e da insuflação popular ao neofascismo. Dessas circunstâncias emergiram os ataques às sedes dos Três Poderes do Brasil ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília-DF. Tais ataques configuraram ações de vandalismo motivadas por conflitos de identidade política e foram direcionados aos bens imóveis e móveis integrados da Zona Cívico-Administrativa de Brasília-DF, protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em razão do Conjunto Urbanístico de Brasília ser Patrimônio Cultural Mundial (BRASIL, 2023; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2023).

Nesse cenário em que incertezas habituais regressaram, o livro *Patrimônio cultural: realidade viva*, de Guilherme d'Oliveira Martins, é uma revisão dos sentidos que levam à proteção dessa categoria de pensamento. Para tanto, o autor discute a construção dos valores políticos que orientaram os principais tratados internacionais de preservação, com destaque para a Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Patrimônio Cultural para Sociedade, aprovada em outubro de 2005 na cidade de Faro, em Portugal, pelo depósito do número necessário de ratificações, entrando em vigor em junho de 2011.

Guilherme d'Oliveira Martins é português de Lisboa, jurista, professor universitário, ensaísta e administrador executivo da Fundação Calouste Gulbenkian (2020-2025). Foi presidente do Centro Nacional de Cultura (2002-2016), coordenou em Portugal o Ano Europeu do Patrimônio Cultural

(2018) e presidiu a redação da Convenção de Faro (2005) no Conselho da Europa. Atuou durante sete legislaturas como deputado independente na Assembleia da República e desde outubro de 2021 ocupa, como Sócio Correspondente, a 20ª cadeira da Academia Brasileira de Letras.

Analisamos nesta resenha a publicação equivalente à 100ª edição dos ensaios da Fundação Francisco Manoel dos Santos, que elabora e publica estudos sobre os mais diversos problemas contemporâneos, em especial os de incidência direta na realidade portuguesa, discutindo temas como educação, economia, saúde, dentre outros. O livro apresenta 12 seções, bibliografia, agradecimentos e apêndices, onde se encontram a parte substancial e operativa da *Convenção para Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado – Convenção de Haia* (1954) – e o texto integral da *Convenção de Faro*.

Como a justificativa dessa análise ancora-se na observação correlata dos valores que operam os mecanismos de proteção do patrimônio cultural, cabe aqui contextualizar o alcance supranacional da Convenção-Quadro do Conselho da Europa, relativa ao Valor do Patrimônio Cultural para Sociedade. Para isso, se faz necessário diferenciar o Conselho da Europa do Conselho da União Europeia. Esse último e mais recente, fundado em 1993, é composto atualmente por 27 Estados-membros que formam um bloco econômico e político de articulação continental. Por seu turno, o Conselho da Europa, criado em 1949, corresponde a uma das várias instituições multilaterais do pós-Segunda Guerra. Trata-se de uma organização internacional autônoma centrada na defesa da democracia, dos direitos humanos e do estado de direito, que atua na fiscalização do cumprimento dos tratados e sugere reformas aos 46 países que o compõe (UNIÃO EUROPEIA, 2022; CONSELHO DA EUROPA, 2022).

A primeira seção do livro, “Compreender a memória”, elabora o patrimônio como “um conjunto de recursos herdados do passado, testemunha e expressão de valores, crenças, saberes e tradições em contínua evolução e mudança” (MARTINS, 2020, p. 7). Para o autor, o patrimônio é um fator que promove o “diálogo intercultural, o respeito mútuo e a paz, a melhoria na qualidade de vida e a adoção de critérios de uso durável dos recursos culturais do território” (MARTINS, 2020, p. 8). Nesse sentido, é interessante perceber como a discussão se desenvolve ao longo do texto, que formula

as noções de patrimônio em torno da ideia de capital cultural humano e, posteriormente, o amplia para suas relações com a integração dos elementos naturais e a noção de paisagem, sinalizando ainda para as tecnologias da informação como um incentivo à criatividade. Esse exercício complexo, de reunir as diversas possibilidades do que se considera patrimônio cultural, demonstra que tal categoria de pensamento ultrapassa fronteiras conceituais e vem sendo elaborada a partir dos valores de memória.

O tema dos valores é central na discussão. Martins (2020, p. 9) aponta que os valores, quando reconhecidos socialmente, adquirem um caráter de permanência. São os valores compartilhados por uma cultura que orientam suas políticas de memória e, congêneres, de esquecimento. A antropóloga brasileira Regina Abreu nos informa que o gesto patrimonial, em perspectiva ocidental, é herdeiro do modelo de Estado constitucional que se desenvolve pós-Revolução Francesa, fundamentado no contrato legal, de caráter formal e universalista (ABREU, 2020, p. 255), cujas normativas operacionalizam o sistema de atribuição de valores. Possivelmente, é neste sentido que o autor buscará demonstrar o que denomina exercício prático de “diálogo entre valores e fatos, entre ideias e interesses, entre autonomia e heteronomia” (MARTINS, 2020, p. 8), que culminou na elaboração da Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Patrimônio Cultural para a Sociedade.

Na seção “O patrimônio na dimensão internacional”, Martins traça um panorama das principais reuniões, tratados e instituições europeias de preservação patrimonial. Constam, entre elas, a Conferência Internacional da Paz de 1899, realizada em Haia, a mais antiga convenção que aponta medidas de proteção a monumentos. A *Carta de Atenas*, aprovada em 1931 no primeiro Congresso Internacional de Técnicos de Monumentos Históricos, propôs que intervenções em obras históricas ou artísticas do passado devem ocorrer sem a eliminação de estilos pretéritos. Esse congresso, como recorda o autor, foi organizado pelo Gabinete Internacional de Museus da Sociedade das Nações, instituição precedente ao Conselho Internacional de Museus. A *Resolução sobre a Conservação de Monumentos Históricos e de Obras da Arte* foi publicada na sequência, em 1932, no âmbito da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações (SDN), antecessora da Unesco. Desse documento emergem

importantes recomendações, como a colaboração técnica internacional para a recuperação de objetos roubados de coleções nacionais, bem como a produção de inventários e o desenvolvimento de ações educativas.

No pós-guerra, depois de 1945, outros tratados seguiram, como a Convenção Cultural Europeia de 1954, organizada no âmbito do Conselho da Europa e que propõe a base constitucional de uma vida cultural aberta, livre e criativa, centrada na promoção dos ideais e princípios de um patrimônio cultural comum. Essas transformações foram expressadas posteriormente na *Carta de Veneza* de 1964, que amplia o conceito de monumento e integra novas categorias de bens à preservação, como o patrimônio industrial, os jardins históricos e as paisagens culturais. Com a criação da Unesco, o patrimônio cultural assume protagonismo, principalmente por meio das instituições criadas nessa esfera de atuação, como o Conselho Internacional de Museus (Icom), (1946); o Centro Internacional de Estudos para Conservação e o Restauro de Bens Culturais (Iccrom) (1957); além do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) (1965). Um último destaque vai para Convenção de Proteção do Patrimônio Imaterial, aprovada em 2003.

Guilherme Martins desenvolve a terceira sessão, “Trabalho de memória”, partindo das *Confissões* de Santo Agostinho (c. 397-400), que propõem a concepção de três tempos: o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes e o presente das coisas futuras. Por esse prisma, o patrimônio se configura apenas na realidade presente, como “tempo em movimento”, de modo que a memória revivida possa ser respeitada, “assumindo a relação que se estabelece entre as pessoas, a sociedade e a herança que recebem e que projetam no futuro” (MARTINS, 2020, p. 25).

A expressão “trabalho de memória” é extraída da obra do filósofo francês Paul Ricoeur, para o qual lembrar exige uma compreensão ampla das suas intenções formadoras, seja no passado, seja no presente. De acordo com o autor, a utilização do patrimônio cultural como vetor de exclusão social e a intolerância cultural, observada no curso do tempo, reiteram que as relações humanas são formadas por elementos positivos e negativos. Contudo, o trabalho de memória exige a criação de um espaço afirmativo e racional que considere a verdade e a justiça, em que a obrigação de não esquecer não seja confundida com ressentimento (MARTINS, 2020, p. 28).

“Patrimônio cultural, dever de todos” e “O passado ao encontro do futuro” são seções em que Martins apresenta os objetivos do Ano Europeu do Patrimônio Cultural, realizado em 2018, com o intuito de sensibilizar para a história e os valores europeus, reforçando o sentimento da identidade europeia. O autor comenta a participação de Portugal e atribui o êxito da programação deste país ao envolvimento das escolas da Rede de Bibliotecas Escolares, que colaboraram na criação de centros vivos de diálogo, debates e reflexões.

Na sexta seção, “Uma convenção sobre o patrimônio comum”, e seguindo a discussão na seção subsequente, “Preservar e saber fazê-lo”, o jurista apresenta a Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Patrimônio Cultural para a Sociedade, elaborada a partir da necessidade de se colocar a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de patrimônio cultural, considerado enquanto realidade dinâmica, “resultado de uma fecunda dialética entre o que recebemos e o que legamos relativamente à criação humana”, neste sentido, “os valores não são objetos ideais, são realidades vivas” (MARTINS, 2020, p. 44-45).

A Convenção de Faro de 2005 é um ordenamento jurídico de enquadramento, inserido na linha das convenções em vigor do Conselho da Europa, designadamente a Convenção Cultural Europeia (1954), a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico da Europa (1985), a Convenção Europeia para a Proteção do Patrimônio Arqueológico (1992) e a Convenção Europeia da Paisagem (2000), o que, segundo Martins, cria um quadro pan-europeu de cooperação mais orientado para as pessoas do que para os objetos.

A Convenção-Quadro não retoma os mecanismos de proteção já cobertos pelas convenções precedentes, mas parte da exigência de reconhecimento da memória e do valor do patrimônio cultural nas sociedades contemporânea, “trata-se passar do como preservar o patrimônio e seguindo que procedimentos à questão do porquê e para quem dar-lhe valor” (MARTINS, 2020, p. 50). O texto de 2005 não cria direitos executórios diretamente aplicáveis aos países europeus, mas lança um processo de cooperação entre os Estados, convidando-os à atualização e ao progresso de suas políticas de patrimônio, o que o torna um instrumento de referência para outros instrumentos jurídicos de âmbito nacional e internacional.

As discussões seguem na oitava seção, “A cultura como valor”, com o debate acerca da ideia de comunidade patrimonial, um interessante pensamento que dialoga diretamente com a formação de grupos organizados de preservação. Assim, uma comunidade patrimonial é “formada por pessoas que valorizam determinados aspectos do patrimônio cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras” (MARTINS, 2020, p. 56). Essa ideia está na base do conceito de patrimônio comum, elemento dinamizador de uma cidadania ativa e aberta, fonte partilhada de memória, compreensão das identidades, coesão social e criatividade.

A Convenção dispõe ainda sobre o compromisso ético dos signatários acerca dos métodos de apresentação do patrimônio cultural, bem como o respeito pela diversidade de suas interpretações (MARTINS, 2020, p. 58). Portanto, na seção “Patrimônio cultural e democracia”, Martins assinala que a dinâmica de concepção de políticas públicas do patrimônio cultural deve promover uma abordagem integrada e bem informada pelas autoridades públicas em todos os setores e em todos os níveis, desenvolvendo

[...] quadros jurídicos, financeiros e profissionais que permitam uma ação concertada das autoridades públicas, dos peritos, dos proprietários, dos investigadores, das organizações não governamentais e da sociedade civil em geral (MARTINS, 2020, p. 61).

Na décima seção, “Portugal e o patrimônio cultural”, o autor traz a legislação de preservação, a Lei n.º 107/2001, nos termos da Constituição da República Portuguesa de 1976, discorrendo brevemente sobre os valores apontados pelo legislador que fazem do patrimônio cultural um relevo de interesse no país: memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade e exemplaridade. Com pouco mais de 20 anos de promulgação, observamos que a legislação em vista opera com valores diversos, mas de aplicação restrita a determinados contextos.

Com a penúltima seção, “Debates atuais: turismo, biodiversidade, apropriação cultural e o julgamento da História”, Guilherme Martins expressa suas considerações sobre os temas supracitados. O turismo, por exemplo, é um fator de desenvolvimento que contribui para a defesa e valorização do patrimônio cultural. Mas, para tanto, deve ser articulado por diferentes setores do poder público em conjunto com operadores turísticos, hoteleiros, público local dos atrativos etc., incentivando a formação

qualificada de seus agentes. Quanto à biodiversidade, o autor retoma as discussões em torno do uso durável dos recursos do patrimônio natural e paisagístico, pontuando que “falar de patrimônio cultural como realidade viva e considerá-lo na sua contemporaneidade obriga-nos a adotar uma estratégia em que as questões ecológicas sejam tidas em consideração” (MARTINS, 2020, p. 73). Apesar dessa consideração, não apresenta quais seriam as estratégias e suas aplicações.

Acerca da apropriação cultural, Martins afirma que o plágio não é legítimo, indicando que os direitos de propriedade dos autores, sejam eles de quaisquer grupos culturais, têm de ser protegidos nos mesmos termos que as patentes técnicas, promovendo assim a regulação justa da posse de bens ilegítimamente apropriados em situações de domínio de uns povos sobre outros. É interessante observar como o autor maneja o tema na lógica do valor de Mercado, visto que após séculos de apropriações e reproduções indevidas de expressões culturais, principalmente na Europa, o discurso em prol do reconhecimento e salvaguarda não resultou em uma política de reparação também material. Quanto ao tema do julgamento da História, que consiste na revisão moral de eventos pretéritos, o autor sinaliza que o papel da historiografia não é o de trazer o tempo antigo aos nossos dias, mas produzir conhecimentos sobre o passado que evitem simplificações ou anacronismos, utilizando a “memória como fator de compreensão da humanidade, de modo que a capacidade criadora das pessoas seja fator de emancipação” (MARTINS, 2020, p. 73).

Por fim, na seção “Sociedade de cultura, cultura para as pessoas” Guilherme d’Oliveira Martins encerra seu ensaio realizando uma leitura sociológica dos processos formativos de Portugal e a influência do cristianismo nessa dinâmica, bem como na composição de seu patrimônio cultural, sublinhado por uma diversidade de paisagens e línguas, traço da ocupação de vários povos na península ibérica. Conclui com uma descrição contemporânea sobre o país, do reconhecido filósofo Eduardo Lourenço:

Saído de ilusões [...], povo missionário de um planeta que se missiona sozinho, confinado no modesto canto de onde saímos para ver e saber que há um só mundo, Portugal está agora em situação de se aceitar tal como foi e é, apenas um povo entre os povos. Que deu a volta ao mundo para tomar a medida da sua maravilhosa imperfeição (LOURENÇO, 1999 *apud* MARTINS, 2020, p. 82).

“Patrimônio cultural – realidade viva” procura demonstrar ao leitor os movimentos dialéticos entre memória e identidade na configuração do patrimônio cultural como herança, selecionado no presente por uma comunidade patrimonial para a qual as diversas manifestações da cultura expressam valores em contínua transformação. As políticas públicas de preservação são portadoras desses valores, assegurando sua liberdade de existência, suportes de representação e meios de transmissão.

Tratados preservacionistas internacionais, como a Convenção de Faro, ratificam a permanência de valores comuns e posicionam o patrimônio para as sociedades contemporâneas como um fator de promoção do diálogo entre as diferenças. Diante dos conflitos, estado inerente à condição de humanidade, sejam eles territoriais, religiosos, políticos ou identitários, o patrimônio cultural segue como um exercício de respeito do que é próprio, do que se refere aos outros e do que pode ser compartilhado.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina de. Futuros imaginados: o gesto patrimonial e o conceito de “diversidade cultural”. *Vivência: Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 1, n. 55, p. 250-270, 2020. DOI: 10.21680/2238-6009.2020v1n55ID23545. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/23545>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. Senado federal. 8 de janeiro – Reflexões do Senado – 100 dias da invasão. Exposição virtual. Brasília-DF, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/exposicao-8-de-janeiro-reflexoes>. Acesso em: 14 de jun. 2023.
- CONSELHO DA EUROPA. *O Conselho da Europa: guardião dos direitos humanos*. Strasbourg, FR, 2022. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/an-overview/5795-o-conselho-da-europa-guardio-dos-direitos-humanos.html#>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 21-29.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993 [1984].
- NORA, Pierre; AUN KHOURY, T. Y. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 28 nov. 2023.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Tradução: Luci Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Relatório preliminar: vistoria de bens culturais afetados por vandalismo – Praça dos Três Poderes – Brasília/DF. Brasília-DF, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-finaliza-vistoria-e-aponta-solucoes-para-recuperar-o-patrimonio-danificado-nas-sedes-dos-tres-poderes-em-brasilia-df/IphanDF\\_Vistoria\\_Bensculturais.pdf](https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-finaliza-vistoria-e-aponta-solucoes-para-recuperar-o-patrimonio-danificado-nas-sedes-dos-tres-poderes-em-brasilia-df/IphanDF_Vistoria_Bensculturais.pdf). Acesso em: 12 de jun. 2023.

UNIÃO EUROPEIA. Portal União Europeia. *Princípios, países, história*, 2023. Disponível em: [https://european-union.europa.eu/principles-countries-history\\_pt](https://european-union.europa.eu/principles-countries-history_pt). Acesso em: 13 de jun. 2023.



# PATRIMÔNIO CULTURAL:

AÇÕES EDUCATIVAS NO CENTRO  
HISTÓRICO DE IGUAPE<sup>1</sup>

**MARINA GAZZOLI PIO**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL  
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Estagiária do Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá.  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0934-1476>  
E-mail: [marinagazoli@gmail.com](mailto:marinagazoli@gmail.com)

**RODRIGO AUGUSTO DAS NEVES**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL  
Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Estagiário do Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá.  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-5797-9312>  
E-mail: [rodrigo.cbneves@gmail.com](mailto:rodrigo.cbneves@gmail.com)

## DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i36p250-271>

1. Publicado na Seção Relatos e Depoimentos. (Nota do Editor)

**RECEBIDO**  
27/11/2023  
**APROVADO**  
04/12/2023

## **PATRIMÔNIO CULTURAL: AÇÕES EDUCATIVAS NO CENTRO HISTÓRICO DE IGUAPE**

MARINA GAZZOLI PIO, RODRIGO AUGUSTO DAS NEVES

### **RESUMO**

O projeto *Patrimônio cultural: ações educativas no Centro Histórico de Iguape*, iniciativa do Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá, compreendeu ações de educação patrimonial com estudantes e professores das escolas públicas do Vale do Ribeira, sul do estado de São Paulo, região com o Índice de Desenvolvimento Humano menos desenvolvido do estado e um dos mais ricos acervos de patrimônio cultural. As atividades ocorreram em março de 2023 no município de Iguape, utilizando uma unidade móvel disponibilizada pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. O projeto recebeu 22 escolas públicas do Vale do Ribeira e agentes interessados em promover reflexões sobre o patrimônio cultural e a identificação social com os bens culturais de Iguape e região.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Educação patrimonial. Cidades históricas. Extensão universitária.

## **CULTURAL HERITAGE: EDUCATIONAL ACTIONS IN THE HISTORIC CENTER OF IGUAPE**

MARINA GAZZOLI PIO, RODRIGO AUGUSTO DAS NEVES

### **ABSTRACT**

The “Cultural Heritage: Educational Activities in the Historic Center of Iguape” was an initiative of University of São Paulo’s Cultural Preservation Center – Casa de Dona Yayá, involving heritage education activities with students and professors from public schools in Vale do Ribeira, the southern part of the state of São Paulo, with both the least developed Human Development Index in the state and one of the richest sites of cultural heritage. The activities happened in March 2023, in the city of Iguape, using a mobile unit provided by the Dean of Culture and University Extension. The project impacted 22 public schools in Vale do Ribeira and several people interested in reflecting, as well as providing social identification with the cultural heritage of Iguape and its surrounding.

### **KEYWORDS**

Heritage education. Historical cities. University extension.

## 1 INTRODUÇÃO

O projeto *Patrimônio cultural: ações educativas no Centro Histórico de Iguape*, de iniciativa do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo – Casa de Dona Yayá, compreendeu um conjunto de ações de educação patrimonial voltadas a estudantes e professores das escolas públicas do Vale do Ribeira, região sul do estado de São Paulo. As atividades ocorreram entre os dias 2 e 7 de março de 2023, no Centro Histórico de Iguape, visando a promoção de reflexões críticas, construção de conhecimentos e trocas sobre o patrimônio cultural local.

O Centro de Preservação Cultural da USP (CPC-USP) desenvolve ações de caráter patrimonial voltadas à identificação, inventariação, pesquisa, preservação, comunicação, educação e extroversão do patrimônio cultural universitário, bem como assessoria na formulação de políticas públicas patrimoniais na Universidade de São Paulo. Está em seu escopo de trabalho e atuação o desenvolvimento de ações educativas de cultura e extensão voltadas à comunidade do entorno de sua sede, e também muito além dela, no campo de atuação da cultura e extensão da USP.

A atividade se desenvolveu com a coordenação da profa. dra. Flávia Brito do Nascimento (diretora do CPC-USP e docente da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e de Design da USP), responsável pelo projeto, e da profa. dra. Simone Scifoni (vice-diretora do CPC-USP e docente

da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP). Contou com participação do prof. dr. Eduardo Costa (Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e de Design da USP), dos integrantes da equipe do CPC-USP, Cristiano Trindade e Maria del Carmen Ruiz, e por estagiários de cursos diversos, como Letras, Arquitetura e Urbanismo, e História: Julia Murachovsky, Marina Gazzoli Pio, Rodrigo Augusto das Neves e Susan Tseng Chou, e os bolsistas do *Programa unificado de bolsas de estudos para apoio à formação de estudantes de graduação* (PUB-USP), André Guimaraes Maia, Lievin Kiandre de Souza Britez Pontes e Vinicius Lima. A ação envolveu a formação crítica da própria equipe de trabalho a partir da sistematização de uma bibliografia de apoio e da realização de três encontros, com palestras e discussões sobre o patrimônio cultural e os processos históricos, de urbanização e de preservação em Iguape. Dessa forma, foi possível formar uma base comum para todos os envolvidos.

A proposta de levar a unidade móvel<sup>2</sup> para Iguape foi desenvolvida visando a realização de atividades no município situado no Vale do Ribeira, o primeiro centro histórico paulista tombado em 2009 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que já contava com proteção estadual em perímetro mais restrito desde os anos 1970. As coordenadoras Flávia Brito do Nascimento e Simone Scifoni foram responsáveis pelo estudo de tombamento realizado entre 2007 e 2009, no Iphan.<sup>3</sup> O processo de tombamento de Iguape é nacionalmente reconhecido pela atuação participativa na identificação e proteção do patrimônio, estruturada também na educação patrimonial. Realizado em estreita relação com práticas educativas na região, é considerado uma ação pioneira dentre as políticas de patrimônio em nível federal, com escuta dos anseios e interesses da comunidade, resultando na preservação de bens culturais diversos, representativos dos valores locais e das múltiplas temporalidades. Do ponto de vista urbano, o reconhecimento do núcleo de Iguape considerou as

2. A Unidade Móvel da USP consiste em uma carreta equipada com duas salas multiuso, sistemas de som e vídeo e estrutura para montagem de um espaço externo. Ela foi disponibilizada pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, através do projeto *Unidades móveis da USP 2022/2023*.

3. Ver: NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 1-13, jan./mar. 2015.

sobreposições temporais de arquiteturas e espaços, a diversidade cultural e a intrínseca relação com a natureza.

A cidade foi um dos primeiros núcleos urbanos da América Portuguesa, e conta com um traçado urbano singular, em formato defensivo, conformado por casas de feições coloniais erguidas com o emprego de técnicas construtivas em barro e pedra, testemunhos únicos da história do território e de sua ocupação. Esse núcleo urbano está entre os mais importantes do Brasil, no contexto das cidades fundadas no século XVI, e ganha importância no século XIX com o cultivo do arroz. As sobreposições formais deste século criaram novos espaços e arquiteturas cujas conformações estão em direta relação com a arquitetura da corte imperial. O sítio onde se desenvolveu a cidade é bastante significativo do ponto de vista da defesa e da possibilidade de circulação. Iguape está estrategicamente localizada junto a três marcos na paisagem da baixada do Rio Ribeira: à oeste, o Morro do Espia, elevação de grande destaque na região; ao norte, cerca de dois quilômetros do que hoje é o centro histórico, o Rio Ribeira de Iguape, grande eixo de circulação de produtos como ouro e arroz em toda a história da região; e ao sul, o braço de mar, chamado Mar Pequeno. Essa porção de água garantia fácil acesso ao mar aberto, mas também certa proteção à cidade costeira, por ter a Ilha Comprida à sua frente.

A região do Vale do Ribeira conta com um rico patrimônio cultural, com cidades tombadas, patrimônio imaterial registrado em nível federal, maior número de quilombos titulados no estado e maior reserva de Mata Atlântica e comunidades tradicionais organizadas, além de grupos imigrantes que deixaram marcas temporais distinguíveis. Os municípios do Vale são ocupados predominantemente por pequenos produtores familiares, pescadores, agricultores, representantes de uma sociedade artesanal e de subsistência, que se constituiu à margem das transformações que caracterizaram a sociedade brasileira do último século.<sup>4</sup>

4. A região do Vale do Ribeira, composta por Iguape e mais 25 municípios, é a mais vulnerável do estado de São Paulo, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média do estado. O Índice Paulista de Responsabilidade Social também inclui Iguape entre os municípios paulistas mais desfavorecidos, tanto em riqueza como nos indicadores sociais. Ver: Plano de desenvolvimento econômico sustentável do Vale do Ribeira PDES – VR 2020: diagnóstico técnico e econômico. Disponível em: [https://pdesvr.ipt.br/wp-content/uploads/sites/6/2022/06/PDES\\_VR-2020-Diagno%CC%81stico-Te%CC%81cnico-Econo%CC%82mico.pdf](https://pdesvr.ipt.br/wp-content/uploads/sites/6/2022/06/PDES_VR-2020-Diagno%CC%81stico-Te%CC%81cnico-Econo%CC%82mico.pdf).

A cidade de Iguape retrata os processos históricos, culturais e urbanos da região do Vale do Ribeira, contando com um múltiplo acervo patrimonial de natureza imaterial, que é referência cultural para a comunidade. A área tombada pelo Iphan em Iguape contempla as várias temporalidades da ocupação urbana na sua longa história, incorporando na proteção também o sítio natural, importante para a memória e marco dessa ocupação. Os modos de vida e as manifestações culturais dos diferentes grupos, sejam eles ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, colonos estrangeiros, comunidades rurais ou urbanas, aparecem como resultado da forma como eles se relacionam com os recursos naturais existentes. A paisagem cultural do Vale do Ribeira representa, assim, a íntima relação estabelecida entre os vários grupos sociais ali presentes e a natureza.

Assim, a elaboração do projeto *Patrimônio cultural: ações educativas no Centro Histórico de Iguape* partiu da premissa de fomentar o debate entre professores e estudantes, gerando reflexões críticas acerca da valorização do patrimônio cultural do Vale do Ribeira e de Iguape. Nesse sentido, a Prefeitura Municipal, por meio do prefeito Wilson Almeida Lima e do secretário de cultura adjunto Ricardo Rigani, se mostrou prontamente interessada em apoiar a proposta do CPC-USP, tendo desempenhado um importante papel na viabilização das atividades e na oferta dos suportes necessários.

Em fevereiro de 2023, as professoras Flávia Brito e Simone Scifoni realizaram reuniões prévias com os representantes da Prefeitura Municipal de Iguape e a arquiteta Jennifer Abreu, nas quais foi acordada a disponibilização de espaços de apoio na cidade e os subsídios necessários à instalação da carreta equipada, como segurança, limpeza e equipamentos. Além disso, a viagem foi uma oportunidade para fazer a mediação junto à rede educacional, por meio de visitas a diversas escolas e à Coordenação de Ensino, que por meio da professora Ednilde Xavier, diretora de ensino da região de Miracatu, manifestou grande interesse em colaborar e fazer os contatos necessários com as unidades. A partir dessas articulações, foi possível organizar com agentes municipais o transporte escolar de todas as turmas. Esse ponto foi essencial para a realização das atividades, uma vez que parte das escolas atendidas se localizava em bairros distantes, e muitas outras em municípios vizinhos,

fazendo com que a logística de transporte fosse um impeditivo à participação dos estudantes e professores.

Ultrapassado o impasse do transporte, outro desafio enfrentado pela equipe foi a instalação da unidade móvel na área tombada do Centro Histórico de Iguape (Figura 1). Decidiu-se estacionar a carreta equipada diretamente à Praça São Benedito, onde estão localizados equipamentos públicos e construções históricas voltadas para o uso cultural e institucional, recentemente restaurados pelo Iphan: a Fábrica de Cultura do governo do estado, localizada na antiga sede municipal dos Correios, atualmente equipamento cultural muito frequentado pela população local; e o Sobrado dos Toledo, edifício restaurado para receber o Centro dos Romeiros, mas que naquele momento estava sem uso contínuo. Essa decisão se mostrou muito assertiva ao longo da ação, tendo em vista que a carreta equipada passou a ser um polo de encontros e acolhimento inicial dos estudantes e professores, a partir do qual as turmas eram organizadas, apresentadas à equipe e então direcionadas aos locais de início das atividades educativas. A Praça de São Benedito se tornou, assim, uma movimentada centralidade ao longo dos dias em que o CPC-USP permaneceu na cidade, com constante apropriação por parte dos alunos, professores, funcionários e passantes que se sentiam atraídos pela curiosidade (Figura 2).

FIGURA 1

Tombamento de Iguape. Fonte: adaptado de: NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 1-13, jan./mar. 2015.

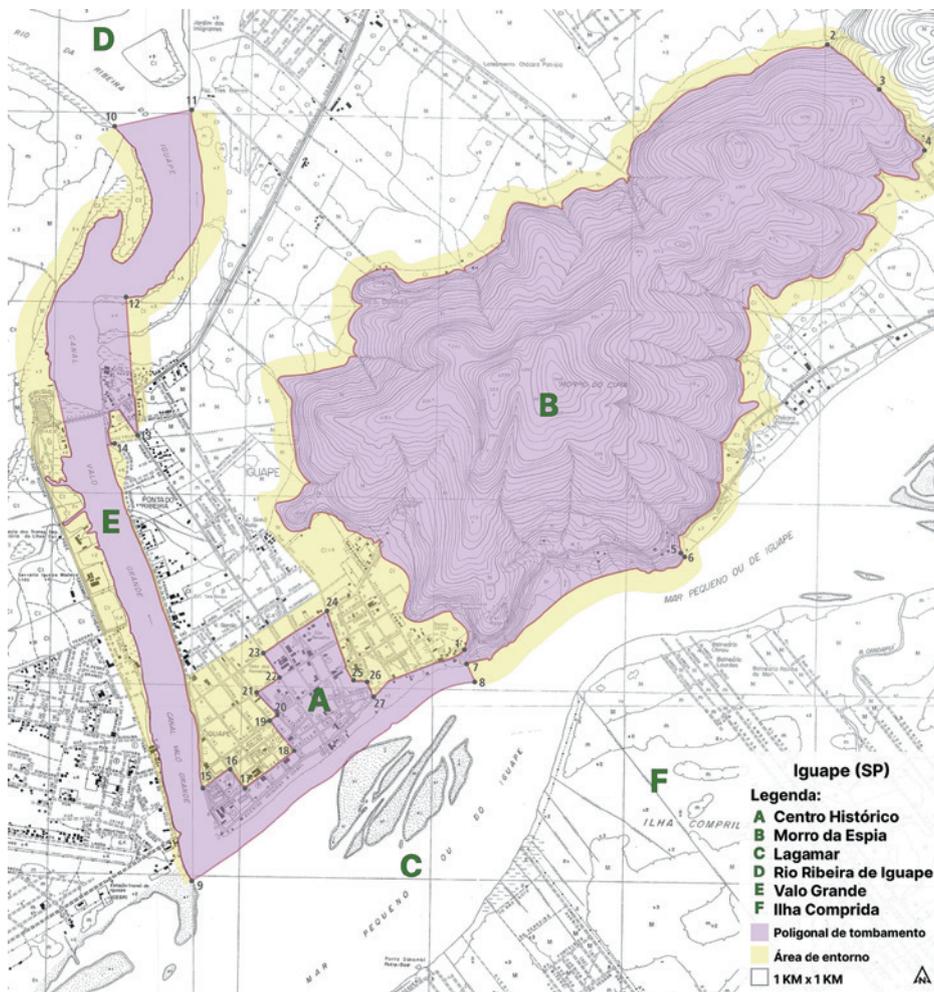


FIGURA 2

Carreta estacionada na Praça São Benedito. Fonte: Acervo CPC, 2023.



## 2 PANORAMA DA AÇÃO

As atividades de educação patrimonial foram organizadas a partir da expansão daquelas já desenvolvidas no CPC-USP pelo setor Educativo. A proposta foi estruturada em quatro frentes, adaptadas às três faixas etárias do público escolar (Ensino Fundamental I, II e Médio) e à formação de professores. O conjunto de atividades, o material de apoio e as discussões foram preparadas a partir da realidade e dos temas do patrimônio local, como o Centro Histórico tombado, o Rio Ribeira de Iguape, a Serra do Mar e o Morro da Espia, o Lagamar, a cultura caiçara, a imigração japonesa, a religiosidade local, os quilombos, entre outros.

Para auxiliar nas atividades e promover um maior aprofundamento de informações entre os participantes, a equipe elaborou um conjunto de materiais sobre a preservação do patrimônio cultural do Vale do Ribeira de Iguape. Considerando a dificuldade de acesso a informações sobre o patrimônio tombado no município, sobretudo diante do fechamento da Casa do Patrimônio do Iphan,<sup>5</sup> foi produzido um folheto com o mapa da poligonal de tombamento e textos complementares sobre a preservação da região. Também foi desenvolvido um conjunto de “Postais do patrimônio”, jogo de 10 cartões postais com imagens fotográficas do patrimônio cultural do Vale do Ribeira, utilizados como recurso didático durante as atividades. Algumas das referências culturais representadas nesse material foram tema das conversas ao longo do percurso pelo Centro Histórico e abordadas com maior profundidade em outra atividade, a “Mandala de referências culturais”.

Cada professor ganhou um *kit* com o folheto e os postais, para serem utilizados como material educativo em sala de aula. As formas de trabalhar com esses materiais foram apresentadas também na atividade “Formação de professores”, de modo a permitir que os educadores reproduzam futuramente com seus alunos as dinâmicas vivenciadas.

Seguindo a ideia dos postais do patrimônio, ao final dos percursos pelo Centro Histórico foram utilizados postais em branco, com as turmas

5. A Casa do Patrimônio Vale do Ribeira foi inaugurada pelo Iphan e pela prefeitura de Iguape em 2009 e desenvolvia atividades culturais voltadas ao patrimônio cultural, com o objetivo de promover o diálogo entre a sociedade e o Iphan. A Casa também dispunha de uma biblioteca especializada em arquitetura, urbanismo, artes e cultura.

de Ensino Médio. O objetivo da atividade foi propor que os alunos refletissem sobre o que viram ao longo do trajeto, sobre a história da cidade e seus diferentes patrimônios históricos e culturais. De uso livre, os alunos puderam se expressar nos postais através de desenhos ou textos, pensando sobre os elementos da cidade e do debate patrimonial que acharam mais interessantes no percurso. Ainda nessa perspectiva, a contação de história para o público infantil era finalizada com a confecção coletiva de cartazes sobre os temas trabalhados.

As atividades com as turmas escolares foram realizadas na quinta, sexta e segunda-feira; o sábado foi reservado para a formação de professores e, no domingo, a carreta permaneceu aberta para uso recreativo com o público infantil.

## 2.1 Contação de história e Roda de conversa: "O dia em que a praça sumiu"

Para as turmas de Ensino Fundamental I, a "Contação de história e roda de conversa" foi concebida com a finalidade de introduzir a ideia de patrimônio para o público infantil. A brincadeira se desenvolveu a partir do livro *O dia em que a pracinha sumiu*, de Márcia Frazão (Cosac & Naify, 2015) que conta a história de crianças que se deparam com sua pracinha cercada por tapumes. Após a exposição da problemática, o objetivo foi incentivar as crianças a ocuparem o lugar das personagens, investigar o porquê do desaparecimento da praça e, em seguida, realizar ações para sua permanência.

A recepção das turmas, assim como a primeira parte da atividade, foi realizada no Sobrado dos Toledo, localizado nas imediações da Praça de São Benedito. Lá, as crianças se sentavam em roda, e os monitores do CPC-USP apresentavam o dilema, já buscando relacionar a narrativa ficcional à realidade local. A aproximação entre a história contada e a realidade dos alunos ocorreu de forma muito natural, sobretudo pela Praça São Benedito e seus arredores – espaço central na cidade de Iguape e que, para muitas das crianças presentes, desempenha a mesma função que a pracinha da história, representando um espaço de familiaridade, lazer e afeto. A brincadeira segue com a busca pelas possíveis causas do fechamento da Praça, que as crianças descobrem ser a construção de um shopping no local. A partir desse ponto, elas eram estimuladas a procurar

soluções possíveis para a permanência da praça, o que no livro redundou em ligações frustradas para autoridades. Nesse momento da atividade, os monitores conduziam as respostas para que culminassem na introdução de outra figura central do livro, a Vó Vitalina – uma senhora de idade, qualificada como uma “bruxa do bem”, capaz de resolver o dilema da pracinha com um passe de magia.

FIGURA 3  
Atividade com  
alunos do  
Fundamental I na  
Praça São Benedito.  
Fonte: Acervo CPC,  
2023.



As crianças eram instigadas a ir até a Praça São Benedito, para que lançassem feitiços protetores naquilo que gostariam de manter (Figura 3). Para alertar a população sobre a preservação da praça, as crianças confeccionaram cartazes que transmitiam seus afetos pelo local e suas demandas de preservação (Figura 4). Desse modo, através da transposição do dilema vivenciado pelas personagens do livro *O dia em que a pracinha sumiu* para um ambiente central da cidade de Iguape foi possível sensibilizar e implicar as crianças na atividade, que atuaram como agentes centrais na proteção daquele espaço. Ao refletirem sobre esse cenário hipotético de sumiço da Praça São Benedito, os alunos mostraram-se capazes de compreender a necessidade da preservação daquele território. Caso contrário, onde brincariam as crianças da cidade?

Para onde iria a tia do sorvete? O que aconteceria com a capela onde o avô de uma das crianças trabalhou por tantos anos? Assim, partindo do vínculo afetivo concreto que as crianças têm com a Praça, incute-se sutilmente a importância de preservação no sentido mais geral, ou seja, de todos os espaços de importância para um determinado grupo social.

FIGURA 4

Atividade com alunos do Fundamental I na Praça São Benedito. Fonte: Acervo CPC, 2023.



## 2.2 Mandala de referências culturais

A "Mandala de referências culturais" foi uma ação pensada para as turmas de Ensino Fundamental II. A atividade propõe trabalhar a noção de patrimônio cultural como aquilo que faz referência à memória, identidade e ação dos grupos sociais, trazendo à reflexão quais são os patrimônios locais. A mandala é uma instalação em círculo, composta de seis cones de trânsito, cada qual sinalizado com uma placa indicativa: lugares, festas, saberes, construções, expressões, objetos, e um sétimo cone, com a placa

"cultura", ao centro. Cada cone contém um varal que o conecta ao centro, ou seja, à cultura.<sup>6</sup> É feita uma fala inicial, em diálogo com os estudantes, problematizando o senso comum do patrimônio como o belo e o velho, para avançar mostrando a definição constitucional, o patrimônio como parte da vida de grupos sociais. A "Mandala de referências culturais" parte da sensibilização dos estudantes em relação ao patrimônio cultural de Iguape e de suas próprias realidades através do diálogo. O tombamento de Iguape pelo Iphan foi brevemente exposto, buscando evidenciar este processo a partir dos conhecimentos dos próprios estudantes sobre o território, de modo que a equipe de professores e monitores do CPC-USP atuou apenas como mediadora entre as vivências e percepções dos estudantes, e as definições de patrimônio cultural presentes no artigo 216 da Constituição Federal.

Com as turmas em roda em volta da mandala, evidencia-se a cultura como elemento articulador das categorias. As eventuais dúvidas iniciais foram esclarecidas neste momento, com uma sucinta explicação do significado geral de cada categoria. Sempre estimulando o diálogo entre os estudantes, na maioria das vezes eles mesmos escolhiam uma categoria para iniciar a atividade, levantando possíveis referências culturais associadas e fazendo relações com o território. Outro método de iniciar o preenchimento da mandala foi a partir dos cartões postais, passando um ou mais deles entre os alunos e propondo um trabalho de identificação da referência, bem como das suas relações com as categorias da mandala. A partir disso, o público foi estimulado a pensar o que é patrimônio na vida de cada um e escrever em papéis coloridos. Os estudantes foram convidados a explicar sua indicação e colocar no varal correspondente à placa. Cada referência cultural levantada passou por um breve debate: quem mais conhece esse lugar? Em qual categoria poderíamos encaixar esta tradição? Por que esta prática é importante? Esta referência cultural se encontra frequentemente associada com outras, da mesma ou de diferentes categorias? Como esta referência pode ser preservada?

O encerramento da atividade consistiu em conectar com barbantes os papéis pendurados nos varais respectivos às referências culturais de diferentes

6. A "Mandala de referências culturais" foi desenvolvida pela Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep).

categorias, mas que se articulam. Frequentemente, eram conectadas as referências dos saberes caiçaras da pesca trazidas pelos estudantes com os objetos necessários para essa prática, como as tradicionais canoas manualmente produzidas pelos povos caiçaras, que finalmente eram conectadas com a anual Festa do peixe de Iguape e voltava aos saberes caiçaras da pesca. Esta fase final de construção da mandala reforça as falas iniciais da atividade, baseadas na definição constitucional do patrimônio, e contribui para a compreensão do patrimônio cultural como parte do cotidiano de diversos grupos sociais e dos próprios estudantes. Com isso, as turmas tiveram um momento para se aproximarem da mandala, olharem mais de perto o conjunto das referências ali expostas e conversarem sobre os resultados (Figura 5).

FIGURA 5

Atividade da mandala com alunos do Fundamental II.  
Fonte: Acervo CPC, 2023.



### 2.3 Percurso pelo Centro Histórico

As visitas mediadas pelo Centro Histórico de Iguape com alunos do Ensino Médio propunham destacar e compreender os significados da arquitetura e do urbanismo local, dialogando sobre a formação urbana, as formas de

morar e de construir, estimulando o interesse pelo patrimônio local, tanto em sua forma material como imaterial.

Para a primeira parte, após uma breve apresentação da equipe de professores e monitores do CPC-USP e do projeto *Editais Unidades Móveis*, um primeiro diálogo com os estudantes foi proposto a partir da questão da memória como referência de formação da identidade, seguido de uma breve explicação da definição de patrimônio presente no artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, a canção *Cananéia, Iguape e Ilha Comprida*, lançada em 2019 pelo artista Emicida, foi escolhida para apresentar um olhar externo aos estudantes que são parte do território de Iguape, um olhar pautado nas memórias afetivas que o artista tem do Vale do Ribeira. Através da escuta coletiva da canção e do compartilhamento das impressões dos estudantes, guiado pelas relações entre cidade e memória, o tema foi aprofundado com uma sucinta exposição do processo de tombamento de Iguape pelo Iphan, enfatizando o reconhecimento da cidade como patrimônio nacional e como primeiro Centro Histórico tombado em nível nacional no estado de São Paulo.

A segunda parte da atividade foi o percurso pelo Centro Histórico, elaborado com o propósito de fomentar a apropriação e valorização do patrimônio cultural por parte dos estudantes, a partir da evidência das suas multiplicidades e conflitos. Diversos temas da historicidade de Iguape foram levantados nos pontos do percurso, a partir das suas posições no presente. Sendo assim, o percurso contou com sete pontos principais com paradas para dialogar, levantar questões e fazer relações com outros lugares da cidade, que estavam ou não no percurso. A partir dos pontos de parada, foram expostos os respectivos temas centrais: Praça de São Benedito: a praça, o Morro da Espia, a fonte de água do período escravocrata; Correio Velho: a arquitetura do século XIX, as cartas e conexões; Sobrado dos Toledo: a fundação de Iguape, ciclos econômicos, a arquitetura neoclássica; Funil de Baixo: o sistema de urbanização defensiva, casas e sobrados coloniais; Casa de Fundação: edifício do século XVII, atual Museu, a preservação dos bens; Basílica do Bom Jesus: a sua construção, festas de agosto, cultos do Bom Jesus de Iguape (Figura 6); Lagamar: os povos caiçaras e ribeirinhos, a atividade portuária, indústrias, o Valo Grande.

FIGURA 6

Percurso pelo Centro Histórico com alunos do Ensino Médio.  
Fonte: Acervo CPC, 2023.



O percurso se encerrava em uma praça de frente para o Lagamar,<sup>7</sup> onde cada um dos estudantes recebia um cartão postal em branco e um marca-páginas com uma ilustração de Iguape (Figura 7). Com canetas coloridas à disposição, cada um confeccionou um cartão-postal para presentear parentes ou amigos com uma síntese em desenho e/ou texto sobre os elementos da cidade que mais lhes eram significativos e despertavam interesse. Por fim, os estudantes também compartilharam a sua experiência com a visita guiada, encerrando com a entrega do material educativo às professoras e professores que acompanharam toda a atividade.

7. Lagamar, ou Complexo Estuarino-Lagunar, trata-se de um misto de terra e águas que marca a paisagem da costa sul paulista, onde se encontram localizadas as cidades de Iguape e Cananéia. Esse setor mistura águas doces do Rio Ribeira às águas salgadas do Mar Pequeno e Oceano Atlântico, entre mangues, restingas, ilhas separadas por lagunas e morros isolados. Estende-se até Paranaguá, no estado do Paraná, sendo considerado um dos mais importantes ecossistemas costeiros e um dos mais produtivos do planeta, razão pela qual foi incluído nas Reservas de Mata Atlântica do Brasil do Sudeste, consideradas Patrimônio da Humanidade pela Unesco em 1999. Fonte: Iphan. Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, p. 106.

FIGURA 7

Produção de cartões postais ao final da atividade com Ensino Médio. Fonte: Acervo CPC, 2023.



O percurso pelo Centro Histórico teve um saldo muito positivo e uma ótima devolutiva por parte dos estudantes e educadores. Percebeu-se, ao final, que uma parte considerável dos adolescentes não conhecia a história da cidade, seus espaços e importância, além de não ter, de maneira geral, aproximação com a temática do patrimônio.

#### 2.4 Formação de professores

O projeto teve um dia dedicado especialmente à formação de professores, educadores, gestores de cultura e demais interessados. A atividade teve como objetivo reunir os educadores do município para um diálogo sobre os temas do patrimônio de Iguape e do ensino. Houve comparecimento expressivo de agentes, que permaneceram na atividade durante todo o dia. Pôde-se constatar o grande interesse de algumas escolas que trabalham com os temas do patrimônio. Da cultura caiçara aos itinerários do Ensino Médio, passando por questões da cultura indígena, da cultura negra e temas ambientais, os próprios educadores foram trazendo temas para o debate e os articulando com as temáticas patrimoniais discutidas pela equipe do CPC-USP.

No período da manhã, os professores da USP propuseram aulas expositivas-dialogadas sobre o tombamento de Iguape, sobre imagens e o patrimônio cultural e sobre o material de apoio desenvolvido, sua

organização interna, temas e sugestões de utilização (Figura 8). No período da tarde, os participantes foram divididos em três grupos que seguiram para um percurso pelo Centro Histórico relacionado aos temas debatidos e sugeridos tanto no período da manhã quanto durante o contato com os estudantes nas atividades do dia anterior.

FIGURA 8  
Formação de professores. Fonte: Acervo CPC, 2023.



Um dos grupos debateu a questão religiosa em Iguape, a preocupação com a fragilidade da Festa do Bom Jesus de Iguape, patrimônio cultural de grande importância no município e articulador, também, do tombamento federal. No percurso, foram compartilhados os desafios enfrentados pelos professores na valorização do patrimônio religioso da cidade, mediante a crescente intolerância religiosa, inclusive entre os estudantes.

Outro grupo teve como tema as águas e o patrimônio. Iguape é cercada por cursos d'água, como o Lagamar e o Valo Grande. A permanência da abertura do Valo Grande vem ocasionando sérios problemas no Lagamar, com o acúmulo de terra, plantas e dejetos, que comprometem muito a utilização da área para lazer ou fruição.

O terceiro grupo discutiu a arquitetura de Iguape, assunto que está diretamente ligado aos desafios da preservação do Centro Histórico. Diversas

casas fechadas e abandonadas, as alterações de fachadas e as apropriações dos moradores foram amplamente debatidas pelo grupo.

Ao final, os três grupos se reuniram e comentaram os assuntos do percurso, reiterando a importância da atividade realizada pela USP na cidade, o caráter inclusivo e reflexivo proposto, a abertura ao diálogo e troca de experiências, e, finalmente, a necessidade de novas ações desse tipo. O grupo indicou algumas ações concretas para o desdobramento futuro, tanto em sala de aula, quanto para além dela, como a refundação da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira, o encaminhamento de um pedido de registro e inventário participativo da Festa do Bom Jesus de Iguape ao Iphan, e a cobrança de providências em relação às comportas do Valo Grande.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao todo, o projeto *Patrimônio cultural: ações educativas no Centro Histórico de Iguape*, de iniciativa do Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá, atendeu 779 estudantes e 108 educadores e servidores de 22 escolas da rede pública do Vale do Ribeira.<sup>8</sup> Os resultados alcançados superaram as expectativas não somente em termos de público e interesse, mas também na grande hospitalidade com a qual a equipe do CPC-USP foi recebida, desde a chegada em Iguape até as próprias atividades. A qualidade das reflexões construídas coletivamente em cada atividade a partir do interesse das pessoas foi marcante.

A abertura e curiosidade dos estudantes, professores e demais moradores da região gerou um grande envolvimento das pessoas, em todas as atividades propostas, resultando em diálogos, trocas, aprendizados, compartilhamento de experiências, descoberta de novos olhares sobre a história, sobre o cotidiano e sobre a identificação de sujeitos. As atividades foram permeadas por novos entendimentos, inclusive acerca de algumas concepções que frequentemente são reproduzidas. O caráter de pensamento crítico, presente no escopo de todo projeto, abriu espaço para complexas discussões sobre o patrimônio cultural de Iguape.

8. Esses resultados incluem: 75 crianças e 12 professoras na Contação de história; 521 estudantes e 22 professores na Mandala de referências culturais; 183 estudantes e 19 professores no Percurso pelo Centro Histórico; e 55 educadores e servidores públicos na Formação de professores.

Por exemplo, durante os percursos de visitaç o com alunos do Ensino Médio, enquanto alguns estudantes estivessem ali pela primeira vez, a maioria já conhecia o Centro Histórico de Iguape por residirem nas imediações ou frequent -lo. Algumas turmas até mesmo já o visitaram com a escola, nas aulas de história. Gerou curiosidade   equipe do CPC-USP, durante o oferecimento das visitas, a escuta recorrente de que as casas com esquadrias arredondadas na parte superior seriam “casas de portugueses”, e as casas com esquadrias totalmente retangulares seriam “casas de espanhóis”, e que, então, o formato das janelas e portas seriam um mecanismo de identificação desses grupos sociais na cidade colonial.

Conversando com os estudantes e educadores a partir deste imaginário, o exercício de identificar as tipologias das edificações observando suas fachadas surgiu (o que seriam térreos, sobrados, os tipos de telhados, as intervenções dos moradores, as variadas janelas e portas). No questionamento das razões dessas diferenç as, veio à tona a formação do núcleo urbano defensivo, passando pelos processos de tombamento, até as intervenções que os moradores e comerciantes fazem atualmente. Essa compreensão abriu caminho para identificar métodos construtivos diferentes, relativos a épocas diferentes, que passaram a ser apropriados pelos moradores de diversas maneiras, resultando inclusive em casas cuja porta de entrada possui esquadria em arco na parte superior e janelas retangulares na mesma fachada.

Um outro exemplo interessante foi quando um dos grupos de educadores entrou em conflito quanto aos desafios da preservação do patrimônio cultural, e a manutenção dos telhados coloniais foi um t pico que inesperadamente entrou em pauta, inclusive a partir dos relatos de experiências pessoais. A questão central da discussão era se as telhas das construções coloniais eram ou não moldadas “nas coxas” dos escravizados, pois enquanto uma parte do grupo defendeu que o material era produzido dessa forma, inclusive argumentando com o conhecido ditado popular e com as formas de produção escravocratas, outra parte se posicionou dizendo que essa narrativa não é fundamentada, pela divergência entre as dimensões das telhas coloniais e as do corpo humano.

Por fim, percebeu-se que debates sobre patrimônio, como esses, em espaços de experiência compartilhada, são fundamentais para a

manutenção e construção das relações de pertencimento com o patrimônio cultural local. A identificação social e o diálogo a partir dos imaginários cotidianos que permeiam essas relações podem ser problematizados ao longo do tempo. As ações de educação patrimonial desenvolvidas em Iguape se mostraram impulsionadoras de várias maneiras para todos os envolvidos, fomentando os processos de apropriação do patrimônio cultural pelos moradores da região.

Em novembro de 2023, o projeto *Patrimônio cultural: ações educativas no Centro Histórico de Iguape* foi vencedor na categoria Cultura Arquitetônica da Premiação do Instituto de Arquitetos do Brasil – IABsp 2023, uma oportunidade de ampla divulgação dessa iniciativa de cultura e extensão, desenvolvida a partir do diálogo entre a universidade e a sociedade no Centro Histórico de Iguape.

## REFERÊNCIAS

EMICIDA. Cananéia, Iguape e Ilha Comprida. In: *Amarelo*. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=etRL3kv5jho>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FRAZÃO, Marcia. *O dia em que a pracinha sumiu*. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Dossiê da paisagem cultural do Vale do Ribeira*. São Paulo: IPHAN/Superintendência Estadual, 2009.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. *O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional*. PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção, Campinas, v. 6, n. 1, p. 1-13, jan./mar. 2015.



# TEATRO DE GRUPO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO<sup>1</sup>

**CAIO SÉRGIO DE CASTRO ARMADA FLORET FRANZOLIN**, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL

Ator, arte-educador, figurinista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Artes do Instituto de Artes da UNESP – Universidade Estadual Paulista na área de arte-educação. Graduado em Licenciatura em Artes-Teatro pela mesma instituição.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0839-5951>

E-mail: [caio.franzolin@unesp.br](mailto:caio.franzolin@unesp.br)

**SIMONE SCIFONI**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL

Geógrafa, professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Mestre e doutora pela mesma instituição. Fundadora e membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep). Membro do Icomos-Brasil. Vice-diretora do Centro de Preservação Cultural CPC-USP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Espaço e Memória (PEM), certificado pelo CNPq.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8027-2740>

E-mail: [simone.scifoni@gmail.com](mailto:simone.scifoni@gmail.com)

## DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i36p272-280>

**RECEBIDO**

03/08/2023

**APROVADO**

03/08/2023

1. Publicado na seção Relatos e Depoimentos. (Nota do Editor)

## **TEATRO DE GRUPO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

CAIO SÉRGIO DE CASTRO A. FLORET FRANZOLIN, SIMONE SCIFONI

### **RESUMO**

O Teatro de Grupo constitui hoje, na cidade de São Paulo, um componente fundamental da cultura local, um patrimônio imaterial reconhecido por meio do Registro como Forma de Expressão desde 2014, por parte do órgão municipal competente, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município de São Paulo. Atualmente são mais de 200 coletivos organizados, autônomos e articulados entre si, atuantes nas mais variadas regiões do município. Para subsidiar a sua proteção como patrimônio imaterial foi elaborado um Plano de Salvaguarda que partiu da conceituação e da história dessas práticas culturais, realizou-se um amplo levantamento das atividades na cidade para, assim, formular medidas que garantam sua continuidade no tempo. O presente artigo apresenta as razões que levaram à elaboração do documento, a forma como foi realizado, destacando também a sua importância para o fortalecimento das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Patrimônio imaterial. Teatro de grupo. Políticas de preservação.

## **GROUP THEATER AS INTANGIBLE HERITAGE OF THE MUNICIPALITY OF SÃO PAULO**

CAIO SÉRGIO DE CASTRO A. FLORET FRANZOLIN, SIMONE SCIFONI

### **ABSTRACT**

Today, in the city of São Paulo, Group Theater stands as a fundamental element of the local culture, an intangible heritage officially recognized through its designation as a Form of Expression in 2014 by the municipal authority. Presently, there are over 200 organized, independent, and interconnected collectives actively engaged in diverse regions across the city, in order to protect its status as an intangible heritage, a Safeguard Plan has been devised. The plan is rooted in the conceptualization and historical context of these cultural practices, encompassing an extensive survey of activities within the city, the objective is to formulate measures ensuring the continuity of these practices over time. This article presents the reasons that led to the creation of this document, highlighting the methodological approach employed and emphasizing its significance in fortifying public policies dedicated to the preservation of cultural heritage.

### **KEYWORDS**

Intangible heritage. Group theater. Preservation policies.

Em 2014, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município de São Paulo (Conpresp) reconheceu como patrimônio imaterial da cidade as práticas culturais de 22 grupos de teatro, instituindo como instrumento de proteção o registro na categoria Forma de Expressão, com base na Lei Municipal n. 14.406, de 21 de maio de 2007 (SÃO PAULO, 2007). O processo foi iniciado em resposta às ameaças de despejo de núcleos artísticos da Cooperativa Paulista de Teatro e de alguns teatros independentes, o que aconteceu alguns meses depois. Em 30 de setembro de 2014, reconhecendo as ameaças de perda de espaços culturais, foi publicado o registro de patrimônio imaterial, ampliando a proteção legal para vários grupos de teatro (CONPRESP, 2014).

Apesar da importância desse reconhecimento, o instrumento representou, na prática, um título que atribuiu valor como patrimônio cultural, mas sem resultar em medidas concretas que garantissem a continuidade da prática cultural singular dos Grupos de Teatro. Essa forma de expressão é entendida pelos especialistas como uma *práxis* que desenvolve de maneira ativa um robusto arcabouço teórico a partir da materialidade de suas ações e seu modo de organização.

Em função da ausência de medidas efetivas de proteção logo após a publicação da Resolução 23 (CONPRESP, 2014), alguns dos grupos identificados perderam os espaços onde desenvolviam suas atividades e estavam enraizados,

sendo obrigados a migrar para outras partes da cidade e tendo sua produção cultural prejudicada. Além disso, outro problema deve-se ao fato de que a patrimonialização não contou com tempo de pesquisa adequado para uma análise mais aprofundada. Dessa forma, não foi possível levantar dados e estudos e, por consequência, conceitua-se insuficientemente o que é essa prática cultural reconhecida como forma de expressão e como patrimônio imaterial, usando para tal diferentes designações nos documentos redigidos na época: ora se trata do espaço físico caracterizado como teatro independente, ora como o coletivo alinhado com as práticas do Teatro de Grupo. Em consequência, o processo de identificação também revelou problemas na medida em que, além dos grupos de teatro, foram incluídos na listagem final (que continha 22 teatros de grupo) espaços e casas de exibição de espetáculos e eventos, bem como instituições artísticas de caráter de formação artística-pedagógica.

Diante desse conjunto de problemas, diversos grupos de teatro atuantes na cidade se organizaram em 2021 para elaborar um Plano de Salvaguarda do Teatro de Grupo como Patrimônio Imaterial do Município de São Paulo. A iniciativa envolveu a colaboração e a assessoria do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), pesquisadores/as e coletivos atuantes nas áreas de arquitetura organizados a partir do Escritório Modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie (EMAU-FAU-Mackenzie) e do Coletivo Cenogram, bem como entidades representativas dos grupos, como o Movimento de Teatros Independentes (MOTIN), a Cooperativa Paulista de Teatro, o Movimento dos Teatros de Grupo de São Paulo (MTG) e a equipe técnica do Núcleo de Identificação e Tombamento da Supervisão de Salvaguarda do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura (DPH/SMC).

Após ampla discussão com participação pública, o documento final do Plano de Salvaguarda do Teatro de Grupo como Patrimônio Imaterial do Município de São Paulo foi entregue ao DPH/SMC em 31 de agosto de 2023. Como encaminhamento, prevê-se a elaboração de análise e parecer por parte do corpo técnico, assim como a deliberação em reunião do Conpresp, para que, desse modo, as medidas de proteção elencadas no documento possam ser efetivadas. A iniciativa é pioneira na capital paulista, pois se trata do primeiro plano de salvaguarda do patrimônio imaterial registrado

e que foi realizado pelos seus detentores em parceria com o poder público, conforme recomendado pela legislação específica.

FIGURA 1

Entrega do Plano de Salvaguarda na sede do DPH/SMC Conpresp, em 31 de agosto de 2023. Fotos: Acervo CPC, 2023.



Para fins da elaboração do plano de salvaguarda, compreende-se que a prática cultural entendida como forma de expressão e objeto da preservação pela Resolução 23/Conpresp/2014 é o Teatro de Grupo. O sujeito coletivo desse fazer, aquele que realiza a *práxis* e que se relaciona com a figura que o campo do patrimônio define como detentor, é o grupo de teatro, também chamado de grupo teatral ou coletivo alinhado com as práticas do Teatro de Grupo.

Assim, o que se pretende com o Plano de Salvaguarda do Teatro de Grupo é fazer com que o registro se torne um instrumento efetivo de preservação, tal como o disposto na Constituição Federal e nas legislações do município, fortalecendo as políticas públicas de cultura.

Para a sua realização foram tomados como base os documentos de referência elaborados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por meio do Decreto Federal 3.551/2000 (BRASIL, 2000), do Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados (IPHAN, 2015) e a cartilha *Salvaguarda de bens registrados – Patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento* (IPHAN, 2017).

O plano de salvaguarda é um documento que indica as medidas necessárias para garantir a continuidade e permanência, no tempo (e no espaço),

do reconhecido patrimônio cultural imaterial ou intangível. São consideradas medidas de salvaguarda: a identificação, a documentação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão (por meio da educação formal e não formal) e a revitalização do patrimônio em seus diferentes aspectos.

Segundo o Iphan, identificar, documentar e investigar são atividades necessárias de um plano, tendo em vista que nem sempre, no momento do registro como patrimônio imaterial, é possível produzir um levantamento abrangente das práticas culturais, ainda mais quando este é realizado em condições de urgência. Para garantir a continuidade e permanência do patrimônio cultural imaterial, é preciso, ainda, reconhecer eventuais problemas e riscos às atividades, planejar e encaminhar estratégias de solução. O plano de salvaguarda deve indicar, portanto, todos esses elementos e deve ser realizado na perspectiva de seus sujeitos detentores do patrimônio imaterial, de forma participativa.

São consideradas detentoras as pessoas que integram comunidades, grupos e coletividades que possuem relação direta com a dinâmica de produção e reprodução de determinado bem cultural. Os sujeitos em posição de detentores possuem conhecimentos específicos sobre esses bens culturais e são os principais responsáveis pela sua transmissão para as futuras gerações, pela continuidade de sua *práxis* e dos valores simbólicos a ela associados ao longo do tempo (IPHAN, 2017).

A elaboração do plano envolveu diversas reuniões entre os representantes dos grupos de teatro, a equipe do CPC-USP, pesquisadores/as voluntários/as e técnicos do DPH, as quais foram realizadas em formato *online*, durante a pandemia de covid-19, desde maio de 2021. Dentre as atividades realizadas por essa equipe destaca-se a elaboração da conceituação do Teatro de Grupo como prática cultural, realizada por meio de várias discussões entre os detentores e pesquisadores da área. Além disso, foi realizado o inventário, mapeamento e levantamento da situação de quase 200 grupos, o que permitiu a construção de fichas e da tabulação de dados, informações que ajudam a compreender o quadro geral da prática cultural no município de São Paulo.

Visando ampliar as discussões sobre o plano de salvaguarda entre os detentores, em dezembro de 2022 foi organizado o Encontro de Trabalho, evento público presencial no qual foi apresentada e analisada a versão

preliminar contendo o conceito, a caracterização dos grupos e foram levantadas e debatidas as medidas para a sua proteção como patrimônio cultural.

Como etapa final, em abril de 2023, foi lançada uma consulta pública sobre o texto proposto, atividade em parceria com o Departamento de Patrimônio Histórico, da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, por meio da plataforma eletrônica *Participe+*.

Destaca-se nesse processo a importância da criação de um espaço de reflexão sobre as práticas dos próprios coletivos, e de maneira mais ampla o pensamento sobre o que vem a ser o Teatro de Grupo que existe na cidade de São Paulo na atualidade. No percurso da elaboração do plano de salvaguarda, é notável a mudança de postura dos detentores que se envolveram nos eventos e no trabalho continuado, na perspectiva da elaboração da conceituação de suas práticas e na valorização da produção de seu conhecimento dialogando com as definições e análises acadêmicas, porém trazendo como cerne o entendimento dos próprios detentores/as do que se realiza como teatro de grupo. Dessa forma, entende-se que o processo se caracteriza como uma abertura do olhar para si como integrante de um coletivo, do que é o próprio grupo, e o macroconjunto que configura o Teatro de Grupo do qual esses sujeitos coletivos fazem parte.

O processo também compreendeu uma etapa de coleta de dados e análises que permitiu aos grupos conferir maior embasamento para compreensão do cenário do que chamamos de Teatro de Grupo na cidade, do ponto de vista da quantidade de grupos em atividade, da sua organização, dos territórios onde atuam, bem como dos riscos, das ameaças e potencialidades que os coletivos identificam em sua prática.

Para o CPC-USP, órgão de cultura e extensão universitária que tem entre seus objetivos a promoção de ações de pesquisa, extroversão, educação, comunicação e interpretação do patrimônio cultural da USP e da pauta patrimonial, a elaboração do plano de salvaguarda enquadra-se como trabalho de assessoria aos grupos de teatro, na modalidade que une ensino, pesquisa e extensão.

Finalmente, é preciso destacar que o plano de salvaguarda caminha no sentido de mostrar a importância do espaço físico na realização das práticas imateriais, sugerindo a necessidade do estabelecimento de ações complementares (como a criação das ZEPEC-APC), visando garantir a permanência e,

portanto, a continuidade do bem cultural. Além disso, caminha, também, para a montagem de um banco de dados digital, de forma a contribuir para a valorização da memória do Teatro de Grupo, bem como possibilitar o avanço das pesquisas, além de fomentar a difusão e ações educativas. Mais de dez anos depois do primeiro registro do patrimônio imaterial na cidade de São Paulo, a proteção desses bens ainda não se completou devido à ausência de medidas e ações capazes de garantir sua permanência no tempo. A elaboração dos planos de salvaguarda desses bens é urgente, e um primeiro passo foi dado com a experiência dos Teatros de Grupo em parceria com o CPC-USP. O trabalho que foi apresentado aqui busca, assim, fortalecer a política pública e a gestão do patrimônio cultural em um contexto em que se intensificam o enfraquecimento e o esvaziamento dos órgãos públicos de preservação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm#:~:text=D3551&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=D3551&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias). Acesso em: 29 nov. 2023.

CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SÃO PAULO. Resolução n. 23/CONPRESP/2014. *Diário Oficial da Cidade*, São Paulo, ano 59, n. 192, p. 156, 14 out. 2014. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Re2314RegistrocomoBemImaterialdoConjuntodeTeatrosPDF\\_1413396489.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Re2314RegistrocomoBemImaterialdoConjuntodeTeatrosPDF_1413396489.pdf). Acesso em: 29 nov. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Salvaguarda de bens registrados – Patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento*. Brasília, DF: Iphan, 2017. (Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais, 2). Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha2salvaguarda\\_bensculturaisregistrados\\_web.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha2salvaguarda_bensculturaisregistrados_web.pdf). Acesso em: 29 nov. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados. *Boletim Administrativo Eletrônico do IPHAN*, n. 1093, Brasília, DF, 17 jul. 2015. Disponível em: [https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/Termo\\_referencia\\_salvaguarda\\_bens\\_registrados\\_2015.pdf](https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial/Termo_referencia_salvaguarda_bens_registrados_2015.pdf). Acesso em: 29 nov. 2023.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 14.406, de 21 de maio de 2007. Institui o Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do Município de São Paulo. *Diário Oficial da Cidade*, ano 52, n. 92, p. 1, 22 maio 2007. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14406-de-21-de-maio-de-2007/detalhe>. Acesso em: 29 nov. 2023.

